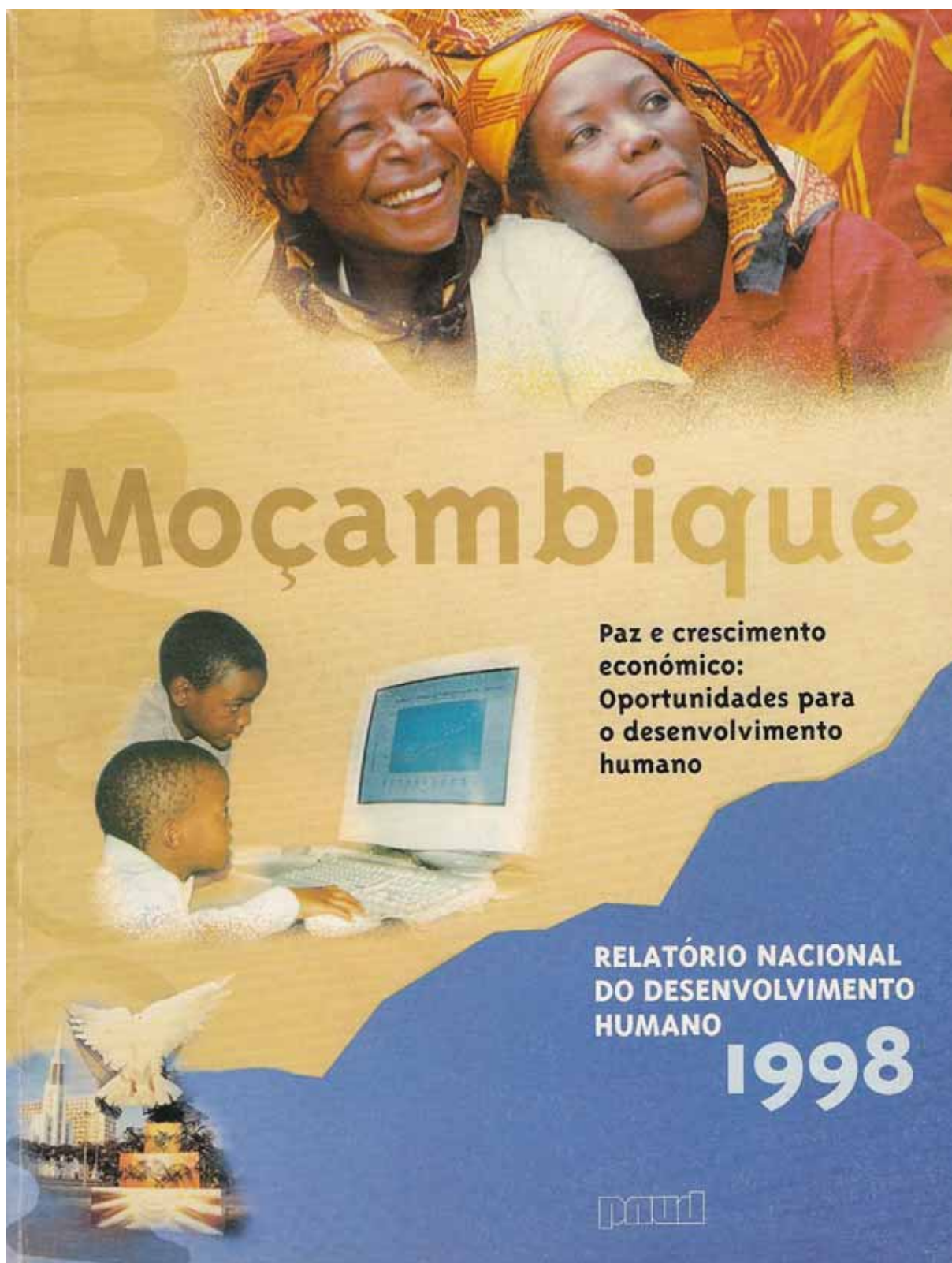




Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
Avenida Kenneth Kaunda , 931
C. Postal 4595
Maputo, Moçambique
Tel: (258-1) 49 03 37/8

© PNUD 1998
Caixas Tabelas e Gráficos conforme a especificação

(ISBN) Registo Nº 01575/INLD/98

A informação contida neste documento pode ser reproduzida, utilizada e distribuída livremente desde que esta publicação seja devidamente citada como fonte original nos seguintes moldes: Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano de Moçambique 1998, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Maputo.

Agência de coordenação e assistência técnica:
Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC), Maputo
Tradução: Paul Fauvet
Capa e design: Joe Byrne Design
Fotos de Capa: Agência de Informação de Moçambique (AIM) e Joe Byrne
Fotolito: Haylett Litho, Harare
Impressão: Creda Press, Johannesburg

Prefácio

Os desafios em termos de desenvolvimento humano sustentável em Moçambique são enormes, mas as oportunidades, potencialidades e a necessidade dum desenvolvimento humano rápido são ainda maiores. Por isso, o tema central escolhido para este primeiro Relatório Nacional sobre Desenvolvimento Humano em Moçambique afigura-se pertinente e justa: paz e crescimento económico, oportunidades para o desenvolvimento humano.

Este tema reflecte a franqueza e clareza de ideias dos autores deste trabalho relativamente à finalidade mais nobre da paz e do crescimento económico. Ou seja, que a melhoria da condição humana e das capacidades dos moçambicanos vai muito além da ausência de guerra e dum crescimento rápido da economia.

O Relatório aplica com perspicácia e criatividade a visão contida no conceito de desenvolvimento humano, definido desde o primeiro Human Development Report em 1990 como “o processo de alargamento das escolhas das pessoas”.

Mas para além do debate de qualidade que fornece sobre o tema escolhido, o Relatório é importante pelo menos por três outros motivos. Primeiro, ele reúne uma vasta gama de dados estatísticos dos mais actualizados. Estes, entre outros que serão publicados no futuro imediato, irão certamente permitir aprofundar a qualidade das análises da situação social e económica do país feitas por pesquisadores e instituições.

Segundo, o Relatório usa os dados disponíveis e as metodologias elaboradas pelos Relatórios Globais do Desenvolvimento Humano, contribuindo desta forma para uma estimativa mais actualizada do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Enquanto o Relatório Global do Desenvolvimento Humano 1998 do PNUD revelou recentemente que o IDH de Moçambique se manteve constante entre 1994 e 1995, as evidências aqui

apresentadas sobre as tendências do IDH nos últimos três anos são mais encorajadoras. Estima-se que o IDH tenha aumentado uma média de 12% ao ano entre 1995 e 1997, passando de 0,281 para 0,350 respectivamente. Se o País crescer no corrente ano, conforme o previsto, o IDH poderá atingir 0,357 em 1998.

O terceiro aspecto importante diz respeito à contribuição percentual dos três componentes do IDH. Como evidencia o Relatório, a esperança de vida e o nível educacional têm sido os componentes com maior peso na composição do IDH. Cada um destes dois componentes contribuiu nas duas últimas décadas com pouco mais de 40%. Em contrapartida, a contribuição do nível de vida para o IDH (medido pelo PIB real per capita) tem sido inferior a 20%. Isto significa que, durante cerca de duas décadas, o rendimento das pessoas constituiu o componente que menos contribuiu para o desenvolvimento humano da maioria dos moçambicanos.

Contudo, também a este nível, os dados disponíveis no Relatório permitem inferir que a situação do País parece estar a alterar-se em sentido positivo. O PIB per capita cresceu de US\$95 em 1995 para US\$128 em 1997, prevendo-se que atinja US\$143 em 1998. Como mostra o Relatório, este crescimento económico já se está a reflectir num aumento do IDH, e muito brevemente, a economia poderá converter-se no componente mais dinâmico do desenvolvimento humano dos moçambicanos.

Mas para isso, o Relatório insiste, o País precisará de mais crescimento económico, nunca menos. A grande questão sobre a qual o Relatório se interroga é: que tipo de crescimento?

É preciso não esquecer que a nível da África Austral, Moçambique tem o PIB per capita mais baixo, os índices de escolarização mais precários e um dos mais baixos índices de esperança de vida.

O baixo nível e a fragilidade dos índices de desenvolvimento humano resumizam os enormes desafios que Moçambique terá de enfrentar para assegurar a consolidação da paz, da democracia e da reconciliação nacional. O crescimento económico não pode ser apenas em termos quantitativos. A melhoria da condição humana da população e um verdadeiro enriquecimento da vida dos moçambicanos são indispensáveis e urgentes. Por isso, a questão colocada para debate pelo Relatório é legítima e oportuna.

Este primeiro Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano patrocinado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) visa impulsionar uma reflexão, por parte dos próprios cidadãos, sobre os desafios de desenvolvimento que Moçambique está a enfrentar.

As análises contidas no Relatório resultam duma parceria profissional entre pesquisadores predominantemente moçambicanos independentes do próprio PNUD. As ideias expressas no Relatório não reflectem necessariamente a visão do PNUD. Mas o mais importante é que os próprios intelectuais moçambicanos responderam ao desafio com entusiasmo; reuniram-se num colectivo profissional que analisou, de forma rigorosa, sistemática e crítica, aspectos relevantes sobre o desenvolvimento em Moçambique.

Desde o início, a ênfase do PNUD foi sempre de colocar moçambicanos à frente deste trabalho, para que eles próprios debatessem os problemas do desenvolvimento do seu país. A iniciativa começou a partir de alguns encontros informais nos quais se reuniam individualidades de diversas esferas da vida social, económica e política do país.

O grupo alargado viria a estabelecer, mais tarde, um grupo mais

operacional, ao qual coube a tarefa de conceptualização do Relatório e controle da sua qualidade técnica. Vários académicos e pesquisadores independentes envolveram-se na elaboração do conteúdo de cada capítulo. Uma organização independente de pesquisa foi encarregue de providenciar o secretariado, edição e produção do relatório. O PNUD limitou-se ao papel de moderador, financiador e impulsionador do trabalho.

Este *modus operandi* representou uma certa inovação na forma de trabalhar do PNUD em Moçambique. Mas ela baseou-se na filosofia de parceria inteligente que o PNUD subscreve integralmente. É este tipo de funcionamento abrangente e participativo que o PNUD pretende abraçar no futuro, não só a nível de futuros Relatórios Nacionais de Desenvolvimento Humano, mas no âmbito de outras iniciativas.

Esta experiência com o primeiro Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano em Moçambique foi gratificante. Para além do produto intelectual de qualidade consubstanciado neste relatório, estamos confiantes que todos aqueles que participaram no processo da sua elaboração ampliaram as suas próprias capacidades analíticas.

Sinto-me extremamente satisfeito com este Relatório e subscrevo a posição dos seus autores quando afirmam, na Introdução, que o seu propósito não é serem restritivos e lineares nas reflexões aqui apresentadas. O Relatório pretende ser apenas uma contribuição para um debate mais amplo e construtivo sobre as dificuldades, os desafios e as oportunidades de desenvolvimento em Moçambique.

Emmanuel Dierckx de Casterlé
Representante Residente do PNUD
Maputo, Dezembro 1998

EQUIPA DE PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO

Equipa de redacção

Editor Executivo: António Gumende

Editor Consultor: António A. S. Francisco

Autores/Contribuintes

Amélia Zambeze, António A. S. Francisco, António Gumende, Carlos Machili, Christopher Crammer, Dionisio Cherewa, Elias Matlombe, Filipe Pitrosse, Gabriel Dava, Iraê Lundin, João Machatine, John Weeks, José Oscar Monteiro, Magid Osman, Manuel de Araújo, Mia Couto, Paulo Zucula, Roberto Tibana, Sérgio Cassamo, Virgílio Juvane, Vitória Ginja, Yussuf Adam, Zacarias Ivala.

Grupo de Trabalho

José Oscar Monteiro (Presidente), António Gumende, Iraê Lundin, Vitória Ginja, Manuel de Araújo, João Carrilho, Henny Matos, Emmanuel Dierckx de Casterlé, Daphne Casey, Artur Gobe, Amélia Zambeze.

Painel de Debate

Bernardo Ferraz, Brazão Mazula, Akbar Usmani, Amélia Zambeze, Angélica Salomão, Artur Gobe, Magid Osman, Daphne Casey, Emmanuel Dierckx de Casterlé, Galamiel Munguambe, João Carrilho, João Dias Loureiro, José Oscar Monteiro, Julieta Langa, Mark Stirling, Peter Peek, Phyllis Johnson, Vitória Ginja, Virgínia Matabele, Virgínia Videira, Yussuf Adam.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Organização Internacional do Trabalho

Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral

Relatório do Desenvolvimento Humano de Moçambique

ÍNDICE

PREFÁCIO

INTRODUÇÃO

PARTE I - PAZ E CRESCIMENTO ECONÓMICO: OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Capítulo 1 - Quadro conceptual e operacional para o desenvolvimento humano

- O que é desenvolvimento humano?
- O que é desenvolvimento humano sustentável?
- Que medidas do desenvolvimento humano já foram criadas?
- Como medir o desenvolvimento humano através do IDH
- Por uma investigação do desenvolvimento humano dentro do país

Capítulo 2 - Situação geral do desenvolvimento humano em Moçambique

- País e população
 - Evolução e tamanho da população
 - Composição da população
- Sobrevivência e reprodução
- Educação e desenvolvimento humano
 - Os efeitos da paz
- Desenvolvimento humano em Moçambique, na região e no mundo
- Evolução do desenvolvimento humano em Moçambique e países vizinhos
- Estimativas do IDH entre 1996 e 1998

PARTE II - DA INSEGURANÇA NACIONAL PARA A SEGURANÇA HUMANA

Capítulo 3 - Que Transição para Moçambique?

- Segurança humana e desenvolvimento humano
- Segurança humana e paz social
 - Paz social e segurança política
 - Quais os dividendos da paz?
 - A transição da guerra para a paz
- Reconciliação e o capital social Moçambicano
 - Conflito, justiça e reconciliação na tradição africana
 - Binómio reconciliação-estado moderno: Complemento ou impedimento?
 - O desencontro e as perspectivas de encontro
- Paz social, democratização e descentralização
 - Aspectos principais da Lei das Autarquias
 - Os fundamentos da municipalização
 - Para além da municipalização

Capítulo 4 - Transição económica: que implicações para o desenvolvimento humano?

- Economia em transição: da economia de carência para a segurança económica
 - Porquê um dos países mais pobres do mundo?
 - Características e causas da crise
- Ajustamento estrutural e restabelecimento do crescimento económico: 1985-1997
 - Reformas no sector produtivo

- Agricultura e desenvolvimento
- Implicações da política agrária
- A resposta do Governo
- Produção e rendimentos no sector manufactureiro
- Comportamento dos rendimentos
- A correcção dos desequilíbrios macro-económicos
- Défi ce estrutural da balança comercial
- Gestão cambial: taxas flutuantes para servir a quem?
- Preços relativos: Quem provoca as distorsões?
- Crescimento e desenvolvimento em Moçambique: uma ligação forte, fraca ou desequilibrada?
- Um estudo de caso: a controvérsia sobre o cajú
 - Tendências no mercado internacional
 - Matéria prima: produtores versus comerciantes
 - Processamento: o mosaico da concorrência
 - O debate sobre a liberalização do cajú: Banco Mundial, Governo e industriais
 - O impacto das alterações no quadro de políticas
 - Reacção dos preços e redução da pobreza
 - A pobreza como limitante
 - Os requisitos para uma indústria viável
 - Os requisitos da política do cultivo de cajú
- Políticas agrícolas e agro-industriais emergentes
 - As chances de Moçambique: ainda o exemplo do cajú
 - Implicações do debate sobre o cajú para outros sectores

Capítulo 5 - Por uma Estratégia de Desenvolvimento Humano Rápido

- Três opções, uma única via para a redução acelerada da pobreza
- Obstáculos e oportunidades
 - A liberalização conduz automaticamente à erradicação da pobreza?
 - Alguns sucessos Africanos no processamento de produtos primários
- Por um estratégia de desenvolvimento humano rápido
 - Fortalecer as ligações entre crescimento e desenvolvimento
 - A necessidade dum investimento massivo na formação humana
 - O papel do Estado e outras instituições
- Que perspectivas para o futuro?

LISTA DE CAIXAS

- Caixa 1.1. Desenvolvimento Humano: Para Além das Palavras
- Caixa 1.2. Conceito de desenvolvimento humano: perspectiva histórica
- Caixa 1.3. Cartilha do Índice de Desenvolvimento Humano
- Caixa 1.4. O que contêm os RsGDH internacionais
- Caixa 2.1 Projecto de Política Nacional de População
- Caixa 3.1. Estado de Direito
- Caixa 3.2. *C'henjera mina* ... O despontar da desminagem de impacto
- Caixa 3.3. Transição-Tradição
- Caixa 3.4. Quando o crime compensa
- Caixa 3.5. Redes sociais de protecção e desenvolvimento humano
- Caixa 3.6. Media: a "Nação" fala ...o País escuta
- Caixa 4.1. Crescimento económico e desenvolvimento humano: uma ligação indispensável, mas não automática
- Caixa 4.2. Sindicatos e Ajustamento Estrutural
- Caixa 4.3. Doadores: agências de contenção ou partes interessadas?
- Caixa 5.1. O País dos projectos bilionários
- Caixa 5.2. A pobreza em Moçambique ... urna realidade que é preciso enfrentar
- Caixa 5.3. Ligações que levam do crescimento ao desenvolvimento humano

Caixa 5.4. As Chances de Uma Economia Virada para Dentro

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 2.1. Crescimento da população, 1950-1997
- Gráfico 2.2. Evolução da população, 1990-2000
- Gráfico 2.3. Composição da população por sexos, 1980 e 1997
- Gráfico 2.4. Tamanho médio dos agregados familiares, 1980 e 1997
- Gráfico 2.5. Mortalidade Infantil
- Gráfico 2.6. Taxa global de fecundidade por província, 1997
- Gráfico 2.7. Percentagem de jovens de 15-19 anos que já iniciaram a maternidade, 1997
- Gráfico 2.8. Evolução da rede escolar do Ensino Primário do 1º Grau, 1983-1992
- Gráfico 2.9. Estimativa da contribuição dos componentes do IDH, 1960-1995
- Gráfico 2.10. Evolução do Produto Interno Bruto, 1990-1997
- Gráfico 2.11. Estimativa da contribuição dos componentes do IDH, 1990-1998
- Gráfico 3.1. Quadro analítico: da insegurança nacional para segurança humana
- Gráfico 3.2. Percentagem do total de gastos com a defesa e com educação e saúde, 1985-1997
- Gráfico 4.1. Evolução do Produto Interno Bruto, 1980-1997
- Gráfico 4.2. Evolução do PIB per capita, 1987-1997
- Gráfico 4.3. Perfil etário da população rural
- Gráfico 4.4. Estrutura da produção agrícola, campanha 1995-1996
- Gráfico 4.5. Volume de castanha comercializada e tendências dos preços ao produtor, 1987-1997
- Gráfico 5.1. Distribuição dos agregados familiares nacionais por receitas mensais per capita, 1997

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1.1. IDH, IDS, IPH-1, IPH-2: Componentes iguais, medidas diferentes
- Quadro 1.2. Cálculo do IDH de Moçambique, 1994 e 1995
- Quadro 2.1. Evolução da população total por sexos e taxa de crescimento, 1950-1991
- Quadro 2.2. População enumerada por sexos e densidade populacional, segundo províncias e regiões, Censo 1997
- Quadro 2.3. Posição de Moçambique na África Austral e no mundo, 1995
- Quadro 2.4. Índice do Desenvolvimento Humano Ajustado aos Sexos, 1995
- Quadro 2.5. Comparação das estimativas do PIB per capita nos Anuários Estatísticos de 1996 e 1997
- Quadro 2.6. Estimativa preliminar do IDH em Moçambique, 1996-1998
- Quadro 3.1. Gastos com a Defesa, Saúde e a Educação, 1985-1997
- Quadro 4.1. Indicadores básicos de crescimento económico de Moçambique, 1960-1980
- Quadro 4.2. Indicadores de crescimento económico, 1980-1990
- Quadro 4.3. Indicadores da evolução da indústria manufactureira em Moçambique
- Quadro 4.4. Saldos da balança comercial, 1980-1997
- Quadro 4.5. Tendência mundial na produção de castanha de cajú
- Quadro 4.6. Reacção hipotética da oferta de castanha de cajú
- Quadro 5.1. Exemplo duma distribuição hipotética dos resultados da expansão económica

LISTA DAS ESTATÍSTICAS

- Quadro 1. Estimativa e projecção da população total, 1990-2000
- Quadro 2. Estimativa e projecção da população total segundo sexo e idade 1990-2000 (Homens)
- Quadro 3. Estimativa e projecção da população total segundo sexo e idade 1990-2000 (Mulheres)
- Quadro 4. Estimativa e projecção da população total segundo sexo e idade 1990-2000 (Ambos os sexos)
- Quadro 5. Estimativa e projecção da população total por províncias 1990-2000 (Homens)
- Quadro 6. Estimativa e projecção da população total por províncias 1990-2000 (Mulheres)
- Quadro 7. Estimativa e projecção da população total por províncias 1990-2000 (Ambos os sexos)
- Quadro 8. Habitação e agregados familiares por províncias, 1997
- Quadro 9. Taxa global de fecundidade (TGF), gravidez, por características sócio-demográficas
- Quadro 10. Características das habitações, distribuição percentual de agregados familiares por características das habitações, segundo área de residência, IDS 1997
- Quadro 11. Serviços prestados, 1993-1997
- Quadro 12. Infraestrutura do serviço nacional de saúde, 1995-1997
- Quadro 13. Disponibilidade e utilização de recursos por províncias, Setembro, 1996
- Quadro 14. Número de consultas pré-natais, 1996-1997
- Quadro 15. Número de partos institucionais por províncias, 1996-1997
- Quadro 16. Número de consultas para controle da criança de 0-4 anos por províncias 1996-1997
- Quadro 17. Evolução do número de casos segundo as doenças de notificação obrigatória, 1992-1997
- Quadro 18. Evolução do número de óbitos segundo as doenças de notificação obrigatória, 1992-1997
- Quadro 19. Taxa de letalidade das doenças de notificação obrigatória, 1992-1997
- Quadro 20. Taxa de baixo peso à nascença, 1994-1997
- Quadro 21. Evolução das taxas de cobertura da saúde materno infantil, 1990-1997
- Quadro 22. População vacinada segundo tipos de vacinas, 1992-1997
- Quadro 23. Evolução das taxas de cobertura do Programa Alargado de Vacinações, 1992-1997
- Quadro 24. Casos de SIDA diagnosticados segundo ano e sexo
- Quadro 25. Casos de SIDA diagnosticados segundo ano e região
- Quadro 26. Distribuição percentual do número de casos de SIDA por grupo etário e sexo
- Quadro 27. Adopção e orfandade – distribuição percentual das crianças menores de 15 anos, por sobrevivência e residência dos pais, segundo idade da criança, sexo, área de residência, IDS 1997
- Quadro 28. População que sabe falar português por grandes grupos de idade, segundo sexo e domínio (Amostra)
- Quadro 29. População que sabe falar por domínio do português e sexo segundo língua em que aprendeu a falar (Amostra)
- Quadro 30. Nível de escolaridade da população feminina de 6 anos e mais por níveis de ensino alcançado segundo características seleccionadas, IDS

- 1997
- Quadro 31. Nível de escolaridade da população masculina de 6 anos e mais por níveis de ensino alcançado segundo características seleccionadas, IDS 1997
- Quadro 32. Escolas existentes segundo o nível de ensino público, 1980-1997
- Quadro 33. Alunos matriculados por níveis de ensino público, 1980-1997
- Quadro 34. Professores existentes por níveis de ensino público, 1980-1997
- Quadro 35. Relação média aluno por professor por níveis de ensino público, 1980-1997
- Quadro 36. Escolas, alunos matriculados e professores existentes por nível de ensino público, 1997
- Quadro 37. Ensino privado – evolução dos efectivos escolares, 1993-1997
- Quadro 38. Unidades existentes e observadas, alfabetizandos existentes por sexo e repetentes, 1996
- Quadro 39. Estrutura (%) das unidades existentes e observadas, alfabetizandos por sexo e repetentes, 1996
- Quadro 40. Número de membros do Conselho de Ministros segundo os cargos e o sexo
- Quadro 41. Número de deputados por bancada e sexo
- Quadro 42. Rede de estradas por províncias, 1996
- Quadro 43. Tipos de superfícies das estradas classificadas por províncias, 1996
- Quadro 44. Veículos existentes por província
- Quadro 45. Estimativas da força de trabalho, 1980-2000
- Quadro 46. Distribuição da população ocupada por sexo e actividade
- Quadro 47. Trabalhadores e remunerações de uma amostra de estabelecimentos segundo actividade, 1996
- Quadro 48. Trabalhadores por categoria e sexo de uma amostra de estabelecimentos por actividade, 1996
- Quadro 49. Estrutura percentual dos trabalhadores segundo a categoria e o sexo por actividade, 1996
- Quadro 50. Remuneração média mensal por trabalhador segundo a categoria e sexo por actividade, 1996
- Quadro 51. Situação na última semana da população de 7 anos e mais por grandes grupos de idade segundo províncias, sexo e situação de actividade
- Quadro 52. Total de agregados familiares com receita por províncias segundo intervalos de receita mensal
- Quadro 53. Total de agregados familiares com receita por províncias segundo intervalos de receita mensal per capita
- Quadro 54. Estrutura do total de agregados familiares com receita por províncias segundo intervalos de receita mensal per capita
- Quadro 55. Superfície total cultivada por província
- Quadro 56. Saldos monetários no fim do período, 1991-1997
- Quadro 57. Índice de preços no consumidor 1995-1997 – Cidade de Maputo
- Quadro 58. Balança de pagamentos, 1995-1997
- Quadro 59. Execução do orçamento do estado – receitas cobradas, 1995-1997
- Quadro 60. Execução do orçamento do estado – despesas, 1995-1997
- Quadro 61. Execução do orçamento do estado – deficit e financiamento, 1995-1997
- Quadro 62. Produto Interno Bruto (PIB) por tipo de despesa, 1995-1997
- Quadro 63. Despesa interna – taxa de crescimento dos deflactores, 1995-1997
- Quadro 64. Indicadores macro-económicos, 1990-1997

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

LISTA DE ABREVIATURAS

EQUIPA DE PREPARAÇÃO DO RELATÓRIO

LISTA DE ABREVIATURAS

DNE	Direcção Nacional de Estatística
FMI	Fundo Monetário Internacional
HDR	Human Development Report
HIV	Vírus de Imunodeficiência Humana
IAF	Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos
IDS	Inquérito Demográfico e de Saúde
INDER	Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPH	Índice de Pobreza Humana
MPF	Ministério do Plano e Finanças
ONG	Organizações Não-Governamentais
PIB	Produto Interno Bruto
PNP	Política Nacional de População
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC	Paridade dos Poderes de Compra
PRE	Programa de Reabilitação Económica
PRES	Programa de Reabilitação Económica e Social
PROAGRI	Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RsGDH	Relatórios Globais de Desenvolvimento Humano
SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
TGF	Taxa Global de Fecundidade

Introdução

Paz e crescimento económico, com ou sem desenvolvimento humano? Este é o grande desafio com que se defronta Moçambique, este país da África Austral onde a maioria do seu povo deseja ardentemente duas coisas: que a guerra devastadora que sofreu até 1992 nunca mais volte a acontecer; que a revitalização do crescimento económico emergente promova o seu desenvolvimento.

Estarão estas ansiedades a realizar-se? Quem está a beneficiar com a Paz? Se actualmente existe crescimento em Moçambique, existe crescimento de quê e para quem? Crescimento da pobreza absoluta para a vasta maioria, ou crescimento de rendimentos ostentosos para uma pequena minoria? Crescimento da segurança social e civil, ou crescimento da criminalidade? Crescimento económico que promove o desenvolvimento humano dos Moçambicanos, ou crescimento que é exportado para amenizar o endividamento do país? Crescimento da democracia e participação, ou crescimento da apatia política e abstenção? Crescimento equitativo do desenvolvimento humano, ou aprofundamento desumano das desigualdades entre os sexos, grupos sociais, regionais, étnicos e raciais?

Estas, entre muitas outras interrogações, são extremamente relevantes para Moçambique de hoje. São questões que preocupam e incomodam a maioria das pessoas, pois reflectem dificuldades e ansiedades profundas dos Moçambicanos. Por isso, elas são insistentemente discutidas a diversos níveis: desde instâncias políticas e governamentais, passando pela extensiva troca de opiniões nos meios de comunicação, até às conversas informais diárias entre as pessoas.

As dúvidas sobre o futuro de Moçambique não derivam dum cepticismo e descrédito sem fundamento. Pelo contrário, elas resultam de causas profundas que ultrapassam as próprias fronteiras de Moçambique.

Na verdade, muitos outros países, em África e no mundo em geral, não sofreram os conflitos armados e mudanças radicais que Moçambique viveu nas últimas duas décadas. Contudo, esses países também enfrentam sérias dificuldades em assegurar que o crescimento económico e desenvolvimento humano caminhem juntos e de forma articulada. Isto significa que o divórcio entre crescimento económico e desenvolvimento humano não é uma fatalidade exclusiva a Moçambique, mas um problema que afecta todos os países. Por isso, o tipo de interrogações aqui colocadas são também discutidas frequentemente em fóruns, conferências e imprensa internacional. Elas preocupam e são relevantes para a maioria das pessoas de todo o mundo.

A ideia que a ligação entre crescimento económico e desenvolvimento humano não é automática tem sido vigorosamente discutida na série de trabalhos publicados pelo Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD), aqui designados como Relatórios Globais de Desenvolvimento Humano (RsGDH).

Os oito RsGDH publicados anualmente, desde 1990, têm investigado uma grande diversidade de questões fundamentais ao desenvolvimento. Eles têm-no feito através dum enquadramento conceptual e metodológico que conduz a resultados confiáveis e úteis para que os decisores políticos e planificadores possam conceber estratégias de desenvolvimento mais adequadas para os seus países. E, talvez mais importante ainda, os RsGDH têm realizado a sua investigação segundo uma visão explicitamente mais centrada nas capacidades humanas do que as perspectivas internacionalmente aceites até ao início da década de 90.

Desde o surgimento do primeiro RGDH, esta série de trabalhos tem desafiado duas ideias intimamente ligadas: (i) que todo o crescimento económico promove automaticamente o desenvolvimento humano; (ii) que o crescimento económico está, nas fases iniciais, inevitavelmente associado a uma deterioração na distribuição do rendimento da maioria da população dum país.

A visão teórica apresentada nos RsGDH contraria as perspectivas tradicionais, e isto tem implicações políticas e práticas imediatas importantes para países como Moçambique.

Se a ligação entre crescimento económico e desenvolvimento não é automática, então os vínculos de tal ligação têm de ser criados. Ou, como sustenta o RDH 1996, 'têm de ser deliberadamente forjados e regularmente fortificados por uma política de gestão qualificada e inteligente'.

O presente trabalho representa a primeira tentativa de preparação dum relatório nacional sobre o desenvolvimento humano inspirada na tradição dos oito RsGDH já publicados.

A associação deste relatório nacional com os RsGDH não visa refugiar a análise aqui elaborada na autoridade científica e política que os RsGDH já granjearam a nível internacional. Mais do que um apelo à autoridade, este trabalho encontrou nos RsGDH um dispositivo analítico e metodológico operativos e úteis para o aprofundamento do debate sobre o desenvolvimento em Moçambique.

Sendo este o primeiro relatório de âmbito nacional, a Parte I deste trabalho começa por apresentar a base analítica e metodológica em que assenta a nova visão sobre desenvolvimento.

Tal visão centra-se em torno do conceito de 'desenvolvimento humano'. Trata-se dum conceito simples e acessível ao pensamento comum, mas que na verdade sintetiza uma grande complexidade.

Um outro aspecto importante tratado no Capítulo 1 diz respeito à forma com o conceito de desenvolvimento humano tem sido transformado em indicadores de medição operacionais. Assim, o Capítulo 1 define o conceito de desenvolvimento humano, mostra como este conceito tem sido convertido em índices específicos, tais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de Desenvolvimento Ajustado aos Sexos (IDS), e o Índice de Pobreza Humana (IPH).

O Capítulo 1 também explica o cálculo do IDH a partir do exemplo de Moçambique e relativamente a 1994 e 1995, os dois anos mais recentes para os quais existem dados confiáveis.

O Capítulo 2 fornece uma breve descrição da situação do desenvolvimento humano em Moçambique comparando-a à situação nos países vizinhos, da África Austral e África Sub-sahariana, bem como no mundo em geral. Ainda neste Capítulo 2 apresentam-se algumas considerações sobre possíveis pistas de pesquisa futura em torno do IDH para estudo das diferenças regionais, provinciais, entre os sexos e as principais etnias.

A Parte 2 do relatório explora a questão fundamental posta em debate por este relatório: paz e crescimento económico, com ou sem desenvolvimento humano?

O argumento principal nesta segunda Parte deste trabalho é que Moçambique precisa de garantir uma transição da insegurança nacional para uma segurança humana real.

A segurança humana integra duas grandes componentes: liberdade do medo e liberdade das carências. Enquanto a liberdade do medo pode ser alcançada através duma paz

social efectiva, a liberdade das carências só pode ser conseguida pelo desenvolvimento humano sustentável.

O Capítulo 3 concentra-se no primeiro componente da segurança humana: liberdade do medo e o instrumento para a sua realização: a paz social. Este capítulo mostra que a sociedade Moçambicana possui mecanismos de consolidação e preservação da paz social e não só de adiar conflitos armados e guerra. O Capítulo 3 analisa os mecanismos que podem fortalecer a paz social, incluindo a articulação dos instrumentos e métodos de justiça do Estado Moderno e as práticas tradicionais de justiça. Neste contexto, a construção e consolidação dum Estado Moderno passa pela criação de mecanismos de participação ampla das pessoas e, por isso, uma descentralização administrativa efectiva.

Contudo, por quanto tempo poderá a liberdade do medo e dos atentados contra a vida sobreviver sem liberdade das carências? Certamente não por muito tempo.

Assim, o Capítulo 4 aborda o segundo dois grandes componentes da liberdade humana: a liberdade das carências.

O factor determinante para a prosperidade e desenvolvimento humano dos Moçambicanos não é a existência de vastos e ricos recursos naturais no seu país. O que é determinante é a forma como tais recursos expandem o bem estar das pessoas.

O objectivo do Capítulo 4 não é analisar, de forma exaustiva, a situação sócio-económica de Moçambique. Mais importante para o propósito deste Relatório Nacional é colocar em debate a questão fundamental aqui enunciada.

Assim, o Capítulo 4 começa por discutir, por um lado, alguns aspectos importantes das reformas nos sectores produtivos e, por outro, as correcções dos desequilíbrios macro-económicos, nomeadamente: na estrutural da balança comercial, na gestão cambial e nos preços relativos.

A parte final do Capítulo 4 é dedicada a um estudo de caso que ilustra o impacto das actuais políticas sócio-económicas e desafios do processo de desenvolvimento em Moçambique. O caso debatido diz respeito à controvérsia sobre o desenvolvimento da produção de cajú. Trata-se dum caso interessante e útil para se compreender a complexidade dos vínculos e agentes do crescimento económico e do desenvolvimento humano em Moçambique.

O caso do caju não é o único. Mas é talvez um dos mais ilustrativos e fascinantes pela forma como permite articular os principais intervenientes na ligação entre crescimento e desenvolvimento. Primeiro, a castanha de cajú figura entre as principais culturas de rendimento e fontes de divisas. Em meados da década de 90, as exportações de castanha de caju representaram a terceira fonte de receitas de exportação para Moçambique, a seguir ao camarão e algodão (INE, 1996). Segundo, o cajú envolve a agricultura e a indústria, bem como o comércio interno e o comércio externo. Terceiro, a controvérsia sobre a política do cajú levantou questões importantes sobre a influência dos preços de produção e comercialização; o desenvolvimento dos recursos humanos, infra-estruturas e escolhas tecnológicas; e a questão do alívio à pobreza e formas de se garantir a liberdade das carências da população.

O Capítulo 5 resume e sistematiza a discussão realizada nos capítulos anteriores, em termos da finalidade primordial duma estratégia de desenvolvimento humano em Moçambique. Que estratégia poderá ser esta, quando se sabe que, às taxas de progresso prevaletentes nas duas últimas décadas, Moçambique precisaria de mais de dois séculos para alcançar o nível de IDH dos países industrializados? Só uma estratégia, ou melhor um

conjunto de estratégias articuladas que fortaleçam as ligações entre o crescimento económico e desenvolvimento humano.

Este trabalho mostra que durante as últimas duas ou três décadas as crises política, institucional e económica sabotaram o desenvolvimento humano dos moçambicanos. Porém, se a revitalização social e económica continuar ao ritmo actual, muito em breve o crescimento económico poderá ter dificuldades de se sustentar por causa do baixo nível de formação técnica e educação geral.

O valor deste trabalho sobre a situação do desenvolvimento humano em Moçambique será tanto maior quanto maior for o seu contributo para um debate profundo e construtivo sobre estratégias e programas adequados às necessidades da população moçambicana. Mas a qualidade dum tal debate depende, acima de tudo, da validade e relevância das questões que se discute, por um lado, e da qualidade dos dados empíricos, sobretudo estatísticos, em que as reflexões se baseiam, por outro.

Os dados estatísticos disponíveis nos anos recentes têm revelado problemas de consistência e actualização. Porém, em 1996 e 1997 o Instituto Nacional de Estatística (INE) preparou três fontes de dados nacionais muito importantes: O Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida, 1996-1997 (IAF); o Inquérito Demográfico e de Saúde, 1997 (IDS97); e o Recenseamento Geral de População e Habitação, 1997.

O Anexo Estatístico deste relatório está concebido de forma a cobrir as principais dimensões do desenvolvimento humano em Moçambique. Primeiro, apresenta-se um perfil demográfico da população. Segundo, os dados caracterizam as condições, capacidades e oportunidades sociais. Terceiro, os dados sobre as condições, capacidades e oportunidades económicas.

Este primeiro relatório não explora a enorme riqueza de informação que os inquéritos, censos e outras fontes nacionais de dados estatísticos permitem fazer. Por um lado, uma parte significativa de tais dados ainda não está disponível para uma análise detalhada. Por outro, a própria questão central escolhida para debate neste primeiro Relatório merece ser discutida, pelo menos numa primeira fase, nos termos gerais e nacionais que aqui se apresenta.

Se este Relatório se transformar no primeiro de muitos outros mais detalhados e aprofundados, no futuro imediato será possível realizarem-se reflexões mais exaustivas e assentes em dados confiáveis e actualizados sobre os progressos e as privações humanas dentro do país.

No final, o que se espera é que as questões e análises aqui apresentadas sejam úteis para os dirigentes políticos, técnicos e administrativos conceberem, implementarem, monitorarem e avaliarem o impacto das suas estratégias e programas de desenvolvimento.

Caixa 1.1

Desenvolvimento Humano: Para Além das Palavras



De: Mia Couto

As palavras “desenvolvimento” e “humano” merecem, desde logo, alguma interrogação. Entendemos da mesma maneira este termo? Por outro lado, pode-se falar de um desenvolvimento não humano? Terá havido algum desenvolvimento que não se tenha auto-proclamado como estando ao serviço da humanidade? Tudo isto parece tão óbvio que nos leva a concluir que esta qualificação

responde a um tipo de distorção anteriormente praticada. O simples facto de necessitarmos do epíteto “humano” denuncia, afinal, a necessidade de humanizarmos o desenvolvimento.

Durante tempos, entregou-se aos economistas e políticos a incumbência de desenvolver os países. Hoje aceita-se ter havido um certo desvio tecnocrata, reduzindo a indicadores quantificáveis aquilo que, de tão profundamente humano, não pode ser traduzido em números.

Não são as palavras, em si mesmas, que importam, mas o facto de termos, nos últimos anos gravitado em redor de palavras-chave. Em pouco tempo passamos do termo “crescimento” para um outro, tido como preferível: o desenvolvimento. Depois foi sendo preciso ajustar a palavra a modalidades politicamente mais aceitáveis. E passou-se a qualificar esse desenvolvimento de diversas maneiras para exaltar o seu lado positivo. Desde o qualificativo “harmonioso”, “equilibrado” ao adjectivo mais em voga, “sustentável”, o desenvolvimento foi um corpo que pediu vestes para que lhe continuássemos a estender o tapete vermelho.

Este investimento na aparência é um sintoma de que estamos perdidos, investindo em factores epidérmicos e procurando nas palavras a compensação para a falta de ideias novas, produtivas. Muda-se a casca, deixa-se intacto o fruto? Alteramos linguagens, mantemos os esquemas de pensamento?

O que pretendo levantar aqui não é o jogo de palavras. Não são os nomes que mudam as coisas. Importa-me ressaltar algo que é a forma fácil como embarcamos em modismos, fascinados por teorias de circunstância, prisioneiros de esquemas e modelos de análise.

Estamos perdendo um precioso capital, o último reduto da nossa autonomia - um pensamento próprio, uma maneira genuína e original de olhar o mundo. A eficácia dos nossos intelectuais e pensadores é medida pela forma como estes são capazes de gerir e aplicar modelos de pensamento fabricados em outros contextos e que se pretendem universais.

A maior arma que a nossa espécie teve para sobreviver foi a sua extraordinária imaginação e inventividade. Poderíamos chamar de Homo Inventivus em lugar de Homo Sapiens. As mudanças culturais nos últimos anos sucederam-se de forma tão rápida e com tal poder de dispersão que rapidamente se hierarquizaram os saberes e as culturas. Quando se fala de direito dos moçambicanos à instrução estamos “pensando” num certo e exclusivo tipo de escolarização.

A construção de escolas e formação de professores parece ser, sem nenhuma discussão, um indicador do tal desenvolvimento humano. Contudo, que programas escolares abraçamos, que sabedorias estamos veiculando nessas escolas? Que sabedorias e éticas indígenas são transmitidas na nossa educação? O estudante aprende a amar esse Moçambique feito de mosaicos e diferenças? Os nossos jovens aprendem o quê do exemplo prático dos seus professores? Reforçam a sua identidade com os outros, o seu amor pelo país?

A ideia que o acesso à ciência resolve problemas do futuro é um engano: acreditamos que a explicação do subdesenvolvimento reside em grande parte na impossibilidade de aplicarmos novas tecnologias. Bastaria removermos essa barreira e a riqueza nasceria. Existem duas maneiras de deitarmos fora a sabedoria dos mais velhos: uma é desprezá-la frontalmente e substituí-la pela chamada visão científica e moderna do mundo; outra é fazermos de conta que estamos interessados nela e tratamo-la como assunto exótico, próprio dos domínios do folclore ou da antropologia.

A única saída, porém, é incorporarmos o que essa sabedoria chamada de tradicional possui de dinâmico e fazermos uso das suas potencialidades para mudanças em nosso favor. O mundo da oralidade, de que os mais velhos são guardiões, deveria tornar-nos mais aptos a manejar o futuro.

O desenvolvimento humano tem um indicador impossível de medir: é a felicidade, que resulta de estarmos bem connosco próprios. O que nos faz correr para esse poder luz - o desenvolvimento? Grande parte da motivação provém de desejos positivos - o queremos sair da miséria. Mas outra parte dessa motivação resulta do desejo de nos afastarmos de nós mesmos, envergonhados do retrato que os outros fabricaram de nós.

A velocidade da globalização é ilusória. Parece que todos vivemos num mesmo tempo, num mesmo mundo global. Contudo, o tempo e o mundo são fragmentados e plurais.

Moçambique tem muitos Moçambiques dentro de si. A sua identidade é de tal modo diversa que uma política nacional deveria atender à multiplicidade e ao conhecimento e respeito das diversidades. Deveriam haver desenvolvimentos e não um, único, desenvolvimento.

Há alguns anos atrás, a guerra entregava-nos a angústia de não haver futuro. Agora, existe um futuro e, mais ou menos, todos temos acesso à sua invenção. Será que o futuro nos vê?

PARTE 1

PAZ E CRESCIMENTO ECONÓMICO: OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

Capítulo 1 - Quadro conceptual e operacional para o desenvolvimento humano

O que é desenvolvimento humano?

O conceito de ‘desenvolvimento humano’, na perspectiva proposta pelos RsGDH, surgiu pela primeira vez no Human Development Report (HDR) 1990, definido como “o processo de alargamento das escolhas das pessoas” (RDH, 1990: 10). O HDR 1990 introduziu este conceito começando por afirmar:

“As pessoas constituem a riqueza real duma nação. O objectivo básico do desenvolvimento é criar um ambiente adequado para que as pessoas possam gozar duma vida longa, saudável e criativa. Trata-se duma verdade que parece muito simples. Mas ela é frequentemente esquecida no meio das preocupações imediatas com a acumulação de mercadorias e riqueza financeira” (RDH, 1990: 9).

Desenvolvimento humano, concebido na perspectiva dos RsGDH, representa uma contribuição importante para a teoria de desenvolvimento. As preocupações que motivaram este conceito reflectem uma frustração crescente com as estratégias de desenvolvimento dominantes nas décadas de 1970 e 1980. Esta frustração não só é repetidamente debatida em cada um dos RsGDH, mas fica evidente na própria necessidade do uso do termo “humano” neste novo conceito de desenvolvimento. Como se interroga Mia Couto na Caixa 1.1: “Entendemos da mesma maneira este termo? ... pode-se falar de um desenvolvimento não humano?”.

Couto tem razão ao suspeitar “... que esta qualificação responde a um tipo de distorção anteriormente praticada. O simples facto de necessitarmos do epíteto ‘humano’ denuncia, afinal, a necessidade de humanizarmos o desenvolvimento”.

Na verdade, o conceito de desenvolvimento humano foi motivado por uma multiplicidade de factores, nomeadamente: a convicção que nem todo o crescimento económico conduziu ao alargamento da totalidade das capacidades humanas; a confusão entre meios e fins numa estratégia de desenvolvimento; a redução do desenvolvimento humano ao aumento do ‘capital humano’, concebido em termos do lucro que as pessoas produzem e não da valorização da vida e das escolhas humanas que vão bem mais longe do que o bem-estar económico.

Convém sublinhar, todavia, que os RsGDH sempre deixaram claro que o interesse pelo conceito de desenvolvimento humano não é novo. A Caixa 1.2 contém um extracto dum dos RsGDH com uma breve descrição das raízes históricas deste conceito.

Não é propósito deste Capítulo aprofundar o debate intelectual sobre os diversos conceitos de desenvolvimento existentes. O que se pretende destacar, principalmente para os leitores menos familiarizados com tal debate, é que o conceito de desenvolvimento humano não

aparece nesta década de 1990 por simples acaso, nem tão pouco sem um motivo estratégico específico.

Outro aspecto importante é o facto de que à primeira vista pode parecer que o conceito de desenvolvimento humano é demasiado simples para merecer ser considerado original e mais operacional que muitos outros. Mas a definição simples de desenvolvimento humano tem uma simplicidade enganadora. Ela não só é mais rica e complexa do que parece à primeira vista, como aponta para importantes revisões nas estratégias e programas de desenvolvimento actualmente praticados.

Claro que, à semelhança do que acontece com qualquer conceito de desenvolvimento, existem nele aspectos que são extremamente difíceis de quantificar. Porém, entre os inúmeros aspectos do desenvolvimento total das capacidades humanas existentes, os RsGDH identificaram três que são indispensáveis para que as pessoas possam expandir as suas oportunidades na vida: viverem uma vida mais longa e saudável, serem instruídas, e gozarem dum nível de vida adequado.

Sejam quais forem as limitações desta operacionalização do conceito de desenvolvimento, ela revelou-se original e efectiva para diversos propósitos. Primeiro, os RsGDH reconhecem que o desenvolvimento total das capacidades humanas envolve múltiplas escolhas, para além das três dimensões acima referidas, como seja: liberdade política, garantia de outros direitos humanos, dignidade, auto-respeito e respeito dos outros. Contudo, a transformação do conceito abstracto e bastante genérico de ‘desenvolvimento humano’ em definições operacionais e indicadores de medição de dimensões específicas das capacidades humanas revelou-se bastante efectiva para o debate sobre desenvolvimento.

Caixa 1.2

Conceito de desenvolvimento humano: perspectiva histórica

O interesse pelo conceito de desenvolvimento humano não é novo. Nem tão pouco as preocupações de sustentabilidade. O actual atraso em relação ao desenvolvimento humano significa reivindicar uma velha herança oficializada, mais do que importar ou implantar um novo afastamento.

As raízes do conceito de desenvolvimento humano estão, muitas vezes, traçadas nos primórdios da história humana, em muitas culturas e religiões. Aristóteles escreveu que “a riqueza não é apenas um meio para alcançar qualquer coisa”. Preocupação idêntica reflectiam os escritos dos fundadores da primitiva economia quantitativa (William Petty, Gregory King, François Quesnay, Antoine Lavoisier e Joseph Lagrange) e os trabalhos dos pioneiros da economia política (Adam Smith, Robert Malthus, Karl Marx e John Stuart Mill). Quando Adam Smith, apóstolo do livre empreendimento e da iniciativa privada, exprimiu a preocupação de que o desenvolvimento económico deveria habilitar uma pessoa a misturar-se livremente com outros sem ficar “envergonhado de aparecer em público”, ele estava a expressar um conceito de pobreza que foi além da contagem de calorias - um conceito que integrava o indigente na corrente mais forte da comunidade ...

... Apenas no decurso do século XX as ciências sociais se vão relacionar cada vez mais com as economias, e estas mais com a riqueza do que com o povo, mais com a economia do que com a sociedade, mais com a maximização do rendimento do que com o aumento das oportunidades do povo. Embora a obsessão pelo materialismo seja recente, a preocupação dos economistas e dos políticos pelo aumento do “tesouro nacional”, por balanços comerciais excedentes, tem origem no mercantilismo, que dava preferência ao sucesso material em detrimento do desenvolvimento das vidas humanas.

A tradição contemporânea dominante de abordagem exclusiva de variáveis como produto nacional bruto per capita ou riqueza nacional é a continuação, certamente intensificada, da aproximação na linha da velha teoria da orientação para a opulência. A atitude de considerar a humanidade como instrumento de produção em vez da universalidade do direito à vida, encaixa perfeitamente na reputação da ciência económica como “ciência sombria”.

Fonte: RDH, 1994: 14

Segundo, os índices específicos derivados do conceito de desenvolvimento humano têm permitido desafiar as ideias convencionais sobre desenvolvimento. Um dos objectivos principais dos RsGDH tem sido fornecer uma alternativa aos tradicionais conceitos economicistas usados nas análises sobre desenvolvimento. Entre as ideias mais discutidas e questionadas nos RsGDH destacam-se: i) a que reduz, ou assume que a ligação entre crescimento económico e desenvolvimento humano é automática; e ii) a que defende que, na fase inicial do crescimento económico, a deterioração na distribuição dos rendimentos é inevitável. Ou seja, os benéficos da revitalização da economia só chegam para uma minoria de ricos (RDH, 1990, 1996).

O que é desenvolvimento humano sustentável?

O desenvolvimento humano é o fim mais nobre de todas as formas de desenvolvimento: económicas, políticas, sociais, e culturais. A sua finalidade é o que as pessoas sejam capazes de ser e fazer. Qual é a sua esperança de vida? Têm uma vida saudável? São capazes de ler, escrever e aumentar os seus conhecimentos para beneficiarem dos enormes progressos científicos e técnicos actualmente existentes no mundo? Em que condições vivem? Têm meios financeiros e materiais para uma vida aceitável? Vivem em paz e livres da ameaça às pessoais e políticas? As instituições e autoridades da sociedade garantem o respeito pela dignidade do indivíduo, incluindo as suas opiniões e opções políticas, religiosas e morais?

Mesmo se as respostas às questões aqui colocadas são positivas, é importante que o processo de alargamento das escolhas das pessoas não comprometa a possibilidade das gerações vindouras também satisfazerem as suas necessidades e ansiedades.

É esta a razão por que nos anos mais recentes tanto se tem insistido que o desenvolvimento humano deve ser sustentável. Tal como James Gustave Speth, Administrador to PNUD, afirma:

“O desenvolvimento humano sustentável é um desenvolvimento que não gera apenas crescimento económico, mas distribui também os seus benefícios imparcialmente. Regenera o ambiente em vez de o destruir; fortalece o povo em vez de o marginalizar. É o desenvolvimento que dá prioridade aos pobres, alargando as suas escolhas e oportunidades, proporcionando-lhes uma participação nas decisões que afectam as suas vidas. O desenvolvimento é favorável ao povo e à qualidade dos empregos, favorecendo as mulheres” (Speth, 1994: iii).

Que medidas do desenvolvimento humano já foram criadas?

O primeiro RDH, publicado em 1990, propôs um índice de medida geral do desenvolvimento humano, o que passou a ser conhecido como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Este índice integra três dimensões fundamentais: longevidade, nível educacional, e padrão de vida. Estas três dimensões humanas são expressas, para efeitos de medição, pelas seguintes variáveis: o índice de esperança de vida à nascença, o índice educacional, medido por uma combinação da alfabetização adulta com a taxa de escolaridade conjunta do ensino primário, secundário e superior; e nível de vida, medido pelo PIB real per capita (dólares PPC - paridade dos poderes de compra).

Para além duma medida agregada e geral do desenvolvimento humano num dado país, o IDH permite colocar cada país do mundo numa perspectiva global. Nos RsGDH os países de todo o mundo são classificados em três grupos:

- Países com desenvolvimento humano baixo (IDH até 0,499);
- Países com desenvolvimento humano médio (IDH entre 0,500 e 0,799).
- Países com desenvolvimento humano elevado (IDH igual ou superior a 0.800).

Dado que o conceito de desenvolvimento humano é muito mais vasto do que o IDH revela, os RsGDH têm vindo a construir índices mais específicos e desagregados, sendo de salientar os seguintes:

IDS - Índice de desenvolvimento ajustado aos sexos

O IDS foi introduzido no RDH de 1995. Este índice utiliza as mesmas variáveis do IDH, apenas com a seguinte diferença: o IDS ajusta a realização média de cada país em esperança de vida, nível educacional e rendimentos, de acordo com a disparidade nas realizações das mulheres e dos homens. Quanto maior for a disparidade no desenvolvimento humano básico, menor será o IDS dum país comparado com o IDH (RDH, 1997: 124)

Caixa 1.3

Cartilha do Índice de Desenvolvimento Humano

Porque necessitamos dum índice do desenvolvimento humano?

Porque o progresso nacional não pode ser medido apenas pelo PNB, muitas pessoas têm procurado uma melhor e mais completa medida sócio-económica. O índice do desenvolvimento humano é uma contribuição para essa pesquisa.

O que é que abrange o IDH?

O IDH é composto por três componentes básicos do desenvolvimento humano: longevidade, conhecimento e padrão de vida. A longevidade é medida pela esperança de vida. O conhecimento é medido pela combinação da alfabetização dos adultos (2/3 de peso) e a média de anos de escolaridade (1/3). O padrão de vida é medido pelo poder de compra baseado no PIB real per capita ajustado aos custos de vida locais, ou Paridade do Poder de Compra (PPC).

Porque apenas três componentes?

O ideal seria reflectir todos aspectos da experiência humana. A falta de dados impôs alguns limites e mais indicadores poderão, talvez, ser considerados quando existir informação disponível. Mas mais indicadores não significarão necessariamente uma melhoria, pois alguns desses indicadores poderão sobrepor-se aos existentes: a mortalidade infantil, por exemplo, já é considerada na esperança de vida. E acrescentar mais variáveis pode tornar o quadro confuso e desviá-lo das principais tendências. (...)

Não será ilusório falar de um IDH único num país onde há grandes desigualdades?

As médias nacionais podem esconder muita coisa. A melhor solução seria criar diferentes IDH para os grupos mais significativos: por sexo, por exemplo, ou por grupo de rendimento, região geográfica, raça ou grupo étnico. IDH separados revelariam um perfil mais pormenorizado da privação humana em cada país. Para países com disponibilidade de informações, estão a ser construídos IDH desagregados.

Como pode ser utilizado o IDH?

O IDH apresenta-se como uma alternativa ao PNB para medir o progresso sócio-económico relativo das nações. Habilita as pessoas e os seus governantes a avaliar permanentemente o progresso - e a definir prioridades para políticas de intervenção. Também permite comparações de experiências em diferentes países.

Fonte: RDH, 1994: 91

MPS - Medida de participação ajustada aos sexos

A MPS, também introduzido no RDH de 1995, mede a desigualdade entre os sexos em áreas chave da participação económica e política e da tomada de decisão. A MPS utiliza variáveis construídas explicitamente para medir a aquisição relativa de poder por homens e mulheres nas esferas de actividade política e económica. Em particular, esta medida considera a percentagem de mulheres no parlamento, entre administradores e directores, profissionais e técnicos, bem como o rendimento das mulheres comparativamente aos homens. Contrariamente ao IDS, o MPS expõe as desigualdades em termos de oportunidades em áreas seleccionadas.

IPH - Índice de pobreza humana

O IPH foi introduzido no RDH de 1997 e integra, numa medida composta, as diferentes características da privação da qualidade de vida, com vista a chegar-se a um julgamento global sobre a extensão da pobreza numa dada comunidade.

O IPH concentra-se na privação em três elementos essenciais da vida humana, já reflectidas no IDH - longevidade, conhecimento e um padrão de vida adequado. A primeira privação relaciona-se com a sobrevivência - a vulnerabilidade à morte numa idade relativamente precoce. A segunda relaciona-se com o conhecimento - ser-se excluído do mundo da leitura e da comunicação. A terceira relaciona-se com um padrão de vida adequado, em termos de aprovisionamento económico total.

O RDH de 1998, recentemente publicado, subdividiu o IPH em dois índices: o IPH-1, usado para medir a pobreza nos países em desenvolvimento, e o IPH-2, usado para medir a pobreza nos países desenvolvidos.

Todos estes índices, alguns dos quais ainda em processo de elaboração e melhoramento, têm fornecido novas possibilidades para um estudo aprofundado da situação do desenvolvimento humano, tanto em termos do alargamento das escolhas e capacidades das pessoas como das suas privações, como seja: pobreza, condições precárias de saúde, analfabetismo, danificação do ambiente, entre muitas outras.

Por outro lado, para além dos índices, os RsGDH contêm ainda outros instrumentos de caracterização do desenvolvimento humano. Por exemplo, cada relatório possui um anexo estatístico exaustivo, com mais de 50 quadros estatísticos sobre as dimensões do progresso e privação no mundo. Tanto os índices globais como os dados estatísticos são extremamente úteis para a comparação internacional das semelhanças e diferenças entre países.

Como medir o desenvolvimento humano através do IDH?

O Índice Desenvolvimento Humano (IDH) não visa apenas classificar os países do mundo segundo a tipologia criada pelos RsGDH: elevado, médio e baixo desenvolvimento humano.

O IDH é, acima de tudo, um instrumento em contínua transformação, que pode ser usado para revelar os progressos e lacunas nas estratégias políticas de desenvolvimento dos países. O IDH é importante porque utiliza as condições de vida do ser humano como barómetro de medição da sua prosperidade, devendo, por isso, ser colocado no centro do debate e programação de acções de desenvolvimento.

O IDH é uma metodologia abrangente de medição do progresso que procura ir para além da rotina dos tradicionais indicadores macro-económicos usados no passado. Ele combina duas medidas sobre as capacidades físicas e educacionais, com um indicador sobre o poder de

compra, medido através do rendimento médio per capita. Para efeitos de medição, o IDH integra estas três dimensões humanas num índice composto pelas seguintes variáveis:

- Esperança de vida à nascença
- Alfabetização de adultos
- Taxa bruta de escolaridade
- Produto Interno Bruto (PIB) real per capita

A Quadro 1.2 ilustra o cálculo do IDH, com o exemplo específico do IDH de Moçambique em 1994 e 1995. Estes são os dois anos mais recentes para os quais os RsGDH estimaram o IDH em Moçambique (RDH, 1997, 1998).

As quatro variáveis que integram o IDH são medidas em diferentes unidades: esperança de vida em anos de vida; alfabetização adulta e escolaridade em percentagem e rendimento em dólares ajustados ao poder de compra. Para se combinar estes indicadores, os diversos valores de cada variável são colocados numa escala de zero a um, onde zero é o mínimo e um o máximo.

Para as quatro variáveis do IDH foram ainda fixados valores mínimos e máximos: esperança de vida à nascença (25 anos e 85 anos); nível educacional que incluiu a alfabetização adulta (0% e 100%), com ponderação de dois-terços, e a taxa de escolaridade conjunta dos níveis primário, secundário e superior (0% e 100%), com ponderação de um-terço; e o PIB real per capita medido em dólares PPC (100 e 40.000 dólares PPC).

Cada um destes componentes do IDH são calculados como índices individuais de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Valor observado } x_i - \text{Valor mínimo } x_i}{\text{Valor máximo } x_i - \text{Valor mínimo } x_i}$$

Assim, considerando a esperança de vida à nascença em Moçambique, 46,0 anos em 1995, então, como indica Quadro 1.2, o índice de esperança de vida para este ano estima-se em 0,350:

$$\text{Índice de esperança de vida} = \frac{46 - 25}{85 - 25} = 0,35$$

A construção do índice de rendimento é mais complexa que a dos outros dois índices. O índice do PIB real é ajustado primeiro em relação a um limiar determinado a partir do rendimento mundial médio. Este é o limiar considerado indispensável para que as pessoas alcancem um padrão decente de vida. O RDH de 1998 estima o rendimento mundial médio para 1995 em 5.990 dólares (PPC).

Acima deste limiar, assume-se que posteriores aumentos no rendimento per capita dão uma contribuição marginal decrescente para o desenvolvimento humano. O método de desconto baseia-se na fórmula de Atkinson para a utilidade do rendimento:

$$\begin{aligned} W(y) &= y^* \text{ para } 0 < y < y^* \\ &= y^* + 2[(y - y^*)^{1/2}] \text{ para } y^* < y < 2y^* \end{aligned}$$

$$= y^* + 2(y^*1/2) + 3[(y-2y^*)1/3] \text{ para } 2y^* < y < 3y^*$$

- W (y) = rendimento per capita ajustado
 y* = limiar do rendimento per capita
 y = rendimento actual do país

No caso de Moçambique, o PIB real per capita de 1995 foi estimado pelo RDH de 1998 em 959 dólares (PPC). Ou seja, este valor é inferior ao valor do limiar indicado acima, não necessitando por isso de ajustamento. O cálculo do índice do PIB real ajustado per capita efectua-se da forma ilustrada na Quadro 1.2.

Finalmente, o IDH é estimado como uma média simples do índice da esperança de vida, do índice do nível educacional e do índice do PIB real ajustado per capita (dólares PPC). O total da soma destes três índices é dividido por 3.

O Quadro 1.2 mostra que IDH de Moçambique foi estimado em 0,281, tanto para 1994 como para 1995. No Capítulo 2 voltar-se-à a este cálculo a fim de apresentá-lo no contexto da estimativa do IDH para o período 1996 a 1998.

Importa referir ainda neste capítulo que todos os RsGDH contêm notas técnicas detalhadas que explicam as propriedades e cálculo do IDH. Entre 1990 e 1994 o IDH foi sucessivamente modificado, em resposta a observações pertinentes. Mas a partir do RDH de 1994 a metodologia do IDH foi padronizada com vista a tornar este índice mais preciso e facilitar a descrição da sua evolução no tempo (PNUD, 1994: 90-95).

Por uma investigação do desenvolvimento humano dentro do país

Os dados nacionais sintetizam a diversidade e complexidade da situação específica do país. Tal síntese é útil porque a partir de medidas simplificadas e agregadas, como o PIB ou o IDH, é possível comparar os países do mundo quanto à distância a percorrer para se atingir certas metas de crescimento e desenvolvimento.

Contudo, muitos dos indicadores nacionais escondem inevitavelmente diferenças e disparidades importantes dentro dum país: entre províncias ou zonas rurais e urbanas, entre os sexos, etnias, raças e grupos sociais.

Para que os agregados nacionais passem a ter maior utilidade na formulação de políticas e planos de acção específicos, será preciso aprofundar a reflexão de âmbito internacional e nacional para níveis mais desagregados da composição da população, como sejam as principais regiões do país, províncias e distritos.

Na Introdução já se referiu que este primeiro relatório não se propõe realizar uma análise desagregada da situação do desenvolvimento humano dentro de Moçambique. Várias razões justificam esta opção. Primeiro, neste relatório pretende-se apenas estabelecer a agenda para um debate sistemático e progressivamente mais detalhado sobre o desenvolvimento humano no país. Em vez de procurar discutir mal todas as dimensões do desenvolvimento humano, optou-se por escolher uma questão importante e debatê-la o melhor possível. A questão escolhida para este relatório pode e deve ser debatida nas suas implicações para as regiões do país. Mas numa primeira fase justifica-se que ela seja abordada na perspectiva geral seguida, pois os principais aspectos aqui discutidos são relevantes para todas as regiões do país.

Segundo, os índices descritos neste Capítulo 1 certamente deixam transparecer que uma análise desagregada para níveis regionais, provinciais e distritais, requer duas coisas importantes: por um lado, requer dados actualizados e confiáveis, e por outro, requer metodologias apropriadas para o cálculo dos índices específicos de desenvolvimento humano. De imediato, as metodologias existentes só permitem estimativas tentativas e parciais.

Capítulo 2 – Situação Geral do Desenvolvimento Humano em Moçambique

Este Capítulo fornece uma breve descrição da situação do desenvolvimento humano em Moçambique. Primeiro, abordam-se alguns antecedentes sobre o país e a população. Esta informação visa apenas contextualizar a situação do desenvolvimento humano em Moçambique. Segundo, descreve-se a situação do desenvolvimento humano de Moçambique no mundo em geral, e na região da África Austral e África Sub-sahariana, em particular. Terceiro, apresenta-se a evolução dos níveis e tendências do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no tempo, nomeadamente entre 1960 e o presente, incluindo uma estimativa do IDH entre 1996 e 1998.

País e população

Moçambique situa-se no sul-oriental de África entre os paralelos 10°27' a Norte e 26°52' Sul e entre os meridianos 30°12' Este e 40°51' Oeste. Com uma superfície de 799.380 km², faz fronteira a norte com a Tanzânia, a Oeste com o Malawi, Zâmbia, Zimbabwe e África do Sul, e a sudoeste e sul com a Swazilândia e África do Sul. A faixa Este é banhada pelo Oceano Índico numa extensão de 2.515 km.

No território de Moçambique podem-se distinguir três tipos de relevos: as planícies no litoral sul, até cerca de 200 metros de altitude, ocupando cerca de 44% do território; os planaltos, entre 200 e 1000 metros de altitude, ocupam cerca de 43% do território e situam-se principalmente no centro e norte; e os grandes planaltos e montanhas, com altitudes superiores a 1.000 metros, situam-se no interior do país, ocupando cerca 13% do território.

A hidrografia de Moçambique compreende mais de 60 rios, lagos e lagoas. O clima é predominantemente tropical com três principais subclimas: tropical húmido a norte, centro e litoral sul; tropical seco no sul e vale do Zambeze; e tropical de altitude nas regiões montanhosas interiores. A flora do país é principalmente de tipo denso, floresta aberta e savana (INE, 1996, 1998b).

Evolução e tamanho da população

Os dados demográficos nacionais disponíveis permitem-nos descrever a evolução histórica, pelo menos na segunda metade do século XX.

Em 1950, a população Moçambicana era cerca de 6,5 milhões de habitantes. Desde então, a população cresceu de forma acelerada, tendo atingido 7,6 milhões em 1960, 9,4 milhões em 1970, 12,1 milhões em 1980, e 14,4 em 1991 (ver Quadro 2.1 e Gráfico 2.1).

O Quadro 2.1 mostra que entre 1950 e 1991 a taxa de crescimento demográfico passou de 1,5% no período 1950-1955, para 1,8% em 1960, 2,3% em 1970, 2,7% em 1980, e 2,6% em 1991. Isto significa que no início da década de 80 a taxa de crescimento demográfica atingiu o nível mais elevado nas últimas cinco décadas e, provavelmente, em todo o século XX (INE, 1997:7).

Esta evolução do tamanho da população de Moçambique revela, por um lado, que a mesma duplicou entre 1950 e finais da década de 80. Por outro lado, que Moçambique é actualmente o terceiro país mais populoso da África Austral; o primeiro é a África do Sul com 40,6 milhões e o segundo a Tanzânia com 29,2 milhões (RDH, 1997: 194-195).

Até finais de 1997 estimava-se que a população de Moçambique rondasse, por volta de 1996-98, entre 18 a 19 milhões habitantes. Porém, a publicação dos Resultados Preliminares do Censo97, em Dezembro de 1997, estima a população enumerada de Moçambique em 15.7 milhões de habitantes para 1997 (ver Quadro 2.2).

Se considerarmos a taxa de omissão censal, estimada em 5.1%, a população ajustada para 1996, 1997 e 1998 é de 16,2, 16,5 e 16,9 milhões, respectivamente (INE, 1998).

Os dados do Quadro 2.1 e o Mapa 2.1 mostram também a distribuição da densidade demográfica. A média no país é de 20 habitantes por km². Mas a densidade varia bastante, desde a mais elevada na Cidade de Maputo com mais de 3 mil habitantes por km², até à mais baixa na Província de Niassa, com apenas 6 habitantes por km² (Mapa 1).

A referência à discrepância dos dados disponíveis até finais de 1997 e os dados do Censo97 é importante, visto muitas das análises actualmente usadas ainda se basearem nos primeiros. Tais estimativas assentaram em projecções feitas a partir dos dados do Censo de 1980 e do Inquérito Demográfico Nacional de 1991 (INE, 1995)

Como em todas as estimativas baseadas em projecções, os resultados obtidos dependem principalmente dos pressupostos assumidos sobre o comportamento das componentes principais de mudança demográfica, nomeadamente: fecundidade, mortalidade e migrações.

À medida que os dados do Censo97 se tornarem disponíveis, será possível actualizar e corrigir as estimativas existentes para uma vasta gama de aspectos demográficos, sociais e económicos, tais como: o rendimento per capita, crescimento da população em idade escolar, necessidades em serviços de saúde, força de trabalho, entre outras.

Mais adiante voltar-se-à a este ponto para referir um aspecto particularmente importante para este trabalho relativo à estimativa actual do Produto Interno Bruto (PIB) per capita em Moçambique.

De imediato, importa ainda referir que o rápido crescimento populacional acima referido deriva do comportamento diferenciado das taxas de natalidade e de mortalidade na segunda metade do século XX.

Durante as décadas de 50 e 60 a taxa de natalidade manteve-se relativamente constante e a níveis elevados, na ordem dos 49 nascimentos por 1.000 habitantes. Esta taxa sofreu ligeiras alterações ao reduzir sucessivamente para 48 por 1.000 em 1970, 47 e 45 por 1.000, respectivamente em 1980 e 1990. Por seu turno, no mesmo período a taxa de mortalidade observou um declínio significativo. Em 1950 registaram-se 32 óbitos em cada 1.000 habitantes, tendo reduzido para 20 em 1990. O maior declínio da mortalidade, principalmente a infantil, registou-se nos primeiros 5 anos da Independência Nacional (1975-1980), como resultado das melhorias das condições de saúde, educação e habitação.

Presentemente, ainda não se dispõe de dados detalhados do Censo de 1997 necessários para se estimar taxas actualizadas de crescimento natural da população e do crescimento total da população.

No entanto, o Anexo Estatístico apresenta-se um conjunto de Quadros com estimativas e projecções anuais da população, corrigidas com base nos dados preliminares do Censo de 1997. Estes dados são resumidos no Gráfico 2.2.

Composição da população

A população moçambicana é composta maioritariamente por mulheres. O Gráfico 2.3 mostra que em 1980 a população feminina era 51%, e em 1997 aumentou para 53% (INE, 1997: 9).

A evolução histórica da taxa de natalidade modelou uma estrutura da população bastante jovem, caracterizada por uma base muito larga e um achatamento no topo. Entre 1950 e 1980 registou-se um aumento proporcional dos jovens. Em 1990 a população menor de 15 anos representava 45,6%, os adultos (15-64 anos) 51,9% e os idosos (acima dos 64 anos) 2,5%.

A população moçambicana é muito heterogénea, devido a diversos factores: a posição geográfica de Moçambique; a história política da sociedade tradicional, colonial e pós-independência, a inserção diferenciada da economia moçambicana na economia regional e internacional.

A população de Moçambique é predominantemente rural. Os dados do IDS97 revelam que 58% das mulheres entrevistadas são menores de 30 anos, 24% são urbanas e 76% rurais. O padrão de urbanização revelado pelo IDS97 é consistente com outros inquéritos, verificando-se que 23% da população Moçambicana vive presentemente nas áreas urbanas (capitais de províncias), mas a Cidade de Maputo concentra praticamente metade de toda a população urbana do país (INE, 1998c).

O Gráfico 2.4 apresenta a composição dos agregados familiares. O Censo de 1980 apurou um número médio de 4,3 pessoas e o de 1997 uma ligeira redução para 4,2 pessoas. Porém, o IDS97 apurou um agregado familiar médio de 4,6 pessoas. Esta diferença ainda não está explicada, mas parece ser estatisticamente insignificante. Existem importantes diferenças metodológicas a considerar, pois os dados do IDS97 derivam duma amostra concebida de forma diferente dos métodos de recolha de dados dos censos nacionais (para mais detalhes sobre o tamanho médio dos agregados familiares por províncias ver Anexo Estatístico).

De acordo com o IDS97, mais de 70% dos agregados familiares são chefiados por homens. Cerca de 12% das crianças não vivem com os seus pais biológicos (INE, 1998c).

A língua materna maioritária é a Emakua, abrangendo cerca de 1/3 da população, seguindo-se a Cisena e similares com 1/4, Xitsonga com 1/5 e Xitswa um 1/8. Cerca de 5% das mulheres e homens declararam o Português como sua língua materna.

Grande parte dos dados do Censo97, necessários para a caracterização mais aprofundada da heterogeneidade da população, ainda não estão disponíveis. Todavia, os dados do IDS97 permitem já caracterizar muitos aspectos das condições de vida, diversidade cultural, linguística, religiosa, e de comportamento reprodutivo da população. O Anexo Estatístico inclui diversos quadros com dados do IDS97 sobre a situação educacional, saúde e outras condições de vida da população.

Sobrevivência e reprodução

Em meados dos anos 1990 a esperança de vida dos moçambicanos era quatro anos mais baixa que a média tanto dos países Subsaharianos como dos países de baixo rendimento. Também abaixo da média estavam os índices de escolaridade de adultos, taxas de escolarização, bem como indicadores sobre a saúde materno infantil.

No período pós-independência o governo expandiu os serviços de saúde primária às zonas rurais, na base de um programa de saúde assente nas comunidades e nos centros de produção. Em 1982 existiam 1.373 unidades sanitárias no país, mas em 1987 um terço dessas unidades haviam sido destruídas ou encerradas (INE, 1996).

A situação melhorou com a paz. Em 1995 cerca de 1.300 unidades estavam operacionais. No entanto, por mais que esta cifra esteja subestimada e que uma recuperação total das unidades ao nível da década 1980 tenha sido alcançado, o grau de cobertura declinou substancialmente, como resultado do crescimento das necessidades em cuidados sanitários.

Cerca de 39% da população tem acesso a serviços de saúde, se bem que haja variações significativas. Em 1996 existia uma média de 24.561 habitantes por Posto de Saúde, 76.388 habitantes por Centro de Saúde e, 667.961 habitantes por cada Hospital Rural. Em termos de disponibilidade de pessoal técnico de saúde, estima-se que em 1996 existia a disponibilidade dum técnico superior para 39.362 habitantes e um técnico básico para 4.505 habitantes (INE, 1998c).

A longevidade, medida a partir da esperança de vida à nascença, é actualmente estimada em 46 anos para a população em geral, sendo 47,5 anos para as mulheres e 44,5 para os homens. Os demais indicadores de mortalidade continuam bastante elevados: a taxa bruta de mortalidade é estimada em 18,6 por 1.000 habitantes; a taxa de mortalidade infantil foi estimada pelo IDS97 em 134 por 1.000 nascidos vivos, e taxa de mortalidade materna em 1.500 por 100.000 partos. O SIDA está a tornar-se num problema cada vez mais grave, visto que os casos de sero-positivos entre adultos são actualmente estimados em cerca de 10% (INE, 1998c).

Sobre outros aspectos das condições de vida da população, o IDS97 possui dados actualizados sobre as condições da habitação; a maioria está desprovida de serviços essenciais, incluindo electricidade e saneamento. De acordo com o IDS97, apenas cerca de 6,5% da população do país tem acesso à electricidade. Estima-se em 25% e 2% a proporção da população com acesso à electricidade nas áreas urbanas e rurais respectivamente. Contudo, estes dados indicam uma melhoria de 21% relativamente a 1980.

As condições sanitárias são muito precárias: 49% dos agregados abastecem-se de água dos poços públicos, 30% da água de superfície, 20% da água canalizada, e menos de 1% da água da chuva. Apenas 20% dos agregados têm acesso a água potável. Existem discrepâncias entre o campo e a cidade: apenas 8% da população rural tem acesso a água potável, contra e 70% nas zonas urbanas. Estima-se que somente 3% dos agregados familiares têm acesso a saneamento adequado.

Quanto à natalidade, fecundidade e reprodução, a taxa bruta de natalidade estimada pelo IDS97 é de 45,2 por 1.000 habitantes. A taxa global de fecundidade (TGF) para o período 1992-1997 é 5,8 filhos por mulher.

Os dados mais recentes da fecundidade apontam para uma diminuição da fecundidade relativamente a duas ou três décadas passadas; o Censo de 1980 estimou a TGF em 6,4 e o IDN de 1991 estimou a TGF em 6,2.

Porém, dados no próprio IDS sugerem que a taxa de fecundidade actual se manteve praticamente constante ou registou uma redução muito ligeira. Somente dados mais detalhados do Censo97 poderão esclarecer se, nas duas últimas décadas, Moçambique tem registado uma diminuição da fecundidade.

O Gráfico 2.6 revela, contudo, que os níveis de fecundidade variam muito entre províncias. As províncias de Manica e Tete apresentam as TGF mais elevadas, 7,6 e 7,0 filhos por mulher, respectivamente, enquanto a Cidade de Maputo apresenta a TGF menor, 4,0 filhos por mulher (INE, 1998c).

Mais de 40% das mulheres desejam seis ou mais filhos. O número médio ideal de filhos para as mulheres é 5,9 contra 7,4 para os homens. Estes valores são relativamente superiores

quando as mulheres ou os homens estão unidos ou casados e, no caso particular dos homens em uniões polígamas, o número médio ideal é de 10,6 filhos por homem.

A idade mediana do início da procriação é 19 anos, sendo idêntica nas áreas urbanas (18,9 anos) e nas rurais (19,1 anos). As mulheres casadas, que representam 74% de todas mulheres em idade reprodutiva, têm em média 4 filhos por mulher, dos quais 3 estão actualmente vivos. A média de filhos das mulheres que completaram a sua vida reprodutiva é de 5,7, dos quais 4,1 ainda vivem.

Em Moçambique, o conhecimento de métodos anticonceptivos modernos permanece muito baixo: aproximadamente 40% de mulheres e 33% de homens não conhecem um único método anticonceptivo moderno.

O uso de contraceptivos é mais elevado nos homens em união matrimonial do que nas mulheres: 7% contra 5% para os métodos modernos; 3% contra 0,5% para os métodos tradicionais (INE, 1998c).

Educação e Desenvolvimento Humano

No início da década de 90 as diferenças de escolaridade entre os sexos permaneciam manifestamente acentuadas: pouco mais de 20% das mulheres contra mais de metade dos homens sabiam ler.

Este desequilíbrio entre os sexos reflecte a tendência nas taxas de escolarização. Em 1990, cerca de 1,3 milhões de crianças matricularam-se no primeiro nível do ensino primário. Este número aumentou para 1,4 milhões em 1995, como resultado do restabelecimento da paz.

Contudo, a proporção das crianças de sexo feminino reduziu ligeiramente de 43% por cento em 1990 para 42% em 1995. Estes factos estiveram associados a uma redução substancial nas taxas brutas de ingresso das raparigas.

Comparados com os índices da África Sub-sahariana e dos países com rendimento equiparado ou próximo, as taxas de escolarização em Moçambique são baixas para ambos os sexos.

Este perfil representa uma mudança em relação aos primeiros anos da independência, quando o novo governo alcançou melhorias espectaculares nos níveis de ingresso na educação primária e secundária. Esses sucessos foram invertidos pela guerra que destruiu ou forçou ao encerramento de milhares de unidades escolares.

A partir de 1975, a educação passou a ser vista como eixo prioritário dos programas de desenvolvimento do Moçambique pós-independência.

Entre 1975 e 1982, a concepção da educação como componente fundamental dos programas de desenvolvimento da sociedade caracteriza-se pela primazia atribuída ao Ensino Básico, Ensino Técnico e Profissional e a Alfabetização de Adultos.

As premissas políticas da filosofia do regime de educação que precedeu o Sistema Nacional de Educação encontram-se no processo da luta nacionalista. Este sistema tinha um carácter nacional tendo como objectivo responder às necessidades concretas de formação de recursos humanos para servir um determinado projecto político.

Com a independência em 1975, a vontade política consolidou-se e sistematizou-se em torno da teoria Marxista-Leninista em termos de organização do estado, da economia, e da sociedade.

Todavia o que foi mais relevante nesta sistematização foi o Plano Prospectivo Indicativo (PPI) que preconizava a eliminação do subdesenvolvimento em 10 anos.

A apreciação dos resultados do PPI e da nova organização administrativa é, em geral, negativa. Uns advogam a falta de tacto e conhecimento da importância dos factores culturais que condicionam o sucesso destes dois projectos. Outros enfatizam a uniformização que o processo de consolidação da independência implicava e ainda a adopção de estratégias numa situação conflituosa com os regimes minoritários da região.

Em termos quantitativos os resultados deste período são excepcionais. A explosão dos ingressos, o crescimento da rede escolar e sobretudo a criação de centros de formação de professores do ensino primário revelam o sucesso quantitativo do projecto (Ver Quadros em Anexo Estatístico).

Entre 1983 e 1989, os principais sucessos na execução do Sistema Nacional de Educação (SNE1) relacionam-se com a criação, organização e melhoria de funcionamento dos órgãos de concepção, execução e avaliação do processo de ensino e aprendizagem por um lado, e a avaliação de impacto do desempenho dos agentes directos nas escolas, por outro.

O maior desafio do SNE1 foi o aproveitamento das saídas para o sector laboral. Até 1987, o Estado retinha alguma capacidade de absorver os graduados. A introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE) em 1987 provoca dois graves efeitos: a mobilidade interna sobretudo da educação para sectores laborais privados e organizações internacionais e não governamentais e a incapacidade de colocar professores nas províncias com défice no fluxo de graduados. A correcção desta situação só viria a ser lançada a partir de 1990, mas tomou contornos mais nítidos a partir do Programa de 1995.

O segundo maior desafio deste período foi a recuperação das infra-estruturas destruídas pela guerra e que tiveram um impacto sobre a capacidade de formação. A partir de 1985/86, a rede escolar reduziu drasticamente, como mostra o Gráfico 2.8.

O terceiro desafio foi a emergência duma reflexão ou avaliação de impacto no Ministério da Educação, mais concretamente na área de planificação e de desenvolvimento curricular acerca da eficiência e eficácia do sistema. Este desafio surge na medida em que a reflexão havida começou a revelar alguns desequilíbrios.

O primeiro relaciona-se com o desfasamento ou incoerência entre o SNE e o projecto de desenvolvimento de recursos humanos. O segundo relaciona-se com os conteúdos programáticos que se revelam estrutural e culturalmente desajustados aos contextos culturais da população objecto. Embora o síndrome dos conteúdos programáticos não tire mérito ao trabalho realizado desde 1976, é lícito questionar a base epistemológica do órgão responsável pela formação de professores e quadros da educação - A Comissão de Formação de Quadros que integrava a Comissão de Elaboração de Textos.

Os efeitos da paz

O período entre 1990 e 1994 foi importante na educação por três razões:

- Corresponde ao período do fim da guerra que inicia com as negociações que produzem o Acordo Geral de Paz em Outubro de 1992. As negociações que produzem o Acordo Geral de Paz tem o seu real muito antes das negociações de Roma. Eles incluem o processo do Acordo de Nkomati, as iniciativas das instituições religiosas moçambicanas com o Governo e com a Renamo etc.
- Corresponde a mudanças internas no Partido Frelimo que geraram grandes transformações tais como a Revisão da Constituição concluída em 1990, a Lei dos Partidos Políticos, em 1991, A Lei da Imprensa, em 1991, a Reforma de Lei do Sistema Nacional de Educação, 1992 e a Lei do Ensino Superior, 1993 (Machili, 1995: 395).
- Coincide com a realização das Eleições Multipartidárias de 1994.

A relação entre este período com os períodos anteriores sobre a formação de recursos humanos é fundamental, pois permite apreciar a sustentação de conquistas dos períodos anteriores, as rupturas que estes eventos implicaram e identificar sucessos e limitações do período que inicia em 1995. Finalmente, entre 1995 e 1998, surge um período de "transição". Primeiro porque é nesta altura que se executa o programa educacional como parte do projecto de reconstrução nacional. Segundo, é um período de transformação das instituições políticas, sobretudo no seu funcionamento que gradualmente se reflecte no sistema.

Existem algumas características do processo de formação mais recente, não só em termos de recursos humanos mas de desenvolvimento humano em geral, que merecem alguma consideração.

Actualmente verifica-se uma crescente atenção para com a melhoria do ensino básico, a espinha dorsal de todos os níveis de ensino. O plano coloca no eixo do seu desempenho não só a reconstrução das infra-estruturas mas também a reestruturação da formação dos professores.

A reforma curricular é tomada como referência para se chegar à qualidade de ensino que tem como ponto de partida o Ensino Primário.

A planificação a longo prazo no Ministério da Educação concretiza-se no Plano Estratégico precedido de uma profunda apreciação da Política Nacional de Educação.

A expansão da rede escolar nos distritos, sobretudo o EP2, assenta na redução gradual da exclusão de acesso que é devida, entre outros, à escassez de alojamento nos internatos. O que torna o programa de transição aliciante é o reconhecimento da diversidade cultural que se pretende introduzir na concepção dos conteúdos programáticos, preceito anteriormente negligenciado por causa da uniformização e outros ditames da idiosincrasia de regime político (Mazula, 1996: 139).¹

A filosofia do programa apresenta algumas especificidades que importa reter: o reconhecimento de ecossistemas culturais como espaço e condição do desenvolvimento de recursos humanos; a relação entre estes ecossistemas e exequibilidade dos projectos de desenvolvimento. Esta viragem começa a ter reflexos positivos na mudança de atitudes. A principal referência deixa de ser apenas a rentabilização dos investimentos financeiros mas também o tempo de gestação do processo que produz os efeitos de qualidade.²

A identificação de prioridades na planificação e execução do programa da educação incidem em dois pólos: o ensino primário e o ensino técnico e profissional. As projecções destes dois tipos indicam a dimensão das necessidades cujo insucesso pode comprometer o projecto de desenvolvimento, sobretudo nas zonas rurais.

A natureza interdisciplinar do projecto de educação traduz-se nas reflexões existentes do Plano Estratégico, na Política Nacional de Educação e no Projecto de Revisão Curricular. Estas indicam que o ensino a ser ministrado requer a mudança de atitudes (Chissano, 1997: 4) que influirão da estrutura dos currículos.

Nos três anos de execução mais recentes já emergiram pelo menos alguns indicadores da interdisciplinariedade.

No entanto, o nível de ensino começa a ser questionado sob três prismas. Primeiro, é a sua função social nas condições actuais de desenvolvimento de Moçambique. Se, por um lado, é necessário garantir a qualidade de acordo com os padrões internacionais, a questão que se põe é se nas condições do país não se pode ir caminhando gradualmente para uma extensão territorial sustentável e integrada. O segundo ponto é a rentabilização das instituições mau grado as graves limitações orçamentais nas instituições públicas. Terceiro é a definição do

perfil das instituições e sua estreita complementaridade com os níveis inferiores do Sistema Nacional de Educação.

A emergência de universidades privadas tais como o Instituto Superior Politécnico e Universitário, a Universidade Católica de Moçambique e o Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique a partir de 1995 constitui um fenómeno novo que vai preenchendo nichos constituídos por faixas sociais com posses.

Resumindo, o programa sectorial abre amplas perspectivas na identificação e definição de prioridades (Ensino Básico e Técnico), preconiza a tomada da base cultural como um dos elementos-chave dos currícula, coloca os cidadãos como participantes, e atribui aos sectores económicos o papel de parceiros prioritários na execução. Esta viragem, talvez ainda pouco aprofundada, é uma inovação de vulto na educação em Moçambique.³

O fraco desenvolvimento humano a nível geral de Moçambique é preocupante. Mas os desequilíbrios regionais, fruto das diferenças nos níveis de desenvolvimento e acesso a recursos, infra-estruturas e serviços sociais a nível nacional traça um quadro ainda mais preocupante, particularmente se tiver em conta a ligação estreita entre o desenvolvimento, preservação da paz, estabilidade e reconciliação.

A fragilidade institucional do país bem como o número elevado de intervenientes no processo de desenvolvimento fazem com que a emergência de uma cultura de debate e participação, aliada à observância de transparência na delineação e implementação de políticas, seja um mecanismo importante para assegurar equidade, justiça, estabilidade e sustentabilidade do desenvolvimento.

Os doadores por um lado, o governo por outro, a sociedade civil e as forças políticas são intervenientes com níveis de influência diferentes na busca de soluções para os desafios de desenvolvimento com que Moçambique se confronta.

A natureza dos desafios de desenvolvimento e as características específicas do país exigem uma maior acuidade na elaboração de políticas para não exacerbar os graves problemas sociais de que o país enferma e que, a longo prazo, podem emperrar o processo de desenvolvimento.

Desenvolvimento humano em Moçambique, na região e no mundo

Segundo a tipologia internacional sobre o desenvolvimento humano, Moçambique é classificado como um país com “desenvolvimento humano baixo” (ver RsGDH, 1990: 185, 1994: 223, 1996: 225, 1997: 241, 1998: 224).

O Quadro 2.3 mostra a posição de Moçambique, tanto na região da África Austral como em relação aos oito países do mundo com IDH inferior ao seu. Por seu turno, o Gráfico 2.9 ilustra a posição de Moçambique entre os 175 países do mundo inteiro.

O IDH de Moçambique é estimado em 0,281, tanto para 1994 como 1995 (anos para os quais existem dados internacionais). Isto significa que em meados da década de 90 o nível de desenvolvimento humano em Moçambique era cerca de 3,4 vezes menor do que o Canada, país com maior IDH (0,960) no mundo.

Em África, o IDH de Moçambique é um terço do nível das Seychelles (0,845), país com o maior índice na África Subsariana; cerca de 48% menor do que a média dos países em desenvolvimento; cerca de 80% da média dos países menos desenvolvidos; e cerca de 74% da média dos países da África Subsariana (RDH, 1998: 130, 137).

Quando considerado no contexto da sua região geográfica, a África Austral, Moçambique figura no último lugar no que diz respeito ao desenvolvimento humano. Entre 11 países da África Austral incluídos no Quadro 2.3, cinco possuem um desenvolvimento humano médio, enquanto os restantes seis, incluindo Moçambique, posicionam-se entre os países com desenvolvimento humano baixo.

Comparativamente ao seu posicionamento em termos do PIB per capita (dólares PPC), o desenvolvimento humano em Moçambique é sete unidades mais baixo. Isto sugere que o país não conseguiu converter a sua actividade económica numa melhoria correspondente do nível de vida da população.

O Quadro 2.4 sintetiza alguns indicadores sobre as diferenças no desenvolvimento humano ajustado aos sexos em 1995, comparando Moçambique com África Subsariana e países menos desenvolvidos. Existem défices significativos tanto na alfabetização como na escolaridade.

Ainda que neste relatório as diferenças entre os sexos não sejam analisadas em detalhe, o Quadro 2.4 ilustra de forma sumária alguns aspectos importantes. Por exemplo, os maiores défices em detrimento da mulher verificam-se na alfabetização e escolarização.

Contudo, no que diz respeito à parcela do rendimento, as mulheres moçambicanas, contrariamente aos homens, parecem auferir mais do que a média das mulheres na África Subsariana e nos países menos desenvolvidos. O aprofundamento destes aspectos no interior do país deverá ser uma prioridade em futuros trabalhos deste tipo.

Evolução do desenvolvimento humano em Moçambique e países vizinhos

No Capítulo 1 explicou-se a construção do IDH, mostrando-se que este índice é uma média simples dos índices de esperança de vida, nível educacional e PIB real ajustado per capita (dólares PPC). Assim, é possível estimar a contribuição ao longo do tempo de cada uma das três variáveis para o índice composto

O Gráfico 2.10 ilustra as tendências do IDH em Moçambique no decurso das últimas quatro décadas e em comparação com os países vizinhos.

Em 1960, Moçambique encontrava-se muito próximo da maioria dos países da África Austral. Porém, três décadas e meia mais tarde, enquanto países como a África do Sul, Botswana, Zimbabwe, e Suazilândia tinham progredido para um nível médio, os demais países permaneciam num nível extremamente baixo.

No caso particular de Moçambique, entre 1960 e 1995 o IDH apenas aumentou cerca de 66%. Porquê este lento desenvolvimento humano em Moçambique?

O Gráfico 2.9 ilustra as mudanças na contribuição das três variáveis do IDH em Moçambique, entre 1960 e 1995.

Em 1960, a esperança de vida e o PIB per capita constituíam o peso principal do IDH, cerca de 40% cada um, enquanto o nível educacional representava menos de 20%. Vinte anos depois, a contribuição do rendimento para o IDH tinha baixado para cerca de 15%, enquanto os outros dois índices contribuíam com cerca de 44% cada um.

Por fim, 14 anos depois, em meados da década 90, a contruibuição dos três componentes do IDH mantinha-se idêntica 'a do início da década de 80.

Estimativa do IDH entre 1996 e 1998

Qual terá sido a evolução do IDH desde 1995? Qual será o impacto do crescimento do PIB no IDH entre 1996 e 1998?

O Gráfico 2.10 mostra o crescimento económico entre 1990 e 1997, e uma previsão taxa de crescimento para 1998. A taxa de crescimento do PIB em volume foi de 6,6% em 1996 e 14% em 1997 (ver Anexo Estatístico) .

Estes dados já reflectem as correções das estimativas tanto do volume do PIB a preços correntes, como das projecções anuais da população a partir dos dados do Censo97.

Como se referiu acima, os recentes dados do Censo97 têm conduzido a correções das estimativas do PIB per capita. O Quadro 2.5 ilustra as diferenças das estimativas entre os Anuários Estatísticos de 1996 e 1997.

Os ajustamentos nos dados rondam os 12% e 21% em 1995 e 1997 respectivamente.

Para além dos dados sobre o PIB, os Anuários Estatísticos e os dados do IDS permitem estimar os dados básicos necessários para calcular os outros dois componentes do IDH.

De referir que os dados usados no cálculo dos índices de esperança de vida e educacional não são imediatamente comparáveis com os dados usados no RDH98 (INE, 1997, 1998a, 1998b, 1998c).

O Quadro 2.6 apresenta uma estimativa preliminar da evolução do IDH em Moçambique nos três últimos anos. Diz-se preliminar porque os dados usados poderão vir a sofrer modificações quando os resultados definitivos do Censo97 estiverem disponíveis.

O Quadro 1.2 mostrava que o nível de desenvolvimento humano mantivera-se constante de 1994 para 1995. Porém, tal como sugere o Quadro 2.6, se as estimativas nele apresentadas se confirmarem, poder-se-à concluir que o IDH tenha aumentado numa média anual de 12% entre 1995 e 1997.

Mesmo considerando que parte deste crescimento possa ser sobrestimado, por causa da diferença dos dados utilizados, uma parte importante é certamente resultante do impacto positivo do crescimento económico registado em 1996 e 1997. Por isso, o aumento do IDH de 0,281 para 0,357 em 1998 em grande parte deverá reflectir a própria realidade.

Sendo assim, o Gráfico 2.11 ilustra as mudanças na contribuição das três variáveis do IDH entre 1990 e 1995, indicando os valores percentuais referentes à esperança de vida e ao PIB entre 1995 e 1998. Observa-se uma tendência crescente da contribuição do PIB, se bem que em 1997 continuasse abaixo de 20% do total.

PARTE 2

DA INSEGURANÇA NACIONAL PARA A SEGURANÇA HUMANA

A Parte II deste Relatório destina-se a colocar o retrato da situação do desenvolvimento humano apresentado na Parte I num contexto socio-económico mais amplo. Que contexto é este? De forma resumida, trata-se dum contexto de transição.

Poder-se-á perguntar: Mas que transição? A julgar pelas evidências, tudo indica que seja uma transição da insegurança nacional para a segurança humana.

Os componentes principais desta transição são apresentados no quadro analítico do Gráfico 3.1. Por um lado, considera-se que a transição para a segurança humana requer paz social a todos os níveis da sociedade: nacional, comunitário e individual. Só uma paz social real poderá garantir que o cidadão se liberte do medo da guerra e de situações de injustiça política.

Por outro lado, a consolidação e durabilidade da paz social dependem da sustentabilidade do crescimento económico e, também, da forma como tal crescimento promove o desenvolvimento humano.

Mas o contexto de transição social, política e económica para a segurança humana é bastante complexo. Em muitos casos, a sua natureza e tendências são difíceis de caracterizar e, sobretudo, quantificar. Por isso, os restantes capítulos do Relatório visam aprofundar o debate sobre aspectos importantes do contexto actual do estágio de desenvolvimento humano em Moçambique. Isto é, o contexto de transição da insegurança nacional para a segurança humana esquematizado no Gráfico 3.1.

Capítulo 3 – Que Transição para Moçambique?

Segurança humana e desenvolvimento humano

A noção de segurança humana utilizada neste Capítulo 3 inspira-se na concepção detalhada no RGDH de 1994:

“A segurança humana teve, desde sempre, duas grandes componentes: liberdade do medo e liberdade da carência.” (RDH, 1994: 24).

Enquanto a liberdade do medo pode ser alcançada através duma paz social efectiva, a liberdade das carências só pode ser conseguida pelo desenvolvimento humano sustentável.

Outros autores argumentam que a redefinição de segurança social requer o alargamento do próprio conceito, em termos horizontais e verticais. O seu alargamento horizontal, envolve criar uma agenda que reconhece que a segurança depende de factores tais como democracia política, direitos humanos, desenvolvimento económico e social e sustentabilidade do meio ambiente, como o é da estabilidade militar (Solomon e Cilliers, 1996: 6).

O alargamento vertical do conceito, envolve reconhecer que as pessoas deveriam ser a referência primária da segurança. Neste caminho, torna-se possível identificar ameaças à segurança humana que emergem ao nível sub-nacional, nacional e transnacional (Solomon e Cilliers, 1996: 6).

Todavia, é importante não confundir-se segurança humana com desenvolvimento humano. Como já foi referido no Capítulo 2, o conceito de desenvolvimento humano refere-se ao processo de alargamento das escolhas das pessoas. O conceito de segurança humana, por seu turno, significa a possibilidade das pessoas poderem fazer as suas escolhas de forma livre e segura (RDH, 1994: 23). Isto é, o primeiro exprime a finalidade principal de existência da população, enquanto o último destaca as condições de realização de tal finalidade.

Claro, existe uma íntima relação de dependência entre segurança humana e desenvolvimento humano. A ausência da primeira põe em causa a concretização da segunda, pois é praticamente impossível que

peçoas consigam alargar e realizar as suas escolhas num ambiente de guerra, carência, crime, violação, repressão política, falta de liberdade de expressão, e medo. Por isso, o progresso na segurança humana é decisivo para a realização do desenvolvimento humano.

Este capítulo concentra-se no primeiro dos dois grandes componentes da segurança humana acima destacados: liberdade do medo.

Se bem que a liberdade do medo não seja suficiente para que exista segurança humana efectiva num país, ela representa a condição necessária para que a liberdade das carências se materialize, através da segurança económica, segurança alimentar, segurança na saúde e segurança ambiental.

Mas como garantir a liberdade do medo? As secções que se seguem mostram que o veículo fundamental é o que mais à frente se designa “paz social”, a qual envolve aspectos como: segurança política, segurança pessoal, e segurança comunitária.

Segurança humana e paz social

Nesta segunda metade do século XX, Moçambique tem vivido mudanças sucessivas, rápidas e profundas a todos os níveis do seu tecido social. Este processo pode ser classificado em três grupos principais:

- Em meados da década de 70 culminou uma década de conflito armado, a guerra de libertação nacional que teve início em 1964 e conduziu à independência nacional em 1975. O primeiro Governo Moçambicano estabeleceu um regime político monopartidário e um sistema de governação politico-administrativa e de gestão económica centralmente planificadas. Mas os conflitos armados no país não terminaram com a independência. Já em 1976, focos de luta e desestabilização tomam forma política num grupo armado de guerrilha, posteriormente conhecido por Renamo, que só vem a ser desmobilizado e ou reintegrado no novo exército regular em 1993-1994, depois da assinatura do Acordo de Roma em 1992 entre o Governo e a Renamo.
- Em meados da década de 80 iniciou-se uma década de transição da economia nacional centralmente planificada para uma economia de mercado, liberalizada e aberta à economia internacional. A crise da economia nacional resultante da destruição do sistema económico colonial não foi superada pela tentativa de reestruturação radical da economia, segundo moldes de economia centralmente planificada pelo Estado. De facto, a situação agravou-se com a recusa do Bloco Soviético à entrada de Moçambique na sua área de influência e controle monetário, o Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME), impedindo assim o país de gozar de benefícios da sua integração na organização. Em segundo lugar, as conversações para adesão ao Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional FMI) passam a adquirir substância no cenário sócio-económico local e resultam no lançamento das reformas económicas. E, em terceiro lugar, a assinatura do Acordo de Nkomati com a República vizinha da África do Sul. Este foi o prenúncio da procura de uma solução negociada para a

guerra em Moçambique, no qual o governo Moçambicano aceitou cessar o apoio ao ANC e governo Sul-africano aceitou cessar o apoio à Renamo. Ainda que este compromisso não tenha sido concretizado, pelo menos abriu o precedente de diálogo para a resolução de diferendos entre os dois países.

- Em meados da década de 90 emergiu o processo de transição mais recente, por um lado, da guerra para a paz e reconciliação nacional; por outro lado, do regime político monopartidário e de governação centralizada para um regime político multipartidário e de governação descentralizada.

Este processo de sucessivas transições, ocorridas durante cerca de três décadas, criou uma grande fragilidade no tecido social da população Moçambicana e uma prolongada insegurança nacional.

A insegurança nacional em Moçambique tem tido duas características principais. Por um lado, a insegurança causada pela ameaça à vida a todos os níveis: pessoal, comunitário e nacional. Por outro lado, a insegurança causada pelas carências resultantes de rupturas profundas dos padrões de vida das pessoas, nos lares, empregos e locais de trabalho.

Neste contexto, que tipo de transição precisa Moçambique para que estabilize e progrida? Pode-se afirmar que a ausência de guerra, nos últimos quatro anos, representa o início duma verdadeira transição da insegurança nacional para uma segurança humana efectiva?

Este capítulo explora estas questões e discute as condições existentes para uma transição da insegurança nacional para uma segurança humana real. Ainda que no passado a influência externa no nível de estabilização ou desestabilização política tenha sido muito importante, neste primeiro Relatório o debate concentra-se em torno de factores principalmente nacionais.

Paz social e segurança política

Por 'paz social' entende-se não só a ausência de guerra e conflitos armados, mas também a aceitação de diferentes ideologias e partidos políticos numa sociedade, bem como a liberdade de opinião e expressão.

A paz social em Moçambique tem a sua manifestação mais visível no novo clima político-social que actualmente se vive, consubstanciado em instituições políticas como um Parlamento Multipartidário que integra a Frelimo, a Renamo e a União Democrática (UD).

A nível mais amplo, existe ainda o espaço político preenchido por movimentos extra-parlamentares, órgãos de informação, organizações não governamentais e agências internacionais. Todas estas forças apregoam ideias específicas no espaço político, social e económico actual.

A liberdade de diálogo e expressão possibilita a participação ampla das pessoas no processo político-administrativo. Este ambiente é indispensável para a criação de um Estado de Direito assente no princípio de respeito pelos direitos individuais de ser, estar, escolher e optar.

As comunidades constituem o epicentro do poder de decisão sobre as formas de sustentar a vida local, produção física, intelectual e espiritual, na perspectiva de fortalecer a nação. Este foi o princípio adjacente ao presente processo de descentralização político-administrativa, consubstanciado na lei das autarquias e as eleições locais. A paz social pressupõe também a percepção mais abrangente do conceito de segurança humana acima definido.

Assim, o ênfase na segurança do Estado desloca-se gradualmente para fora do foco bélico por excelência para a segurança humana e desenvolvimento humano e, em particular, a reconstrução, investimento nos sectores sociais e, por conseguinte, no imenso capital humano de cerca de 16 milhões de cidadãos Moçambicanos.

Por outras palavras, a noção de paz social deixa de se limitar à ideia defensiva de segurança territorial para passar a destacar a perspectiva de desenvolvimento humano sustentável.

A paz social toma em consideração também a nova filosofia de utilização dos recursos humanos, físicos e financeiros que foram libertos com o fim do conflito armado em Moçambique.

Todavia, o caminho de consolidação da paz em Moçambique é longo. O alargamento do espaço político tem de fazer parte do diálogo e entendimento para que haja maior receptividade de novas iniciativas e ideias no processo de mudanças.

A paz social não significa o fim dos conflitos no seio da sociedade, e muito menos no modelo de vida das comunidades vis-à-vis o Estado Moderno.

A pluralidade que Moçambique abriga no seu território, consubstanciada nos 20 grupos etno-linguísticos e num extenso ideário simbólico-político-religioso popular, é uma complexidade que torna o país rico na sua diversidade. Os indivíduos e comunidades que compreendem esta complexidade buscam espaços para participar no processo de mudanças, acomodando-se nas janelas que o Estado Moderno oferece.

No entanto, o Estado ainda tem dificuldade em estabelecer o nível de aceitação e valorização do que é local, assim como o ponto de interacção entre ele e a cultura que se expressa através de modelos, normas e regras tradicionais no qual as línguas maternas são o veículo privilegiado de transmissão cultural. Nota-se aqui ainda o desencontro entre dois níveis ou modelos de vida que se produzem paralelamente na esfera económica e no âmbito de ideias, não concorrendo de forma sintonizada para o desenvolvimento e bem estar comum. Trata-se das comunidades e do Estado Moderno.

Nos encontros e desencontros sociais o conflito continua, tanto na polarização política e na percepção dualista do mundo, como no seu aspecto positivo de vector de mudanças, e como suporte para a criação e desenvolvimento de ideias novas, permitindo assim o crescimento das sociedades e a sua reestruturação contínua.

Quais os dividendos da paz?

Esgotadas pelo conflito que drenou bens e sacrificou vidas humanas tanto no campo como nas cidades, as populações respiraram de alívio quando da assinatura do acordo de paz. A paz significou a cessação das pilhagens, as mortes e as destituições indiscriminadas, assim como os raptos ou alistamento coercivo dos seus filhos e filhas para as actividades militares ou as de apoio logístico às mesmas.

Assim, o fim de três décadas de conflito libertou recursos para o desenvolvimento, tanto em termos de capital humano como financeiro. O conflito armado em Moçambique drenava não só os recursos do Estado mas, sobretudo, os das comunidades que contribuíram voluntária ou involuntariamente para seu sustento.

O alívio da sobrecarga da guerra por parte do Estado é testemunhado nas estatísticas disponíveis. O Gráfico 3.2 e Quadro 3.1. revelam aspectos interessantes a esse respeito.

Primeiro, o ano de 1985 foi o ano, no período 1985-1997, com maior proporção de gastos com a Defesa. Segundo, desde 1985 tal proporção diminuiu progressivamente. Em 1996 e 1997 os gastos com a defesa representaram cerca de metade dos gastos realizados em 1985. Terceiro, entre 1985 e 1990 a proporção de gastos na Educação e Saúde foi significativamente menor do que na Defesa. Contudo, em 1992 pela primeira vez as despesas com a Educação e Saúde (21,6%) foram superiores às despesas na Defesa (18,5%). Este “desvio” dos recursos financeiros da Defesa para os sectores sociais tem-se mantido nos anos mais recentes e, de facto, aumentado.

Existem, certamente, muitos outros dividendos positivos resultantes do fim da guerra, mas que são difíceis de quantificar. Por outro lado, o próprio conceito convencional da guerra peca por analisar sempre os gastos com a defesa na óptica do Estado. Por exemplo, tal conceito não considera que num conflito armado de natureza civil as comunidades dão o seu contributo aos dois lados, independentemente se estão de acordo ou não com os objectivos (uma questão observada por Martinho Chachiua, in Lundin et al, no prelo).

Porém, um princípio importante enunciado no Programa do Governo de 1995 é o seguinte: “em tempo de paz reduzir os gastos militares de 36,7% do PIB em termos reais em 1995, para 2,4% num futuro próximo” (Governo de Moçambicano, 1995).

Esta alteração nas prioridades de distribuição de recursos é um indicador importante para aferir os dividendos positivos da paz para o Estado. Mas há também a sublinhar o benefício para as comunidades que, durante a guerra, viram não só o ciclo de suas vidas interrompido como a destruição de toda a estrutura de produção e a canalização, muitas vezes compulsiva dos seus rendimentos para sustentar os beligerantes.

Por sua vez, para além de dividendos positivos existem inúmeros outros dividendos negativos que a paz herdou da guerra, tais como:

- Cerca de um terço da população foi afectada directamente pelo conflito armado, tanto nas zonas rurais como urbanas. Cerca de 3,5 milhões de pessoas foram deslocadas das suas zonas de origem buscando refúgio em zonas mais seguras e nos países vizinhos.
- A rede de infra-estruturas sociais foi um alvo preferencial das hostilidades: um terço da rede de cuidados primários de saúde em todo o país havia sido destruída até 1987. As destituições contribuíram em parte para o aumento do rácio de utentes por unidade hospitalar de 9.753 em 1985, para 12.980 em 1987. Observe-se ainda que 46% da rede escolar primária ficou destruída, o que fez cair em flecha o nível de educação formal cuja factura virá sob a forma de uma formação deficiente, na melhor das hipóteses, ou, na pior, falta de escolaridade para quase uma geração.

A transição da guerra para a paz

A transição política observada em meados de 1980 consolida-se com o fim do conflito armado que teve lugar em 1992, como culminar de um amplo diálogo político no qual participaram diferentes sectores sociais.

A transição política atingiu já um estágio que pode levar à reconciliação de todo o País no âmbito das instituições, organizações, pessoas, e sobretudo das ideias.

Onde antes havia o conflito latente ou aberto, nos últimos anos vislumbram-se pressupostos para a reconciliação. O pluralismo da Constituição de 1990 abriu espaço para novas ideias, através de eleições livres que resultaram no actual parlamento multipartidário. A nova Constituição reconhece o direito à vida - ao abolir a pena de morte, a pluralidade de ideias - ao adoptar o multipartidarismo; a separação de poderes - entre o Executivo, Legislativo e Judiciário, a liberdade de imprensa.

No plano político-administrativo a descentralização tem sido a aposta principal para forjar um desenvolvimento participado, apesar de as comunidades rurais terem sido as grandes excluídas na primeira fase. A abertura do mercado à livre iniciativa cria condições para a emergência de uma classe empresarial nacional.

No plano político-cultural, a aceitação dos valores africanos locais, o reconhecimento e valorização das línguas maternas, das bases da identidade do moçambicano, da medicina tradicional, dos modos de vida comunitária, são partes integrantes na reconciliação.

A emergência de Associações de Amigos e Naturais de vilas, cidades, distritos ou zonas abrangendo províncias ou regiões por todo o País é sinónimo da busca da valorização da personalidade do moçambicano, que se realiza em comunhão com a sua terra de origem e os seus ancestrais. Estas associações cívicas podem vir a canalizar recursos e energias que antes estavam dispersos ou deficientemente orientados. O território nacional será então mais do que a soma das partes espiritualmente reconhecidas como terra mãe.

O surgimento destes movimentos cívicos tem aspectos tanto positivos como negativos. O aspecto positivo destes movimentos é o de canalizarem sentimentos colectivos de incentivo aos negócios ou exigência de cargos públicos em zonas específicas, contribuindo assim para a promoção do conhecimento e valorização de factos culturais e de enaltecimento das potencialidades locais, preenchendo-se espaços onde o Estado tem dificuldades de actuar.

O aspecto negativo destes movimentos está no risco de se poderem confinar exclusivamente a uma elite seja ela política, económica e/ou administrativa, podendo reflectir-se na canalização de propósitos de monopólio do poder, tráfico de influências e métodos de acumulação pouco transparentes, assim como instrumento de bloqueio às acções do aparelho administrativo a nível local. O desafio é as entidades jurídico-legais prestarem atenção à evolução do processo para que tal não venha acontecer e fazer vincar o Estado de Direito no caso de saliência do lado negativo desta vertente associativista.

O futuro duma transição política efectiva depende do sucesso das reformas económicas no país e do impacto da globalização de interesses e ideias para além das motivações dos indivíduos responsáveis pelo próprio processo.

A incongruência das reformas manifesta-se, por um lado, pela abertura de potencialidades para as pessoas e, por outro, pela participação limitada e a hierarquização em grupos sociais de posses diferenciadas. A participação das pessoas é por natureza hierárquica, dado que o bolo económico é limitado e não permite que todos acumulem. Estes são constrangimentos que dificultam a reconciliação no espaço do Estado Moderno no processo de abertura política.

Esta situação torna necessário perspectivar o ponto de encontro entre o Estado Moderno e as formas de organização e exercício do poder das comunidades que o compõem e com a forma de vida dos indivíduos e grupos sociais que formam estas mesmas comunidades para a consolidação da Paz Social.

Neste processo global de aproximação entre dois universos sócio-culturais e dois paradigmas de percepção do mundo, a necessidade do encontro dos membros da elite do Estado Moderno consigo mesmo, ligando finalmente, a prática do comportamento privado à retórica do discurso público, torna-se mais premente.

Reconciliação e o capital social Moçambicano

A capacidade de reconciliação dos moçambicanos depois de um conflito fratricida que se estima ter ceifado mais de um milhão de vidas poderá ser um dos grandes contributos de Moçambique à humanidade.

O Acordo Geral de Paz teve um valor marcadamente simbólico pois foi nas comunidades onde a verdadeira reconciliação, mais do que o compromisso entre os políticos, se concretizou. É esta capacidade de entendimento a nível da base que é preciso analisar para compreender o enorme capital social que é a cultura de reconciliação dos moçambicanos.¹

O convívio é importante numa sociedade onde o conceito de Ser engloba os mortos, os vivos e os ainda por nascer, constituindo a base da existência humana. No cunho liberal, reconciliar, mais do que a tradicional capacidade de conviver depois de um conflito, significa esquecer o passado, aceitar diferenças de crença e valores, das ideias políticas e das leis económicas e

administrativas, abrindo e protegendo o espaço para que o diálogo possa ter lugar e que o consenso seja a base de governação.

O conceito reconciliação pressupõe uma situação anterior de conflito. Sendo assim, a descrição sumária das realidades sobre as quais assentaram os conflitos em Moçambique, e que hoje estão paulatinamente a desaparecer, apresenta-se como um imperativo. As realidades conflituosas mais importantes a nível interno eram:

- no plano sócio-político - o monolitismo de ideias e o monopólio dos canais para sua difusão;
- no plano sócio-económico - a planificação centralizada (produção e distribuição) e centralmente controlado;
- no plano sócio-cultural - a negação dos conteúdos do universo sócio-cultural em que se abrigava a maioria da população.

O conflito assentava ainda na falta de consenso sobre os rumos de desenvolvimento a seguir e nos métodos de exclusão que as vias eleitas implicavam para o conjunto de indivíduos e ideias que discordassem das escolhas. Não cabe aqui considerar a importância ou necessidade de debater se a decisão foi certa ou errada, por quanto não seria possível fazê-lo sem entrar no debate sobre o conteúdo ou validade destas mesmas escolhas.

No espaço aberto para o diálogo, a visão que se apresenta sobre a reconciliação, baseia-se em:

- Delinear as formas tradicionais africanas de resolução de conflitos, com o (re)encontro entre indivíduos, grupos sociais e comunidades. Estas são formas conhecidas que fazem parte do quotidiano da maioria. Mas pode-se delinear também a reconciliação ou as suas premissas para que ela se venha a consolidar de forma natural.
- Fazer uma leitura das respostas que o Estado Moderno tem oferecido aos desafios no mundo rural e urbano, para gerir os espaços político-administrativos de forma mais inclusiva e conciliatória, promover o desenvolvimento participado, indo assim, neste período de transição, ao encontro dos anseios da população.

Conflito, Justiça e Reconciliação na Tradição Africana

Na tradição africana em Moçambique as comunidades recorrem a mecanismos de reconciliação para repor a ordem social, sempre que esta entra em desequilíbrio como consequência de conflitos entre indivíduos, grupos sociais ou comunidades. Estes mecanismos diferem entre regiões, entre as comunidades rurais e urbanas; costeiras e do interior; matri e patrilineares; e com diferentes ideários simbólico-político-religiosos.

Eles têm contudo um denominador comum: são mecanismos assentes na realidade de uma sociedade onde a interdependência entre indivíduos e grupos sociais é grande e a solidariedade um facto.

Apesar da mudança a que tem sido submetida, fruto da dinâmica social consubstanciada em interacções culturais com vizinhos, comércio e pelo casamento, perda cultural devido às imposições coloniais, negação do ideário político e pela "invasão" dos meios de comunicação, a (inter)dependência dentro da família, tal como entre colectivos locais ou vizinhos e comunidades contíguas ainda existe, imperando nele o princípio de entre-ajuda e reciprocidade.

A percepção de conflito, do ponto de vista das comunidades locais, diz normalmente respeito a desavenças mais ou menos graves, de carácter pessoal, entre grupos ou comunidades, reflectindo querelas novas ou antigas, discussões mal acabadas, furtos domésticos, adultérios, suspeitas de feitiçaria, e mortes.

No ideário tradicional, o conflito aparece também quando não se respeita algo que nas normas tradicionais locais é considerado tabu. De realçar, por exemplo, que a explicação para doenças como a hérnia e a tuberculose está ligada à percepção de que algum tabu não foi respeitado. O tratamento tem, assim, que abranger o colectivo mais próximo (família ou comunidade), ainda que exista o conhecimento de que o tratamento do indivíduo afectado deve ter lugar nas instituições do Estado Moderno ligadas ao sector da saúde.

Ainda que o conflito seja a nível pessoal, do ponto de vista comunitário ele atinge sempre o colectivo, pois este fica em desequilíbrio quando o conflito está presente. O conflito implica, assim, sempre uma relação de acção e reacção entre duas ou mais pessoas, grupos sociais, comunidades.

O conflito a nível local é frequentemente resolvido em público. Numa primeira instância a resolução cabe às partes envolvidas. Os mais idosos, de dentro ou fora da família, agem como medianeiros nas questões mais difíceis assim como para casos mais complicados. Estes não são necessariamente os anciãos, considerados como juizes supremos, mas também figuras comunitárias como os mais instruídos ou os mais experientes.

As Leis do Estado Moderno são geralmente conhecidas e respeitadas pelos indivíduos nas comunidades. Este conhecimento é produto da busca de "informação" para se inteirar do que se passa em seu redor.

Recorre-se às Leis do Estado para conflito graves, levando-se o privado ou "doméstico" aos tribunais. Porém, quando os veredictos dos tribunais não conduzem à restauração da paz social ao nível local, os mecanismos tradicionais entram em cena para repor a ordem social, e não somente para tratar de um caso específico. Isto deriva do facto de que, uma vez activado, o conflito desencadeia um processo que ultrapassa os indivíduos ou grupos nele envolvidos, passando a englobar a família, o grupo social ou a comunidade.

A comunidade alargada aqui referida é aquela vizinhança que possui uma relação de laços mais sólidos, dentro ou fora da mesma etnicidade. O caso do "acordo" de brincadeiras existente entre os Wamakondo e os Wayao no Norte do País é um exemplo. É uma relação tradicionalmente denominada ovilo, que permite certas liberdades e brincadeiras entre os dois grupos étnicos, assim como implica a existência do princípio de ajuda mútua, principalmente por ocasião de funerais.

Para se restaurar a paz na comunidade a resolução tem também de ser global. Aceita-se que os mecanismos da tradição muitas vezes são violentos como o é toda acção pedagógica, ainda que de maneira simbólica. Exemplo disso é a ocorrência, no espaço urbano, de práticas de justiça "olho por olho", justificada geralmente como consequência da inoperacionalidade da justiça formal (do Estado).

Estes mecanismos podem ser postos a funcionar ao mesmo tempo que a justiça formal ou à posteriori, no caso da ausência prolongada do indivíduo derivada do cumprimento da pena.

Os mecanismos tradicionais funcionam segundo um sistema de procedimentos que inclui encontros e discussões com a elite tradicional, o diálogo entre os intermediários das partes lesadas indicados para o efeito e culminam com as penas estabelecidas e as possíveis indemnizações a serem pagas segundo os preceitos do costume local. Alguns actos colectivos contra o culpado podem fazer parte do expiar individual das culpas. Este é o caso das canções da etnia dos Vacopi, oriunda das províncias de Inhambane e Gaza, onde o colectivo canta sobre o mal cometido para que o infractor sinta o peso da sanção colectiva e "o coração pesado" pelo acto.

A reconciliação é, assim, parte intrínseca do processo de resolução de conflitos dentro do universo sócio-cultural africano. Não se trata de repor uma igualdade que nem sequer existe

na ordem social vigente, mas seguir o princípio de não se poder deixar aceso o fogo, - "kutimela makala" ou apagar o fogo, dizem os Vacopi - e também, enterrar as cinzas, simbolizando o retorno à normalidade.

Para os conflitos mais sérios até a indemnização pode não superar o problema. Duas práticas que ajudaram através dos tempos a selar tradicionalmente a reconciliação junto às comunidades moçambicanas foram:

- As alianças matrimoniais - uma tradição usada também para o ganho político tradicional e moderno. No casamento, dois grupos tornam-se parentes e ficam juntos ou passam algo comum.
- Os acordos de trocas de produtos - uma prática ainda em voga nas zonas rurais e na periferia das vilas e cidades. No acordo de troca de produtos sela-se o princípio de que cada um terá uma parte do que o outro produzir, e esta base de solidariedade é importante em comunidades predominantemente rurais. Os acordos de troca de produtos solidificam os laços.

Quando o conflito tem como agravante uma dívida de sangue, são necessários rituais específicos de purificação. Estes rituais tiveram lugar quando os soldados desmobilizados começaram a voltar para casa no fim do conflito armado. Nestes casos, é a purificação que precede a reconciliação de facto e põe ponto final ao conflito.

Tanto no crime considerado de carácter público como nas guerras, ou no crime cometido dentro da comunidade, o ritual apresenta três fases de reconciliação (Lundin et al, 1997). Primeiro, a reconciliação consigo próprio, onde a purificação é necessária para se limpar o mal. Esta é uma cerimónia privada que tem lugar na presença de um oficiante que é vulgarmente um médico tradicional.

Segundo existe a reconciliação com o colectivo através dos ancestrais. Nesta cerimónia tem lugar um "diálogo" com os ancestrais através de um oficiante para agradecer a protecção conferida pelos mesmos e que possibilitou ao indivíduo ter saído com vida do conflito. Na mesma ocasião dá-se a conhecer a todos, mortos e vivos, que o indivíduo está bem no sentido lato ou simbólico.

Terceiro existe a reconciliação com aqueles que foram lesados ou mortos, através dos familiares, onde a vítima é invocada pelo oficiante com o pedido de perdão.

Esta última parte do ritual pode implicar multa em dinheiro e o sacrifício de um animal. Este é o momento da reconciliação com a vítima, para tirar o sangue do conflito. O momento da resolução de conflito tem sido normalmente marcado por uma confraternização.

Este processo tradicional de resolução de conflito pela via diálogo, a aplicação de sanções e o ritual da purificação e confraternização, é um modelo quase ideal de resolução de conflito ao nível das comunidades. É um conjunto funcional de princípios de resolução de problemas para o grupo.

Este modelo de reconciliação do indivíduo com o colectivo e entre dois colectivos é prática usual no período pós-conflito, e é responsável pelo comportamento conciliatório naqueles espaços onde já não se distinguem, por exemplo, as pessoas que participaram num ou outro lado do conflito armado que terminou em 1992. Aí todos são camponeses, produtores locais, membros das comunidades. Entretanto, no plano mais alto da vida política, normalmente no âmbito urbano, a reconciliação ainda está por acontecer.

Binómio Reconciliação-Estado Moderno: Complemento ou Impedimento?

A reconciliação na tradição africana em Moçambique é um fenómeno que o Estado Moderno tem dificuldade de reconhecer, por causa da sua natureza e estrutura. Isto acontece apesar do

Estado ser a instituição cimeira, cobrindo todas as instituições de um território que abriga um povo com diversas crenças, e a esfera política do poder, controlando a ordem social para o bem comum.

Um acto lesivo aí praticado é visto como uma dívida que tem de ser reposta à sociedade e não a uma comunidade específica onde o lesado e o infrator têm rosto e nome conhecidos.

Para se expiar estes crimes existem instituições prisionais, e não princípios de reconciliação entre indivíduos e grupos. Assim, a reconciliação entre colectivos (comunidades e grupos sociais) e indivíduos não é considerada de maneira específica como figura jurídica, quando o Estado estipula e imputa penas ou sanções para o acto lesivo ao indivíduo e/ou a instituições públicas ou privadas, e finalmente ao próprio Estado.

A noção de reconciliação nas acções, actividades e políticas reconciliatórias aparece aqui descrita como conceito a considerar para sustentar, a longo prazo, as bases da nova prática de governação em Moçambique.

Com a introdução de reformas político-administrativas abrem-se espaços para manifestações sociais, liberdade de associação e de culto, e a afirmação da personalidade do cidadão local; descentralizam-se acções e decisões; alarga-se a base de inclusão ao se acomodar novas pessoas e novas ideias na máquina governo-administrativa e na vida política e social do País.

Porém, a reconciliação no Estado Moderno tem sido difícil de se atingir, pois não é um pressuposto, quer para a estruturação e solidificação de instituições como cortes e tribunais, quer para a existência de associações civis, religiosas, políticas ou sócio-profissionais; e ainda para a acumulação do lucro e do capital financeiro ou patrimonial.

Todavia, as reformas político-administrativas parecem estar a abrir espaços para a apresentação de ideias e a participação das pessoas que as advogam na vida pública, para que todos possam participar na governação para o bem estar e desenvolvimento.

Contudo, ainda não existem pressupostos e mecanismos adequados para a reconciliação neste espaço público moderno. O próprio processo de reformas democráticas tem sido por vezes incongruente com a reconciliação. Abrem-se espaços de participação, mas criam-se novas exclusões sociais, onde os afluentes excluem economicamente os vulneráveis

Torna-se assim imperativo o cultivo da Cultura de Reconciliação e de Paz no Estado Moderno, para transformá-las em cultura política, em prática de vida, para que o diálogo e a aceitação de ideias possam ter lugar nos actos públicos e privados.

O Desencontro e as Perspectivas de Encontro

No Estado colonial existiu sempre num conflito entre as comunidades locais e o Estado, derivado da natureza da ocupação que consubstanciou na usurpação de terras e exclusão total do indivíduo moçambicano da vida sócio-política aliado à negação do direito de cidadania.

Depois da independência, as escolhas políticas condicionaram novas exclusões e os modelos de desenvolvimento levaram a que houvesse conflitos de outra índole que culminaram com a guerra derivada de diferenças de ideias, com componentes externos e internos à mistura. O conflito existiu no plano político, económico, cultural e social.

A consolidação do processo moçambicano da paz social está assente na reconciliação, onde se torna necessário:

- abertura de espaços e latitudes para se construir riqueza individual e colectiva;
- o desenvolvimento mais aberto do capital social.

Portanto, a plena reconciliação entre dois mundos não deverá incidir sobre uma possível resistência das zonas rurais, ou de opressão de parte do Estado, mas sim de estudar, apresentar e desenvolver as bases para o encontro do capital social e produtivo local, que se manifesta em bases tradicionais, com o sistema produtivo controlado pelo Estado Moderno. Esta opção irá permitir a disseminação de ideias e acções hoje usadas exclusivamente para a sobrevivência individual e de pequenos grupos familiares num meio mais alargado.

Neste desencontro que dificulta a reconciliação entra:

- A incongruência do sistema judicial, que não coincide com a percepção local da relação entre a sanção ou castigo com o acto lesivo. O sistema não tenta ainda fazer a ponte sincrética entre dois mundos em franco antagonismo, fazendo da prática da justiça, muitas vezes, uma representação simbólica para o Estado, sempre revista ou refeita à posteriori, para ser funcional e aceite ao nível comunitário;
- A dificuldade de percepção por um lado, e acesso, por outro, aos mecanismos do sistema de saúde, educação e administração pública e a busca de métodos e instituições alternativas e funcionais para a vida comunitária.

Assiste-se, então, ou à ausência total do Estado na vida comunitária, ou a uma presença superficial, em sobreposição ao tradicional. Onde o Estado existe não é bem entendido. São dois mundos e dois paradigmas que raramente se encontram, e quando o fazem o contacto é quase sempre à tangente e circunstancial.

Um princípio para o encontro pode envolver:

- Visualizar potencialidades e aceitar o princípio de inclusão da vida comunitária no Estado Moderno e vice-versa;
- Visualizar a aproximação do individual com o colectivo, e reconciliar os membros das comunidades com os membros do Estado Moderno, pois, no essencial, trata-se das mesmas pessoas e grupos sociais vivendo existências supostamente paralelas;
- Não colocar barreiras às reformas, muitas vezes ditadas de fora, mas estruturá-las de maneira inteligente e funcional.

O desencontro entre a estruturação do estado Moderno e as regras da tradição ultrapassa os meros problemas institucionais, tornando-se num conflito latente no subconsciente do indivíduo. Trata-se da luta entre dois mundos e do moçambicano consigo próprio ainda por reconciliar e do que se vive e se aceita como próprio, seja no exercício de: (i) uma Justiça aceite como repositório real da ordem social; (ii) uma Educação dirigida para oferecer bases para um melhor enquadramento na vida local, assim como ferramentas para o mundo emoldurado pelo Estado Moderno; (iii) uma Saúde dotada de meios para curar o ser físico, psíquico e colectivo;

Trata-se assim, de perspectivar um encontro entre o Estado Moderno e as comunidades que o compõem, para canalizar e capitalizar, acima de tudo, a força do capital social que se acumula neste meio e que hoje estrutura a vida de um conjunto sócio-político imenso que funciona na comunidade e para a comunidade.

O mundo do cidadão comum coexiste com o do Estado Moderno e na realidade é a sua base do ponto de vista do direito político. As comunidades acima referidas são principalmente as comunidades rurais ou peri-urbanas, que intervêm na ruralização cultural cada vez mais notória nas cidades e vilas.

Um aspecto importante na actualidade é o desencontro entre dois mundos que reflectem diferentes universos sócio-culturais e mais de um paradigma.

Neste estado de coisas, o conhecimento sobre como funcionam os dois mundos que coexistem num mesmo território de soberania política - o Estado Moderno - é uma necessidade premente. Estudos acompanhados de debate e diálogo aberto para se repensar o Estado para o terceiro milénio, são assim necessários e urgentes, para se acompanhar a dinâmica dos fenómenos sociais

Em particular, o desafio que se põe é encontrar um vector para servir de elo, sem quebrar a dinâmica do capital social que cresceu e tem aí sido desenvolvido, pois ele é frágil e tende a se retrair quando se sente encurralado ou ameaçado até se tornar quase invisível. Esta é uma capacidade desenvolvida através dos tempos para sua própria sobrevivência. É este capital que actua e é realidade:

- Na esfera económica - com o que aí se produz e se comercializa, ainda que em princípios tradicionais de circulação de mercadorias trazendo, por exemplo, trazer mais uma esposa para o agregado familiar, em troca de gado ou outros bens úteis à vida individual e colectiva para legitimar, nas patrilinearidades, o direito das crianças aí nascidas;
- Na esfera do ideário simbólico-religioso-administrativo - com o modo de administrar as terras, os actos praticados, e os pensamentos ou ideias que estruturam estes actos. Este desencontro dá-se entre o campo e a cidade, e dentro das próprias comunidades e vilas e espaços urbanos. Ele está assente na incapacidade da elite do Estado Moderno de ajustar o seu plano de vida privada ao discurso público. Isto é comprovado pela existência de comportamentos que, do ponto de vista funcional se justificam numa economia rural, e não onde se pretende seguir leis de mercado. Este é o caso da poligamia, e do papel da rede de protecção social baseada no parentesco que responde e faz frente às necessidades a que a burocracia estatal não consegue dar resposta.

O desafio será sempre como construir a engrenagem. A resposta possível é que se quebrem preconceitos e se use no colectivo do Estado Moderno as potencialidades do capital social presentes na vida privada, uma vez que hoje já se vive teoricamente longe dos olhares dos que ajustaram a sua visão ao mundo a partir do ideário colonial. O século XXI deve trazer para a agenda de desenvolvimento o debate sobre o papel do Estado Moderno na realidade da vida moçambicana.

Paz social, democratização e descentralização

O Estado herdado é ao mesmo tempo um Estado externo, centralizado e mole. Externo porquanto o processo de formação do Estado Moderno endógeno não cobria o território de Moçambique. Centralizado porque os seus comandos derivavam essencialmente de um centro primeiro na metrópole colonial mais tarde na capital da província ultramarina. Mole porque, a despeito da força das suas afirmações, a sua presença real nunca se estendeu a todo o país. As áreas de autonomia urbana eram limitadas porquanto os Presidentes das Câmaras, eram todos nomeados pela autoridade central, prática que continuou depois da independência.

A administração municipal portuguesa consistia em Câmaras Municipais e Juntas Locais constituídas essencialmente por residentes europeus das zonas urbanizadas enquanto que as zonas suburbanas, reservadas aos locais, eram dirigidas por administradores nomeados que exerciam a sua acção segundo o modelo das administrações civis das zonas rurais.

As câmaras preocupavam-se principalmente com matérias de índole urbana como abastecimento de água e electricidade, saneamento, recolha de lixo e controle da construção urbana e mais tarde planos directores de desenvolvimento urbano e gestão de mercados. O rendimento mais importante provinha da concessão de terrenos na zona do foral, área atribuída às cidades.

A independência resultou na emergência de dois movimentos: um de cariz centralizador motivado por razões de índole conceptual - a garantia do poder unitário do Estado. Este movimento levou à abolição da autonomia das câmaras devido a dificuldades de gestão orçamental e financeira e de carência de quadros motivada pelo êxodo de colonos. Um outro movimento de carácter participativo foi a criação de instâncias de organização através dos bairros e quarteirões.

Estes dois movimentos não funcionaram de maneira coordenada. O discurso político e organizacional avançava no sentido da responsabilização das comunidades locais, através de uma estruturação de cariz local e comparticipação na gestão do património do estado. Na realidade os órgãos locais acabaram por ser apenas estruturas de auscultação sem qualquer poder de decisão e de execução, limitando-se a apresentar problemas à consideração dos órgãos centrais.

As estruturas participativas esgotaram-se, assim, em sucessivas reuniões de identificação de problemas, de enunciado de demandas, sem criar a correspondente capacidade de resolução. A sua nascenta como fruto da impulsão da Frelimo ditou que embora estas estruturas tivessem evoluído para estruturas essencialmente comunitárias, na actualidade continuassem a ser vistas como estruturas do Partido, o que dificulta a sua consagração como estruturas comunitárias.

As Assembleias então criadas na realidade constituíam apenas momentos de expressão de sentimentos externos à máquina administrativa e de alguma forma moderavam os abusos do sistema pela classe dirigente. No lado positivo, o período demonstrou também uma capacidade de mobilização e um sentido cívico de participação que constituem uma reserva de experiência se corrigidos os erros e desvios populistas do sistema.

Em Moçambique, a liberalização económica precedeu a liberalização política e administrativa. Por um lado, isto acontece por causa da maior premência dos processos económicos, e por outro, talvez tenha sido devido ao temor da desintegração da unidade nacional. Este medo está reflectido nas ambiguidades do texto constitucional que consagra a existência de órgãos de Estado híbridos, porquanto do Estado, mas eleitos.

O movimento pela descentralização política e administrativa começa a desenhar-se a partir de 1988 e aparece já em filigrana no debate constitucional de 1990.

Em 1994, nas vésperas das eleições legislativas multipartidárias que selavam o processo de paz, foi adoptada uma Lei dos Municípios que estipulava a extensão da municipalização tanto para as zonas urbanas como as rurais. Estes passariam a constituir municípios dotados de dois órgãos eleitos por sufrágio directo - Presidente do Município e a Assembleia Municipal. Esta lei nunca chegou a entrar em vigor na prática, para o que terão contribuído a premência do processo de paz e a prioridade das eleições presidenciais e legislativas.

A alteração da constituição realizada em 1997 consagra com clareza a existência de um poder local diferente do poder do Estado. Este alargamento conceptual - afirmação clara da autonomia dos órgãos locais - é acompanhado de uma limitação significativa da extensão do processo de municipalização que passa a ter carácter deliberadamente urbano, ficando limitado às cidades, vilas e as pequenas povoações que constituem a sede dos postos administrativos.

Aspectos Principais da Lei das Autarquias

A lei aprovada em 1997 estipula que as autarquias são de dois tipos: municipalidades nas cidades, e vilas e povoações nas sedes dos postos administrativos. As funções das autarquias incluem, além dos aspectos tradicionais - meio ambiente, saneamento básico e qualidade de vida, abastecimento público, urbanização, construção e habitação e a função instrumental de

garantia - polícia da autarquia, um novo tipo de funções na área social como a saúde, educação, cultura, lazer, entretenimento e desporto.

A percepção de que o bem estar local está ligado ao desenvolvimento levou a inscrever o desenvolvimento económico e social local como uma das principais vocações da autarquia.

Os órgãos principais das autarquias são o Presidente do Conselho Municipal, a Assembleia Municipal e o Conselho Municipal. O Presidente, órgão executivo, é eleito por sufrágio directo ao mesmo tempo que a Assembleia, o que põe-no em paridade democrática com a Assembleia. Um dos corolários é que o Conselho Municipal composto por vereadores responsáveis por pelouros é inteiramente designado pelo Presidente, com a limitação de que metade dos seus membros deve ser membro da Assembleia Municipal, de modo a assegurar a legitimidade democrática. As propostas devem ser apresentadas pelos partidos políticos ou coligações mas requerem o apoio de 1% dos cidadãos eleitores recenseados na respectiva autarquia.

A intervenção da sociedade civil conduziu a uma inovação significativa do processo eleitoral local que foi a admissibilidade de candidaturas propostas directamente pelo mesmo número de eleitores (1% dos cidadãos eleitores recenseados) sem necessidade de passar pelo apoio de partidos políticos. Esta cláusula retirou o monopólio dos partidos consagrado na Constituição em relação aos Órgãos do Estado.

Um dos pontos críticos do presente sistema é o das finanças locais. A escolha de 33 municípios fez-se por razões de ordem política, em particular a pressão da oposição e da comunidade internacional a despeito de o Governo afirmar que a sua proposta inicial de 23 autarquias já extravasava o limiar da viabilidade financeira. Embora se tenham estabelecido plafonds para as despesas de pessoal a fim de evitar excessos, e se tenha assegurado que o orçamento central manterá o nível de subsídios actuais de modo a evitar uma diminuição de receitas, a viabilidade teórica das novas autarquias parece de momento assegurada apenas nas grandes cidades como Maputo, Beira e Nampula através dos impostos autárquicos.

Os Fundamentos da Municipalização

A municipalização em Moçambique pode ser vista sob diversos prismas: do ponto de vista político, ela pode servir para a consolidação da paz pela via de inclusão política. Do ponto de vista de relação administração-cidadãos, contribui na busca de uma maior transparência e prestação de contas.

Estes argumentos requerem uma análise serena para não atribuir à municipalização o condão de solução mágica dos problemas gerais do sistema político. As municipalidades não vivem num vácuo, elas reflectem as práticas e concepções políticas da sociedade.

A municipalização é vista por muitos como um instrumento para melhorar a gestão dos serviços urbanos. Espera-se que a legitimidade dos novos autarcas lhes permita serem rigorosos na gestão dos dinheiros públicos, menos susceptíveis a práticas de corrupção, mas também competentes.

A moeda de troca da participação através da municipalização é uma maior responsabilização dos cidadãos - o que pressupõe também maior consciência de que os serviços melhoram através da sua contribuição, quer em ideias, quer em trabalho, quer em impostos.

Esta é ainda uma das variáveis desconhecidas por não existir tradição de pagamento de impostos municipais, em parte graças à atitude paternalista dos primeiros anos da independência - a cultura do direito aos serviços - prolongada na fase subsequente sob a forma de dependência estrangeira. O sucesso da municipalização depende assim da capacidade de o processo ser indutor da geração de mais recursos financeiros, morais,

mobilização de técnicos e intelectuais que permitam buscar nas reservas não suficientemente exploradas.

Na Europa a municipalização foi gerada a partir de comunidades de vizinhos que se associaram espontaneamente para a resolução dos seus problemas.

Em Moçambique, independentemente das suas virtudes participativas, a municipalização ainda é induzida de cima, corolário da implantação do Estado Moderno. Isto pode em parte retirar-lhe a capacidade de buscar na tradição fundamentos da sua inserção e da sua indigenização. Este é o desafio maior.

Se por um lado se define a municipalização como um processo de alguma forma externa, será lícito desdizer da tradição participativa moçambicana? A sobrevivência da estrutura social moçambicana durante as fases de crise aguda aponta para a riqueza das formas participativas presentes na sociedade africana e na sociedade moçambicanas em particular.

Através de associações informais grupos de residentes, grupos de beneficência e apoio aos carentes, famílias em dificuldade, velhos doentes, associações de ajuda mútua, conselhos de anciãos solucionam litígios sociais e familiares, configurando ou não a autoridade tradicional formal. É assim que a sociedade moçambicana tem enfrentado e resolvido os problemas da sua gestão comum.

Uma municipalização sustentável será capaz de ir beber nessa experiência e capital social imenso, metodologias, ideias e estruturas funcionais que lhe permitam levar avante a realização do bem público.

A simplicidade de procedimentos conduz a que a municipalidade esteja em contacto permanente com todas as camadas e conheça o seu potencial para contribuir para a solução dos problemas urbanos. A prestação de serviços urbanos como a colecta dos resíduos sólidos, a manutenção das vias, o saneamento pode assim começar a ser feita através de formas de trabalho intensivo, baseadas na organização da comunidade, com a devida retribuição e sem tecnologia custosa.

No reconhecimento e na formalização do informal está uma das respostas à crise dos recursos que a municipalização não resolve mas permite procurar a solução. Na adopção de formas de acção menos formais das estruturas oficiais, como por exemplo o recurso a formas comunitárias provadas na prestação de serviços urbanos de alguma maneira a formalização do informal está também um recurso para a realização das funções clássicas do município. Esta pode ser uma das maiores contribuições do processo moçambicano de municipalização ao desafio africano de reconciliação entre o Estado Moderno e a organização social real, entre a sociedade e o cidadão.

Para Além da Municipalização

A realização de eleições locais constituem um passo suplementar no processo de pacificação do país na medida em que contribuam para alargar a participação das várias forças políticas. Isto é tanto mais importante porquanto o presente sistema político caracteriza-se no essencial por uma situação de bipolaridade, com dois grandes partidos dominando 98% dos assentos no Parlamento enquanto outras forças políticas representando cerca de 13% do eleitorado não tem representação nas instituições públicas.

O interesse da estabilidade parece indicar utilidade do sistema político ser mais inclusivo, integrando uma maior gama de interesses na gestão do bem público.

Capítulo 4 - Transição económica: que implicações para o desenvolvimento humano?

Economia em transição: da economia de carência para a segurança económica

Este capítulo incide no segundo dos dois grandes componentes da segurança humana identificados no início desta Parte II: liberdade do medo e liberdade das carências.

A liberdade da insegurança pessoal, política e comunitária só poderá ser duradoura quando suportada pela liberdade das carências. Mas enquanto a primeira se materializa através da paz social, discutida no Capítulo 3, a liberdade das carências depende da ligação estreita e sustentável entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano.

Neste contexto, o factor determinante para a prosperidade e desenvolvimento humano da população Moçambicana não é tanto a existência de vastos e ricos recursos naturais no seu país. O que é determinante e decisivo é a forma como tais recursos expandem o bem estar das pessoas.

Nos últimos quatro ou cinco anos Moçambique conseguiu, não só um ambiente de paz e estabilidade política, mas a inversão da tendência e direcção da sua economia. O crescimento real do PIB aumentou 4,4% em 1994, relativamente ao ano anterior.

O Gráfico 4.1 ilustra o crescimento entre 1980 e 1998. Após uma queda em 1995 para apenas 1,3%, a taxa de crescimento do PIB aumentou para 6,6%, em 1996, e 14,1% em 1997 (INE, 1998b; ver Anexo Estatístico).

Esta recuperação económica recente tem suscitado esperança em muitos agentes e analistas económicos, mas também uma certa apreensão e cepticismo em muito outros.

Neste processo, as oportunidades dos agentes económicos, nacionais e estrangeiros, não são iguais. O mesmo se passa com as dificuldades, directa ou indirectamente relacionadas com o processo produtivo. Mas antes de se especular se a recuperação económica mais recente será sustentável, é importante reconhecer-se que não existe desenvolvimento humano rápido sustentável sem um crescimento económico positivo e sustentável.

Depois da crise económica profunda que Moçambique sofreu nas duas últimas décadas, a sua economia ainda terá que passar o teste de confiança em termos de dinamismo, persistência, eficiência e sustentabilidade.

Não se pode esperar que Moçambique possa assegurar um desenvolvimento humano sustentável satisfatório assente num crescimento económico débil e lento. A recuperação, vitalidade e dinamismo da actual economia moçambicana são promissores, mas são insuficientes para que se traduzam numa redução da pobreza, na protecção do ambiente e num desenvolvimento humano real e sustentável.

Por isso, muitas são as perguntas, mas poucas são ainda as respostas e certezas confiáveis a respeito do comportamento e perspectivas da economia moçambicana.

Até que ponto o crescimento económico actualmente observado em Moçambique irá contribuir para o desenvolvimento humano da sua própria população? Estamos a assistir a um crescimento económico de quê e para quem? Quais são os benefícios e os custos do actual crescimento em termos de desenvolvimento humano? A recuperação e revitalização económica está a ser acompanhada duma diminuição, ou pelo contrário, do aumento da pobreza da população?

Estas, entre muitas outras interrogações, relacionam-se, e de facto são motivadas, pela questão fundamental escolhida para este Relatório sobre a relação entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano dos moçambicanos.

Porém, seria ilusório pretender-se discutir de forma exaustiva, tanto as questões já colocadas, como os inúmeros e complexos problemas relacionados com elas. Certamente, em futuras oportunidades irá ser possível, por exemplo, aprofundar o debate sobre a questão da pobreza no país com base nos ricos dados recentemente tornados públicos pelo INE (1997) e o Ministério do Plano e Finanças (1998b).

Porém, para este primeiro relatório, a melhor alternativa encontrada é, por um lado, debater de forma sintética as principais características e causas da crise que originou que Moçambique se tornasse, nas décadas de 1980 e 1990, num dos países mais pobres do mundo. Isto será feito nas primeiras secções deste Capítulo 4.

Em seguida, também no Capítulo 4, descrevem-se os esforços de restabelecimento do crescimento económico em Moçambique, entre 1985 e 1997. Para além dos esforços de recuperação da eficiência económica e superação dos desequilíbrios macro-económicos, algumas iniciativas surgiram com vista a estreitar os vínculos entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano. Por exemplo, no início da década de 90 o Programa de Reabilitação Económica (PRE) foi transformado num Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) com o objectivo de se reforçar o vínculo entre as reformas económicas e as suas implicações sociais.

O Capítulo 4 não visa descrever a situação geral da economia nacional de forma exaustiva. Mais importante do que isso, o presente Relatório visa apenas colocar e promover o debate duma questão pertinente e urgente no desenvolvimento actual de Moçambique. Para tal, neste Capítulo 4 discutem-se apenas alguns aspectos gerais das correcções dos desequilíbrios macro-económicos, nomeadamente: no sector produtivo manufactureiro, na estrutural da balança comercial, na gestão cambial e nos preços.

Por outro lado, o Capítulo 4 identificou um produto importante na economia moçambicana para se analisar de forma mais específica a natureza, características e complexidade das ligações entre crescimento e desenvolvimento em Moçambique. Trata-se do caso da produção do cajú, caso que nos anos mais recentes deu origem a interessantes controvérsias que ilustram os desafios no processo de crescimento económico e desenvolvimento em Moçambique.

O caso do cajú não é o único, mas é talvez um dos mais fascinantes na actual economia moçambicana porque toca nos principais elos de ligação entre crescimento e desenvolvimento. O cajú está relacionado com a agricultura, a indústria, o comércio interno e o comércio externo. Segundo, com o desenvolvimento do cajú relacionam-se também as escolhas tecnológicas, a influência das políticas de preços na produção e comercialização, bem como no desenvolvimento de infra-estruturas e recursos humanos. E terceiro, com o cajú estão ainda relacionadas questões fundamentais do alívio à pobreza e formas de se garantir a liberdade das carências da população moçambicana no geral.

Sendo assim, o caso do cajú é usado neste Relatório, não como um caso único, mas como um caso tipo, relevante e que poderá ser usado para motivar o debate sobre casos idênticos noutros sectores. Acima de tudo, este caso visa ilustrar, por um lado, a importância da ligação entre um crescimento económico real e desenvolvimento humano sustentável; e por outro lado, a ligação mais geral das duas dimensões fundamentais da segurança humana:

- segurança económica,
- segurança alimentar.

Porquê um dos países mais pobres do mundo?

O comportamento da economia moçambicana nas duas décadas passadas caracterizou-se por uma sucessão de crises profundas e radicais, as quais conduziram a que Moçambique fosse considerado, por organizações internacionais como o Banco Mundial e as Nações Unidas, como um dos países mais pobre do mundo na última década.

Esta imagem resultou, entre outros factores, do nível do PIB per capital extremamente baixo registado em Moçambique em meados da década de 1980. Os dados oficiais do PIB e da população, publicados pela DNE (1992, 1995) e INE (1998a, 1998b) nos seus Anuários Estatísticos, permitem observar a evolução do PIB per capita entre 1985 e 1997 (Gráfico 4.2).

Estima-se que em 1985 o PIB per capita foi cerca de US\$28 e em 1986 cerca de US\$30. Este valor representou 4,4% do nível médio na África Sub-Sahariana em 1985, e 25% do nível do Chade, o penúltimo país na classificação dos países feita na altura pelo Banco Mundial.

Convém sublinhar, no entanto, que o consumo per capita é estimado em cerca de \$190 entre 1985 e 1986, ou seja 6 vezes mais do que o nível do rendimento nacional per capita em 1985. Porquê esta diferença? Ela explica-se pelo papel da ajuda externa no consumo nacional.

Em 1987 registou-se uma recuperação brusca do PIB per capita para US\$96, recuperação esta resultante dos ajustamentos introduzidos. Após uma queda no ano seguinte, o PIB per capita sobe novamente até US\$102 em 1990, mas volta a descer até US\$87 em 1992, o qual foi o ano mais baixo da década de 1990.

Finalmente, o PIB per capita tem aumentado de forma acelerada, de cerca de US\$95 em 1994 para US\$110 em 1997.

Na sequência da estabilização macro-económica, da continuação da guerra e da concomitante queda do rendimento nacional, o consumo per capita também baixou para cerca de US\$84 em 1994. Quer dizer, no processo da estabilização o consumo privado per capita ficou mais em linha com o rendimento nacional.

Características e causas da crise

Na década entre 1970 e 1980/81, a economia de Moçambique regrediu em todos os aspectos (ver Quadro 4.1).

Os efeitos da crise nos mercados internacionais (nomeadamente os efeitos do aumento dos preços internacionais de petróleo e de outros bens manufacturados em 1974), a crise da descolonização (1974-1977), e o efeito das sanções económicas à antiga Rodésia do Sul (1976-1980) têm sido os factores privilegiados para explicar este retrocesso no desenvolvimento económico.¹

Porém, para o efeito total no desenvolvimento económico e progresso humano de um país contam não somente os efeitos de impacto de determinados factores exógenos, mas também a resposta que os governos dão a esses choques externos.

Estas respostas dependem muito das condições em que a economia se encontra na ocasião em que se dão os choques, incluindo a natureza do regime económico e político.

A partir de 1980/81 a tendência decrescente da economia acentua-se, como se pode constatar no Quadro 4.2.

A guerra foi inegavelmente um dos factores importantes da deterioração da situação económica e humana no país durante este período. Porém, apesar da adversidade dos factores externos e da guerra, nem tudo no desenvolvimento da economia de Moçambique nos últimos anos se resume a estes factores. Um factor importante foi a opção pela economia centralmente planificada, e medidas de política inadequadas às condições económicas e sociais do País.

Por exemplo, embora ao atingir a independência em 1975 Moçambique estivesse sob os efeitos extremamente negativos da crise internacional de energia, entre 1976 e 1986 houve ganhos cumulativos substanciais nos termos de troca enfrentados pelo País.

Os ganhos de Moçambique resultaram principalmente da evolução dos preços dos produtos agrícolas primários e dos produtos marinhos, que em resultado disso passaram em princípios dos anos 1980 a ocupar uma posição preponderante no conjunto das receitas de exportação do país.

As autoridades Moçambicanas reagiram ao progresso momentâneo expandindo os programas de investimento público, que no entanto não podiam ser acompanhadas por uma expansão realística dos orçamentos de manutenção e operação. Antes pelo contrário, tanto o esforço financeiro da guerra como o da expansão do investimento tinham como efeitos a redução da capacidade de financiamento das despesas correntes de operação e manutenção.

Mais ainda, quando a renda adicional resultante da variação dos termos de troca reduziu, o investimento público continuou a crescer e dado que a produção e o rendimento nacional sofreram uma contracção, os recursos adicionais necessários para financiar a expansão do investimento público teriam que vir necessariamente de um endividamento do governo, tanto em relação à economia doméstica como ao resto do mundo.

Foi assim que o período entre 1979 e 1982 Moçambique entrou numa espiral de endividamento externo, e o Estado encetou uma série de medidas para sustentar os seus programas de investimento público e subsídio social, que tiveram como efeito a extracção de recursos do resto da economia.

Tal é o caso das políticas de preços administrativos na indústria e na agricultura que não remuneravam os custos. A política de preços garantia ao Estado a realização de um programa de abastecimento a preços baixos que reduzia artificialmente o valor orçamental dos subsídios efectivos oferecidos aos consumidores.

Nos princípios da década de 1980, o défice do orçamento do Estado, que foi principalmente gerado pela expansão do investimento público associado aos grandes projectos que visavam a construção de uma economia socialista, foi na sua maioria financiado pelo endividamento público interno e externo.

A dívida interna líquida do sector público junto da banca passou de praticamente nulo nos finais da década de 70 para cerca de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 1984 e 1986.

O endividamento externo do Estado exibiu duas tendências opostas. Entre 1980 e 1982 as entradas líquidas de dinheiro mobilizado através do endividamento do Estado no exterior situou-se em cerca de 9% do PIBpf. Porém, à medida que os credores se foram dando conta da inviabilidade creditícia da economia moçambicana, e à medida que os efeitos da crise internacional da dívida (que começou com a moratória do México, em Abril de 1982, e foi seguida de um racionamento de créditos aos países em desenvolvimento pelos seus credores internacionais) a entrada de novos empréstimos em Moçambique reduziu drasticamente para 1% do PIBpf em 1983.

Consequentemente, quando o país entrava na fase de honrar os contratos de pagamento do serviço da dívida contraída nos anos anteriores, começa a verificar-se uma saída líquida de recursos. Em 1984 esta saída representou 1,5% do PIB, reduzindo-se nos anos subsequentes porque o país começou a acumular atrasos nos pagamentos. Isto por seu turno levou ao aumento substancial do stock da dívida.

A partir deste período, o endividamento do país entra na fase da crise da dívida na qual é forçado a contrair novos empréstimos para honrar os compromissos anteriores, ou ver-se na contingência de permitir a acumulação da dívida pelo acréscimo dos atrasos e recapitalização

dos juros. Isto gera uma espiral de perda de credibilidade creditícia que isolou quase por completo o país nos mercados internacionais.

É neste contexto que se deve procurar entender o impacto da estabilização macro-económica no desenvolvimento humano e na pobreza em Moçambique. A contracção do consumo para torná-lo mais adequado às capacidades reais da economia nacional, cuja produção e rendimento decresciam ou cresciam a ritmos mais lentos do que o crescimento da população, tinha que inevitavelmente resultar na redução do bem estar, ou seja na deterioração dos indicadores do desenvolvimento humano.

Factores históricos tais como a herança da colonização portuguesa, condições menos favoráveis nos mercados internacionais, e a instabilidade político-militar na região e a sua relação com a guerra fria explicam em parte o falhanço da economia moçambicana.

Desde meados dos anos 1980 que se vêm implementando em Moçambique mudanças de regime económico e político que têm em vista contrariar as consequências negativas das políticas de desenvolvimento do passado, visando estimular o crescimento económico e a melhoria das condições de vida da população. Estas mudanças incluem a democratização das instituições políticas e a introdução de uma economia de mercado livre.

Ajustamento estrutural e restabelecimento do crescimento económico:1985-1997

A estabilização macro-económica visa repor o equilíbrio interno e externo da economia, trazendo as despesas do sector privado e público ao nível do rendimento nacional e da ajuda e endividamento sustentáveis. Por isso ela tem necessariamente custos em termos de consumo e bem estar.

O ajustamento estrutural tem em vista a alteração dos incentivos económicos aos consumidores e produtores para promover a eficiência na economia. Em última instância, a longo prazo, o ajustamento tem efeitos positivos sobre o crescimento económico, o emprego, o consumo e o bem estar. Mas será que a curto prazo a conjugação das medidas de estabilização e ajustamento, terá inevitavelmente que ter efeitos negativos sobre as dimensões sociais e de desenvolvimento humano?

Sobre esta questão as opiniões dos economistas dividem-se em pelo menos duas posições principais. Por um lado, economistas como Kuznets e Kaldos, bem como instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), consideram que nas fases iniciais do crescimento económico, a deterioração na distribuição dos rendimentos é inevitável, pois os benefícios apenas são suficientes para os ricos (RDH, 1996: 6). Por outro lado, autores como os que têm estado associados aos RsGDH refutam a inevitabilidade dum conflito entre crescimento e equidade. Por exemplo, o RDH 1996 afirma:

“Está provada como sendo falsa a visão tradicional de que o crescimento económico está, nas fases iniciais, inevitavelmente associado a uma deterioração na distribuição do rendimento ... Capacidades humanas bem desenvolvidas e oportunidades bem distribuídas podem assegurar que o crescimento não é desequilibrado e que os seus benefícios são partilhados equitativamente. Podem ajudar a obter o máximo crescimento” (RDH, 1996: 6).

Nesta secção faz-se uma breve análise dos impactos sociais (potenciais e verificados) da estabilização e ajustamento estrutural em Moçambique, bem como uma breve revisão das características das medidas de alívio/mitigação dos custos sociais destas políticas.

Reformas no sector produtivo

Agricultura e Desenvolvimento

A importância da agricultura em Moçambique evidencia-se, acima de tudo, pelo facto de envolver 80% da população. Ainda que contribua com apenas cerca de 25-30% para o volume do PIB, cerca de 70% das receitas de exportação agregadas derivam de produtos agrícolas e de recursos naturais renováveis.

Pelo menos para metade da população rural, a actividade agrícola representa a principal fonte de recursos necessários para assegurar a alimentação, saúde e educação, e por isso a via principal de participação dos membros dos agregados familiares no desenvolvimento económico e social do país.

Implicações da Política Agrária

O desenvolvimento do sector agrário, em particular da produção do produtor familiar é vital para a segurança alimentar da população. Por outro lado, o vínculo entre a agricultura e a indústria é crucial para o crescimento económico do país.

Moçambique herdou do colonialismo uma situação em que o desenvolvimento do meio rural, em termos de acesso a serviços básicos de educação e saúde e de infra-estruturas, era considerado dos mais pobres, mesmo nos padrões da África Sub-Sahariana.

As políticas seguidas após a independência tiveram um impacto diversificado sobre o meio rural. Por um lado, houve o esforço de melhoramento do acesso aos serviços de educação e saúde, o qual mereceu o reconhecimento da comunidade internacional. Por outro lado, a política económica alicerçada na administração de todos os mercados e a tentativa de imposição de formas de organização da vida e de produção desajustadas da tradição e capacidades existentes resultaram na desarticulação e retrocesso da integração da economia rural na economia global.

Esta situação agravou-se com a insegurança generalizada trazida pela guerra que provocou uma deslocação massiva interna e externa da população rural. As medidas de política económica introduzidas no âmbito do programa de ajustamento estrutural tiveram no geral um impacto positivo para a economia rural, traduzindo-se na liberalização gradual dos mercados de produtos e numa política de preços que toma em conta as leis do mercado.

O estabelecimento da paz em 1992 e a ocorrência de condições climáticas favoráveis propiciaram a normalização da vida social e económica das populações trazendo novas oportunidades para o desenvolvimento rural. O visível aumento da produção agrária nos últimos anos, demonstra que os camponeses estão, embora de forma incipiente, a corresponder às oportunidades onde elas existem.

Com a eliminação quase total dos principais factores exógenos que constituíam as causas mais aparentes dos constrangimentos, adquire maior relevância a questão da adequação das políticas económicas ao objectivo de altas taxas de crescimento económico. Mais ainda, importa analisar se essas políticas são aderentes ao objectivo do crescimento económico que promova o desenvolvimento humano.

Apesar de ser indiscutível que o aumento da competição no mercado dos produtos agrícolas, que resulta em grande parte do novo quadro de políticas de gestão macro-económica, estar a contribuir para o estímulo à produção agrária, também se pode conjecturar que o boom que se regista nos últimos anos poderá estar associado ao efeito combinado do aumento das áreas cultivadas, provocado pelo fim da insegurança e regresso dos deslocados às suas zonas de origem e pela ocorrência de um regime de chuvas favorável.

Análises da situação da produção agrária evidenciam a persistência de constrangimentos importantes, cuja eliminação ou minimização não poderá certamente ocorrer apenas pelo efeito das forças do mercado, sendo de destacar:

- A existência de sectores importantes da população rural que se encontram economicamente isoladas;
- O paradoxo representado pelas crises provocadas pelo aumento da produção dos produtos essenciais, pela incapacidade da sua absorção pelo sistema comercial e pela relativa segmentação dos mercados regionais (essencialmente entre o Norte e o Sul).

O isolamento económico pode ser definido como uma interacção económica limitada das famílias - em termos de compras e vendas de bens e serviços - com a economia fora da sua família e da sua zona. Um motivo importante para o isolamento económico são termos de troca desfavoráveis, i.e. os preços que os camponeses pagam pelos produtos que compram podem ser demasiado elevados relativamente aos preços que recebem pelos produtos e serviços que têm para vender. Esta situação pode resultar na falta de incentivos para produzir excedentes para vender e na adopção da estratégia de produzir para a subsistência.

A situação actual, em grande parte da economia rural, pode ser explicada nesses termos considerando que a destruição de infra-estruturas - estradas, pontes, lojas, etc.-contribuíram para este processo, tornando vastas zonas da economia rural inacessíveis. Estes factores aumentam os custos dos comerciantes que reagem repassando os custos aos produtores, através da compra da produção a preços baixos e venda de produtos industriais a preços altos.

Para além do papel das infra-estruturas e dos custos de transação que afectam o lado da oferta do mercado, é preciso considerar em que medida a procura contribui para o isolamento económico. Com efeito, o tamanho do mercado consumidor em termos do número de consumidores e poder de compra, e a sua dispersão geográfica têm importantes implicações para os custos de transação e rentabilidade.

A comercialização dos excedentes da produção dos camponeses é, de longe, a dimensão mais importante do isolamento económico, na medida em que constitui a base para a geração de recursos para a expansão do consumo para além dos limites da produção do agregado familiar. Aqui os custos de transação, que incluem transporte, a carga, descarga, venda, etc. desempenham um papel importante. A motivação para os comerciantes visitarem uma comunidade para a compra de produtos agrícolas, depende do número e volume de transações que podem ser potencialmente efectuadas com essa comunidade. Comunidades com pequenas quantidades de excedentes poderão ser ignoradas em virtude dos altos custos de transporte envolvidos.

Pode-se assim concluir que há um número de motivos que tornam difícil a comercialização de produtos agrícolas nas condições prevaletentes nas zonas rurais em Moçambique. A pequena escala da produção do sector familiar, o isolamento geográfico das comunidades, e o tamanho das comunidades rurais, enquanto mercados consumidores contribuem para o aumento dos custos de transação.

Claramente, a abordagem da natureza estrutural da pobreza e vulnerabilidade rural, isto é o isolamento económico, é crítico, sob o ponto de vista de desenvolvimento económico e de desenvolvimento humano. A redução do isolamento económico depende de factores como: a redução dos custos de transação, a redução dos custos de produção dos camponeses, o aumento do acesso ao crédito e o aumento da produtividade, o aumento do volume potencial de comercialização. O desenvolvimento de infra-estruturas - a construção de estradas e pontes - é claramente o primeiro passo nesta direcção. O desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas e a sua disseminação através dos serviços de extensão também contribui para o processo porque baixa os custos de produção e aumenta o volume de produção.

A Resposta do Governo

O Governo acaba de lançar o Programa Nacional de Desenvolvimento Agrário - PROAGRI - que é definido como um programa de intervenção no sector via investimento público, ou uma programação da despesa pública para o sector. O programa visa, no essencial, alcançar os seguintes objectivos:

- Alívio à pobreza;
- Segurança alimentar;
- Criação de emprego e
- Melhoria da balança de pagamentos.

O Programa propõe-se facilitar o processo de produção e comercialização agrária, considerado o vector principal para se atingir progressivamente o alívio à pobreza e a segurança alimentar. O sector familiar é referido como o principal beneficiário do programa. Ao centrar as actividades no sector familiar, o PROAGRI estabelece que serão feitos esforços no sentido de garantir que o sector privado tenha um ambiente económico necessário para o desenvolvimento competitivo da agricultura comercial, realçando o papel deste sector na intensificação da produção e na dinamização da comercialização interna e externa.

O PROAGRI adopta a estratégia preconizada na Política Agrária e Estratégias de Implementação que visa a “transformação da agricultura de subsistência numa agricultura cada vez mais integrada nas funções de produção, distribuição e processamento, tendente a alcançar, por um lado, a produção de excedentes para o mercado pelo sector familiar e, por outro lado, o desenvolvimento de um sector empresarial eficiente e competitivo.” (PROAGRI, 1998) Neste contexto o programa define três estratégias principais de intervenção para o sector agrário:

- Reforma e modernização institucional, com especial atenção para o reforço da capacidade de formulação de políticas sectoriais que facilitem o desenvolvimento agrário do País;
- Reforço da capacidade de desenvolvimento dos serviços públicos de apoio à agricultura, pecuária, florestas e fauna bravia, com vista à expansão da produção e aumento da produtividade agrária;
- Gestão sustentável dos recursos naturais: terra; florestas; fauna bravia e águas interiores.

No âmbito do reforço dos serviços públicos agrários, o PROAGRI estabelece que:

- Os serviços de Investigação visam o desenvolvimento tecnológico para os sistemas de produção familiar, incluindo o suporte à cadeia de sementes. A investigação integrada de todas as funções agrárias irá permitir a produção e adopção de, pelo menos, uma tecnologia por região agro-ecológica durante os cinco anos do Programa;
- Haverá uma rede de extensão do Estado, com cobertura limitada no País (cerca de 36 distritos) e uma rede de extensão expandida em parcerias com o sector privado, associações e ONG's. As parcerias com o sector privado já são um facto, relativamente às empresas algodoeirais com zonas concessionadas, onde providenciam suporte tecnológico tanto para as culturas de rendimento como para as culturas alimentares. As parcerias com as ONG's serão melhor estruturadas e organizadas através de convénios e acordos a rubricar no processo de implementação do PROAGRI. Para uma extensão abrangente, as actividades de extensão em agricultura, pecuária e florestas, serão integradas num único sistema, de modo que a abordagem seja padronizada com o potencial para um maior benefício. Em coordenação com

outros Ministérios e com o INDER, o MAP estabelecerá bases para a criação de núcleos de desenvolvimento rural com prioridade para as regiões com maior potencial agro-ecológico.

No âmbito do Apoio à Produção Agrária serão desenvolvidas actividades visando:

- O provimento de sementes agrícolas e outros insumos essenciais e de qualidade, envolvendo o sector privado, associações, casas agrárias e comerciantes rurais;
- Aviso prévio que previna os produtores de condições ambientais nocivas à actividade agrícola;
- Prevenção e controle de pragas e doenças;
- Promoção de actividades pós-colheita, através de disseminação de tecnologia de conservação de produtos e processamento local em coordenação com a investigação e extensão;
- Promoção de culturas industriais ou de rendimento, tendo como principal agente o sector privado.

Uma das principais acções do governo está virada para a reabilitação de estradas que servem as comunidades rurais é o Projecto de Vias de Acesso que contempla a manutenção e reabilitação de estradas de acesso secundárias e terciárias usando métodos baseados no trabalho intensivo. A selecção de estradas a serem reabilitadas é dado um peso de 55% à acessibilidade actual, densidade populacional e características tais como o seu papel na ligação com zonas de produção de culturas exportáveis.

Pode-se concluir que as principais acções e medidas que seriam necessárias para reduzir o isolamento económico a que estão votadas grande parte das comunidades rurais, e deste modo criar condições para o aumento dos rendimentos e do nível de vida das populações através da produção e comercialização agrária, estão até certo ponto abarcadas nas políticas e programas do governo. Contudo, caberiam algumas observações quanto à sua eficácia, face à magnitude e dimensão dos problemas.

A alteração das condições em que se realiza a produção dos camponeses exige uma forte intervenção pública, não só na reabilitação, construção e manutenção de infra-estruturas, tais como estradas e pontes e no fornecimento de serviços de extensão, como na facilitação do processo de reposição da rede comercial destruída e até mesmo de uma intervenção mais acutilante no estabelecimento e estabilização dos preços.

Assim, parece conveniente equacionar a problemática da redução da intervenção do estado, tendo em conta os graves constrangimentos existentes no meio rural, cuja solução ou minimização exige uma intervenção apropriada do sector público.

Reconhecendo-se as limitações existentes em termos de capacidade institucional do governo para formular e gerir projectos e programas dirigidos ao meio rural, seria de se valorizar a experiência das ONGs, promovendo a sua participação no desenvolvimento rural de maneira sistemática e institucionalizada. As ONGs poderiam ser, sobretudo, de grande utilidade no estabelecimento de formas de organização dos camponeses, que constitui uma das grandes limitações para que estes possam ter acesso a serviços de apoio à produção bem como fortalecer a sua posição no mercado. Eventualmente, o Estado, em colaboração com os doadores, poderia disponibilizar recursos financeiros para as ONGs implementarem projectos de desenvolvimento rural mediante concurso.

Produção e rendimentos no sector manufactureiro

Dada a fraqueza dos dados estatísticos disponíveis, a análise é subdividida em dois períodos, nomeadamente 1990-92 e 1992-96; para estes períodos os elementos apurados podem ser analisados com um mínimo de consistência (pelo menos em termos de tendências).

Continuando as tendências de crescimento verificadas desde o início do PRE na indústria, entre o primeiro trimestre de 1990 e o quarto de 1991 (24 meses) o produto real bruto do sector mostra um crescimento (de recuperação económica) na ordem dos 16%.

O ano de 1991 foi ainda de maior expansão do produto, quando a produção no terceiro trimestre chegou a ser 42% mais elevada do que no primeiro, embora tenha baixado ligeiramente no quarto trimestre. Esta tendência decrescente manteve-se no ano seguinte. No último trimestre de 1992 a produção bruta real de manufacturas foi somente 73% do nível atingido em 1990, e muito mais baixa em relação aos últimos trimestres dos dois anos anteriores (1990 e 1991). Em resumo, depois de uma expansão inicial facilitada pelo acesso a fundos em moeda externa para a importação e reposição da maquinaria, peças sobressalentes e stocks de matérias primas, a produção manufactureira começou a fraquejar a partir de 1992. Em termos de emprego, o comportamento da indústria foi ainda muito mais desapontador.

O ano de 1990 viu iniciar uma época de declínio do emprego na indústria manufactureira do qual a economia pouco ou nunca mais se recompôs. Entre o primeiro e o quarto trimestre desse ano, o emprego neste ramo da economia nacional decresceu em 47%. Jamais, desde esse ano, a indústria sofreu tamanha contracção laboral em apenas 12 meses. No período que se considera, (trimestre I de 1990 a trimestre IV de 1992) o ponto mais alto da recuperação foi atingido no primeiro trimestre de 1991, quando o nível de emprego foi de 86% relativamente ao mesmo trimestre do ano anterior. No último trimestre de 1992 o sector empregou somente 77% da força de trabalho de há três anos antes.

Estes dados evidenciam aspectos cruciais do processo de ajustamento estrutural. O aumento do produto real nos primeiros anos do PRE, conjugado com a redução do emprego, sugere que existiram ganhos substanciais de produtividade na indústria manufactureira nesse período. Uma das características do regime económico anterior era a garantia de emprego para cima da capacidade financeira e necessidades produtivas das empresas.

Comportamento dos rendimentos

Os salários nominais multiplicaram-se três vezes entre o primeiro trimestre de 1990 e o último de 1992. No entanto, no quarto trimestre de 1992 o salário real em termos do produto (isto é, o salário nominal corrigido pelo índice de preços ao produtor industrial à porta da fábrica) era somente 78% do nível no primeiro trimestre de 1990. Porque este salário é corrigido pelo preço ao produtor, ele é uma medida de lucratividade relativa da empresa: na venda do produto, a empresa recebe mais por unidade de custo com o trabalho. Por outro lado, o salário real de consumo (isto é, o mesmo salário nominal agora corrigido pelo índice de preços ao consumidor) aumentou em 55% entre o primeiro trimestre de 1990 e o último trimestre de 1992. Quer dizer, o salário agora permitia aos trabalhadores comprarem mais do cesto básico de consumo.

A imagem que se fica da análise destes dados é de que tanto os trabalhadores da indústria manufactureira que permaneceram no activo como o patronato arrecadaram ganhos com o ajustamento neste período. Isto é ainda atestado pelo facto de que a partilha do produto bruto entre o trabalho e o capital/patronato não se alterou em quase nada entre 1990 e 1992, apesar da relativa flutuação, e se se excluir da análise o reajustamento para baixo da porção do trabalho que se verificou entre o primeiro e o segundo trimestre de 1990 (seguida de uma gradual recuperação, à medida que a produção e produtividade melhoravam).

Seria no entanto errado tomar estes resultados como uma medida de sucesso absoluto do ajustamento na indústria. O que estes elementos sugerem é que durante este período havia uma espécie de colusão entre o trabalho/sindicatos e o capital/patronato. O trabalho aceitou o desemprego, desde que aqueles que permanecessem empregados beneficiassem de melhor remuneração. O patronato acomodou as reivindicações de aumentos salariais que ajudassem os trabalhadores a manter ou até elevar o nível dos seus rendimentos salariais em termos de consumo real. Seria necessário considerar os custos de bem estar gerados pelo desemprego que entretanto se produziu, para se avaliar o efeito social líquido deste processo.

De qualquer modo, pode-se argumentar que o custo social deste ajustamento, é deveras elevado. O sistema de protecção social em Moçambique não é suficientemente desenvolvido nem tem meios para garantir uma assistência aos desempregados. Além disso, na ausência de um sistema efectivo para mitigar os efeitos negativos sobre os que dele sofrem, este padrão de ajustamento cria sentimentos de exclusão, reivindicação, e até violência, que podem perigar ou anular as realizações positivas atingidas. Dada a fraqueza do poder económico do governo, e o estado de guerra em que a economia vivia neste período, uma das consequências do acumular de desempregados da indústria manufactureira terá sido o aumento das taxas de dependência nas famílias urbanas.

Isto viria agravar ainda mais a tendência de crescimento destas taxas geradas pela deslocação das populações rurais para as cidades, fugindo da guerra. Na realidade, é muito mais provável que embora de o poder de compra dos salários dos trabalhadores empregados tivesse provavelmente aumentado, o consumo per capita na família possa ter baixado em consequência do aumento das taxas de dependência.

Esta análise pode ser a chave para o compreender a "militância" crescente dos trabalhadores na reivindicação salarial que neste período se verificou. O que estava em causa não é o salário real de consumo, mas o consumo per capita nas famílias de trabalhadores com cada vez maior número de dependentes. Por outras palavras, a correcção dos défices orçamentais agregados e da ineficiência na economia que as medidas de estabilização e ajustamento estrutural permitem a curto prazo têm custos que se fazem reflectir sob a forma de aumento de desemprego e diminuição do consumo nas famílias. As empresas também perdem os subsídios e enfrentam um maior custo do capital como resultado da liberalização das taxas de juro.

Apesar da escassez de dados comparativos para estender a análise aos anos subsequentes, existem indicações de que a tendência "militante" na força de trabalho assalariada continua e que pelo menos esse grupo de trabalhadores moçambicanos tem de algum modo conseguido proteger o valor real do salário embora tal não signifique necessariamente que o consumo per capita esteja igualmente protegido.

Primeiro, uma análise dos dados disponíveis, cobrindo o período entre o primeiro trimestre de 1992 e o primeiro trimestre de 1997, revela que o salário real de consumo continuou a registar uma tendência crescente. Isto é tanto mais significativo se se tiver em conta que tal aumento do poder de compra do salário médio se verificou mesmo nos anos de explosão inflacionária, nomeadamente 1993 e 1994, e que somente nos anos subsequentes, com a desaceleração do nível geral de preços, se deu também um ligeiro ajustamento para baixo no nível do salário real de consumo,

Segundo, a partir do segundo semestre de 1995 o salário médio na indústria manufactureira, que se vinha deteriorando em relação aos outros sectores da economia, recuperou substancialmente, repondo a paridade que existia pelo menos há quatro anos.

Terceiro, a partir do segundo semestre de 1993 o salário médio na indústria manufactureira tendeu a crescer a um ritmo mais elevado que alguns dos insumos importantes,

nomeadamente os produtos de petróleo. A mesma tendência verifica-se no salário médio geral na economia, embora neste último caso tenha ocorrido uma ligeira correcção para baixo a partir dos finais de 1995 (não obstante esta também não tenha reposto a paridade de há três anos).

Todos estes processos reflectem uma perda de competitividade da indústria nacional em resultado dos aumentos nos encargos relacionados com os encargos salariais. Mais ainda, eles reflectem uma deslocação nos custos que favorece a substituição da força de trabalho pela força mecânica. Teoricamente, se a tendência dos salários é crescer mais rapidamente que o custo dos combustíveis, torna-se mais atractivo substituir o uso da força humana pela força das máquinas que usam esse combustível que se torna relativamente mais barato. Esta tendência pode ser muito grave para a economia moçambicana se permanecer por longos períodos, porque ela pode induzir a padrões de investimento que não são os adequados à disponibilidade relativa dos recursos produtivos na economia.

Se ela for tomada como um indicador fundamental nas decisões de investimento que se estão agora a desenhar no sector privado que se relança depois da guerra, esta tendência traz consigo o perigo de a reconstrução da economia se basear em escolhas tecnológicas distorcidas.

A correcção dos desequilíbrios macro-económicos

A essência da crise económica e dos desequilíbrios macro-económicos pode-se resumir no seguinte: a economia moçambicana produzia cada vez menos e consumia e investia cada vez mais.

Isto só é possível através do recurso ao endividamento e ajuda externa. Porém, ambas fontes de financiamento da despesa excessiva não podem ser mantidos indefinidamente. A partir de uma determinada altura, impunha-se que o desequilíbrio macro-económico fosse corrigido para que se criassem as condições para crescimento positivo a longo prazo.

As autoridades moçambicanas convenceram-se deste facto e, a partir de 1984, iniciaram uma série de reformas económicas visando a correcção dos desequilíbrios gerados nos anos anteriores. Em 1987, foi introduzido um programa de reformas económicas, contando com o apoio do Banco Mundial e do FMI, o Programa de Reabilitação Económica (PRE). O programa viria a ser transformado no Programa Económico e Social (PRES), precisamente para enfatizar o reconhecimento dos aspectos sociais na implementação do ajustamento estrutural.

O principal impacto do PRE/PES foi o restabelecimento do crescimento económico. O PIB, que registou um decréscimo de cerca de 30% entre 1980 e 1986, cresceu a uma taxa média anual de 6.3% entre 1986 e 1994, o que permitiu um crescimento anual do rendimento per capita na ordem dos 4% durante o mesmo período.

No âmbito macro-económico, o PES concentrou-se na criação de um ambiente macro-económico adequado, com uma taxa de câmbio competitiva, défices orçamentais sustentáveis e uma baixa taxa de inflação que favorecesse a poupança e investimento privado.

O efeito da estabilização macro-económica traduziu-se num ambiente mais favorável à propriedade privada. Assim, enquanto em 1986 o consumo corrente e o investimento privado representavam respectivamente 97.6% e 4.4% do rendimento total, em 1987 estas proporções haviam mudado substancialmente para 83% de consumo e 7% de investimento. Esta tendência manteve-se até 1993 quando a despesa de consumo privado representou 55% do rendimento das famílias e empresas, enquanto a de investimento em bens de capital fixo representou 35.3%.

Em resumo, a liberalização da economia e a paz tiveram um efeito substancial na mudança dos padrões de consumo e acumulação do sector privado da economia moçambicana, facilitando a reconstituição dos activos físicos produtivos do sector privado delapidados durante o período de orientação socialista e da guerra.

A estabilização macro-económica em relação ao sector público seguiu duas vertentes principais: por um lado, contrair a despesa para acomodá-la à receita líquida do governo; por outro lado, facilitar o acesso do governo à assistência externa por via de donativos e crédito concessionário, ao mesmo tempo que se honrava os encargos do serviço da dívida pública. Neste aspecto, o Estado transformou-se num dos canais através dos quais os doadores transferem recursos do exterior para o financiamento da economia.

Assim, a estratégia de estabilização macro-económica em Moçambique visou também contrariar as tendências em que o Estado utilizou mecanismos para extrair os recursos ao resto da economia, expandir a sua influência, e provocar a desacumulação do sector privado. A partir de 1987 é o Estado que teve de começar a deixar paulatinamente de consumir mais do que a economia nacional pode suportar, e reorientar os recursos para o financiamento da acumulação do sector privado, incluindo, mais tarde, através dos processos de privatização.

Existe um crescente consenso que a melhoria do bem estar humano requer um quadro macro-económico estável. Na medida em que o crescimento é visto não como um fim, mas também como um meio para uma produtividade maior, um ambiente macro-económico estável é um requisito fundamental para encorajar a acumulação e assegurar uma utilização efectiva do capital humano.

Embora possam subsistir desacordos relativamente aos detalhes, existe consenso no âmbito das teorias de desenvolvimento que um ambiente macro-económico estável compreende:

- uma taxa de inflação baixa a moderada,
- uma taxa de câmbio estável e uma taxa de juro positiva que reflecta realisticamente a relação entre o consumo presente e futuro.

Estes indicadores de preços relativos são associados, respectivamente, com uma expansão monetária moderada, um défice da conta corrente coberta em grande parte por fluxos de investimento directo externo, e um défice fiscal reduzido e comportável.

O quadro macro-económico em Moçambique pode ser considerado “estável” apenas num dos três critérios: inflação reduzida. Desde 1995 que a taxa de câmbio real está substancialmente sobrevalorizada, e a taxa de juro real permanece a níveis irrealistas de tal modo que estes preços relativos estão ambos distorcidos.

Quais as causas das distorções? Um défice estrutural insustentável na conta corrente, coberto por fluxos massivos de ajuda externa concessional, e um igualmente massivo défice orçamental estrutural financiado pelos mesmos fluxos de ajuda externa.

Pode-se até argumentar que os altos índices de crescimento económico registados no País nos últimos anos foram sustentados artificialmente por fluxos massivos de ajuda externa. O desafio para o desenvolvimento de Moçambique é manter o desempenho económico a um nível realista de assistência externa.

A presente discussão sobre os factores que contribuem para tornar insustentável o crescimento económico do País não pretende encorajar o optimismo nem instalar o pessimismo, mas realçar a necessidade da observância duma maior dose de realismo.

Défice estrutural da balança comercial

A economia moçambicana vem manifestando um severo desequilíbrio externo. O Quadro 4.3 mostra que apesar de se registar uma recuperação no volume de exportações, que no período 1995-1997 atingiram um volume médio de US\$200 milhões anuais, comparativamente à média de US\$ 119 milhões por ano verificada no período 1987-1991, as importações continuam a ser cerca de 3 vezes superiores às exportações.

Existem várias alternativas para o financiamento do diferencial. A perspectiva mais em voga é cobrir as importações com fluxos de investimento externo. Contudo, mesmo que se concretize um aumento substancial de investimento externo, esta opção não é totalmente realista.

As entradas de investimento directo externo aumentam o défice visível da balança comercial. Isto acontece porque o investimento estrangeiro é destinado ao financiamento da componente importada dos projectos de investimento, sendo os custos de capital locais cobertos por crédito em moeda local.

Em 1995-1997, o investimento directo estrangeiro foi de cerca de 2% do PIB. Mesmo que se registasse um crescimento que multiplicasse esse nível dez vezes, não é provável que os recursos do investimento directo estrangeiro fossem suficientes para cobrir a factura de importações.

Por outro lado, se o investimento estrangeiro crescesse a níveis suficientes para financiar o défice da balança comercial, eliminando a necessidade de fluxos de ajuda externa, isso teria certamente um efeito desestabilizador na economia e iria gerar custos sociais substanciais. Uma das consequências seria o agravamento da sobrevalorização da taxa de câmbio, desencorajando uma estratégia de crescimento baseada nas exportações.

Os mega-projectos financiados pelo investimento estrangeiro ou não produzem produtos exportáveis ou produzem-nos com base numa tecnologia capital intensiva. Segundo, volumes grandes de investimento externo, associados a métodos de trabalho intensivo, vão tender a afastar os investidores nacionais, especialmente se as taxas de juro permanecerem altas. Em terceiro lugar, as entradas de recursos externos estariam associadas a altas taxas de juro, na medida em que este seria um dos poucos instrumentos à disposição do Governo para contrariar o excesso da procura gerado pelo fluxo de capital estrangeiro.

O investimento estrangeiro não constitui, portanto, um substituto para a mobilização de recursos financeiros internos (poupança). Pelo contrário, tal investimento pode provocar distorções inflacionárias e cambiais, fazendo com que as condições prevalecentes no mercado sejam desfavoráveis à mobilização da poupança interna.

Gestão cambial: taxas flutuantes para servir a quem?

O crescimento de exportações com baixa incorporação de componentes importadas deve, em princípio, estar associada a uma taxa de câmbio favorável à utilização de materiais locais. A gestão da taxa de câmbio é crucial para o sucesso das exportações. A política cambial seguida pelo Governo baseia-se no sistema de taxa de câmbio flutuante.

Esta abordagem táctica da política cambial é apropriada, em termos teóricos, e está em conformidade com a filosofia das instituições de Bretton Woods. Na prática, tal política está associada a uma apreciação da taxa de câmbio em 12 dos 16 trimestres desde os princípios de 1994 aos princípios de 1998. No primeiro trimestre de 1998, a taxa de câmbio real havia sofrido uma sobrevalorização de 50% em relação ao terceiro trimestre de 1995. Se este resultado fosse devido a uma taxa de câmbio fixa, poder-se-ia afirmar tratar-se de má gestão da taxa de câmbio.

A estratégia de desenvolvimento económico deve ditar as tácticas da política cambial. Moçambique necessita duma taxa de câmbio que promova exportações produzidas através de métodos de trabalho intensivo, com vista a reduzir o défice da balança comercial e aumentar os rendimentos dos pobres urbanos e rurais.

A taxa de câmbio flutuante poderá ter produzido o resultado oposto: desencorajando exportações com alta componente de mão de obra intensiva e prejudicando uma substituição eficiente de importações, reduzindo deste modo os rendimentos dos pobres.

Se este argumento for aceite, a necessidade de outra estratégia com a finalidade de alcançar uma taxa de câmbio realista e adequada à estratégia de desenvolvimento de Moçambique torna-se óbvia.

O problema da gestão cambial tem dois aspectos. Primeiro, existe uma distorção resultante da combinação de uma taxa de câmbio flutuante, fluxos massivos de ajuda oficial ao desenvolvimento e uma liberalização da conta de capital. Como resultado da liberalização da conta de capital, uma larga porção (não documentada) da assistência ao crescimento económico, em conjunto com capital privado externo, entra directamente ou indirectamente para o sector privado. O fornecimento de moeda interna decresceu relativamente à moeda externa detida internamente, evitando a desvalorização nominal.

O segundo aspecto do problema é a natureza administrativa da determinação do comércio em moeda externa. A taxa de câmbio é considerada como sendo determinada pelo mercado se os fluxos de moeda externa que determinam o seu nível entram em resposta a influências de mercado: a quantidade de moeda externa oferecida e procurada responde à taxa de câmbio, determinando, simultaneamente, o nível desta.

A maioria dos fluxos de moeda externa para Moçambique foram determinados administrativamente e não constituíram uma reacção às necessidades do mercado. De 1990 à 1995 a ajuda oficial ao crescimento foi em média três a quatro vezes superior ao nível combinado das receitas de exportação e do investimento directo estrangeiro líquido. Com este nível de entrada de moeda externa, a apreciação da taxa de câmbio real não é um fenómeno surpreendente.

Mesmo se a maior parte dos fluxos de moeda externa tivesse sido determinada pelo mercado, a taxa de câmbio continuaria a ser um preço administrado durante o período, devido a uma possível colusão do sector privado.

A maior parte do comércio em moeda externa em Moçambique é actualmente controlado por seis bancos e oito casas de câmbio que exercem um certo oligopólio no mercado. Neste contexto de apreciação da taxa de câmbio e predominância de fluxos de moeda externa não determinada pelo mercado, e colusão do sector privado, é necessária uma alternativa à flutuação passiva. A escolha de política é evidente: será o governo ou o sector privado a administrar/determinar a taxa de câmbio?

O problema de fluxos de capital dominados pela ajuda oficial ao crescimento foi exacerbado pelo subdesenvolvimento do mercado doméstico de capitais. Por um lado, as autoridades monetárias não possuem os instrumentos para esterilizar efectivamente os fluxos de moeda externa. A esterilização requer que o governo crie títulos de dívida para trocar com a banca comercial. Estes instrumentos foram introduzidos em finais de 1997 e o seu impacto na gestão macro-económica ainda não se faz sentir.

Existe campo para argumentar que a taxa de câmbio “flutuante” não só é inadequada para as actuais condições de Moçambique como pode até ser uma política perigosa. Dado o nível exacerbado do défice comercial, a moeda é suportada pelo grau de confiança dos agentes

económicos de que os influxos de ajuda externa irão continuar no futuro previsível. Se os influxos não forem sustentados, a moeda poderia entrar em queda livre repentina.

O governo poderia optar por uma taxa de câmbio competitiva e depois acumular as reservas que iriam servir de mecanismo de alargamento da confiança que iria precaver o país contra ataques especulativos da moeda. Uma política cambial baseada no ajustamento gradual da taxa de câmbio poderia facilitar mais a promoção das exportações do que o regime actual.

Uma das lições da crise de moedas no sudeste asiático é a de que o crescimento do PIB e estabilidade de preços podem ser minados rapidamente se eles estiverem baseados na sobrevalorização da moeda, défices excessivos na conta corrente e crescimento da dívida. Os decisores em Moçambique não podem perder de vista a necessidade de se precaver contra a possibilidade de ataques especulativos derivados da sobrevalorização da moeda que, por sua vez, é gerada por uma taxa de câmbio “flutuante”.

Preços relativos: quem provoca as distorções?

A ortodoxia macro-económica corrente coloca também ênfase no alinhamento dos preços. Contudo, ela tende a adoptar o ponto de vista estreito de que as distorções na economia são causadas pelas intervenções do Governo.

No caso de Moçambique pode-se constatar a existência de distorções provocadas pelo comportamento do sector privado e dos doadores.

A introdução do programa de ajustamento económico traduziu-se num aumento dramático da inflação alimentada pela desvalorização nominal da moeda. Excluindo a hiperinflação de 1987, a média para o período 1988-1995 foi cerca de 50%, sensivelmente igual à média da desvalorização nominal no mesmo período.

Os anos de inflação alta estiveram associados a uma distorção da taxa de juro real (taxa do Banco Central), que baixou para níveis negativos de cerca de 56% em 1987-91. Em 1994 a taxa de juro real tornou-se positiva, e durante os anos de 1995-1996 tornou-se novamente significativamente distorcida, a níveis que se situam em mais de 33% em média.

Esta taxa de juro real positiva extraordinária esconde a magnitude da distorção, medida pelo desfaseamento entre a taxa do Banco Central e a taxa de juro dos bancos comerciais. Por exemplo, no primeiro trimestre de 1998, a taxa nominal do banco central foi em média inferior a 20%, quando as taxas dos empréstimos dos bancos comerciais permaneceram perto dos 30 %.

A análise ortodoxa tem sido reticente em julgar os actuais níveis altos de taxas de juro reais como uma distorção, sendo os mesmos justificados como reflexo de um prémio compreensível, tornado necessário pela experiência recente de taxas altas de inflação e os custos derivados dos riscos envolvidos. Por outras palavras, as taxas reais altas não são consideradas uma distorção, mas sim uma necessidade para dar credibilidade ao compromisso do Governo para controlar a inflação (sendo por isso um prémio de risco).

Este argumento é surpreendente pois a teoria económica estabelece uma regra bem conhecida para as taxas de juro reais: elas devem ser iguais à taxa de crescimento de longo prazo do consumo per capita (a Regra de Ouro). Assumindo que a taxa de crescimento económico sustentável seria de 5% e que a taxa de crescimento da população é de cerca de 2%, as taxas de juro reais deveriam rondar os 3%. Em 1995-97 as taxas de juro dos bancos comerciais eram aproximadamente 10 vezes mais elevadas.

Taxas de juro reais “sobrevalorizadas” tendem a criar distorções fundamentais na economia. Primeiro, desencorajam o investimento associado com o que é, na realidade, uma taxa de juro punitiva, especialmente para os empresários de pequena escala e o sector familiar. Embora

alguns argumentem que o que é importante é a disponibilidade do crédito e não o seu preço, este argumento baseia-se na asserção pouco credível de que os agentes económicos são insensíveis aos preços relativos.

Em segundo lugar, existe um efeito discriminatório que as altas taxas de juro reais exercem sobre os investidores internos e externos. Os investidores externos podem recorrer a empréstimos externos (off-shore), enquanto os moçambicanos têm restrições severas no acesso a esses recursos.

Um terceiro aspecto é a distorção provocada por altas taxas de juro reais nas decisões de investimento, gerando incentivos para a selecção de projectos de retornos rápidos. Finalmente, uma economia é um sistema de equilíbrio geral, pelo que distorções consideráveis de um preço relativo chave tem um impacto sobre os outros, distorcendo o sistema de preços no seu todo.

A interacção entre a taxa de juro e a taxa de câmbio deveria tornar possível a adopção de uma estratégia de crescimento baseada nas exportações e com enfoque no desenvolvimento humano. É indiscutível que Moçambique necessita de taxas de juro positivas. Mas, mais do que isso, o país precisa de uma taxa de câmbio competitiva e estável. Isso não será possível com o regime actual que produziu taxas de juro punitivas e sobrevalorização da moeda. Estes são aspectos que não podem ser ignorados na elaboração de uma estratégia de desenvolvimento orgânico e sustentado para o país.

Crescimento e desenvolvimento em Moçambique: uma ligação forte, fraca ou desequilibrada?

Um estudo de caso: a controvérsia sobre o cajú

A controvérsia sobre o desenvolvimento da produção do cajú fornece um caso interessante para a compreensão das ligações entre crescimento e desenvolvimento na actual economia moçambicana.

A castanha de cajú tem figurado entre os três principais produtos mais importantes no volume das receitas de exportação. Mas para além do seu peso entre as fontes principais de divisas para Moçambique, o cajú é importante porque aglutina um conjunto de questões que dramatizam os problemas e os desafios do processo de desenvolvimento em Moçambique.

Aquando da independência em 1975, Moçambique tinha 14 fábricas com uma capacidade para 147.000 toneladas de castanha. Após a independência, as fábricas foram ou nacionalizadas ou intervencionadas pelo governo.

A intervenção era uma forma menos formal do Estado tomar as empresas e colocá-las sob a sua administração nos casos de firmas cujos proprietários haviam simplesmente abandonado o país sem, no entanto, nacionalizá-las formalmente. Actualmente, existem 16 empresas espalhadas pelo país.

O debate sobre o sector cajú ocupa uma parcela importante no âmbito das correntes de ideias sobre o rumo de desenvolvimento mais adequado às circunstância de Moçambique. Ele toca a agricultura e a indústria, assim como questões de escolha de tecnologia, de alívio à pobreza, do papel da comercialização, dos critérios de priorização no desenvolvimento de infra-estruturas, do papel de políticas e aborda as privatizações. A relevância do debate deriva também do facto de que ele é extensivo a muitas outras culturas de rendimento.

O debate tem incidido bastante sobre questões internas, mas gravitando sempre em torno dos princípios defendidos pelo Banco Mundial e os contra argumentos dos operadores no sector

do cajú - os industriais. O debate peca por negligenciar, até certo ponto, a realidade da concorrência internacional e suas implicações para o sector. Isto não implica que o barulho em torno da problemática do cajú tenha sido irrelevante ou que o tema se tenha esgotado. Ainda existem questões salientes ligadas à política do cajú que necessitam de uma reflexão cuidadosa e de muita imaginação, mas que não têm merecido a devida atenção.

Tendências no mercado internacional

O comércio internacional de castanha bruta tem dominado o debate sobre o cajú em Moçambique. O maior importador desta matéria prima é a Índia, que constitui mercado alternativo às fábricas de processamento. Existem operadores que tiram vantagens da exportação da castanha bruta para a Índia, pois conseguem margens de lucros mais elevadas nesse negócio. Esses comerciantes enfrentam a oposição de proprietários de empresas de processamento recentemente privatizadas que desejam ver o comércio de castanha bruta com a Índia reduzido.

O Banco Mundial defende que a abertura de linhas de exportação constitui também um instrumento de disciplina pois deveria, em princípio, induzir o ajustamento necessário por parte das empresas de processamento. A expectativa geral era de que a liberalização resultasse num aumento dos preços ao produtor, contribuindo directamente para a redução de pobreza e crescimento acelerado.

O problema é que o Oitavo Plano de Desenvolvimento Nacional da Índia estabelece como objectivo a auto-suficiência em castanha bruta para alimentar a indústria de transformação. Parece provável que haja uma quebra nos preços de castanha bruta à medida que a produção interna da Índia for expandindo, pois não existe outro país com capacidade para consumir a castanha actualmente importada pelos processadores indianos.

O comércio internacional da castanha processada é um mercado vibrante e tudo indica que a procura continuará a aumentar, particularmente com a expansão económica na Ásia, e na Europa do Leste a acrescentar a uma forte procura na América do Norte e no resto da Europa Ocidental. Contudo, à medida que a produção expande também aumenta a concorrência na oferta da castanha em regiões como a Ásia Oriental. Paradoxalmente, os países africanos perderam quotas de mercado numa situação em que este está em franca expansão. Moçambique representa o caso mais dramático.

A realidade do mercado da castanha não pode ser explicada somente pelos modelos de concorrência perfeita. A indústria de processamento indiana, por exemplo, beneficia de numerosos apoios e incentivos do governo. Os incentivos de exportação oferecidos às empresas de processamento indianas consistem em não cobrar deles a tarifa normal de 27% sobre as suas importações num montante equivalente a 50% do valor global das suas exportações.

Novatos no domínio do processamento como o Vietname estão igualmente empenhados em criar capacidade competitiva.

Consequentemente, os rácios de preços usados na determinação do nível de “protecção efectiva” não ilustram adequadamente o conjunto de factores que afectam as diferenças nos sistemas de produção e competitividade. Para avaliar as diferenças nos níveis de processamento é necessário por exemplo, analisar o seguinte:

- diferenças de políticas do lado de oferta;
- níveis de concentração das plantações (e daí as condições e o custo da sua oferta)
- diferenças em infra-estruturas e serviços.

As implicações desta análise podem ser sumarizadas nos seguintes termos: se Moçambique adoptar um regime liberal na comercialização da castanha de cajú vai deixar de ter uma indústria competitiva dentro de pouco tempo. Por outro lado, se o governo atribuir um papel estratégico para a área de processamento da castanha então deverá encetar as medidas e políticas necessárias para a prossecução desse objectivo. Estas medidas deverão tomar em consideração as tendências e os padrões prevalentes na indústria do cajú a nível internacional, assim como as dificuldades e oportunidades dentro do país.

Matéria prima: produtores versus comerciantes

Apesar de Moçambique ter já sido o maior produtor mundial de castanha de cajú, a sua população de cajueiros encontra-se hoje em estado de deterioração; a maior parte das árvores ultrapassaram o pico da sua produtividade e muitas foram atacadas por doenças. Esta situação é, em parte, resultado do negligenciamento a que foi votada a população de cajueiros durante o período de guerra e à falta de tratamento das árvores, agravados pela falta de conhecimentos quanto às melhores práticas de colheita, secagem e armazenamento.

Existe também um aspecto sócio-económico a considerar na equação. O cajú é cultivado principalmente pelo sector familiar. Existem alguns cajuais de dimensão “média”, embora seja difícil quantificá-los com precisão. Para os camponeses a castanha é uma cultura suplementar: embora ela garanta rendimentos mais altos que as outras culturas básicas, a castanha não constitui prioridade. A prioridade são as culturas alimentares que garantem a subsistência. Para além disso, os mesmos problemas que afectam a produção de outras culturas alimentares também são extensivos ao cajú. Tem-se prestado muito pouca atenção aos cuidados necessários para melhorar as condições da população de cajueiros como forma de garantir a produção de castanha de boa qualidade.

A intenção articulada pelo argumento pró-liberalização do Banco Mundial era de induzir a subida dos preços ao produtor obtendo assim um incremento nos rendimentos das famílias rurais que por sua vez iria engendrar um efeito multiplicador no campo.

Os preços de castanha aumentaram de um modo geral, mas subsiste a necessidade de qualificar esta constatação. Em primeiro lugar, os principais beneficiários da liberalização dos preços foram os comerciantes e não os apanhadores/produtores. Em segundo lugar, não há sinais evidentes de uma reacção de oferta provocada pela liberalização, em termos de alteração da proporção entre a castanha de cajú bruta retida para autoconsumo pelos camponeses e a quantidade comercializada ou em termos de plantio de novas árvores com a expectativa de beneficiar de preços mais altos a longo prazo. Em terceiro lugar, a liberalização é parcial: o governo estabelece um “preço de referência” amplamente considerado como preço mínimo; contudo, desde o princípio da reforma sectorial que tem havido bastante incerteza e hesitação na implementação desta política. Muitas vezes só lá para o fim da época de comercialização é que os produtores sentem o efeitos do preço de referência. Além disso, os preços tendem a ser mais baixos no início da época subindo gradualmente à medida que a época progride. Os pequenos produtores/ apanhadores são geralmente pobres, sendo por isso forçados a vender o seu produto no início da época.

Finalmente, mesmo nos lugares onde os camponeses conseguem vender o seu produto a preços aceitáveis, isso não resulta na elevação do nível de vida e nem no tão propalado efeito multiplicador, uma vez que os preços de produtos básicos manufacturados tais como óleo alimentar e sabão também aumentaram. Isto acontece especialmente onde a oferta destes bens é feita por comerciantes que estão também envolvidos na compra da castanha de cajú.

Em termos de estrutura de mercado, não existe concorrência perfeita entre os comerciantes. É verdade que o número de agentes envolvidos neste sector aumentou desde os meados dos anos 1990, resultando no aumento da concorrência. No entanto, prevalecem os controles,

disseminação imperfeita de informação e relações assimétricas no geral nos mercados. Em algumas zonas, por exemplo, pequenos produtores/ apanhadores estão numa situação de dívida perante pequenos comerciantes, os quais, por sua vez, estão também em dívida para com os grandes comerciantes que dominam o mercado.

Processamento: o mosaico da concorrência

Desde o início do processo de privatização e liberalização parcial do sector tem-se verificado um aumento no número de fábricas de processamento de castanha, não obstante as reivindicações apresentadas pelos industriais no que concerne às políticas para o sector. Embora este facto possa ser visto como uma indicação de que a área do processamento tem potencial para produzir bons retornos, é evidente que nem todas as empresas são viáveis a longo prazo, e algumas delas já declararam falência.

É importante que se tome em consideração o facto de que a viabilidade económica da indústria não depende unicamente do nível da sobretaxa de exportação, embora este factor seja importante a curto e médio prazos. A longo prazo, os problemas relacionados com o processamento vão para além do que uma medida proteccionista pode fornecer, seja qual for o nível a que a sobretaxa seja fixada.

Os principais intervenientes no debate argumentam que o papel do estado deveria restringir-se à definição de políticas supostas como favoráveis à actuação das forças de mercado. Qualquer intervenção mais assertiva do estado para além deste nível é vista como transportando o estigma de uma ameaça de retorno às políticas de controle estatal anteriores ao ajustamento.

Existem diferenças em termos de estrutura regime de propriedade e tecnologia da indústria de processamento. A propriedade de algumas empresas é detida por estrangeiros, como é o caso da fábrica Mocita pertencente ao conglomerado Anglo - American Corporation. Existem igualmente empresas com capital maioritariamente moçambicano e outras que se situam algures entre estas duas formas de propriedade, como é o caso da João Ferreira dos Santos, uma firma maioritariamente portuguesa implantada em Moçambique há 100 anos.

Algumas destas empresas adoptaram uma tecnologia muito similar ao modelo indiano, que incide na mão de obra intensiva, o que acarreta um certo grau de risco de saúde para os trabalhadores. Outros optaram por modelos de capital intensivo, como é o caso do sistema de descasque por impacto "Oltremare".

Para além disso, a indústria de processamento ainda não está bem estabelecida. Muitas empresas ainda não estão a trabalhar na sua máxima capacidade ou estão em reabilitação. A indústria de processamento encontra-se espalhada em todo o território moçambicano e a operar segundo as normas de mercado livre.

Este cenário favorece o espírito de concorrência entre as empresas, o que pode conduzir à eficiência e a outras atitudes competitivas na luta pela obtenção e protecção de quotas de mercado. Mas nem todos operam ao mesmo nível. Algumas empresas têm ligações com grupos retalhistas internacionais, por exemplo, ou estão localizadas próximo de cajuais com capacidade de produzir matéria prima de alta qualidade; outras ainda têm maiores possibilidades financeiras para investir em infra-estruturas, capacidades humanas, comercialização e outras áreas. Estas particularidades aparentam não terem merecido a devida atenção da parte dos decisores do sector.

Se Moçambique quiser capturar maiores retornos através de uma maior componente de valor acrescentado no caju, a indústria terá que criar capacidade competitiva que lhe permita conquistar nichos nos mercados retalhistas da África do Sul, Europa, Ásia, e nas Américas.

As empresas de processamento só podem maximizar os ganhos deste potencial se trabalharem mais na promoção e no desenvolvimento de marcas. Para atingir tal objectivo, porém, é necessário que se estabeleçam alianças estratégicas a nível interno entre as empresas para fazerem face à concorrência. Muito deverá ser feito antes que as empresas Moçambicanas possam ser induzidas, através de políticas deliberadas, a fazerem acordos de colusão em padrões e comercialização, o que requer o desenvolvimento da confiança mútua na qualidade e na garantia do cumprimento de compromissos de produção, assim como a partilha de capacidades e factores baseados no conhecimento tais como técnicas de venda no mercado internacional. Aqui também a base convencional é de que o governo não tem um papel a jogar neste esforço. A ascensão paulatina do sector na cadeia de valor será uma função natural da dinâmica do mercado. A realidade mostra, porém, que o governo tem um papel importante a desempenhar e este deverá ser assumido com muita seriedade.

O debate sobre a liberalização do cajú: Banco Mundial, Governo e industriais

O sector de processamento de castanha é um dos alvos mais privilegiados no programa de privatizações que iniciou nos princípios dos anos 1990, como parte da reforma económica. As sete fábricas nacionalizadas e dirigidas pela empresa estatal Cajú de Moçambique até ao início das reformas foram vendidas a privados.

Em 1995, o Banco Mundial apresentou um estudo que apelava para uma rápida liberalização do sector. O plano do banco envolvia a liberalização dos preços e, mais importante ainda, a eliminação da sobretaxa de exportação sobre a castanha bruta, que proporcionava controle da castanha bruta às empresas de processamento (Hilmarsson, 1995).

O documento enunciou uma série de dificuldades no sector tais como: a falta de serviços de extensão, a necessidade do plantio urgente de árvores, a falta de acesso por parte de maioria dos produtores camponeses, vias de comunicações pobres e uma rede de comercialização também frágil. Tudo isto junta-se à incerteza geral e indefinição que caracterizam o sector do cajú em Moçambique. Contudo, o relatório insistiu que era possível atingir uma produção de castanha bruta de 90.000 toneladas/ ano através de uma indução da oferta provocada pela liberalização dos preços ao produtor.

O banco admitia que a liberalização poderia levar ao declínio ou mesmo à falência da indústria de processamento, mas argumentou que este aspecto não teria consequências graves: o aumento de produção e respectivo efeito multiplicador resultante de melhorias nos rendimentos dos camponeses iriam compensar pela perda de postos de trabalho na indústria.

O relatório argumentava ainda que o valor acrescentado marginal ou negativo verificado na indústria de processamento na década de 80 e princípio da década de 90 significa que “o valor da amêndoa processada é menor que o valor da castanha bruta quando exportada directamente” (Hilmarsson, 1995:4).

O aspecto central da recomendação de políticas do banco assentava sobre um conjunto de projecções do possível impacto da liberalização dos preços. A concorrência dos agentes de comercialização num mercado liberalizado provocaria uma subida de preços, de tal maneira que os camponeses acabariam por receber 50% a 70% do preço limite em vez da proporção de 15,5% do preço que predominou no início da década de 1990.

Assumindo o que se julgou ser uma estimativa conservadora da reacção da oferta, a produção deveria atingir as 54.000 toneladas durante os primeiros cinco anos e aumentaria para 100.000 toneladas dentro de 10 a 15 anos. Com os produtores detendo uma quota de quase 70% do preço limite e com elasticidade de oferta moderadas, projecta-se que a médio prazo (cinco anos) a oferta possa atingir 80.000 toneladas, e que dentro de 10 a 15 anos possa atingir a cifra de 190.000 toneladas.

Hilmarsson reconhece existirem alguns aspectos que podem afectar estas projecções: assume-se um desenvolvimento permanente do comércio e das infra-estruturas; um ambiente político estável; confiança dos produtores na reforma dos preços; disponibilidade de insumos para a reposição das árvores (novo plantio) e apoio básico de extensão aos pequenos agricultores. Por outras palavras, as elasticidades de oferta conservadoras adoptadas na elaboração das projecções assumem que nenhum destes factores irá apresentar problemas aos pequenos agricultores. Além disso, estes pressupostos não dão a devida importância à qualidade da castanha vendida pelos camponeses e nem tomam em consideração o potencial impacto que poderá resultar de uma queda na procura internacional da castanha que poderá resultar de um aumento de produção doméstica na Índia. Existe também insuficiência de provas empíricas e conceptuais sobre a forma como se chegou aos indicadores de elasticidade de oferta.

O Governo agiu em conformidade com os conselhos do Banco: reduziu as tarifas de exportação sobre a castanha bruta e liberalizou os preços. Dada a procura indiana da castanha bruta, empresas de processamento enfrentaram uma alteração brusca na estrutura competitiva em que operavam.

A maioria dos industriais uniram esforços para resistir a essa mudança nas regras do jogo, alegando que o governo violara o espírito de contrato no que diz respeito à estrutura competitiva em que eles esperavam operar quando compraram as fábricas. Houve quem defendesse que o contrato estabelecido com o Governo especificava que a estrutura de protecção seria mantida. Contudo, a sobretaxa de exportação foi reduzida chegando-se a planear a eliminação até finais da década.

A pressão persistente dos operadores desta área de processamento produziram dois resultados: Em primeiro lugar, o Governo comprometeu-se perante as empresas de processamento e alguns representantes dos produtores a desacelerar o processo de diminuição da sobretaxa, não obstante as críticas do Banco Mundial. Em segundo lugar, o Banco encomendou um novo estudo de sector tendo, pelo menos e em princípio, mostrado algum empenho na ideia de uma indústria de transformação viável em Moçambique.² O Banco concordou em relaxar a pressão que vinha a exercer sobre o governo para efectuar mais reduções na sobretaxa para aquém dos 14%.

Um novo estudo realizado pela empresa de consultoria Deloitte and Touche concentrou a sua atenção sobre a realidade do protecçãoismo vivida pelas empresas de processamento indianas. Segundo este estudo, o optimismo quanto às hipotéticas vantagens de que os pequenos proprietários vão beneficiar da liberdade de preços e liberalização do mercado carece de fundamento. O relatório recomendou que o Governo mantivesse a sobretaxa nos 14% e o preço de referência em US\$ 0,42/Kg.

Esta política visava beneficiar tanto as indústrias como os produtores. Defendeu-se a ideia de, por um lado, tornar as indústrias de processamento viáveis e, por outro, fornecer o estímulo necessário aos produtores para poderem investir com vista à obtenção de maior quantidade e melhor qualidade de castanha. A ilação subjacente era de que uma modesta intervenção do governo pela via dos preços era bem-vinda, desde que ela se mantivesse dentro dos limites que favorecem a actuação das forças de mercado.

O Banco concordou que a liberalização não teria surtido os efeitos desejados em termos de elevação real dos preços ao produtor mas defendeu a manutenção dos sinais de mercado livre pela via dos preços, uma vez que não é fixando dois preços errados que se iria corrigir um sinal de preço distorcido.

O principal pressuposto do relatório da Deloitte é de que a liberalização é desejável mas que se deveria adoptar uma política que permita uma distorção benigna do preço mínimo. Esta política iria servir os interesses tanto dos produtores como dos industriais, uma vez que a

liberalização total não seria benéfica para nenhum dos grupos económicos. A contradição aparente desta conclusão não foi aprofundada. Mas o relatório enfatiza repetidamente a magnitude dos obstáculos a contornar até se alcançar o sucesso desejado no sector.

É importante analisar a postura e os interesses dos principais protagonistas deste debate sobre políticas. Eles são nomeadamente funcionários do Banco Mundial, a Deloitte and Touche o governo e os interesses apresentados pelo Grupo de Trabalho do Cajú fortemente influenciado pelos industriais. Algumas vezes, uma ou duas empresas sugeriram ser possível operar numa base concorrencial sem o apoio na muleta da sobretaxa de exportação, mas representantes de uma empresa estrangeira sugeriram haver necessidade de uma política de protecção.

O governo pecou por não ter assumido um papel de liderança neste processo e por ter sucumbindo às investidas dos diferentes interesses no sector, o que afectou a sua credibilidade. Nota-se também a falta de uma atitude estratégica no relacionamento técnico com as empresas privatizadas. O governo reteve entre 5% a 20% do capital das empresas privatizadas, com vista a transferir, mais tarde, esse capital para os trabalhadores. A realidade, porém, é que o governo tem sido um parceiro impotente nestas empresas, não se aproveitando da sua posição de sócio para tentar influenciar o comportamento das empresas.

O impacto das alterações no quadro de políticas

O sector do cajú em Moçambique está a ser alvo de uma reestruturação de vulto que abrange os regimes de propriedade, preços, comercialização e liberalização. O governo continua a fixar o preço de referência da castanha, mas a política tem sido implementada com alguma hesitação.

A incerteza vivida no que toca às políticas pode constituir um dos factores de inibição do impacto total das mudanças até aqui efectuadas. No sector de transformação, a incerteza afecta igualmente o investimento e dificulta a evolução normal das estratégias de negócios. Existe também a necessidade de se reconhecer que a adopção de qualquer tipo de tecnologia requer um período de aprendizagem antes que as empresas possam ser sujeitas a uma avaliação da sua eficiência.

Estes factores sugerem a necessidade de uma análise cuidadosa do impacto de medidas antes de se fazerem juízos precipitados sobre a sua eficácia, embora o impacto da incerteza seja difícil de estimar. Ao avaliar os efeitos das medidas tomadas, dever-se-á, em primeiro lugar, questionar em que medida é que tais medidas afectam os preços, a produção da castanha bruta e os rendimentos e condições de vida dos camponeses. Em segundo lugar, deve-se questionar como é que essas medidas terão afectado as receitas de exportação da castanha em geral bem como as receitas de exportação na indústria manufactureira em particular.

A conclusão comum é que a liberalização resultou no aumento dos preços de castanha ao produtor, o que terá forçado a indústria transformadora a mudar a sua tecnologia, e a recorrer a sistemas de mão de obra intensiva. Dados empíricos revelam que a concorrência interna está a aumentar. A partir da campanha 1991/92 a quantidade de castanha comercializada tem vindo a aumentar, excepto na última época que foi reportada como tendo sido uma “má campanha”. Outros sinais positivos foram o aumento dos preços reais ao produtor, o que está a ter um impacto positivo nos rendimentos dos pequenos agricultores de castanha. Pode-se esperar que tanto os produtores como os industriais respondam aos sinais dos preços passando a prover de melhores cajuais. (World Bank, July 1997)

Esta situação parece confirmar que as mudanças engendraram uma tendência socialmente inclusiva e na redução da pobreza a nível do sector.

Contudo, reconhece-se que por um lado as empresas de transformação são ineficientes. Por outro lado, a produção global da castanha sofreu como resultado da irregularidade das chuvas na campanha 1996/97. Não se pode afirmar com autoridade que a liberalização esteja a

provocar uma resposta significativa da oferta e é muito menos óbvio que a estrutura adequada da indústria de transformação possa emergir do presente quadro normativo.

Reacção dos preços e redução da pobreza

Os preços registaram algum aumento nas condições actuais e a produção parece estar a responder relativamente bem, se tomarmos em linha de conta as fracas condições agro-climáticas na campanha 1996/97 no norte do país e o facto de se estar a considerar apenas um período curto. Existe, no entanto, o imperativo de qualificar este cenário. A relação preço-produção durante um período curto que revela algumas inconsistências, não é factor suficiente para se alegar que os índices dos preços sejam suficientes para provocar uma mudança na oferta pretendida pelo sector. Se se aceitar que as irregularidades agro-climatéricas são responsáveis pelos baixos rendimentos obtidos na campanha 1996/97, também é válido sugerir que as condições agro-climatéricas tiveram igualmente um impacto significativo no aumento da produção nas três campanhas anteriores, especialmente quando combinados com os efeitos do retorno das pessoas às suas zonas de origem e revitalização dos cajuais abandonados ou minimamente tratados durante o tempo de guerra.

A própria mudança nos preços em si precisa de ser escarpada, uma vez que existe a tendência de uma subida substancial no final da campanha. Embora isto possa parecer um fenómeno interessante na interacção da oferta e procura, na realidade, porém, significa que muitos dos pequenos agricultores vendem mais cedo, a preços mais baixos do que podiam obter se tivessem sido capazes de reter a sua produção. Uma consequência disto é que os beneficiários dos altos preços praticados no final da campanha, ou seja da liberalização do mercado propriamente dita, são os grandes agricultores que dispõem de um melhor acesso à informação, melhores infra-estruturas de armazenagem, e melhores capacidades para ultrapassarem os constrangimentos do ambiente agrícola.

Além disso, dada a carência de matéria-prima em relação à capacidade instalada, a subida dos preços nos últimos anos não tem sido um sinal importante para os produtores. Visto numa perspectiva de um período mais longo do que no início da liberalização, nem o equivalente do preço em dólares americanos nem o volume da produção da castanha bruta vendida têm tido um desempenho digno de nota desde 1995 (Gráfico 4.5). Isto sugere que a política é relativamente inefectiva.

Uma possível razão para este facto é de que, apesar de alguns aumentos nos preços nominais ao produtor, estes ainda não alcançaram o seu pico graças à natureza frágil da comercialização interna. Houve uma expansão no número de comerciantes, mas estes continuam a ser poucos e não parecem um grupo competitivo, devido às ligações verticais entre pequenos e grandes comerciantes que enfraquecem a concorrência.

O número de pequenos comerciantes informais que compram castanha de cajú também aumentou, mas a evidência sugere a existência de uma desconfiança geral sobre este grupo.³ As relações de dívida entre alguns dos pequenos comerciantes e as grandes empresas reduz o seu espaço de manobra no mercado, enquanto o poder de negociação dos camponeses é também enfraquecido por relações similares com os comerciantes. Uma outra razão para a tendência medíocre no aumento dos volumes de produção é que os preços nominais não se traduziram em melhorias nas vidas dos camponeses com populações modestas de cajueiros. A razão deste fenómeno é que os preços reais sofreram apenas

um aumento marginal, porque quando comparados com os preços de produtos manufacturados demandados pelas famílias camponesas, estes subiram mais depressa do que os preços da castanha.

A pouca pesquisa efectuada até agora sugere que as mudanças constantes de políticas e a flutuação dos preços lançaram confusão nos camponeses. Os camponeses lembram-se do encorajamento para a expansão do cajú pelo Estado colonial mas surpreendem-se com o facto de agora não existirem medidas de apoio ou promoção. Existe razão para crer que isto vai precisar de mais do que uma cultura de mercado, e melhor acesso à informação para induzir uma resposta de maiores volumes de produção dos agricultores.

Outro problema está relacionado com a qualidade pobre da castanha vendida pelo produtor. De facto, dados parecem indicar que a distribuição do tamanho da amêndoa de cajú mudou entre 1974 e meados dos anos 90, pelo que, em média as amêndoas tendem a ser relativamente mais pequenas.

Pouco foi feito para melhorar a situação e a falta generalizada da castanha para processamento sugere que ainda existe mercado para a castanha de baixa qualidade. Também não parece ter havido esforço, particularmente por parte dos mais de um milhão de camponeses que detêm 90% dos cajuais em investir no plantio de variedades melhoradas de árvores, nem se registou melhoria nas práticas de produção no stock existente, tais como a limpeza em volta das árvores, prevenção das queimadas, e melhor tratamento do produto depois da colheita.

A pobreza como limitante

O grande problema do sector de processamento é a castanha bruta. A maioria dos produtores são camponeses espalhados pelo país ao longo do litoral. A reabilitação das infra-estruturas tem sido descoordenada, sendo as regiões do sul do país as mais beneficiadas. Mas mesmo no sul existe evidência de que a fragilidade das infra-estruturas estorva as possibilidades de reabilitação das populações de cajueiros.

A extensa distribuição dos cajuais entre os pequenos proprietários torna, por exemplo, difícil priorizar o investimento em infra-estruturas com base em baixos custos per capita ou alta concentração de rendimentos em divisas.

O perfil dos cajuais é diferente das imagens que se criam de cerca de um milhão de herdades de tamanhos similares, com acesso idêntico a infra-estruturas, crédito, insumos. Consequentemente, os problemas enfrentados pelos produtores não são uniformes. Até aqui, ainda não houve debate sério sobre as possíveis implicações que esta desigualdade acarreta, e tem havido pouco esforço para destrinçar o que pode vir a revelar-se como mito de um sistema de produção homogéneo.

Outro aspecto relaciona-se com a abordagem das implicações da pobreza dos produtores. Mesmo reconhecendo os altos rendimentos que o cajú oferece, a prioridade dos camponeses é a auto-suficiência alimentar. Nestas circunstâncias, existe um desincentivo natural à devoção de recursos escassos no tratamento dos cajuais, escolha do momento apropriado para as colheitas e métodos de secagem colheita e armazenamento adequados.

Os pequenos produtores não têm condições para armazenar o produto durante muito tempo, e as suas condições financeiras deixam-lhes um espaço de manobra limitado em termos de maximização do poder de negociação, pouca informação sobre as opções do mercado, e têm pouca capacidade para transportar os seus produtos aos mercados. Os custos de oportunidade de alocar recursos escassos no cultivo da castanha são relativamente altos para a maioria dos produtores.

Não é surpreendente que os ganhos modestos e desiguais derivados da liberalização não consigam induzir uma mudança dramática de comportamento para actividades que incluem o de árvores melhoradas plantio em larga escala. Adicionalmente, não existe uma abordagem padrão da classificação da castanha obtida do produtor e respectiva diferenciação dos preços, um facto reforçado pelo desespero das firmas processadoras. Esta situação tende a mudar em

algumas áreas, como por exemplo a Província de Gaza, onde o sistema de descasque automático impõe alta quantidade e qualidade da castanha de cajú.

Os requisitos para uma indústria viável

Se Moçambique quiser maximizar as receitas em divisas através da ascensão progressiva na cadeia de valor em direcção ao empacotamento e produtos de marca é urgente que o governo tome as medidas necessárias para induzir a observância de altos padrões de qualidade e produção da amêndoa.

Uma opção seria o estabelecimento de uma instituição para estabelecer padrões e monitorar a sua implementação. O governo não precisa de manter um controle exclusivo deste organismo, mas deve assumir um papel de liderança. Se necessário, o controle deste organismo podia ser adjudicado via concurso e contrato por tempo determinado a instituições nacionais ou estrangeiras, adoptando uma variante da experiência na subcontratação da gestão das alfândegas moçambicanas pela firma britânica Crown Agents. Isto pode ajudar a preservar a isenção e honestidade. Mas para assegurar que o esquema funcione de forma adequada deve envolver uma componente forte de formação ligada a uma remuneração satisfatória para os futuros gestores

É preciso enfatizar que Moçambique não irá a lado nenhum se a qualidade da amêndoa não melhorar.⁴ Satisfazer os melhores padrões de qualidade e de produção não nada fácil para muitas empresas em Moçambique. Consequentemente, o governo poderia optar por dar um prazo às firmas para satisfazer estes padrões.

Os decisores devem estar cientes que, neste processo, algumas firmas poderão falir. Existem duas respostas possíveis para este cenário. Uma é prever que as pressões económicas poderiam levar à consolidação da indústria num número reduzido de firmas, e considerar isto como uma vantagem. A concentração pode aumentar as possibilidades de uma rivalidade mais intensa baseada numa infra-estrutura comum, muito distinta da concorrência entre muitos intervenientes subjacente ao sentido economicista do termo.⁵

Uma outra resposta seria a de aceitar que as firmas vão necessitar de assistência para satisfazer os rigorosos padrões necessários para conquistar nichos no mercado internacional. Esta assistência deve ser regida por condições rígidas e limitada no tempo. Se as firmas não tirarem vantagem da assistência para melhorar a qualidade e aumentar os volumes de exportação, não deve haver hesitação em retirar o apoio depois de expirado o prazo. No intuito de evitar arbitrariedades, a assistência deveria ser regida por contratos e regulamentos.

As firmas não poderão progredir para satisfazer a qualidade e padrões higiénico-sanitários dos locais de trabalho se a todos os níveis da empresa existirem faltas de capacidades e habilidades. Para firmas estrangeiras isto afecta, particularmente, os níveis mais baixos da linha de produção e níveis de supervisão, visto que é relativamente fácil elas contratarem gestores estrangeiros. Para outras firmas, incluindo algumas com proprietários ou parceiros estrangeiros, o problema dos níveis de qualificação da mão de obra atinge também os escalões mais altos.

O governo e/ou os doadores estrangeiros podiam chamar a si a responsabilidade de subsidiar a formação de mão de obra directa ou indirectamente. A alternativa seria incluir nas negociações com investidores estrangeiros cláusulas comprometendo as empresas a assumir algumas das responsabilidades de formação como uma forma de transferir alguns benefícios do investimento estrangeiro para o resto da economia.

Uma queixa comum entre os representantes de empresas estrangeiras em Moçambique prende-se com a falta de contabilistas adequadamente formados. A formação em técnicas relacionadas com a gestão financeira é prejudicada pelo sistema de educação arcaico herdado

do tempo colonial, que precisa de ser reformado. O governo e os doadores têm de ponderar esta necessidade com certa urgência.

É preciso que, de curto a médio prazo e antes da entrada em vigor de uma nova estrutura operacional, iniciativas de formação possam ser combinadas com medidas destinadas a assegurar que os moçambicanos formados assumam posições de destaque nas firmas. Um outro constrangimento é o facto de muitos trabalhadores especializados se recusarem a trabalhar fora de Maputo, enquanto as grandes necessidades se encontram precisamente nas cidades e vilas das províncias nortenhas como a de Nampula que é a maior produtora de cajú. A atribuição de bolsas de estudo pode ser condicionada a colocações nas províncias. Alternativamente, pacotes de incentivos especiais podiam ser alvos de subsídios para atrair pessoal especializado para os centros regionais de produção.

Existem outros condicionantes nas capacidades das firmas de melhorar o desempenho nos níveis desejados, e estas podem ser alvo de intervenção governamental. Para as empresas pertencentes a moçambicanos ou aquelas que têm capacidade financeira limitada, a prevalência de altas taxas de juro reais é um problema grave, especialmente numa situação onde a falta de matéria prima torna difícil sustentar a utilização da capacidade instalada. Aqui também, o privilégio de acesso a crédito barato dirigido pode ser utilizado tendo como condição metas de desempenho bem estabelecidas. Aqui, como em outros aspectos, o governo pode utilizar a sua posição de accionista na maioria das empresas do sector. Mas tal política devia somente ser implementada se houver um plano viável ligado à capacidade de liquidar os encargos de crédito com base em futuros rendimentos.

O governo moçambicano devia utilizar o exemplo da assistência oferecida aos processadores indianos da castanha de cajú e adoptar medidas semelhantes. Moçambique não pode replicar o grande mercado doméstico que suporta a indústria indiana, mas pode oferecer às suas empresas de processamento certos privilégios ligados às exportações, e permitir que estes privilégios sejam livremente transmissíveis a terceiros processadores para assegurar que as firmas tenham alguma flexibilidade na utilização dos privilégios de exportação.

O sector de processamento da castanha de cajú não está isolado do resto da economia. Tem ligações - algumas das quais de funcionamento deficiente - com serviços como as de importadoras de viaturas, de transportes, fabrico de insumos tais como tinta, gás, material eléctrico, balanças, metais galvanizados, acessórios, etc. O sector é afectado pelo funcionamento deficiente destas ligações. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do sector de processamento pode resultar na expansão ou melhoria destas actividades (Hirschman, 1981). Existe um rol de opções para a maximização das ligações positivas.

Estes podem incluir: a oferta de incentivos fiscais ou outros privilégios às firmas que adquirem insumos e serviços a produtores moçambicanos. O mesmo esquema poderá ser aplicado para estimular as firmas moçambicanas a fornecerem bens e serviços às firmas de processamento de castanha com rapidez e qualidade. As empresas que não cumprirem atempadamente com os requisitos estipulados nas licenças de isenção alfandegárias atribuídas às firmas de processamento deverão ser excluídas.

As empresas haveriam de enfrentar muitos problemas para satisfazer os padrões exigidos, mas estariam em melhores condições de satisfá-las e ainda pagar um preço decente pela castanha de boa qualidade se forem apoiadas na superação dos obstáculos não relacionados com os preços. Uma alternativa simples oferecida pelo relatório Deloitte and Touche é combinar o preço de referência para a castanha com uma sobretaxa que favoreça os produtores domésticos, ou mesmo com um subsídio para as empresas de processamento. É provável que só poderia cobrir parte dos requisitos necessários simplesmente porque um comércio selectivo e efectivo, e uma política industrial que visa indústrias específicas exigem dos decisores uma aplicação que vai para além da consideração dos preços.

O principal desafio está relacionado com a mudança de integração vertical a partir do produto processado e o desenvolvimento de capacidade comercial e de produtos de marca. Em primeiro lugar, a ligação do desenvolvimento de marcas aos padrões, não só da qualidade de produtos mas do ambiente laboral, poderia permitir que a indústria moçambicana capturasse os mercados de consumo na Europa e América do Norte favorável a produtos dos países em desenvolvimento.⁶

A condição básica é uma melhoria no provimento de informação de mercado de exportações às empresas. Uma vez desenvolvida a base de informação - e dada a fragmentação do sector de processamento, a medida poderá envolver algum nível de promoção governamental - podem ser tomadas medidas suplementares ligadas ao desenvolvimento de estratégias de mercado e desenvolvimento de marcas.

O objectivo do processo é de criar uma diferenciação que ponha o produto moçambicano numa posição segura no mercado internacional. Os diferentes mercados podem requerer estratégias diferentes. Por exemplo, Moçambique poderia capitalizar na imagem do idílio moçambicano no mercado Sul-africano. Uma base para o enraizamento deste tipo de mito é o papel que Maputo desempenhou como um centro turístico para turistas sul-africanos no tempo colonial; o mito prevalecente actualmente é o da “limpidez” da costa de Moçambique e associações com algumas características de Maputo, como o Hotel Polana.

O sucesso do desenvolvimento de marcas depende da capacidade de produção o que implica o envolvimento de mais de uma firma. Existem vantagens no desenvolvimento de marcas que englobe toda a indústria, embora tal opção tenha que excluir as produtoras que não correspondam às exigências em termos de padrões de produção e qualidade.

Claramente, as capacidades requeridas são raras mas não levam de muito tempo a inculcar. Também não existe, a curto e médio prazos, a necessidade de ter mais do que um pequeno grupo de pessoas com formação e experiência relevante. Qualquer doador pode conceber um projecto desta natureza, se o governo e a indústria puderem avançar com uma estrutura institucional que pode dar o devido encaminhamento às pessoas formadas. Além disso, a ascensão na cadeia de valor pode envolver colusão entre industriais no sentido de apresentar um preço uniformizado de um produto de qualidade no mercado internacional, algo que não acontecerá sem o encorajamento do governo.

Na verdade, as empresas com fortes ligações de integração vertical podem ter um desincentivo para aumentar a produção de salgados de amêndoas e empacotamento para além dum certo limite, se o grupo de accionistas inclui grandes grossistas internacionais. Este é o caso, por exemplo, da Companhia de Cajú Mocita cujos accionistas incluem E.D e F. Man, empresas que se dedicam à venda da amêndoa branca às empresas que fazem processamento com sal.

A política tecnológica deveria provavelmente permitir a existência de variedade sujeita aos padrões básicos de saúde e segurança, e à qualidade de produção. Contudo, a política pode encorajar as empresas a criarem emprego. Por exemplo, num processo de produção automatizado existe um limite onde a intensidade da mão-de-obra de certas funções pode ser variada, como nos casos do descasque da pele da amêndoa depois da remoção do casco exterior. Com risco aligeirado (como função da progressão em direcção à utilização da capacidade operacional da fábrica) e com melhorias na capacidade da mão-de-obra, é relativamente mais fácil uma empresa escolher esta tecnologia e ao mesmo tempo optar na intensidade da mão-de-obra no descasque da amêndoa. A sua introdução poderia ou ser deixada ao critério das empresas, ou ser alvo de incentivos do governo.

Os requisitos da política do cultivo de cajú

Nenhuma destas iniciativas aqui sugeridas tarará retornos consideráveis se não for acompanhada de um aumento substancial da oferta da castanha. O relatório da Deloitte and Touche sugere que 1,5 milhões de cajueiros susceptíveis a métodos modernos de tratamento têm de ser plantadas anualmente.

O primeiro requisito é aceitar as dificuldades, os riscos e incertezas associadas com o envolvimento de pequenos agricultores na melhoria e expansão do cultivo e colheita da castanha. A implicação de tal opção é que as políticas devem:

- oferecer incentivos ligados aos preços;
- combinar incentivos com medidas para absorção de alguns riscos;
- estabelecer critérios sobre a priorização do investimento em infra-estruturas;
- estabelecer um prémio para as amêndoas de melhor qualidade;
- estimular um exercício de plantio massivo assim como a disseminação de métodos modernos de tratamento e práticas melhoradas de colheita e armazenagem.

Embora a castanha não seja uma “nova” cultura em Moçambique, tem muitas das qualidades de uma nova cultura de alto rendimento e não se pode, portanto, excluir a possibilidade de recorrer às experiências de políticas bem sucedidas no encorajamento dos produtores para a transferirem os seus recursos para culturas de rendimento. É por esta razão que se faz referência a políticas para uma “agricultura emergente”.⁷ Estas políticas constituem um anátema aos proponentes do ideal de mercado livre, mas elas foram bem sucedidas noutras circunstâncias, especialmente quando ligadas ao processamento de culturas primárias que variam de aspargos e cogumelos conservados em Taiwan, tomate enlatado na Tailândia ao papel da Agência de Desenvolvimento do Chá do Quênia (KTDA).

Não existe uma fórmula universal sobre como prosseguir estes objectivos, mas os decisores deviam pelo menos empenhar-se na exploração dum rol de opções em vez de se renderem à sedução elegante do modelo do mercado livre. As provas de que a agricultura da África Sub-Sahariana ainda não respondeu de forma desejada à liberalização dos preços e do comércio abundam. Não só as elasticidades dos preços de oferta não são conhecidas com precisão em África, como elas não são funções ou propriedades inerentes a culturas específicas ou a camponeses como entidades económicas redutíveis (Sender e Smith, 1990; Jaeger, 1990; Jayne e Jones, 1997).

Existe uma estratégia eficaz para a prossecução dos objectivos acima enunciados: apostar nos fortes. A noção geralmente propalada de que 90% da castanha é produzida pelo sector familiar cria a falsa imagem duma implantação homogénea de produtores com plantações idênticas enfrentando o mesmo tipo de problemas. Este não é o regime de produção da castanha ou outras formas de produção agrícola em Moçambique. Nem todos os produtores são iguais em termos de proximidade a infra-estruturas e mercados, por exemplo.

A título informal, a maioria dos analistas aceita esta realidade mas poucos se preocupam em analisar o padrão de distribuição dos produtores em termos de acesso a infra-estruturas, o tamanho das plantações e qualidade e proporção total da produção. Porém, numa estrutura de produção diferenciada, as grandes firmas tendem a ter acesso melhorado às redes de transportes e a recursos financeiros; melhor acesso à informação, têm capacidade para uma secagem e armazenagem adequada; estão em posição de negociar melhores preços; em suma enfrentam dificuldades menos severas.

Além disso, seria viável combinar a estratégia com a identificação das áreas de grande concentração de cajueiros e da sua potencial expansão. Este exercício iria produzir uma base para o estabelecimento de prioridades de investimento em infra-estruturas, particularmente porque isto pode constituir um argumento forte para a alocação de investimento nas províncias mais a norte como Nampula que tem uma densidade populacional relativamente alta e uma grande população de cajueiros. Esta podia também ser a via menos arriscada para atacar o problema da pobreza, em vez de recorrer a uma dispersão de iniciativas e recursos por toda a zona de produção de caju, independentemente da distância que lhes separa das estradas transitáveis e das vilas, e da “capacidade de absorção” dos camponeses de medidas destinadas a transformar os métodos de trabalho dos produtores.

O último aspecto é deveras importante se se aceitar o argumento de que a pobreza pode ser erradicada não só através de melhorias nos métodos de produção, mas também através do uso de trabalho assalariado (Sender e Smith, 1990; Cramer e Pontara, 1998). Isto acontece porque os agricultores com populações de árvores razoáveis são mais aptos a empregar assalariados, ainda que seja a título sazonal. Uma pesquisa para avaliar com precisão a distribuição dos cajuais e as características dos agricultores seria uma recomendação válida.

Políticas agrícolas e agro-industriais emergentes

Uma abordagem clássica para a obtenção de um crescimento na produção de culturas de rendimento é de integrar a produção verticalmente com o processamento. Esta pode ser tanto uma iniciativa do Estado ou pode-se recorrer ao sector empresarial, utilizando particularmente as empresas multinacionais com um alto grau de integração vertical com actividades de promoção, de produção e de exportação. A vantagem dessa integração é de que pode aliviar o risco associado às mudanças nas rotinas de cultivo e práticas dos pequenos e médios produtores e induzir o tipo de resposta desejado. O relatório da Deloitte and Touche excluiu tais possibilidades, rejeita a opção de oferecer concessões aos processadores equiparáveis às oferecidas no esquema do cultivo do algodão da Lomaco em Cabo Delgado. No entanto, não houve fundamentação para uma rejeição tão peremptória.⁸

A opção precisa de ser avaliada em função de exemplos de outros quadrantes, entre os quais figuram o projecto Lam Nam Om da Tailândia. Em 1986, o governo tailandês abandonou o programa geral tradicional a favor do apoio ao sector privado através do Programa Agro-Produção e Comercialização (APMP). Os quadros do APMP funcionaram como elementos catalisadores entre os agricultores e empresas privadas, plantando canteiros para demonstrações, partilhando informação agro-climática, solicitando visitas pelas empresas, instruindo os produtores sobre o uso de insumos e técnicas de cultivo, transferindo mais tarde a responsabilidade das actividades de extensão às empresas privadas.

As empresas providenciaram um pacote de incentivos incluindo a partilha de riscos: quando as culturas fossem perdidas sem que fosse por culpa do agricultor, as suas dívidas em dinheiro e em insumos eram canceladas. Houve casos em que os produtores foram compensados por terem perdido culturas por causa de calamidades naturais, como forma de encorajá-los a não abandonar a variedade de culturas. O resultado foi um crescimento na produção de culturas de alto rendimento como o tomate para o processamento e melancias frescas (Benziger, 1996). Uma outra característica do esquema foi o papel do acesso ao mercado internacional que permitiu a tomada de medidas de redução de riscos.

Um outro exemplo é a cultura de cogumelos e aspargos no Taiwan. Estas eram culturas relativamente novas nos anos 1950 mas difundiram-se rapidamente ao ponto de representar 18% das exportações agrícolas nos fins da década 1960. O esquema do cogumelo dependia inicialmente dos trabalhos de pesquisa da Comissão Mista Sino-Americana para a Reconstrução Rural (JCRR) em colaboração com o Instituto de Pesquisa Agrícola de Taiwan

(TARI). Em 1960, representantes da JCRR, da associação da indústria de conservas e do governo visitaram a Europa e os EUA para colher experiência nos âmbitos da produção e de técnicas de venda que viriam a servir de base para lançar uma operação piloto para a exportação de cogumelos conservados. Com a difusão da cultura, a inspecção e classificação eram feitas em centros de recolha dirigidos por representantes da associação de agricultores locais e a empresa de processamento contratante, na base dos padrões estabelecidos pelo governo. O governo também participava na inspecção dos produtos das fábricas de conservas e regulava o funcionamento dos centros de fomento das culturas.

A pesquisa contínua permitiu o melhoramento da qualidade e rendimentos. Por volta de 1962, o aumento da produção levou à depressão dos preços. O governo interveio estabelecendo um sistema de produção e comercialização planificados. A cada fábrica foi atribuída uma quota baseada nos rendimentos do ano anterior, ajustada às projecções da demanda das exportações.⁹ As fábricas de conservas faziam então contratos com as associações locais de agricultores para o fornecimento de matéria-prima. Os preços eram determinados através de acordos colectivos entre os processadores e agricultores, sob o arbítrio do governo. Finalmente, a indústria entrava em conluio para apresentar um único preço no mercado mundial.

Por detrás do sistema existia uma decisão do governo que era muito importante para permitir que o produto taiwanês se estabelecesse internacionalmente e assegurar uma fonte de divisas estável ao invés de deixar que os processadores e os agricultores aumentassem a produção de forma descontrolada.

Desenvolvimentos similares ocorreram com outras culturas. Por exemplo, o aspargo não estava sob gestão do sector público, embora a sua expansão inicial tivesse sido estimulado também através de experiências e disseminação de informação conjunta da JCCR-TARI.

Quando, em 1970, a concorrência no segmento de produtos de conserva começou a exercer pressão sobre os preços das exportações, o governo colocou igualmente os produtores e processadores de aspargo sob o sistema de produção e comercialização de planificação central. É importante enfatizar que existiam insuficiências nestes sistemas. Mas Taiwan dominou a indústria mundial de aspargo conservado durante cerca de 20 anos, e por um largo período foi também o maior exportador de cogumelos conservados (Benziger, 1996).

A finalidade destes dois exemplos, como de outros, tais como o desenvolvimento da produção da cana sacarina no Quénia, ou da Autoridade do Desenvolvimento do Chá do Quénia (KTDA), é de mostrar que a flexibilidade dos preços a curto prazo foi sacrificada no interesse de uma rápida expansão de produção e melhorias de qualidade, ligados às medidas de redução de riscos e integração vertical entre os processadores e os mercados externos. Em alguns casos, embora numa forma limitada, o Estado assumiu um papel decisivo. .

Uma abordagem alternativa seria estabelecer uma associação de produtores na qual o governo pudesse desempenhar um papel como comprador. Uma associação desta natureza tentaria assegurar que os compradores em concorrência oferecessem bons preços, e também insistir na qualidade como base da diferenciação dos preços. Podia também estar na posição de disseminar informação sobre melhores práticas e ajudar os agricultores a assegurarem o acesso aos insumos. A instituição poderia ser modelada, por exemplo, no êxito do KTDA.

O Banco Mundial está preocupado com qualquer política que possa redundar em ineficiências no sistema. Todavia, os decisores têm de aferir se um grau de ineficiência a curto e médio prazos não se justifica, desde que assegure o melhoramento do fornecimento de castanha bruta, que é urgente, e que tenha também um impacto na redução da pobreza.

A importância de qualquer modelo é o de que este não pode ser uma obra exclusiva do governo, devendo também incluir representantes dos produtores e induzir mudanças

institucionais ao longo do tempo, quando as circunstâncias assim o ditarem. Cabe aos decisores analisar cuidadosamente uma série de arranjos institucionais e políticas, incluindo os citados neste trabalho. A forma exacta e o quadro institucional para o sector do cajú em Moçambique deveriam ter características únicas.

O debate sobre o sector do cajú nos últimos anos representa uma oportunidade para construir uma base para escolher uma direcção futura. As empresas privatizadas foram até certo ponto induzidas pelas mudanças de políticas a procurar uma aliança com os produtores e os agentes de comercialização, no sentido de alcançar o que se pode chamar de compromisso de representatividade. É este o género de experiência e relacionamento que providenciará as fundações a partir do qual a evolução institucional se pode realizar.

As chances de Moçambique: ainda o exemplo do cajú

As chances de Moçambique obter sucessos nas exportações da amêndoa de cajú processada condizem à análise apresentada neste Relatório. É verdade que Moçambique compete em condições de desvantagem com exportadores estabelecidos como a Índia e Brasil, e arrisca-se a ser empurrado para fora dos mercados por processadores emergentes como o Vietname.

Contudo, Moçambique ainda não está fora da corrida na arena internacional. Existem exemplos de uma integração vertical e possibilidades de ligações com mercados regionais e europeus, através de multinacionais como a Anglo American, proprietária da Fábrica Mocita, que podem ser explorados. Existem oportunidades para subir na cadeia de valor em direcção à produção da amêndoa salgada e empacotamento e retalho de pacotes de amêndoa de marca.

Uma possível opção seria desenvolver marcas a nível nacional, embora isso não possa atrair firmas de prestígio que não se querem ver associadas a produtores que consideram como de baixa qualidade, e com padrões sanitários e de segurança pobres.

Uma dificuldade afim é o desencorajamento da colusão competitiva entre firmas onde a estrutura de propriedade e respectivo grau de ligações financeiras, tecnológicas, e de acesso à informação de mercado das firmas é desigual. Isto representa um desafio ao governo: ou segue uma política clara que induza as firmas rumo à colusão em termos desenvolvimento de padrões e marcas conjuntas; ou deixa o sector entregue à sua sorte, à espera que os potenciais ganhos da ascensão na cadeia de valor se maximizem "naturalmente" com o tempo.

Implicações do debate sobre o cajú para outros sectores

O mérito do debate sobre o cajú em Moçambique reside na chamada de atenção para a necessidade de uma mudança radical dentro do sector e, por conseguinte, para os importantes problemas da economia moçambicana.

O debate à volta da política do cajú colocou alguns interesses em confrontação aberta com observadores influentes cuja contribuição, apesar de útil, peca por se confinar a parâmetros analíticos um tanto ou quanto estreitos.

O debate da política precisa de ir para além do controlo e "distorções" ligeiras de preços. A insistência numa política favorável às leis de mercado é irrelevante onde o enfoque real devia incidir sobre a necessidade de sistemas favoráveis à produção e ao processamento.

As políticas não podem partir de pressupostos supostamente divinos da eficiência do mercado livre, mas sim da análise das oportunidades e dificuldades, incluindo uma avaliação realista dos factores de concorrência que podem assegurar sucesso para o processamento da castanha. A identificação das necessidades e a concepção de medidas para satisfazê-las vai requerer que os decisores prestem atenção especial à nova política da industrial e elaboração de uma nova política agrícola.

Esta opção requer um cometimento por parte do governo: é uma opção de alto risco dados os fracassos nas tentativas anteriores de intervenção. O segredo desta estratégia reside em ter sempre presente os objectivos e evitar as influências dos interesse sectoriais e análises retrógradas impostas pelas circunstâncias e pelas mudanças.

O sucesso depende também do reconhecimento de que este é um caso de intervenção selectiva com limites de tempo e de condições objectivas. Existe evidência irrefutável de que intervenções selectivas bem geridas são um factor crítico de sucesso para uma industrialização bem sucedida em África e noutras regiões em desenvolvimento. Além disso, se existe a esperança de porventura vir a emergir uma área de sucesso no desenvolvimento industrial de Moçambique abarcando, por um lado produtos primários e mineração e serviços mineiros, por outro, pode-se afirmar, com segurança, que o processamento da castanha oferece as oportunidades mais atraentes.

Capítulo 5 – Por uma Estratégia de Desenvolvimento Humano Rápido

Três opções, uma única via para a redução acelerada da pobreza

Não são poucas as vezes que se assume, de forma implícita ou explícita, que o crescimento económico, por si só, conduz a um melhoramento do desenvolvimento humano.

“Esta ideia encontra-se ligada a outra, habitualmente aplicada a países com baixo rendimento como é o caso de Moçambique: que na fase inicial da revitalização económica a redistribuição da riqueza é de relevância limitada porque haverá sempre muito pouco para distribuir pela população”. (RDH, 1996: 6)

Se estas duas ideias são correctas, então também é verdade que o efeito de redistribuição dos benefícios do crescimento económico - o famoso efeito “trickle down” - teria um efeito igualmente limitado na redução da pobreza (Gaiha, 1993:11ff).

Esta descoberta pode ser melhor ilustrada através dum exemplo hipotético simples. No Quadro 5.1 assume-se que a população de Moçambique subdivide-se em três partes: o grupo dos pobres, o grupo de rendimentos médios e o grupo dos ricos. Os rendimentos médios dos três grupos são de US\$50, US\$100 e US\$150 respectivamente que são considerados como cabendo na distribuição normal de rendimentos. Parte-se também da premissa de que a economia está a crescer a 5% e o objectivo estratégico é duplicar os rendimentos do terço mais desfavorecido da população.

Se o status quo se mantivesse e o crescimento económico fosse distribuído equitativamente, seriam precisos 14,2 anos para se alcançar o objectivo acima definido: duplicar os rendimentos do terço mais desfavorecido da população.

Este resultado, tal como os outros em que os rendimentos dos pobres crescem a um ritmo menos acelerado do que a economia, são os possíveis resultados de uma estratégia económica baseada puramente nas forças de mercado para a alocação dos factores de produção e a promoção da acumulação de capital.

Na realidade, pode-se alcançar muito mais através de estratégias e políticas diferentes. Como ilustração, considere-se a possibilidade de optar deliberadamente por mecanismos que promovem o aumento dos rendimentos dos pobres a uma taxa que é o dobro das taxas de crescimento dos rendimentos dos outros grupos. Neste caso, tal como mostra o Quadro 5.1, a meta de duplicar os rendimentos dos pobres poderia ser alcançada em menos de uma década.

Um crescimento que promova a elevação do nível de vida dos pobres não precisa necessariamente de contrariar os mecanismos de economia de mercado, eficiência na alocação de recursos, promoção do sector privado e minimização da intervenção desregrada nos mercados. Mas aqui reside a diferença entre uma estratégia em que o crescimento económico é visto como um fim em si, e uma outra em que ele é visto como um meio para o desenvolvimento humano.

Os elementos duma estratégia de desenvolvimento humano são a envolvente principal da argumentação do Capítulo 4 neste relatório. O princípio geral que se encontra por trás da análise fornecida neste trabalho é o de que o desenvolvimento humano, e em particular a redução dos índices de pobreza, requer políticas deliberadas.

No Prefácio do RDH de 1996, Speth chamou a atenção para ‘as limitações do efeito trickle down na economia’ (RDH, 1996:iii). O RDH96 fornece evidências convincentes para se refutar a validade empírica, tanto da ligação automática entre crescimento e desenvolvimento como a ideia sobre a inevitabilidade associada a deterioração na distribuição do rendimento:

“Estas hipóteses foram refutadas pela evidência recente de uma correlação entre crescimento económico e igualdade do rendimento (representada pela parte dos 60% mais pobres da população). O Japão e a Ásia Oriental foram pioneiros nesta forma equitativa de desenvolvimento e, mais recentemente, a China, Malásia e Maurícias têm seguido um caminho semelhante”. (RDH, 1996: 6)

Obstáculos e oportunidades

A liberalização conduz automaticamente à erradicação da pobreza?

O benefício hipotético da rápida liberalização da comercialização da castanha foi discutido no Capítulo 4, relativamente ao caso particular da produção de caju.

O argumento que motivou tal expectativa foi que a liberalização provocaria um aumento do preço ao produtor, induzindo o aumento da oferta dos pequenos produtores. As receitas de exportação provenientes do aumento da produção seriam substancial, enquanto um dos efeitos benéficos da política seria o seu potencial para a erradicação da pobreza rural.

Evidentemente, a possibilidade de se poder combinar o aumento das receitas de exportações com a erradicação da pobreza levanta grandes expectativas sobre tal pressuposto, visto que outros sectores com maior potencial de receitas de exportações não têm uma relação tão linear com a erradicação da pobreza. Mas será esta linearidade entre receitas de exportação e erradicação da pobreza válida?

A dificuldade reside no facto de que a liberalização parte da suposição de que uma exposição total à concorrência internacional, mesmo que isso implique a paralisação da maioria das fábricas, é a melhor, senão mesmo a única, forma para se erradicar a pobreza.

Porém, não está provado empiricamente que a liberalização por si só contribua para a erradicação da pobreza; nem os seus efeitos multiplicadores na economia podem ser considerados como um dado adquirido.

Existem outras áreas que podem ser exploradas. A amêndoa de caju é um produto de valor apreciável por causa da grande procura deste aperitivo a nível internacional.

A experiência mostra que uma integração vertical via transformação de produtos primários resulta na obtenção de rendimentos mais altos, sendo por isso vantajosa. Por exemplo, a UNCTAD (1996) compara os esforços do sudeste asiático de subirem na cadeia de valor de produtos derivados de aço e madeira com a situação dos produtores de produtos similares na América Latina que ficaram atolados na cauda da cadeia de valor. As evidências mostram que os produtos processados trazem uma maior estabilidade de rendimentos uma vez que estes tendem a ser mais estáveis do que os produtos primários (Yeats, 1991).

Uma indústria de processamento competitiva poderia não só conduzir à redução da pobreza rural mas também proporcionar algum emprego no sector manufactureiro.

Se a indústria de caju for induzida a estabelecer ligações mais acima na cadeia de valor, pode estabelecer ligações sólidas tanto ao nível de processamento e retalho como a nível da produção das matérias primas. Tais ligações poderiam resultar em efeitos multiplicadores benéficos para outros sectores e servir de incentivo ao desenvolvimento de capacidades de marketing agressivas e habilidade de produção de produtos de marca de renome internacional.

Por exemplo, uma indústria local sólida poderia ter um interesse imediato na pesquisa e desenvolvimento direccionados ao rápido aumento de cajueiros resistentes às doenças. Ligações com mercados estrangeiros podem estabelecer infra-estruturas de mercado que mais tarde podem ser úteis no desenvolvimento de outros produtos de exportação. É claro que tais ligações têm que ser deliberadamente criadas e fortalecidas, pois não será o mercado que, por si só, as irá fazer.

Alguns sucessos Africanos no processamento de produtos primários

Uma das razões que explica o atraso económico da África sub-sahariana é a incapacidade de desenvolver uma base manufactureira competitiva. No entanto, existem alguns exemplos de países africanos que implementaram com sucesso o processamento de produtos primários. Estes incluem a Costa do

Marfim e Senegal (exportações de atum conservado), Camarões, Congo, Costa do Marfim e Gana (exportações de madeira processada) (UNCTAD, 1995; Yeats, 1991).

Todavia, os constrangimentos são muitos e não se pode fazer muito para removê-los, uma vez que em muitos casos eles estão estruturalmente enraizados na disponibilidade natural e relativa de recursos nos países com rendimentos baixos.

A experiência moçambicana confirma que a falta de uma mão de obra qualificada é uma grande barreira no acesso aos rendimentos inerentes à exportação de produtos agrícolas processados. A UNCTAD (1995) enuncia os principais tipos de constrangimentos com que se confronta o sector processamento de matérias primas na África sub-sahariana como sendo: factores relacionados aos constrangimentos na cadeia de valor, a escalada de tarifas nos mercados destinatários, e barreiras derivadas de estruturas industriais verticalmente integradas.

Os obstáculos ligados a factores na cadeia de valor incluem a necessidade de inputs elevados ligada à utilização de tecnologia e informação de mercado, a necessidade de mão-de-obra qualificada para a produção, gestão e processamento. Frequentemente, existem também economias de escala vastas, o que implica que o sucesso desta opção exija níveis consideráveis de produção de forma a que um mercado doméstico/regional viável seja uma componente crucial ao sucesso das exportações.

As exportações de fruta processada, hortícolas e produtos pesqueiros são frequentemente limitadas pelo rigor na exigência de qualidade e requisitos higiénico- sanitários nos grandes mercados importadores e a competição desigual com firmas estabelecidas com redes de informação e nomes de marca.

As tarifas aduaneiras podem limitar as exportações de produtos processados mas existe evidência suficiente de êxitos de países em desenvolvimento que conseguiram contornar estes obstáculos. As economias da África sub-sahariana tem geralmente gozado um tratamento preferencial nas exportações para a União Europeia que são proporcionais ao grau do processamento.

A entrada nos mercados de produtos processados pode também ser obstruída pela presença de firmas grandes, verticalmente integradas e com uma pujança considerável no mercado. Estes obstáculos podem ser atacados de diversas maneiras, incluindo o desenvolvimento de ligações estreitas com multinacionais ou assegurando o acesso a matérias primas de boa qualidade como um incentivo para um processamento adicional. Mas este objectivo requer uma política cuidadosa de preços para garantir a viabilidade.

É óbvio que os obstáculos mais prementes são mais internos do que externos, e podem ser atacados através de políticas visando assegurar uma infra-estrutura forte, incentivos

adequados para o desenvolvimento tecnológico, de gestão e conhecimentos de marketing, matéria prima de qualidade e promoção de padrões sanitários de nível, assim como a provisão da informação de mercado.

Se as vantagens potenciais do processamento forem reconhecidas, torna-se fútil argumentar sobre o nivelamento de campos de actuação concorrencial e a optimização das condições de mercado desregulado. Os mercados globais da produção e venda de produtos processadas estão cheios de imperfeições e o desafio para qualquer país é promover aquelas imperfeições que funcionem a seu favor.

Por um estratégia de desenvolvimento humano rápido

Fortalecer as ligações entre crescimento e desenvolvimento

As estratégias de desenvolvimento num país podem ser muitas e serem alteradas por razões diversas. Mas a única que se afigura verdadeiramente comprometida com o desenvolvimento humano da população é aquela que efectivamente conduz ao alargamento das escolhas das pessoas.

Isto significa que o factor determinante para a prosperidade duma nação não é a existência de recursos per se. De igual modo, a prosperidade duma nação não se herda “nem emerge”, como diria Porter “da abundância de recursos naturais ou de mão de obra (barata), da sua taxa de juros ou do valor da sua moeda”. (Porter, 1995: 135)

A disponibilidade de recursos naturais abundantes só se transforma num benefício para a população dum país quando tais recursos enriquecem a vida da generalidade das pessoas, permitindo-lhes viver uma vida cada vez mais longa, saudável, instruída e criativa, bem como beneficiar de um nível de vida adequado, de liberdade, dignidade, auto-respeito e do respeito pelos outros (RDH, 1996: 1-10; 1997: 15).

Moçambique é actualmente classificado, na perspectiva de desenvolvimento humano tornada pública desde 1990, como um país com desenvolvimento humano fraco e um ritmo de crescimento económico fraco e lento. Numa referência específica a Moçambique, feita no contexto das recomendações políticas a países com ligações fracas, o RDH de 1996 afirma:

Às taxas de progresso que prevaleceram entre 1970 e 1993, estes países vão demorar quase 65 anos a atingir o nível de IDH dos países industrializados. Às taxas prevalecentes durante o mesmo período, num país como Moçambique ou Niger, seriam necessários mais de dois séculos para alcançar o nível de IDH dos países industrializados (RDH, 1996:83).

Este prognóstico preocupante ilustra o esforço gigante que Moçambique precisa de realizar para proporcionar um desenvolvimento humano positivo e rápido da sua população.

Do ponto de vista puramente económico, um país que almeje alcançar um crescimento real no rendimento per capita, ou seja uma taxa de crescimento económico superior à taxa de crescimento da população, necessita de duas coisas básicas:

- uma visão que enuncie o destino do país em termos de desenvolvimento humano, e
- uma estratégia que enuncie o rol de iniciativas e actividades necessárias para alcançar os objectivos que concorrem para o alcance da visão.

Uma estratégia nacional de desenvolvimento, ou qualquer estratégia, comporta três elementos fundamentais: os objectivos globais (resultados esperados), as políticas (incluindo os meios necessários para alcanças os fins almejados), e a monitoração (avaliação contínua do desempenho traçado e conseqüente ajustamento quando necessário).

Estratégias de desenvolvimento envolvem níveis diferentes de intervenção, o que quer dizer que elas não precisam necessariamente de um nível sofisticado de planificação ou intervenção. A magnitude e a forma de intervenção variam de sector para sector e obedecem a critérios pragmáticos.

Porém, o aspecto importante a reter deste primeiro Relatório é que o crescimento económico precisa de ser definido em torno duma estratégia de desenvolvimento humano da população. Tal definição requer a delineação de uma política de gestão, como afirma o RDH96, 'criativa e inteligente'; ou seja, uma política que deliberadamente forja e regularmente fortifica os elos de ligação entre crescimento económico e desenvolvimento humano.

No caso de Moçambique, a necessidade duma tal política qualificada e inteligente, reconhecida e aplicada por todos os intervenientes no processo de desenvolvimento, é ainda mais premente por causa dos elevados índices de pobreza. O alívio e erradicação da pobreza só poderão ser alcançados através da elevação dos rendimentos, equidade e estabilidade social da população.

Não existe uma receita acabada sobre como alcançar estes objectivos, nem mesmo um quadro universal aplicável a todos os países. O que existe é a convicção de que é indispensável reduzir ao mínimo o número de pobres numa sociedade.

A pobreza existe em contextos sociais específicos. As reformas económicas implementadas na última década conduziram à abertura da economia nacional à economia mundial e a transferência dos mecanismos de criação da riqueza para o sector privado. Estas reformas são indispensáveis para a revitalização do crescimento económico, mas não são suficientes para uma ligação efectiva entre crescimento e desenvolvimento humano. Esta foi certamente a motivação, como se explica no Capítulo 4, da transformação do PRE no PRES - Programa de Reabilitação Económica e Social.

A reforma política e administrativa, a descentralização e privatização dos activos públicos, a reforma institucional e legislativa, a estabilização monetária e fiscal, e a política de atracção de investimento estrangeiro, têm visado uma estabilização económica a curto prazo.

Porém, reformas com objectivos de curto prazo têm de assentar numa visão de desenvolvimento de longo prazo. Tal visão estratégica de longo prazo emerge sempre que nos interrogamos sobre o objectivo por detrás, por exemplo, da alocação eficiente dos recursos. E, seja qual for a resposta, esta não se pode circunscrever ao cliché "crescimento acelerado", pois a pergunta que imediatamente surge é a seguinte: crescimento rápido para quê e para quem?

A procura de respostas eficazes para este tipo de perguntas aponta para a necessidade de uma cultura de auscultação das sensibilidades sociais como parte da procura de uma estratégia abrangente e participativa. Tal estratégia é necessitada pelo facto de que apesar de os mecanismos de mercado poderem engendrar crescimento económico, não são suficientes para assegurar a eliminação da privação humana.

Em contra partida, os juízos e consensos colectivos nem sempre são fáceis de conseguir. Gerações sociais caracterizadas por tipos diferentes de participação geram juízos diferentes e estes influenciam os processos de elaboração de políticas sócio-económicas.

De qualquer modo, cada sociedade produz, de forma implícita ou explícita, uma visão colectiva sobre o que constitui justiça económica, política e social. A ausência de uma visão consensual resulta sempre em conflitos que desaguardam na instabilidade. Quando a visão colectiva é inconsistente com os resultados do crescimento económico, os governos perdem a confiança e credibilidade junto do seu povo.

Os dados actualmente disponíveis sobre o comportamento da economia Moçambicana sugerem que a mesma se está a integrar na economia mundial, através duma revitalização acelerada do sector privado doméstico e da correcção dos desequilíbrios macro-económicos.

Mas o grande desafio com que se defrontará Moçambique no futuro imediato é conseguir um aumento rápido do seu desenvolvimento humano, assente num crescimento económico também rápido.

O rápido crescimento dos anos 60 em alguns países africanos com ligações fracas durou pouco porque foi baseado num boom de preço dos bens primários e em economias não diversificadas. Estes países precisam de acelerar o seu crescimento económico para iniciarem e sustentarem melhorias no desenvolvimento humano. Apesar de alguns terem alcançado progressos significativos no desenvolvimento humano, com crescimento modesto, o ritmo de melhoria abrandou com o declínio económico (RDH, 1996: 83).

Em certa medida, como se ilustra no Capítulo 2 isto aconteceu em Moçambique nas duas últimas décadas.

Uma estratégia coerente de desenvolvimento humano num país como Moçambique, com ligações fracas entre o ritmo de crescimento e desenvolvimento, necessita dum grande esforço para gerar e acelerar o primeiro através de investimentos no segundo, e vice-versa. Isto é, o crescimento económico é necessário para suportar os progressos nas capacidades humanas mas, por seu turno, estas últimas são necessárias para que o crescimento rápido seja sustentável (RDH, 1996:82-83). A necessidade duma estratégia de desenvolvimento humano torna-se cada vez mais premente porque os níveis de crescimento económico, apesar de significativos em termos relativos, são extremamente frágeis e não poderão ser sustentados nas actuais condições de políticas de intervenção dispersas.

A necessidade dum investimento massivo na formação humana

A falta de pessoal formado, uma das características de um desenvolvimento humano fraco e desequilibrado, limita o número de estratégias que podem ser delineadas e implementadas com sucesso. Contudo, esta fragilidade estrutural não obvia a necessidade de uma estratégia. O desafio é encontrar as políticas que criem espaço e incentivos necessários para libertar o potencial criativo dos recursos disponíveis, via participação na procura de soluções para os problemas sociais, porquanto todo o ser humano é um recurso. Este ponto tem de ser óbvio para todos os membros de uma sociedade.

A experiência sugere que nenhum país atravessa uma transformação estrutural da economia sem elevar os níveis básicos de educação. As bem conhecidas ligações entre instrução feminina e a fertilidade, entre educação e produtividade e entre a instrução das mães e o nível educacional dos filhos, todas explicam porque razão é assim. “A aceleração do ritmo de progresso apela a mudanças de política - e ao compromisso de longo-prazo, por parte dos líderes e da população, para perseguir os objectivos da educação universal, alfabetização e padrões mínimos de saúde. É preciso estabelecer metas nacionais, regionais, locais, da comunidade e das famílias” (RDH, 1996: 82-83).

Para que Moçambique passe para uma nova fase de desenvolvimento, isto é, duma fase de crescimento económico acelerado para uma fase de desenvolvimento humano rápido, será necessário implementar uma estratégia coerente de redução da pobreza, que assente na valorização e aproveitamento do potencial humano e o crescimento económico interligados numa matriz de objectivos, instrumentos de intervenção, avaliação e controle do progresso.

O primeiro passo na elaboração de tal estratégia é a identificação dos objectivos gerais, através de debates nacionais cujo objectivo é despoletar o potencial criativo da população. Este passo em si é já parte integrante da própria estratégia escolhida.

Uma vez identificados os objectivos gerais, os meios para alcançá-los podem ser seleccionados na base da sua relevância/potencialidade e na capacidade real do governo e da sociedade para utilizá-los como mecanismos para alargar o bem estar social.

O passo seguinte é a criação de mecanismos para a monitoração dos resultados. Tal como o estabelecimento dos objectivos, este pode também ser um processo participativo, mas não exclui a envolvente técnica que é sempre uma componente chave, porquanto é sobre ela que depende a capacidade de execução do projecto de desenvolvimento.

O papel do Estado e outras instituições

O Estado joga um papel importante no processo de desenvolvimento. A sua intervenção é optimizada ou dificultada pela existência ou não de mecanismos de participação que permitam a todas as forças sociais fazer valer os seus pontos de vista sobre as acções do estado e das forças de mercado, e influenciar a determinação de políticas de desenvolvimento mais adequadas às circunstâncias e características de cada país.

A justeza das sociedades é medida também pela maneira como as instituições acomodam os interesses de todos os intervenientes no processo de geração da riqueza. O estado assume assim o papel de medianeiro entre os interesses das classes abastadas interessadas apenas em expandir ainda mais o poder dos mercados e os dos grupos vulneráveis que precisam de mercados mais sensíveis à sua condição para melhorarem a sua qualidade de vida.

O estado estabelece portanto o equilíbrio entre os interesses destes dois grupos por vezes diametralmente opostos e na promulgação de políticas que concorram para a redução ou eliminação da privação e da injustiça.

Que perspectivas para o futuro?

Este primeiro Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano em Moçambique destaca quatro aspectos importantes. Primeiro, a natureza e causas do baixo nível de desenvolvimento humano no país. Segundo, o quanto a crise económica tem travado o progresso humano dos moçambicanos. Terceiro, o enorme esforço que o país precisa de realizar para que a recuperação económica recente não seja comprometida pelas limitações nas outras dimensões humanas. E quarto, a necessidade de se criarem e fortalecerem ligações efectivas entre o crescimento económico e o desenvolvimento humano.

No último quinquénio da década de 90 a economia tem-se revitalizado de forma encorajadora. O seu reflexo no IDH irá certamente fazer-se sentir cada vez mais, pois o IDH é um agregado nacional que exprime valores de forma indiferenciada. Seja qual for a forma de distribuição do crescimento da riqueza, não há dúvidas que Moçambique precisa dum crescimento económico forte e rápido. Isto é verdade, tanto no caso em que o crescimento beneficie apenas uma minoria, mas acima de tudo, se ele tiver que melhorar as condições da população em geral.

Este Relatório Nacional será de grande utilidade para o debate sobre o desenvolvimento em Moçambique se acabar por se transformar no primeiro de muitos outros motivados pelo espírito que animou os seus autores. Muitas das questões aqui levantadas não foram discutidas de forma exaustiva. Muitas das opiniões aqui apresentadas certamente não são partilhadas por todos os leitores, nem mesmo por todos os autores que participaram neste trabalho.

Mas por isso a própria Introdução a este Relatório foi elaborada em torno duma interrogação e não duma resposta. Se a interrogação aqui colocada e discutida motivar o debate e mais investigação em outras instâncias e oportunidades, o objectivo principal deste trabalho terá sido atingido.

Part 1

PEACE AND ECONOMIC GROWTH: OPPORTUNITIES FOR HUMAN DEVELOPMENT

Chapter 1 – The conceptual and operational framework for human development

What is human development?

The concept of “human development”, in the perspective proposed by the GHDRs, appeared for the first time in the 1990 Human Development Report (HDR), where it was defined as “the process of enlarging people’s choices” (UNDP, 1990: 10). The 1990 HDR introduced this concept by stating:

“People are the real wealth of a nation. The basic objective of development is to create an enabling environment for people to enjoy long, healthy and creative lives. This may appear to be a simple truth. But it is often forgotten in the immediate concern with the accumulation of commodities and financial wealth” (HDR, 1990: 9).

Human development, as conceived in the perspective of the GHDRs, is an important contribution to development theory. The concerns behind this concept reflect a growing frustration with the dominant development strategies of the 1970s and 1980s. This frustration is not only repeatedly debated in each of the GHDRs, but is evident in the very need to use the word “human” in this new concept of development.

As Mia Couto asks in Box 1.1: “Do we understand this term in the same way? Can we talk of a non-human development?”

Couto is right to suspect “...that this qualification responds to a kind of distortion previously practised. The simple fact that we need the adjective ‘human’ in the end points to the need to humanise development”.

Indeed, the concept of human development was motivated by a multiplicity of factors, namely: the conviction that not all economic growth led to expanding total human capacities; the confusion between means and ends in development strategy; the reduction of human development to the increase in “human capital”, conceived of in terms of the profit that people produce, rather than in valuing human life and human choices that go much further than economic well-being.

It should be stressed, however, that the GHDRs always made it clear that interest in the concept of human development is nothing new. Box 1.2 contains an extract from one of the GHDRs with a brief description of the historical roots of this concept.

It is not the purpose of this Chapter to deepen the intellectual debate about the many existing concepts of development. What we intend to stress, mainly for readers less familiar with such debates, is that the concept of human development did not appear in the 1990s by simple coincidence, or without a specific strategic reason.

Another important aspect is that, at first sight, the concept of human development may seem excessively simple for it to be regarded as more original and operational than many other

concepts of development. But the simple definition of human development given above possesses a deceptive simplicity: not only is it richer and more complex than it seems at first glance, but it also points towards important revisions in development strategies and programmes as they are currently practised.

Obviously, just as with any other concept of development, there are aspects which are extremely difficult to quantify.

But among the countless aspects of the total development of human capacities, the GHDRs singled out three that are indispensable so that individuals may expand their opportunities in life: living a longer and healthier life, being educated, and enjoying an adequate living standard.

Whatever may be the limitations of making the concept of development operational in this manner, it has proved original and effective for various purposes. First, the GHDRs recognise that the total development of human capacities involves many other choices apart from the three dimensions mentioned above, such as: political freedom, the guarantee of other human rights, dignity, self-respect and respect for others. However, the transformation of the abstract and very general concept of “human development”, into operational definitions and indicators for measuring specific dimensions of human capacities has proved very effective for the debate on development.

Box 1.2

The concept of human development: a historical perspective

Interest in the concept of human development is not new. Nor are the concerns of sustainability. Today's belated return to human development means reclaiming an old and established heritage rather than importing or implanting a new diversion.

The roots of the concept of human development can often be traced to early periods in human history and can be found in many cultures and religions. Aristotle wrote that “wealth is evidently not the good we are seeking, for it is merely useful and for the sake of something else. A similar strain was reflected in the writings of the early founders of quantitative economics (William Petty, Gregory King, Francois Quesnay, Antoine Lavoisier and Joseph Lagrange), and in the works of the pioneers of political economy (Adam Smith, Robert Malthus, Karl Marx and John Stuart Mill). When Adam Smith, that apostle of free enterprise and private initiative, showed his concern that economic development should enable a person to mix freely with others without being “ashamed to appear in public”, he was expressing a concept of poverty that went beyond counting calories - a concept that integrated the poor into the mainstream of the community....

Only during the 20th century did the social sciences become increasingly concerned with economics - and economics with wealth rather than with people, with the economy rather than with the society, with the maximisation of income rather than with the expansion of opportunities for people. Although the obsession with materialism may be recent, the preoccupation of economists and policy-makers with augmenting “national treasure” in surplus trade balances, dates back at least to the mercantilists, who preferred to concentrate on material success rather than on the development of human lives.

The dominant contemporary tradition of focusing exclusively on such variables as per capita gross national product or national wealth is a continuation - certainly an intensification - of the old opulence-oriented approach. And it is this low road of regarding humanity as an instrument of production - rather than the high road of acknowledging the universality of life claims - that fits well with the reputation of economics as a “dismal science”.

Source: HDR, 1994: 14

Secondly, the specific indices derived from the concept of human development have made it possible to challenge conventional ideas about development. One of the main purposes of the

GHDRs has been to provide an alternative to the traditional economic concepts used in analyses of development. Among the ideas most discussed and questioned in the GHDRs, there stand out: (i) the reductionist approach which assumes that the linkage between economic growth and human development is automatic; and (ii) the approach which argues that, in the initial phase of economic growth, deterioration in the distribution of income is inevitable. That is, that the benefits of reviving the economy only reach the hands of a rich minority (HDR, 1990, 1996).

What is sustainable human development?

Human development is the noblest goal of all forms of development: economic, political, social and cultural. Its purpose is what people are capable of being and doing.

What is their life expectancy? Do they have a healthy life? Are they able to read, write and increase their knowledge in order to benefit from the enormous scientific and technical progress in today's world? Under what conditions do they live?

Do they have the financial and material resources for an acceptable life? Do they live in peace, and are they free from personal and political threats? Do the institutions and authorities of society guarantee respect for the dignity of the individual, including for his or her political, religious and moral opinions and choices?

Even if the response to the questions posed here is positive, it is important that the process of expanding individuals' choices does not undermine the possibility of future generations also satisfying their needs and longings.

This is why in recent years there has been such insistence that human development must be sustainable. As James Gustave Speth, the UNDP Administrator, writes in the Foreword to the 1994 HDR:

"Sustainable human development is development that not only generates economic growth, but distributes its benefits equitably; that regenerates the environment rather than destroying it; that empowers people, rather than marginalising them. It is development that gives priority to the poor, enlarging their choices and opportunities, and providing for their participation in decisions that affect their lives. It is development that is pro-people, pro-nature, pro-jobs, and pro-pro-women." (HDR, 1994: iii)

What measures of human development have already been established?

The first HDR, published in 1990, proposed an index that would give a general measure of human development: this came to be known as the Human Development Index (HDI).

This index contains three basic components: longevity, educational level, and living standards. These three human dimensions are expressed, for the purposes of measurement, by the following variables: the index of life expectancy at birth; the educational index, measured by a combination of adult literacy and the rate of attendance in primary, secondary and higher education taken together; and standard of life, as measured by real per capita GDP (converted to dollars using purchasing power parities - PPP).

Apart from an aggregate and general measure of human development in any given country, the HDI makes it possible to place each country in a global perspective. In the GHDRs, countries throughout the world are classified into three groups:

- Countries with low human development (HDI lower than 0.500);

- Countries with medium human development (HDI between 0.500 and 0.799):
- Countries with high human development (HDI equal to or higher than 0.800).

Since the concept of human development is much broader than the HDI shows, the GHDRs have been constructing more specific and disaggregated indices, and the following should be mentioned:

GDI – Gender-related Development Index

The GDI was introduced in the 1995 HDR. This index uses the same variables as the HDI, with just the following difference: the GDI adjusts the average achievement of each country in terms of life expectancy, educational level and income, in accordance with the disparity in the achievements of women and of men. The greater the disparity in basic human development, the lower will be the GDI of a country, compared with its HDI (HDR 1997: 124).

Box 1.3

A primer on the Human Development Index

Why do we need a human development index?

Because national progress tends otherwise to be measured by GNP alone. Many people have looked for a better, more comprehensive socio-economic measure. The human development index is a contribution to this search.

What does the HDI include?

The HDI is a composite of three basic components of human development: longevity, knowledge and standard of living. Longevity is measured by life expectancy. Knowledge is measured by a combination of adult literacy (two thirds weight) and mean years of schooling (one third weight). Standard of living is measured by purchasing power, based on real GDP per capita adjusted for the local cost of living (purchasing power parity, or PPP).

Why only three components?

The ideal would be to reflect all aspects of human experience. Lack of data imposes some limits on this, and more indicators could perhaps be added as the information becomes available. But more indicators would not necessarily be better. Some might overlap with existing indicators: infant mortality, for example, is already reflected in life expectancy. And adding more variables could confuse the picture and detract from the main trends.(...)

Is it not misleading to talk of a single HDI for a country with great inequality?

National averages can conceal much. The best solution would be to create separate HDIs for the most significant groups: by gender, for example, or by income group, geographical region, race or ethnic group. Separate HDIs would reveal a more detailed profile of human deprivation in each country, and disaggregated HDIs are already being attempted for countries with sufficient data.

How can the HDI be used?

The HDI offers an alternative to GNP for measuring the relative socio-economic progress of nations. It enables people and their governments to evaluate progress over time - and to determine priorities for policy intervention. It also permits instructive comparisons of the experiences in different countries.

Source: HDR, 1994: 91

Table 1.1

HDI, GDI, HPI-1, HPI-2 : same components, different measurements

	Longevity	Knowledge	Decent standard of living	Participation or exclusion
HDI	Life expectancy at birth	1. Adult literacy rate 2. Gross enrolment ratio	Adjusted per capita income in PPP \$	
GDI	Female and male life expectancy at birth	1. Female and male adult literacy rate 2. Female and male combined enrolment ratio	Female and male earned income share	
HPI-1	Percentage of people not expected to survive to age 40	Illiteracy rate	Deprivation in economic provisioning, measured by: 1. Percentage of people without access to water and health services 2. Percentage of underweight children under five	
HPI-2	Percentage of people not expected to survive to age 50	Functional illiteracy rate ^a	Percentage of people living below the poverty line income (50% of median disposable income)	Long-term unemployment (one year or more)

^a Based on level 3 of the aptitude for reading prose, according to the results of the OECD's International Adult Literacy Survey.

Source: Human Development Report, 1998-19. For a detailed explanation of the methodology used in the HDI, GDI, GEM and HPI, see the technical notes in the GHDRs of 1994, 1995, 1997 and 1998.

GEM - Gender Empowerment Measure

The GEM, also introduced in the 1995 HDR, measures the inequality between the sexes in key areas of economic and political participation and decision making. The GEM uses variables constructed explicitly to measure the relative acquisition of power by men and women in political and economic activity. In particular, this measure takes into account the percentage of women in parliament, women's percentage of administrative and managerial positions, their percentage shares of professional and technical jobs, as well women's income when compared to that of men. Unlike the GDI, the GEM reveals inequalities in terms of opportunities in selected areas.

HPI - Human poverty index

The HPI was introduced in the 1997 HDR, and it includes, in a composite measure, several characteristics of deprivation in order to reach an overall judgement about the extent of poverty in any given community.

The HPI concentrates on deprivation in three essential areas of human life, already reflected in the HDI: longevity, knowledge and a decent standard of living. The first deprivation concerns survival - vulnerability to death at a relatively early age. The second concerns knowledge - being excluded from the world of reading and communication. The third concerns a decent living standard in terms of overall economic provisioning. The

recently published 1998 HDR, subdivided the HPI into two indices: HPI-1, used to measure poverty in developing countries, and HPI-2 used to measure poverty in developed countries.

All these indices, some of which are still being elaborated and improved, have provided new possibilities for deeper study of the human development situation, both in terms of enlarging the choices and capacities of individuals, and in terms of deprivation: such as poverty, precarious health conditions, illiteracy, a damaged environment, among many others.

Furthermore, the GHDRs also use other instruments to characterise human development. For example, each report contains an exhaustive statistical appendix, with more than 50 statistical tables on the scale of progress and deprivation in the world. Both the global indices and the statistical data are extremely useful for international comparison of the similarities and differences between countries.

Box 1.4

What do the GHDRs contain?

In 1990 the UNDP published its first Human Development Report. This report presented the new vision of development, putting people at the centre of the debate. The 1990 HDR defined human development as a process of enlarging people's choices, and made the concept of human development operational through the "human development index" (HDI). Its main message was that economic growth should be seen as a means and not as an end in itself.

The 1991 HDR emphasised and discussed the question of investment expenditure, with particular stress on social priorities (productive basic needs).

The 1992 HDR debated inequality in international relations, while the 1993 HDR discussed the question of participation.

The 1994 HDR presented a new concept of human security - this is a concept that concentrates on the security of people in their homes, in their jobs, in their communities and in their environment.

The 1995 HDR concentrated on questions of gender and human development, and concluded that there had been progress in improving women's skills, but that opportunities for women remained limited.

The 1996 HDR explored the complex relationship between economic growth and human development, concluding that: "Economic growth and human development go together in the long term, but there is no automatic link - a simple, but frequently forgotten fact". The Report noted that the evidence "shows that the linkages between economic growth and human development have failed in too many countries for too many people, and argues that neither economic growth nor advances in human development are sustainable without the other".

The 1997 HDR debated the theme of deprivation in human development, including the proposal of a measure of human development in the perspective of deprivation - poverty as a negation of choice and of opportunities to lead an acceptable life. "Eradicating poverty everywhere is more than a moral imperative - it is a real possibility". That is the most important message from this report.

The 1998 HDR discusses the challenges that all persons and all countries face: to forge consumption patterns that take into account the environment, social equity, the importance of satisfying basic needs, and of protecting the health and safety of all people.

Source: HDR, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997 1998.

How to measure human development through the HDI

The Human Development Index (HDI) does not seek merely to make it possible to classify the countries of the world according to the typology created by the GHDRs: high, medium and low human development.

The HDI is, above all, an instrument undergoing continual transformation, which can be used to reveal the progress and the gaps in countries' development processes and policies. The importance of the HDI lies in its use of the living conditions of human beings as the barometer to measure their prosperity. It should therefore be at the heart of debating and programming development activities.

The HDI is an inclusive methodology for measuring progress which attempts to go beyond the routine of the traditional macro-economic indicators used in the past. It combines two measures of physical and educational capacity, with one indicator of purchasing power, measured through average per capita income. For purposes of measurement, the HDI includes these three human dimensions into an index composed of the following variables:

- Life expectancy at birth;
- Adult literacy;
- Gross school enrolment rate;
- Real per capita Gross Domestic Product (GDP).

Table 1.2 shows how to calculate the HDI, taking the specific example of the Mozambican HDI in 1994 and 1995. These are the two most recent years for which the GHDRs have estimated the HDI of Mozambique (HDR, 1997, 1998).

The four variables which comprise the HDI are measured in different units: life expectancy in years of life; adult literacy and gross school enrolment rate in percentages; and income in dollars adjusted to purchasing power. To combine these indicators, the various values of each variable are placed on a scale from zero to one, where zero is the minimum and one the maximum.

For the four HDI variables, minimum and maximum values have also been established: life expectancy at birth (25 years and 85 years); adult literacy, with two-thirds weight (0% and 100%) and combined gross enrolment ratio, with one third weight (0% and 100%); real GDP per capita in PPP\$ (100 and 40,000 PPP\$).

For each component of the HDI, the individual index is computed according to the general formula:

Basic Data	1994	1995
Life expectancy at birth	40.6 yrs	46.3 yrs
Adult literacy rate	39.5%	40.1%
Joint gross enrolment rate	25%	25%
Real per capita GDP (PPP dollars)	986	959
Calculating the index in 1994		
Life expectancy index		
$\frac{46 - 25}{85 - 25} = 0.35$	0.35	0.35
Education index	0.35	0.35
a) Adult literacy index		
$\frac{39.5 - 0}{100 - 0} = 0.395$		
b) Index of gross enrolment in primary secondary and tertiary levels		
$\frac{25 - 0}{100 - 0} = 0.25$		
c) Educational index		
$\frac{(2 \times 0.395) + 0.25}{3} = \frac{1.04}{3} = 0.35$		
Real adjusted per capita GDP index (PPPS)		
$\frac{986 - 100}{6154 - 100} = 0.146$	0.146	0.14
Human Development Index		
$\frac{(0.35 + 0.347 + 0.146)}{3} = \frac{0.843}{3} = 0.281$	0.281	0.281

Source: HDR, 1997, 1998.

$$\text{Index} = \frac{\text{Actual } x_i \text{ value} - \text{Minimum } x_i \text{ value}}{\text{Maximum } x_i \text{ value} - \text{Minimum } x_i \text{ value}}$$

Thus, when considering life expectancy at birth in Mozambique, which was 46.0 years in 1995, then, as table 1.2 shows, the life expectancy index for this year is estimated at 0.350:

$$\text{Life expectancy index} = \frac{46 - 25}{85 - 25} = 0,35$$

The construction of the income index is more complex than that of the other two indices. The real GDP index is first adjusted in accordance with a threshold determined by the world average income. This is the threshold regarded as indispensable for people to attain a decent living standard. The 1998 HDR estimates average world income in 1995 at US\$ 5,990 (PPP\$). Any income above this threshold is discounted using Atkinson's formula for the utility of income:

$$\begin{aligned} W(y) &= y^* \text{ for } 0 < y < y^* \\ &= y^* + 2[(y - y^*)^{1/2}] \text{ for } y^* < y < 2y^* \\ &= y^* + 2(y^*^{1/2}) + 3[(y - 2y^*)^{1/3}] \text{ for } 2y^* < y < 3y^* \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} W(y) &= \text{adjusted per capita income} \\ y^* &= \text{threshold of per capita income} \\ y &= \text{country's actual income} \end{aligned}$$

In the case of Mozambique, the 1998 HDR estimated the 1995 real per capita GDP at 959 dollars (PPP\$). This sum is below the threshold mentioned above, and thus does not need adjustment. Calculating the per capita adjusted real GDP is undertaken as shown in table 1.2.

Finally, the HDI is estimated as a simple average of the life expectancy index, the educational index, and the per capita adjusted real GDP index (in PPP\$). The sum of these three indices is divided by three.

Table 1.2 shows that Mozambique's HDI was estimated at 0.281 in both 1994 and 1995.

In Chapter 2 we return to these calculations in order to present them in the context of estimating the HDI for the period 1996 to 1998.

It is also important to mention that all the GHDRs contain detailed technical notes which explain the properties of the HDI and how it is calculated. Between 1990 and 1994, the HDI underwent successive modifications, in response to pertinent observations. But as from the 1994 HDR, the HDI methodology has been standardised in order to make this index more precise, and to make it easier to describe its evolution over time (HDR, 1994: 90-95).

For human development research inside the country

National statistics synthesise the diversity and complexity of the country's specific situation. Such a synthesis is useful because starting from simplified and aggregate measures, such as the GDP or HDI, it is possible to compare the countries of the world in terms of the distance they have to go to reach certain growth and development targets.

However, many of the national indicators inevitably hide important differences and disparities within a country: between provinces, or rural and urban areas; between sexes, ethnic groups, races, and social groups.

So that the national aggregates may be of greater use in formulating specific policies and action plans, it will be necessary to bring the reflection in from the international and national levels, and down to more disaggregated levels of the breakdown of the population, by, for instance, the main regions of the country, the provinces and the districts.

In the Introduction it was stated that this first report does not intend to undertake a disaggregated analysis of the human development situation within Mozambique. Several reasons justify this choice. First, this report intends merely to set the agenda for a systematic and gradually more detailed debate on human development in the country. Rather than trying to discuss badly all dimensions of human development, it was decided to take an important question and debate it as well as possible.

The theme chosen for this report can and should be debated in its implications for the country's regions. But it is justifiable that at an initial stage it be approached in this general perspective we are following, since the major aspects discussed here are relevant to all regions of the country. Secondly, the indices described in this chapter certainly make it clear that an analysis broken down by region, province or district requires two important things.

First, it requires up-to-date and trustworthy data. And second, it requires appropriate methodologies for calculating specific human development indices. Right now, the existing methodologies only allow tentative and partial estimates.

Map of Mozambique



Chapter 2 – The general human development situation in Mozambique

This chapter provides a brief description of the human development situation in Mozambique. First it gives some of the basic facts about the country and its population. This information seeks merely to set the context for the human development situation in Mozambique. Secondly, it describes the human development situation of Mozambique in the world generally, and particularly in southern Africa and sub-Saharan Africa. Thirdly, it presents the evolution of the levels and trends in the Human Development Index (HDI) over time, between 1960 and the present, including an estimate for the HDI between 1996 and 1998.

The country and its population

Mozambique is located in south-eastern Africa between parallel 10 degrees 27' North and 26 degrees 52' South, and between meridian 30 degrees 12' East and 40 degrees 51' West. Covering a surface area of 799,380 square kilometres, it borders Tanzania to the north, Malawi, Zambia, Zimbabwe and South Africa to the west, and Swaziland and South Africa to the south-west and south. To the east, the country is washed by the Indian Ocean along a coastline that extends for 2,515 kilometres.

Within Mozambique, three types of landscape can be distinguished. The southern coastal plains, which rise to about 200 metres above sea level, cover about 44% of the territory. The plateaux, between 200 and 1,000 metres above sea level, cover about 43 per cent of the territory, mainly in the centre and north. The great plateaux and mountain ranges, over 1,000 metres above sea level, are in the interior and cover about 13% of the territory.

Mozambique's water resources include more than 60 rivers, lakes and lagoons. The climate is predominantly tropical, with three main sub-climates: a humid tropical climate in the north, centre, and southern coastal areas; a dry tropical climate in the south and the Zambezi valley; and a high altitude tropical climate in the interior mountain regions. The country's flora is mainly of the dense, open forest and savanna types (INE, 1996, 1998b).

Evolution and size of the population

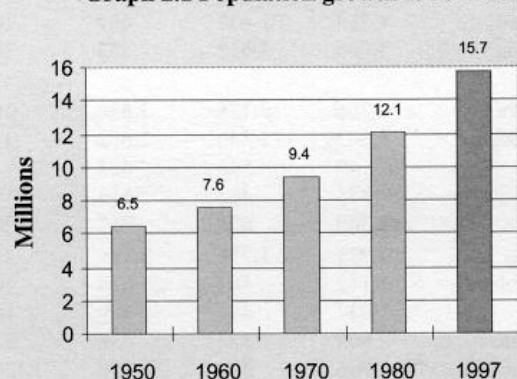
The available national demographic data enable us to describe the historical evolution, at least in the second half of the 20th century. In 1950, the Mozambican population was about 6.5 million. From then on the population has grown at an accelerated pace, reaching 7.6 million in 1960, 9.4 million in 1970, 12.1 million in 1980, and 14.2 million in 1991 (see Table 2.1 and graph 2.1).

Table 2.1
Evolution of the total population by gender, and growth rate, 1950-1991.

Year	Population (thousands)			Growth rate (%)
	Total	Men	Women	
1950	6 465.5	3 130.7	3 334.8	-
1955	6 953.7	3 368.6	3 585.1	1.5
1960	7 593.3	3 682.7	3 912.6	1.8
1965	8 406.8	4 080.8	4 326.0	2.0
1970	9 407.7	4 572.2	4 835.5	2.3
1975	10 627.3	5 170.9	5 456.4	2.4
1980	12 130.0	5 908.5	6 221.5	2.7
1991	14 419.9	6 976.9	7 443.0	2.6*

* Natural growth rate
Source: INE, 1997: 7

Graph 2.1 Population growth 1950-1997



Source: INE, 1997: 8

Table 2.1 shows that between 1950 and 1991 the population growth rate rose from 1.5% per year in 1950-1955 to 1.8% in 1960, 2.3% in 1970, 2.7% in 1980, and 2.6% in 1991. This means that at the start of the 1980s, the population growth rate reached its highest level of the past five decades, and probably of the entire 20th century (INE, 1997: 7).

This evolution of the size of the Mozambican population shows that it doubled between 1950 and the late 1980s. Furthermore, Mozambique is currently the third most populous country in southern Africa. The first is South Africa with 40.6 million inhabitants, followed by Tanzania with 29.2 million (UNDP, 1997: 194-195).

Until the end of 1997, it was estimated that, in the 1996-98 period, the Mozambican population was somewhere between 18 and 19 million. However, the publication of the preliminary results from the 1997 census, gave the counted population of Mozambique in 1997 as 15.7 million (See Table 2.2).

If we take into consideration the rate of census omission, estimated at 5.1%, the adjusted population for 1996, 1997 and 1998 is 16.2, 16.5 and 16.9 million, respectively (INE, 1998).

The data in table 2.1 and Map 2.1 also show how the population is distributed, in terms of density. The average in the country as a whole is 20 inhabitants per square kilometre. But the density varies greatly, from Maputo City, with the highest population density, of more than 3,000 inhabitants per square kilometre, to Niassa province, with the lowest, of just six inhabitants per square kilometre (Map 2.1).

The reference to the discrepancy between the data available up until the end of 1997, and the data provided by the 1997 Census is important, since many of the analyses in current use are still based on the former. These estimates rested on projections from the data in the 1980 Census and the National Demographic Survey of 1991 (INE, 1995).

As with all estimates based on projections, the results obtained depend mainly on assumptions about the behaviour of the main components of demographic change, namely fertility, mortality and migration.

As the data from the 1997 census become available, so it will be possible to update and correct existing estimates for a wide range of

Map 2.1 Population Density 1997



Source: INE, 1997: 13

Table 2.2

Population counted by gender and population density, broken down by province and region, 1997 Census.

Region/ Province	Population (thousands)			Density (Hab/ sq.km)
	Total	Men	Women	
Total	15,740	7,451	8,289	20
North	5,113	2,499	2,614	17
Niassa	764	370	394	6
C. Delgado	1,284	617	667	16
Nampula	3,065	1,512	1,553	38
Centre	6,706	3,176	3,530	20
Zambezia	3,202	1,540	1,662	31
Tete	1,149	546	603	11
Manica	975	462	513	16
Sofala	1,380	628	752	20
South	3,921	1,776	2,145	23
Inhambane	1,112	484	628	16
Gaza	1,034	445	589	14
Maputo P.	809	377	432	31
Maputo City	966	470	496	3,220

Source: INE, 1997

demographic, social and economic factors, such as: per capita income, growth of the school age population, health service needs, and the labour force, among others.

Later we shall return to this point to mention an aspect that is particularly important for this work, concerning the current estimate of per capita Gross Domestic Product (GDP) in Mozambique.

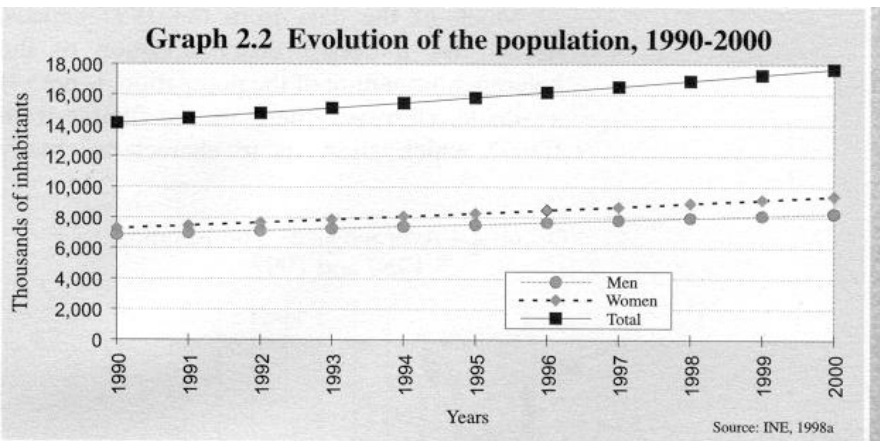
But it is important to note that the rapid population growth mentioned above arises from the different trends in birth rates and death rates in the second half of the 20th century.

During the 1950s and 1960s the birth rate remained relatively constant at high levels, of around 49 births per 1,000 inhabitants. This rate has undergone slight alterations, falling to 48 per 1,000 in 1970, 47 per 1,000 in 1980, and 45 per 1,000 in 1990. For its part, the death rate has undergone a significant decline over the same period. In 1950 there were 32 deaths per 1,000 inhabitants, but this fell to 20 per 1,000 in 1990. The sharpest fall in mortality, particularly infant mortality, occurred in the first five years of independence (1975-1980), as a result of improved health, education and housing conditions.

Currently we do not as yet possess the detailed data from the 1997 census needed to estimate updated rates for natural population growth and total population growth.

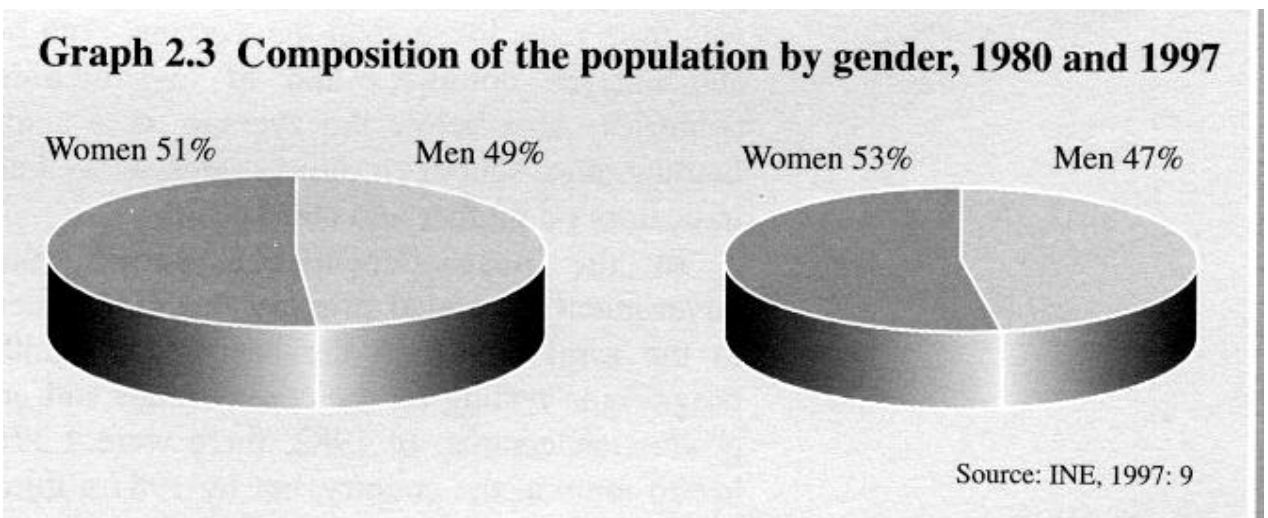
However, the statistical appendix presents a series of tables with annual estimates and projections of the population, corrected on

the basis of the preliminary data from the 1997 census. These data are summarised in Graph 2.2.



Composition of the population

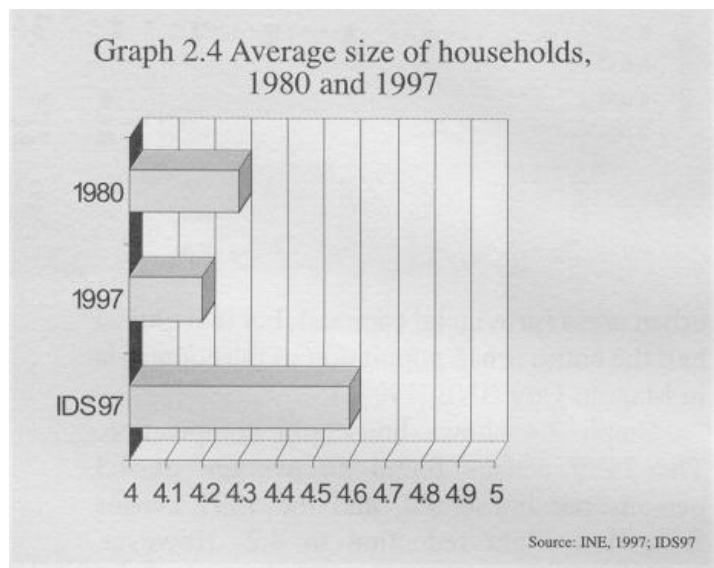
Women account for the majority of the Mozambican population. Graph 2.3 shows that in 1980, 51% of the population were women, and that by 1997 this figure had risen to 53% (INE, 1997: 9).



The historic evolution of the birth rate has led to a very young population structure, characterised by a very broad base, and a narrowing at the top. In 1990, those less than 15 years old amounted to 45.6% of the population; adults (aged 15 to 64) were 51.9%; and the elderly (over 64) accounted for 2.5%.

The Mozambican population is very heterogenous, due to a variety of factors: the geographical position of Mozambique; the political history of traditional, colonial and post-independence society; the differentiated insertion of the Mozambican economy into the regional and international economy.

The Mozambican population is predominantly rural. The IDS97 data show that 58% of the women interviewed are under 30, 24% are urban and 76% are rural. The pattern of urbanisation shown by IDS97 is consistent with other surveys, showing that 23% of the Mozambican population is currently living in urban areas (provincial capitals), but that



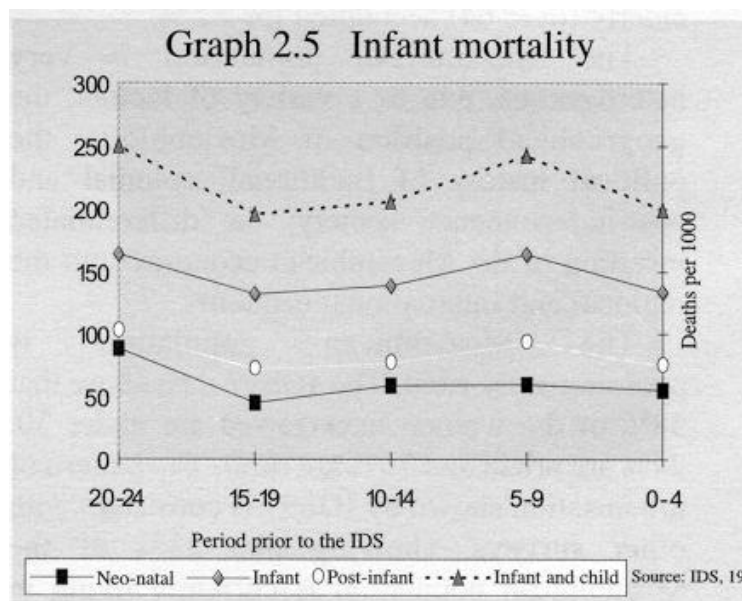
almost half the entire urban population of the country is in Maputo City (INE, 1998c).

Graph 2.4 shows household composition. The 1980 census found an average of 4.3 persons per household, and the 1997 census showed a slight reduction to 4.2. However, IDS97 gave an average household size of 4.6 persons. This difference has not yet been explained, but it seems to be statistically insignificant. There are important methodological differences to be considered, since the IDS97 data derive from a sample designed differently from the data collection methods used in national censuses (for more details on average household size by province, see the statistical appendix).

According to IDS97, more than 70% of households are headed by men. About 12% of children do not live with their biological parents (INE, 1998c).

The most spoken mother tongue is Emakua, covering about a third of the population, followed by Cisena and similar languages with a quarter, Xitsonga with a fifth, and Xitswa with an eighth. About 5% of women and men declared that Portuguese was their mother tongue.

Much of the data from the 1997 census, needed for a deeper characterisation of the heterogenous nature of the population, is not yet available. However, there are the figures from IDS97 which allow us to characterise many aspects of living conditions, cultural, linguistic and religious diversity, and the reproductive behaviour of the population. The



statistical appendix includes several tables with data from IDS97 on education, health and other living conditions of the population (INE, 1998c).

Survival and reproduction

In the mid-1990s Mozambicans' life expectancy was four years lower than the average, both of sub-Saharan countries and of low income countries. Also below the average were adult literacy rates, school enrolment rates, as well as indicators on mother and child health.

In the post-independence period, the government expanded primary health services to the rural areas, on the basis of a health programme resting on the communities and on production centres. In 1982, there were 1,373 health units in the country, but by 1987 a third of these units had been destroyed or closed (INE, 1996).

With peace, the situation improved. In 1995 about 1,300 health units were operational. However, even if this figure is an underestimate, and even had a total recovery of the health network to the level of the early 1980s been achieved, per capita health coverage would still have declined considerably as a result of the growth in the need for health care.

About 39% of the population has access to health services, although there are significant variations. In 1996 there was an average of 24,561 inhabitants per health post, 76,338 inhabitants per health centre, and 667,961 inhabitants for each rural hospital. In terms of the availability of health staff, it was estimated that in 1996 there was one health worker with higher training available for each 39,362 inhabitants, and one health worker with basic training for each 4,505 inhabitants (INE, 1998c).

Longevity, measured as life expectancy at birth, is currently estimated at 46 years for the population as a whole. This breaks down into 47.5 years for women and 44.5 for men. Other indicators of mortality remain very high: the gross mortality rate is estimated at 18.6 per 1,000 inhabitants; the infant mortality rate, estimated by IDS97, is 134 per 1,000 live births; the maternal mortality rate is estimated at 1,500 per 100,000 births. AIDS is becoming an increasingly serious problem, in that currently about 10% of adults are thought to be HIV-positive (INE, 1998c).

As for other aspects of living conditions, IDS97 contains updated figures on housing, showing that the majority of the population are without essential services, including electricity and sanitation. According to IDS97, only about 6.5% of the population has access to electricity. In residential terms, only 25% of homes in urban areas, and 2% in the countryside had electricity. However, this was a 21% improvement on the figures for 1980.

Health conditions are very precarious: 49% of households are supplied with water from public wells, 30% from surface water sources, 20% have piped water supplies, and less than 1% use rain water. Only 20% of households have access to potable water. This breaks down into 8% of households in the countryside and 70% of households in the urban areas. Only 3% of households have access to appropriate waste disposal.

As for the birth rate, fertility and reproduction, the gross birth rate estimated by IDS97 is 45.2 per 1,000 inhabitants. The global fertility rate for the period 1992-1997 is 5.8 children per woman.

The most recent data on fertility show a decline when compared with fertility two or three decades ago: the 1980 census estimated the global fertility rate at 6.4, and the 1991 National Demographic Survey estimated it at 6.2.

However, data in the IDS itself suggest that the current fertility rate has remained virtually constant or has undergone only a slight decline. Only more detailed data from the 1997 census

can establish whether, over the last two decades, Mozambique has experienced a reduction in fertility.

Graph 2.6 shows, however, that fertility levels vary greatly between provinces. Manica and Tete provinces have the highest global fertility rates, 7.6 and 7.0 children per woman respectively, while Maputo City has the lowest global fertility rate, 4.0 children per woman (INE, 1998c).

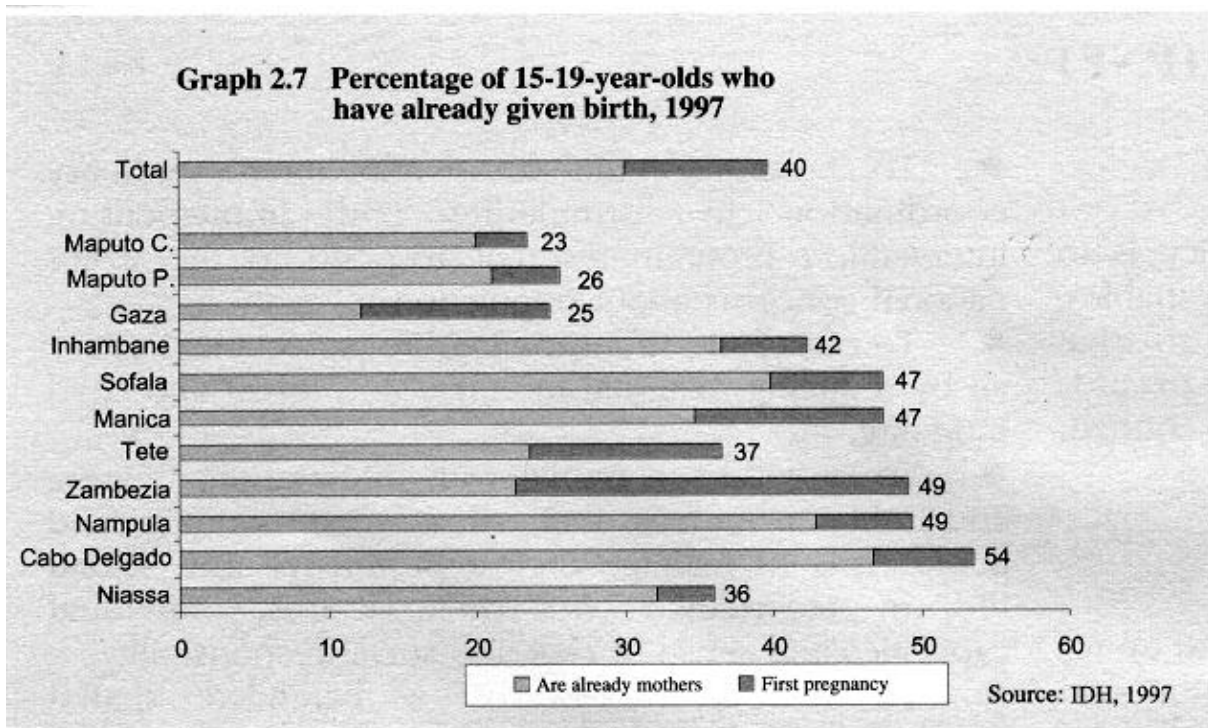
More than 40% of women want six or more children. The average ideal number of children for women is 5.9, as against 7.4 for men.

These figures are relatively higher when women or men are living together or are married. In the specific case of men in polygamous unions, the average ideal number is 10.6 children per man.

The average age for the start of procreation is 19, and this is identical in urban areas (18.9 years) and rural ones (19.1 years). Married women living with their husbands, who account for 74% of all women of reproductive age, have an average of four children per woman, of whom three are currently alive. The average number of children of women who have completed their reproductive life is 5.7, of whom 4.1 are still alive.

In Mozambique, knowledge of modern contraceptive methods remains very low: about 40% of women and 33% of men do not know of a single modern contraceptive method.

The use of contraceptives is higher among married men than women: 7% against 5% for modern methods; 3% against 0.5% for traditional methods (INE, 1998c).



Box 2.1**Draft National Population Policy (PNP)****The purpose of the PNP**

The purpose of the National Population Policy is to influence the determinants of demographic variables, namely mortality, fertility and migration, so that population trends and dynamics may contribute towards harmonious economic growth and the human development of the Mozambican population.

Aims of the National Population Policy

1. To ensure the availability of trustworthy and up-to-date information about the population situation and human development in the country, thus providing an adequate basis for formulating, implementing and assessing policies and actions at various levels and sectors.
2. To promote the systematic integration of population factors in all other policies and programmes that seek to ensure improvements in the quality of life, particularly for the country's poorest provinces.
3. To promote multi-sector and interdisciplinary coordination in formulating and implementing intervention programmes that respond to the major national concerns about population.
4. To contribute to improving life expectancy, above all by reducing maternal mortality and infant and child mortality.
5. To provide the public with information, training and other resources that allow men, women and adolescents to manage their reproductive and sexual life, in accordance with their desires, individual capacities and sense of civil and social responsibility.
6. To contribute towards a balanced spatial distribution of the population that makes it possible to reduce rural/urban migration, stimulates balanced urbanisation, as well as the appropriate use of natural resources to attain a more equitable and sustainable economic and regional development.

Source: Extract from the document presented to the National Conference on Population, July 1998.

Education and human development

At the start of the 1990s, the differences in schooling between the sexes remained clear and sharp: a little more than 20% of women, but more than half of men, knew how to read.

This imbalance between the sexes reflects the trend in school attendance rates. In 1990, about 1.3 million children enrolled in the first level of primary education. This figure increased to 1.4 million in 1995, as a result of the re-establishment of peace.

But the proportion of girls dropped slightly from 43% in 1990 to 42% in 1995. These facts were associated with a substantial decline in the gross rate of female entry into school.

Compared with the indices of sub-Saharan Africa and of countries with a similar income, school attendance rates in Mozambique are low for both sexes.

This profile presents a change in comparison with the first years of independence, when the new government made spectacular improvements in entry levels for primary and secondary education. These successes were reversed by the war, which destroyed, or forced the closure, of thousands of schools.

As from 1975, education came to be viewed as the priority axis for post-independence development programmes in Mozambique.

Between 1975 and 1982, the concept of education as a fundamental component of the programmes for developing society was characterised by the priority granted to basic, technical and professional education, and adult literacy classes. The political basis of the

philosophy of the educational system preceding the National Education System are to be found in the nationalist struggle. This system had a “national character”, and its aim was to respond to the specific needs to train up human resources to serve a particular political model.

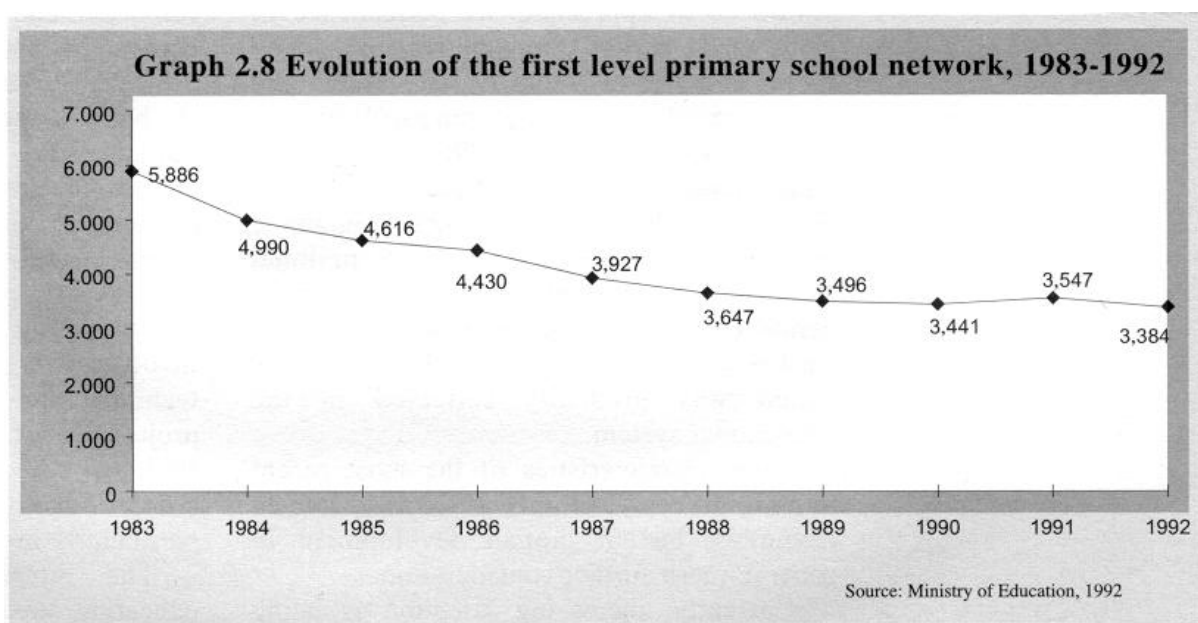
With independence in 1995, the political will was consolidated and systematised around Marxist-Leninist theory, in terms of the organisation of the state, the economy and society.

But what was most relevant in this systematisation was the Prospective Indicative Plan (PPI), which envisaged the elimination of underdevelopment in 10 years.

In general, analysis of the results of the PPI and of the new administrative organisation is negative. Some argue that a lack of tact and of understanding the importance of cultural factors led to the failure of these two strategies. Others stress the “uniformity” that the consolidation of independence implied, and also the adoption of strategies in a situation of conflict in the region.

In quantitative terms, the results of this period were exceptional. The explosive increase in school entries, the expansion of the school network, and above all the creation of training centres for primary teachers, showed the quantitative success of the projects (see the tables in the statistical appendix).

Between 1983 and 1989, the main successes in implementing the National Education System



(SNE1) were related to establishing, organising, and improving the operations of the bodies that design, implement and assess the teaching-learning process on the one hand, and assessment of the performance of the direct agents in the schools, on the other.

The major challenge facing the SNE1 was providing jobs for school graduates. Until 1987, the state still had some capacity to absorb the graduates.

The introduction of the Economic Recovery Programme (PRE) in 1987 had two serious impacts: internal mobility of labour, as trained staff flowed away from education into the private sector and to international and non-governmental organisations, and the inability to place teachers in the provinces with poor school graduation rates. Attempts to correct this situation were only launched as from 1990, but took on clearer shape as from the Programme of 1995.

The second major challenge of this period was to recover the infrastructure destroyed by the war, and which had an impact on training capacity. As from 1985/86 the school network had been drastically reduced.

The third challenge was the acceptance of the need for impact assessment in the Ministry of Education, more specifically in the area of planning and curriculum development in order to evaluate the efficiency and effectiveness of the system. This assessment showed that there were some imbalances within the system.

The first concerned the incompatibility between the SNE and the plan for developing human resources: the two seemed to be out of sync.

The second concerned the programmatic content which was structurally and culturally out of tune with the cultural context of the target public. Although the evaluation of the programmatic content recognised the merit of the work undertaken since 1976, it is legitimate to question the epistemological basis of the body responsible for training teachers and other educational staff, namely the “Staff Training Commission” which formed part of the Textbook Development Commission.

The effects of peace

The 1990-1994 period was important in education for three reasons:

- This was the period of the end of the war, starting with the negotiations which led to the General Peace Agreement in October 1992. The negotiations which produced the peace agreement had their real beginnings much earlier. These included the Nkomati Non-Aggression Accord between Mozambique and South Africa, and the initiatives of Mozambican religious institutions with the government and with Renamo which led to the peace negotiations in Rome.
- There were internal changes in the Frelimo Party which led to enormous transformations such as the amendment of the Constitution, completed in 1990; the Law on Political Parties of 1991; the 1991 press law; the reform of the law on the National Education System in 1992; and the 1993 Law on Higher Education. (Machili, 1995: 395).
- It was during this period that that first multi-party elections were held.

The relationship between this period and the preceding ones, concerning the training of human resources is fundamental, since it allows us to appreciate the permanence of gains made earlier, the ruptures implied by these events, to identify successes and limitations of the period starting in 1995.

Finally, the years 1995-1998 are a “transitional” period, first because it was in these years that an educational programme was implemented as part of a national reconstruction strategy. Secondly, this was a period of transforming political institutions, particularly in the way that they operated, which was gradually reflected in the educational system.

Some characteristics of the most recent training process, not only in terms of human resources, but of human development in general, merit further consideration.

Currently, increasing attention is being paid to improving basic education, which is the backbone of the entire educational system. The plan places not only the rebuilding of infrastructure, but also the restructuring of teacher training at the heart of its performance.

Curriculum reform is taken as a reference point to attain quality of education. The starting point is primary education.

Long term planning in the Ministry of Education has taken shape in the Strategic Plan, preceded by a deep analysis of the National Education Policy.

The expansion of the school network in the districts, particularly EP2 (second level primary education), seeks gradually to reduce exclusion from access which is due, among other factors, to lack of accommodation in the boarding schools. What makes the transition programme attractive is the recognition of cultural diversity which it is intended to introduce in the design of programmatic content, something that was previously neglected because of the uniformity and other idiosyncratic dictates of the political regime (Mazula, 1996: 139).¹

The programme's philosophy presents some specific characteristics that are important to bear in mind: the recognition of cultural ecosystems as the space and condition for the development of human resources; and the relationship between these ecosystems and the viability of development projects. This switch in direction is beginning to have a positive impact on changing attitudes. The main reference is no longer simply ensuring a return on financial investments, but also the gestation time for a process that produces quality effects.² Identifying priorities in planning and implementing the education programme involves two poles: primary education, and technical and professional education. The projections of these two types indicate the scale of the needs. Failure here could compromise the development process, particularly in the countryside.

The interdisciplinary nature of the education strategy is shown in the ongoing debate on the Strategic Plan, the National Education Policy, and the Curriculum Revision Programme. These indicate that the education being provided requires a change in attitudes (Chissano, 1997: 4) which will flow from the structure of the curriculum.

In the past three years of implementation, there have already emerged at least some indicators of an interdisciplinary nature. However, the level of education is beginning to be questioned from three angles.

First is the question of its social function in the current conditions of Mozambican development.

While it is necessary to ensure quality in accordance with international standards, the question posed is whether, under the circumstances of the country, one cannot advance gradually to a sustainable and integrated territorial network.

The second point is making the institutions yield a return, despite the serious budgetary limitations of public institutions. Third is the profile of the institutions and their strict complementarity with the lower levels of the National Education System.

The emergence as from 1995 of private universities such as the Higher Polytechnic and University Institute, the Catholic University of Mozambique, and the Higher Scientific and Technological Institute is a new phenomenon, which fills the niches constituted by the wealthier social strata.

To sum up, the education sector's programme opens broad prospects in identifying and defining priorities (basic and technical education), advocates the cultural basis as one of the key elements of the curricula, treats citizens as participants, and grants economic sectors the role of priority partners in programme implementation. This change of direction, perhaps still not very deep, is a significant innovation in Mozambican education.³

Weak human development in Mozambique in general is a matter of concern. But regional imbalances, resulting from differences in levels of development and access to resources, infrastructure and social services at national level, draw a picture that is still more worrying, particularly if we take into account the close links between development, the maintenance of peace, stability and reconciliation.

The country's institutional fragility, as well as the large number of actors in the development process, means that the emergence of a culture of debate and participation, together with transparency in outlining and implementing policies, are important mechanisms for ensuring equity and justice, stability and the sustainability of development.

The donors, the government, civil society and political forces are actors with varying levels of influence in the search for solutions to the development challenges facing Mozambique.

The nature of the development challenges and the country's specific characteristics demand greater ingenuity in policy design so as to avoid worsening the serious social problems from which the country is suffering and which might, in the long term, jam the levers of development.

Human development in Mozambique, the region and the world

According to the international classification on human development, Mozambique is considered as a country with "low human development" (see HDRs, 1990: 185, 1994: 223, 1996: 225, 1997: 241, 1998: 224).

Table 2.3 shows the position of Mozambique, both in the southern African region, and in relation to the eight countries in the world that have a lower HDI.

Mozambique's HDI was calculated at 0.281, both for 1994 and 1995 (the years for which there exist international data). This means that in the mid-1990s, the level of human development in Mozambique was about 3.4 times lower than that of Canada, the country with the highest HDI (0.960) in the world.

In Africa, Mozambique's HDI is one third the level of that of the Seychelles (0.845), the country with the highest index in sub-Saharan Africa; it is about 48% less than the average for developing countries; it is about 80% of the average for the least developed countries; and it is about 74% of the average for sub-Saharan Africa (HDR, 1998: 130, 137).

When considered in the context of its region of southern Africa, Mozambique ranks last when it comes to human development. Among the 11 countries in southern Africa included in Table 2.3, five have medium human development, while the other six, including Mozambique, are among the countries with low human development.

As regards its position in terms of per capita GDP (PPP\$), human development in Mozambique is seven units lower.

This suggests that the country has not managed to convert its economic activity into corresponding improvements in living standards.

Table 2.4 presents a series of indicators on gender-adjusted human development in 1995, comparing Mozambique with the rest of sub-Saharan Africa, and the least developed countries. There are significant deficits both

Table 2.3
Position of Mozambique in southern Africa and the world, 1995

Medium Human Development		Low Human Development	
IDH [0.500-0.799]		IDH ≤0.500	
South Africa	0.717	Lesotho	0.469
Botswana	0.678	Zambia	0.378
Namibia	0.644	Tanzania	0.358
Swaziland	0.597	Angola	0.344
Zimbabwe	0.507	Malawi	0.334
		Mozambique	0.281
		Guinea	0.277
		Eritrea	0.275
		Ethiopia	0.252
		Burundi	0.241
		Mali	0.236
		Burkina Faso	0.219
		Niger	0.207
		Sierra Leone	0.185

Source: HDR 1998: 129-130

in literacy and in school enrolment.

Although gender differences are not analysed in detail in this report, Table 2.4 illustrates some important aspects in summary form. For example, the greatest deficits at the expense of women are in literacy and school enrolment.

But as for Mozambican women's share of income, unlike the men, they appear to earn more than the average in sub-Saharan Africa and in the least developed countries. Looking in depth at these questions in the interior of the country should be a priority for future work of this

Table 2.4

Gender-related Development Index, 1995

		Mozambique	Sub-Saharan Africa (SSA)	Less developed countries (LDC)	Deficit with	
					SSA	LDC
1. Life expectancy (years) 1994	Total	46.3	50.6	51.2	-4.3	-4.9
	Men	44.8	49.1	50.0	-4.3	-5.2
	Women	47.8	52.2	52.3	-4.4	-4.5
2. Literacy rate (%) 1994	Total	40.1	56.9	49.2	-16.8	-9.1
	Men	57.7	66.2	59.2	-8.5	-1.5
	Women	23.3	47.9	39.3	-24.6	-16
3. School enrolment rate (%), 1994	Total	25	42	36	-17	-11
	Men	29	45.5	40.3	-16.5	-11.3
	Women	20.5	38.0	30.9	-17.5	-10.4
4. Share of earned income (%), 1994	Total					
	Men	58.7	63.8	65.7	-5.1	-7
	Women	41.3	36.2	34.3	5.1	7
HDI		0.281	0.386	0.344	-0.105	-0.063
GDI		0.264	0.376	0.332	-0.112	-0.068
Real per capita GDP (PPP\$)		959	1,407	1,008	-448	-49
Source: HDR 1998: 130, 133, 206						

sort.

Human development trends in Mozambique and neighbouring countries

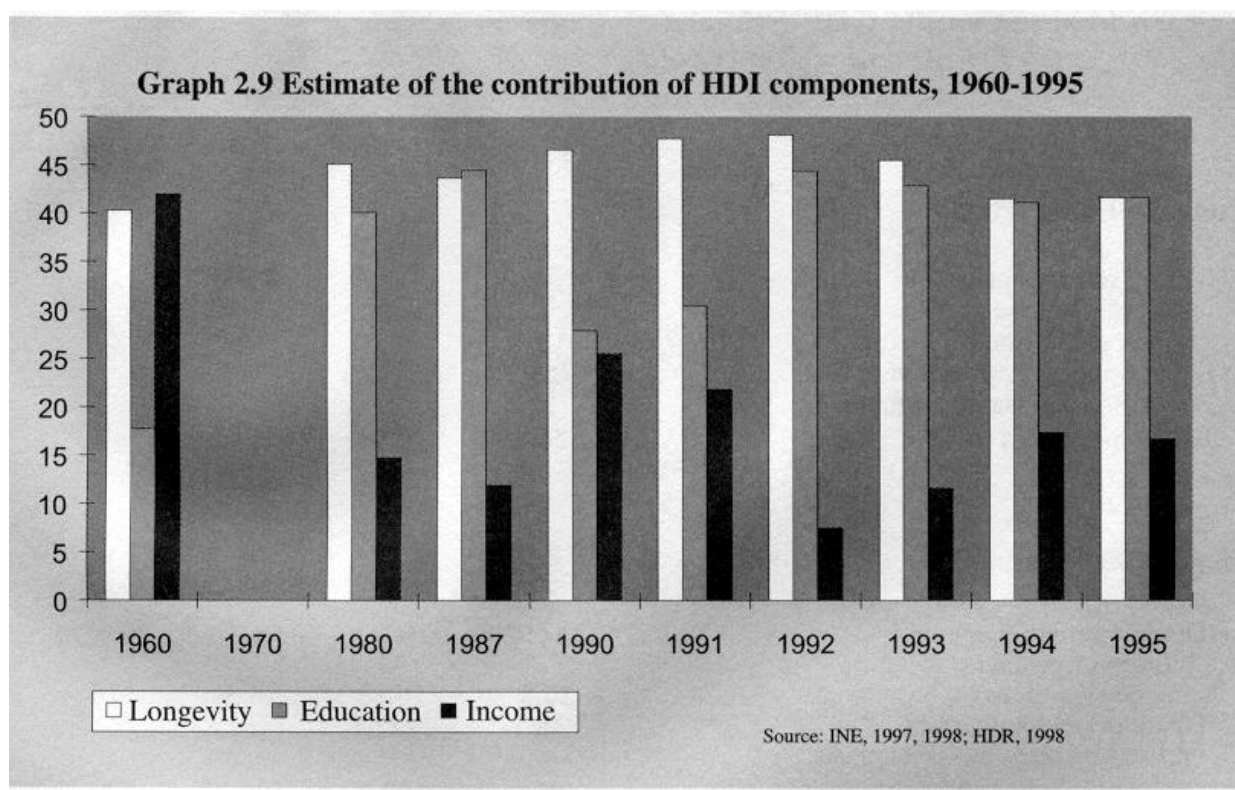
In Chapter 1 the construction of the HDI was explained, showing that this index is a simple average of the life expectancy index, the educational index, and the index of real adjusted per capita GDP (in PPP dollars). It is thus possible to estimate the contribution of each of the three variables to the composite index over time.

In 1960, Mozambique was very close to the majority of southern African countries. But three and a half decades later, while countries such as South Africa, Botswana, Zimbabwe and Swaziland have progressed to a level of medium human development, the other countries remained at an extremely low level. In the particular case of Mozambique, between 1960 and 1994 the HDI increased by only about 66%. Why this slow human development in Mozambique?

Graph 2.9 illustrates the changes in the contribution of the three HDI variables in Mozambique, between 1960 and 1995.

In 1960, life expectancy and per capita GDP possessed the main weight in the HDI, with about 40% each, while educational level represented less than 20%. But 20 years later, the contribution of income level to HDI has dropped to about 15%. For their part, the other two indices contributed with about 44% each.

Finally, 14 years later, in the mid-1990s, the contribution of the three HDI components remains identical to that of the early 1980s.



Estimating the HDI between 1996 and 1998

How has the HDI evolved since 1995? What has been the impact of GDP growth on the HDI between 1996 and 1998?

Graph 2.10 shows economic growth between 1990 and 1997, plus a growth forecast for 1998. The rate of growth in GDP by volume was 6.6% in 1996, and 14.1% in 1997 (see statistical appendix).

These data reflect corrected estimates both for GDP volume at current prices and annual population projections based on the figures of the 1997 census.

As mentioned above, the recent data from the 1997 census have led to corrections in the estimates of per capita GDP. Table 2.5 shows the difference in the estimates between the Statistical Yearbooks of 1996 and 1997. The adjustment in the data amount to about 12% and 21%, in 1995 and 1997 respectively.

Apart from the data on per capita GDP, the Annual Yearbooks and the figures from IDS97 allow us to estimate the basic data needed to calculate the other two components of the HDI.

Table 2.5
Comparison of per capita GDP estimates
in the 1996 and 1997 Statistical Yearbooks

	1995	1996	1997	1998a
Estimate 1996 Yearbook				
GDPmp (current prices) in billions of meticaís	13192	19363	22446	
Population (millions)	17.4	18.03	18.5	
GDPmp per capita (current prices) in thousands of meticaís	758.2	1074.6	1213.3	
GDPmp per capita (US\$)	85.3	96.4	106.5	
Estimate 1997 Yearbook				
GDPmp (current prices) in billions of meticaís	13417	19771	24183	28229
Population (millions)	15.8	16.18	16.54	16.9
GDPmp per capita (current prices) in thousands of meticaís	848.1	1222.1	1461.8	1668.7
GDPmp per capita (US\$)	95.4	109.7	128.3 ^d	143.2b
Difference between the 96 and 97 Yearbooks	11.8%	13.8%	20.5%	

a) Forecast in the plan

b) Assuming the same rate of change in the exchange rate as in the previous year (2.3%)

Note: GDPmp = Gross Domestic Product at market prices

Source: INE, 1997, 1998b

But it should be noted that the data used to calculate the life expectancy and educational

indices are not immediately comparable with the data used in the 1998 GHDR (INE, 1997, 1998a, 1998b, 1998c).

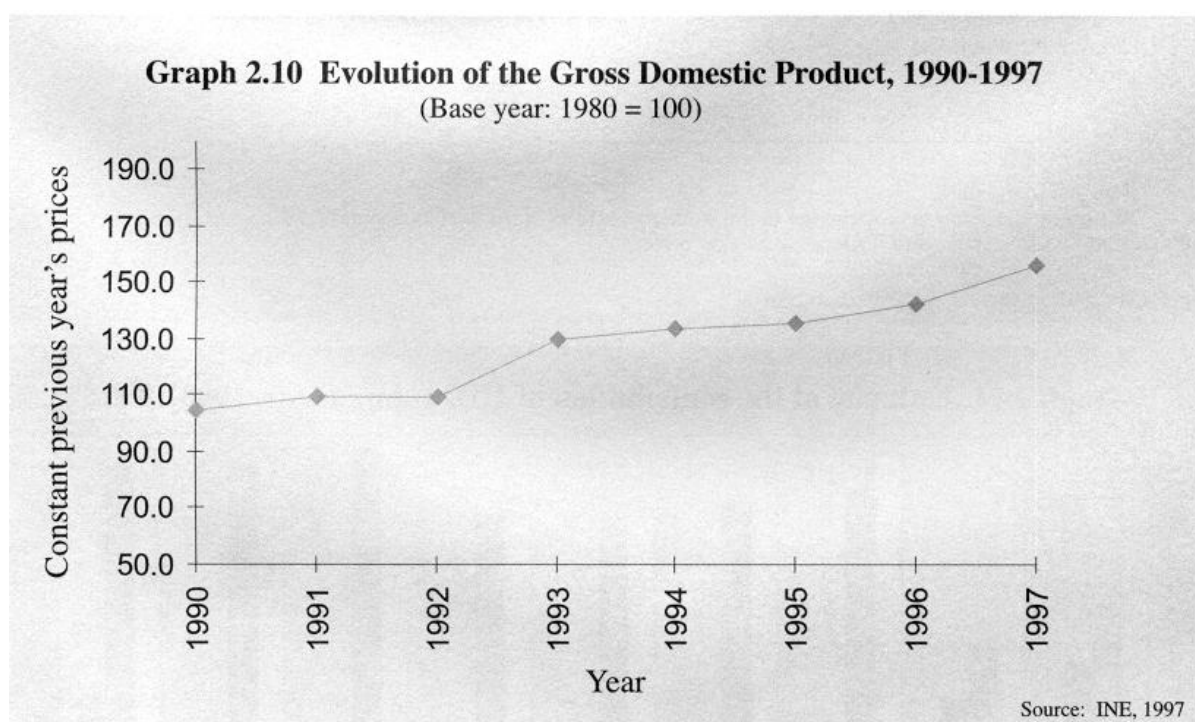
Table 2.6 presents a preliminary estimate of the evolution of the Mozambican HDI over the past three years. We say preliminary, because the data used could be modified when the definitive results of the 1997 census become available.

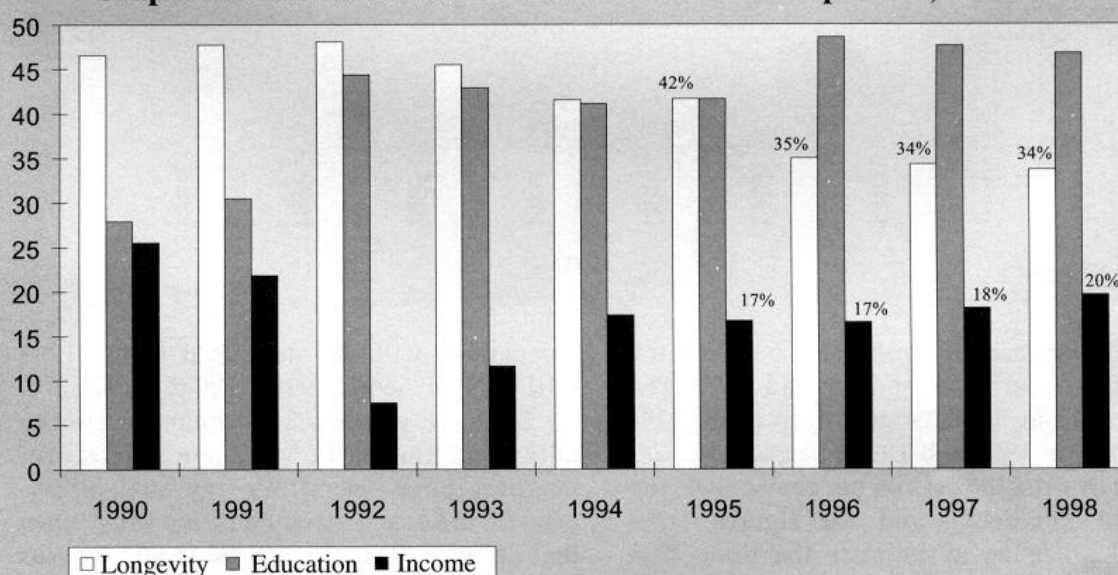
Table 1.2 showed that the level of human development remained constant from 1994 to 1995. However, if the estimates presented in Table 2.6 are confirmed, it may be concluded that the HDI has increased at an annual average rate of 12% between 1995 and 1997.

Even if part of this growth may be overestimated, because of the difference in the data used, another important part certainly results from the positive impact of the economic growth in 1996 and 1997. Thus, the increase in the HDI from 0.281 in 1995 to 0.357 in 1998, should in large measure reflect reality.

This being the case, Graph 2.11 shows the changes in the contribution of the three HDI variables between 1990 and 1995, and indicates the percentage values referring to life expectancy and GDP between 1995 and 1998.

A trend for a growing contribution by the GDP is notable, even though in 1997 this remained below 20% of the total.



Graph 2.11 Estimate of the contribution of HDI components, 1990-1998

Source: INE, 1997, 1998; HDR, 1998

Table 2.6.**Preliminary estimate of Mozambique's HDI, 1996-1998**

	1995	1996	1997	1998 ^e
Basic data				
Life expectancy at birth (years) ^a	46.3	46.0	46.5	47.1
Adult literacy rate (%) ^b	40.1	63	63	63
Gross school enrolment rate (%) ^c	25	42	42	42
Estimated real per capita GDP (PPP dollars) ^d	959	1,103	1,290	1,439.6
Estimated HDI for 1996, 1997 and 1998				
Life expectancy index	0.35	0.35	0.36	0.36
Educational index	0.35	0.50	0.50	0.50
Adult literacy index	(0.4)	(0.63)	(0.63)	(0.63)
Gross joint school enrolment index	(0.25)	(0.42)	(0.42)	(0.42)
Real adjusted per capita GDP index (PPP dollars)	0.14	0.17	0.19	0.21
Human development index	0.281	0.340	0.350	0.357

(a) INE estimate (1998b), see statistical appendix;

(b) INE (1998c), Demographic and Health Survey, 1997;

(c) INE (1998b), Statistical Yearbook 1997;

(d) Estimate based on the assumption that real per capita GDP in PPP dollars grows at the growth rate of the GDPmp at current prices per capita: 15% in 1996, 17% in 1997, and 11.6% in 1998 (see statistical appendix). As for the growth of average world income, it is assumed that the 1995 income, estimated at 5,990 dollars (PPP), grew between 1996 and 1998 at an average annual rate of 2.5%.

(e) Forecast based on the data of the plan, and according to the assumptions of the two previous years.

Source: INE, 1997, 1998a, 1998b, 1998c; HDR, 1998.

PART 2

FROM NATIONAL INSECURITY TO HUMAN SECURITY

Part 2 of this report intends to locate the portrait of the human development situation presented in Part I within a broader socio-economic context. What context is this? In a summary form, it can be described as a context of transition.

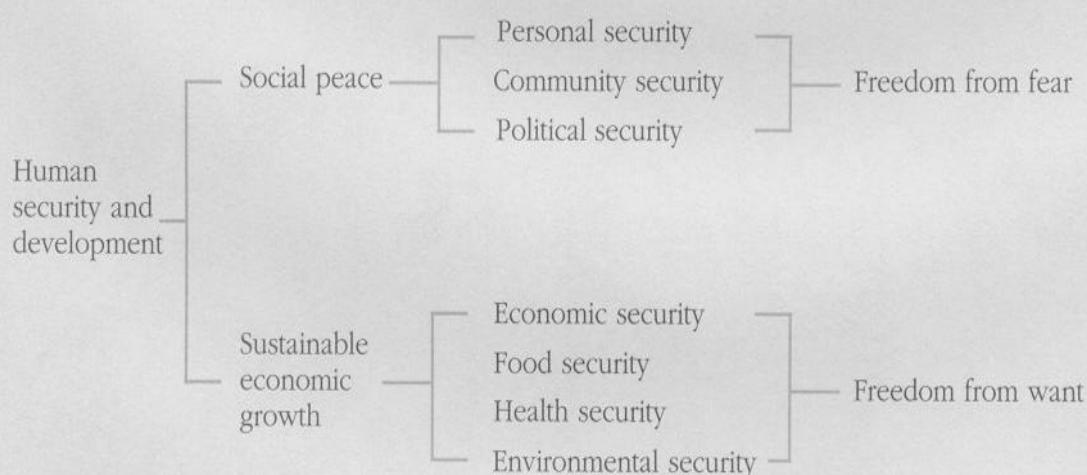
One may ask: what transition? To judge from the evidence at hand, everything indicates that this is a transition from national insecurity to human security.

The main components of this transition are presented in the analytical framework of graph 3.1. First, it is considered that the transition to human security requires social peace at all levels of society: national, community and individual. Only real social peace will be able to ensure that citizens are freed from the fear of war and of situations of political injustice.

Secondly, the consolidation and durability of social peace depends on the sustainability of economic growth, and also, on the way in which this growth promotes human development.

But the context of the social, political and economic transition to human security is very complex. In many cases, its nature and trends are difficult to characterise, and, above all, to quantify. Hence the remaining chapters of the report seek to deepen the debate on important aspects of the current context of human development in Mozambique. That is, the context of transition from national insecurity to human security, as displayed in graph 3.1.

Graph 3.1 Analytical framework: From national insecurity to human security



Chapter 3 – What transition for Mozambique?

Human security and human development

The notion of human security used in this chapter, is inspired in the detailed conceptual framework contained in the 1994 GHDR:

“There have always been two major components of human security: freedom from fear and freedom from want” (HDR, 1994: 24).

While freedom from fear can be achieved through an effective social peace, freedom from want can only be achieved through sustainable human development.

Other authors argue that the redefinition of social security requires horizontal and vertical broadening of the concept. The horizontal broadening “involves establishing an agenda which recognises that security is dependent on such factors as political democracy, human rights, economic and social development and the sustainability of the environment, as well as on military stability” (Solomon and Cilliers, 1996:6).

The vertical expansion of the concept “involves recognising that people should be the primary reference point of security. In this way, it becomes possible to identify threats to human security that emerge at sub-national, national and trans-national level” (Solomon and Cilliers, 1996:6).

But it is important not to confuse human security with human development. As mentioned in Chapter 2, the concept of human development refers to the process of enlarging people’s choices. The concept of human security means the possibility of people making choices in a free and safe manner (HDR, 1994: 23). In other words, the first concept expresses the purpose or main goal of people’s existence, while the second stresses the essential conditions for achieving that purpose.

Clearly there is an intimate relation of dependence between human security and human development. Absence of the former calls into question the ability to implement the latter, since it is virtually impossible for people to expand and realise choices in an environment of war, want, crime, rape, political repression, the absence of free expression, and fear. For this reason, progress in human security is decisive for achieving human development.

This chapter concentrates on the first of the two major components of human security stressed above: freedom from fear.

Although freedom from fear is not enough for there to exist effective human security in a country, it does represent a necessary condition so that freedom from want may take shape through economic security, food security, security in health, and environmental security.

But how can freedom from fear be guaranteed? The following sections show that the fundamental vehicle is what we shall call “social peace”, which involves such aspects as: political security, personal security and community security.

Human security and social peace

In this second half of the 20th century, Mozambique has undergone successive, rapid and profound changes throughout its social fabric. This process can be classified into three main groups of events.

- In the mid-1970s, a decade of armed conflict reached its culmination. This was the national liberation war which began in 1964 and led to Mozambique’s independence in 1975.

The first Mozambican government established a one party political regime, and centrally planned systems of administrative and political governance, and economic management. But armed conflicts in the country did not end with independence. Already by 1977, foci of armed combat and destabilisation had taken political form, in a guerrilla group later known as Renamo, which only came to be demobilised and/or integrated into the new regular army in 1993-94, after the 1992 signing of a peace agreement in Rome between the government and Renamo.

- In the mid-1980s, there began a decade of transition from a centrally planned national economy to a market economy, liberalised and open to the world economy. The crisis in the Mozambican economy resulting from the destruction of the colonial economic system was not overcome by the attempt at radical economic restructuring, following models of an economy planned centrally by the state. Indeed, the situation worsened with the refusal of the Soviet bloc to grant Mozambique entrance into its area of influence and monetary control, COMECON (Council for Mutual Economic Assistance), thus preventing the country from enjoying the benefits of membership of the organisation.
- Secondly, discussions on membership of the World Bank and the International Monetary fund (IMF) took on substance on the local socio-economic stage, and led to the launching of economic reforms. And thirdly, there was the signing of the Nkomati Accord with neighbouring South Africa. This was the prelude to the search for a negotiated solution to the war in Mozambique, under which the Mozambican government agreed to end its support for the ANC and the South African government agreed to end its support for Renamo. Even though this promise was broken, at least it opened the precedent for dialogue to solve the disputes between the two countries.
- In the mid-1990s, the most recent transition process arose: a transition, on the one hand, from war to peace and national reconciliation, and, on the other, from a regime of a single-party and centralised governance, to one of political pluralism and decentralisation.

This series of successive transitions, over about three decades, has created great fragility in the social fabric of the Mozambican population, and prolonged national insecurity.

National insecurity in Mozambique has had two main characteristics. First, there is insecurity caused by the threat to people's lives at all levels: personal, community and national. Second, there is insecurity caused by the shortages resulting from the profound ruptures in people's

Box 3.1

The rule of law

The rule of law is simply the formal application of rules and norms which have grown up within a specific tradition, and of a moral and ethical code accepted by society, and applied by specialists through appropriate institutions. The reigning ethics and morality in a social organisation, whether it is complex or not, dictate models of, and for, behaviour transmitted from generation to generation, and absorbed in the process of socialising an individual within a primary specific group, the family (nuclear or extended), and secondary groups linked to age, gender, ethnicity, personal attributes, birth, social class etc.

The rule of law would thus be the institutionalised situation whereby the citizen has rights based on citizenship. The right to citizenship itself would be the fundamental right, guaranteed by a series of precepts, accepted and respected by everyone, or at least by the majority within this territory. And furthermore, other rights which the group interested primarily in preserving institutions to guarantee social reproduction, feels are essential for this reproduction. Since these interests are not constant, these rights also undergo transformation, just as they do not always emanate from a universal logic, but from local interests within this territory.

patterns of life, in their homes and at their jobs and workplaces.

In this context, what sort of transition does Mozambique need in order to stabilise and progress? Can we state that the absence of war, over the last four years, represents the start of a genuine transition from national insecurity to effective human security?

This chapter explores these questions and discusses the existing conditions for a transition from national insecurity to real human security. Although in the past foreign influences at the level of political stabilisation or destabilisation have been very important, in this first report, the debate is concentrated mainly on national factors.

Social peace and political security

The term “social peace” means not only the absence of war and of armed conflicts, but also the acceptance of differing ideologies and political parties in society, as well as the freedom of opinion and expression.

Social peace in Mozambique is most visibly expressed in the new social and political climate currently experienced. This is enshrined in political institutions such as a multi-party parliament in which the parties represented are Frelimo, Renamo and the Democratic Union (UD).

At a broader level, there is also the space filled by extra-parliamentary movements, by the mass media, non-governmental organisations and international agencies. All these forces transmit their specific ideas in today’s political, social and economic space.

Freedom of dialogue and expression makes possible broad participation in the political and administrative process. This climate is indispensable for the establishment of the rule of law, resting on the principle of respect for the individual’s right to be and to choose.

The communities are the epicentre of decision-making power as to how to sustain local life, and physical, intellectual and spiritual growth, in the context of strengthening the nation. This was the principle underlying the current process of political and administrative decentralisation, expressed in the law on local authorities and the local elections. Social peace also presupposes the more wide-ranging perception of the concept of human security as defined above.

Thus the stress on state security is gradually shifting outside the military sphere, to development, and particularly to reconstruction, investment in the social sectors, and, as a result, in improving the plight of the immense human capital of 16 million or so Mozambicans.

In other words, the notion of social peace is no longer limited to the defensive idea of territorial security, and now stresses the perspective of sustainable human development.

Social peace also takes into account the philosophy of using human, physical and financial resources that were freed with the end of the armed conflict in Mozambique.

However, there is still a long way to go on the path to consolidate peace in Mozambique. The opening of a broader political space has to be part of dialogue and understanding so that there may be greater receptivity towards new initiatives and ideas in the process of change.

Social peace does not mean the end of conflicts within society, and much less in the model of life of the communities vis-a-vis the modern state.

The plurality that Mozambique accommodates in its territory, expressed in 20 ethnic-linguistic groups and a popular symbolic, political and religious set of ideas, is a complexity that makes the country rich in its diversity. The individuals and communities who make up

this complexity are seeking space to participate in the process of change, accommodating themselves in the windows that the modern state offers.

However, the state still has difficulty in establishing the level of acceptance and value for what is local, as well as the point of interaction between itself and the culture expressed through local traditional models, norms and rules, in which mother tongues are the prime vehicle for cultural transmission. Also still noted is the mismatch between two levels or models of life that are produced in parallel in the economic sphere and in the field of ideas, but do not work together for development and the common well-being. These are the models of the communities and those of the modern state.

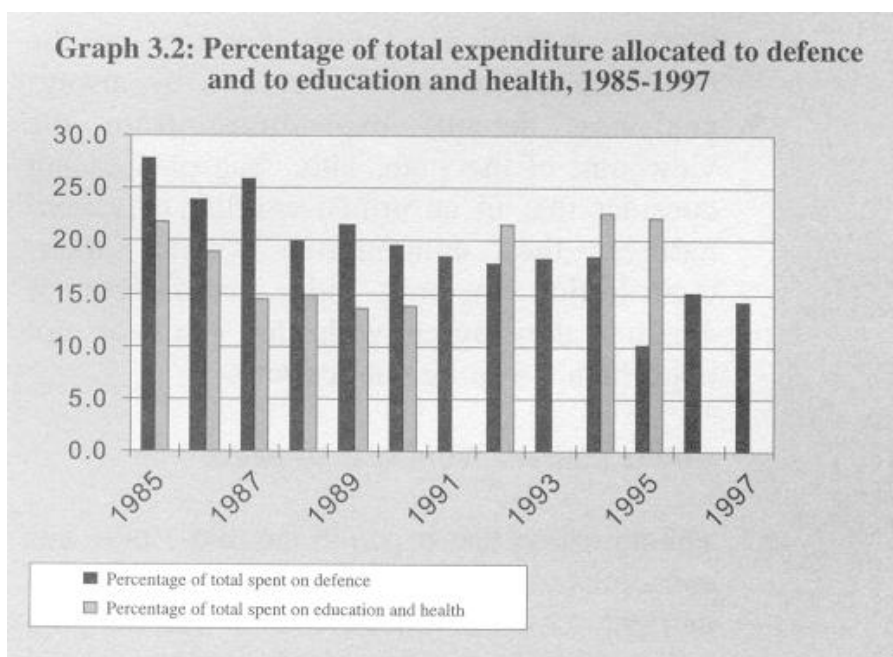
In the social encounters, or mismatches, the conflict continues, both in political polarisation, and in the dualist perspective of the world, as well as in its positive aspect as vector of change, paving the way for the creation and development of new ideas, thus allowing the growth of societies and their continual restructuring.

What are the peace dividends?

Exhausted by the conflict which destroyed property and sacrificed human lives, both in the countryside and in the cities, the public breathed a sigh of relief when the peace agreement was signed. Peace meant the end of looting, indiscriminate death and destruction. It meant the end of the kidnapping or pressganging of sons and daughters for military activities or for logistical support for those activities.

Thus the end of three decades of conflict freed resources for development, in terms of both human and of financial capital. The armed conflict in Mozambique drained resources not only away from the state, but above all from the communities which contributed, willingly or unwillingly, to the conflict.

The relief felt by the state from the burden of funding the war is highlighted by available statistics. Graph 3.2 and Table 3.1 show interesting aspects of this.



First, in the 1985-1997 period, 1985 was the year with the highest proportion of defence expenditure. Secondly, since 1985, this proportion has gradually declined. In 1996 and 1997 defence spending as a percentage of total was about half the level of 1985. Third, between 1985 and 1990 the percentage expenditure on education and health was significantly less than defence spending. But in 1992, for the first time, the expenditure on education and health (21.6%) was higher than that on defence (18.5%). This “diversion” of financial resources from defence to the social sectors has been maintained in the succeeding years, and has in fact increased.

Table 3.1
Expenditure on defence, health and education, 1985-1997 (in billions of meticaís)

Year	Total government expenditure	Defence spending	% of total spent on defence	Total spent on education and health	% of total spent on education and health
1985	39.6	11.0	27.7	8.7	21.9
1986	51.6	12.4	24.0	9.8	18.9
1987	161.0	41.7	25.9	23.7	14.5
1988	288.5	58.2	20.1	41.5	14.8
1989	473.0	102.4	21.6	64.4	13.6
1990	692.8	136.0	19.6	96.1	13.8
1991	958.3	178.8	17.8	n.a.	n.a.
1992	1451.6	259.3	18.5	314.9	21.6
1993	2270.1	416.8	18.3	460.1	n.a.
1994	4097.4	762.0	18.5	931.0	22.7
1995	5162.0	522.0	10.1	1148.0	22.2
1996	4724.0	712.0	15.0	n.a.	n.a.
1997	5027.0	718.0	14.2	n.a.	n.a.

Source: Bank of Mozambique for 1985-1995 (1995: Table V.B.), and Presidency of the Republic for 1996-1997 (1996: p. 38). (Exchange rate: +/- 11,700 meticaís to the US dollar, March 1997). Table created by Martinho Chachiua, in Lundin et al, (awaiting publication).

There are certainly many other positive dividends resulting from the end of the war, but they are difficult to quantify. Furthermore, the conventional concept of war errs by always analysing defence expenditure from the viewpoint of the state. This concept does not consider that in an armed conflict of a civil nature, the communities make their contribution to both sides, regardless of whether they agree with the goals or not (Chachiua, awaiting publication).

The transition from war to peace

The transition that began in the mid-1980s was consolidated with the end of the armed conflict in 1992, as the culmination of a wide-ranging political dialogue, in which various social sectors took part.

The transition has now reached a stage which can lead to the reconciliation of the entire country in the framework of institutions, organisations, persons and, above all, ideas.

Where previously there was latent or open conflict, today the postulates for reconciliation can be glimpsed.

The pluralism of the 1990 Constitution opened up space for new ideas, through free elections which resulted in the current multi-party parliament.

The new Constitution recognised the right to life (by abolishing the death penalty); the plurality of ideas (by adopting a multi-party system); the separation of powers (between the Executive, the Legislative and the Judiciary); and freedom of the press.

In the politico-administrative field, decentralisation has been the main option for forging participatory development, even though rural communities were the major forces excluded from the first phase. The opening of the market to free initiative is establishing the groundwork for the emergence of a national business class.

In the cultural field, the acceptance of local African values, the recognition and valuing of mother tongues, of the bases of Mozambican identity, of traditional medicine, of community modes of life, are integral parts of reconciliation.

Box 3.2

Chenjera mina... the start of impact demining

By world standards, Mozambique does not top the list of countries with the largest number of landmines: the National Demining Commission (CND) estimates that between 500,000 and a million of these devices are buried in its soil. However, specialists warn that the seriousness of the problem should not be measured by the number of mines planted, but by knowledge of where minefields are.

Countries such as Egypt have more than 20 million mines, but their impact is virtually zero because their location is well-known. In Mozambique, knowledge of minefields is extremely limited. Often the existence of a mine is only announced when it blows up. And the costs merely of studying the land mine situation are currently estimated at between 2 and 3 million dollars.

The CND estimates that around 20,000 people have already been landmine victims. This kind of accident is on the decline. The number of incidents dropped from 127 cases in 1996 to about half that number (61) in 1997. In the first quarter of 1998 there were 32 incidents. By August 1998 over 46,000 anti-personnel and anti-group mines had been deactivated, as well as 360 anti-tank mines. These operations also collected about 424,000 bullets and explosives. The cost of this demining has amounted to more than 110 million dollars. Some 7,200 km of road, 371 km of electricity transmission lines and 32 square km of land were cleared.

Mozambique currently has about 1,600 sappers, which shows the growth in demining capacity. But at the current rate it would take another 180 years to free the country of these devices for indiscriminate murder and mutilation.

As for the costs, conservative estimates are that it costs an average of 300 dollars to remove a mine. That is, searching and removing a landmine in Mozambique costs as much as deactivating 40 or 50 of these devices when up-to-date minefield charts are used.

Demining is a meticulous activity and it takes hours to clear a single square metre. The technology for locating and removing mines is based on metal detection, which makes the job even more arduous. On occasion one can process 7 million metallic fragments and in the end locate 2 or 3 mines.

Although no exhaustive survey has been carried out, the general consensus is that the incidence of mines in Mozambique only partially limits peasant activities: it is estimated that 70% of mines in the country were planted around economic and social infrastructure and, on rare occasions, around military installations. This profile places hindrances to the rehabilitation of infrastructure and to implementing development projects. Hence the need to link demining to the country's development.

The emergence throughout the country of "Associations of Friends and Natives" of towns, cities, districts or areas covering provinces or regions is an indication of the search for valuing the Mozambican personality, which is undertaken in communion with the native land and with the ancestors. These civic associations may come to channel resources and energies that were previously dispersed or misguided. The national territory will then be more than the sum of the parts, spiritually recognised as the motherland.

The appearance of these civic movements has both positive and negative features. The positive feature of these movements is that they channel collective sentiments for stimulating business initiatives or demanding public positions in specific areas, thus contributing towards advancing knowledge of and giving value to cultural factors, and empowering local potential, filling spaces where the state has difficulty in acting.

On the other hand, the negative feature of these movements is the risk that they could be confined exclusively to a political, economic and administrative elite. This could be reflected in the search for a monopoly of power, influence peddling, and non-transparent methods of accumulation, as well as acting as an instrument to block actions of the administration at local level. The challenge is for the judicial institutions to pay attention to how these initiatives evolve in order to pre-empt any negative trends and to impose the rule of law in the event that the negative side of this type of association gains the upper hand.

The future of an effective political transition depends on the success of the economic reforms in the country and on the impact of the congregation of interests and ideas, beyond the motivation of those responsible for leading the process.

The incongruous nature of the reforms is shown, on the one hand, by the opening up of potential to individuals, and on the other by limited participation and by a hierarchy of social groups with differing levels of wealth. The participation of individuals is by its nature hierarchical since the economic cake is limited in size and does not allow everyone to accumulate. These are the constraints which make reconciliation within the space of the modern state difficult, in the process of political reform.

The consolidation of social peace makes it necessary to envisage the meeting point between the modern state and the forms of organisation and the exercise of power in the communities which comprise it, and with the way of life of the individuals and social groups who make up these same communities.

And in this overall process of bringing together two socio-cultural universes and two paradigms of understanding the world, the need for members of the elite of the modern state to find their true personality, linking, at last, the individual private behaviour to the rhetoric of public speech, is becoming more urgent.

Box 3.3

Transition-Tradition

Spiegel and McAllister (1991) write that “periods of transition and transformation are generally marked by invoking tradition. This is due to the feeling of security that tradition offers through the images it provides of continuity with the past. But this tradition is not static as recent literature on its invention and recreation shows. The traditions evoked to stress particular practices and beliefs in situations of major social transformation are under continual revision, just as are the images of the past that they bring to mind. The same can be applied to the traditions evoked in processes where individuals undergo important transitions in their position or social status. Tradition is thus used as a constantly reworkable resource”. (Spiegel and McAllister, 1991) The use of tradition in the various social organisations at work in Mozambique is also dynamic, as the survival strategies used in times of difficulty bear witness.

Reconciliation and Mozambican social capital

The ability of Mozambicans to forge reconciliation after a fratricidal conflict which is estimated to have cost over a million lives could become a major contribution from Mozambique to all of humanity.

The General Peace Agreement had a markedly symbolic value because it was in the communities, rather than in the understandings between politicians, that the true reconciliation occurred. It is this capacity for understanding at grassroots level that must be

examined in order to comprehend the enormous social capital which is the culture of reconciliation of Mozambicans.¹

Living together is important in a society where the concept of “being” includes the dead, the living, and those yet to be born, and constitutes the basis of human existence. Broadly speaking, “to reconcile”, rather than the traditional capacity to live together after a conflict, means forgetting the past, accepting differences of belief and values, of political ideas and of economic and administrative laws, opening and protecting the space so that dialogue may take place and consensus may be the basis of governance.

The concept of “reconciliation” presupposes a prior situation of conflict. This being the case, a summary description of the realities on which conflicts in Mozambique rested, and which today are gradually disappearing, is an imperative.

Domestically, the most important realities underlying the conflict are,

- in the socio-political field: a monolithic approach to ideas, and a monopoly on channels to transmit them;
- in the socio-economic field: a centralised and centrally controlled planning (of production and distribution);
- in the socio-cultural field: the denial of the content of the socio-cultural universe under which the majority of the population take cover.

The conflict also rested on the lack of consensus on the development path to be followed, and on the methods of exclusion that the chosen paths implied for the individuals and ideas which were against the choices. It is not our task here to consider the importance or to debate the merit of the strategic options chosen, since it would not be possible to do that without going into the debate on the content or validity of these choices.

In the space opened for dialogue, the vision presented on reconciliation is based on:

- Outlining the traditional African ways of conflict resolution, by drawing from the knowledge and aspirations of individuals, social groups and communities. These are widely known processes which are part of the day-to-day life of the majority. But reconciliation or its premisses can also be highlighted so that the process can consolidate itself naturally.
- Analysing the responses of the modern state to the challenges in the rural and the urban worlds, in order to manage political and administrative spaces in a more inclusive and conciliatory way, and to promote participatory development, thus meeting the aspirations of many people in this period of transition.

Conflict, justice and reconciliation in African tradition

In the African tradition of Mozambique, communities resort to reconciliation mechanisms to restore social order whenever this is disrupted as a result of conflicts between individuals, social groups or communities.

These mechanisms differ from region to region, between rural and urban communities, between coastal and interior ones, between matrilineal and patrilineal societies, and within different symbolic, political and religious sets of ideas.

But they have a common denominator; they are mechanisms that rest on the reality of a society where there is a great interdependence between individuals and social groups, and where solidarity is a reality.

Despite the changes to which it has been subjected as a result of the dynamics of cultural interactions with neighbours, trading and from marriage, from the cultural loss due to

colonial impositions, the denial of its political ideas, and from the invasion of media such as radio and television, interdependence within the family unit still exists, as it does between local or neighbouring collectives and communities. In these collectives there are traditional principles of mutual aid and reciprocity.

The perception of the conflict from the point of view of local communities, normally concerns more or less serious quarrels, of a personal nature, between groups or communities, reflecting new or old disputes, unfinished discussions, domestic thefts, adultery, suspicions of witchcraft, and deaths.

In the traditional conception, conflict also appears when a taboo that ought to be respected, according to local social norms, is not respected. It should be noted, for instance, that the explanation for ailments such as hernia and tuberculosis is linked to the perception that some taboo has not been respected. The treatment must therefore cover the closest collective (family or community), even though it is known that the individual affected should be treated in the health care institutions of the modern state.

Although the conflict may be personal, from the community point of view it always affects the collective, since the collective goes off balance when a conflict is present. Thus the conflict always implies a relationship of action and reaction between two or more persons, social groups or communities.

Conflict at local level is often resolved in public. In the first instance, the solution of the problem is entrusted to the parties involved. The “wise” ones, within or outside the family, appear as mediators in the most difficult issues, as well as in the most complicated cases. These are not necessarily the elders, regarded as supreme judges, but community figures, such as the most educated or the most experienced.

The laws of the modern state are generally known and respected by individuals in the communities. This knowledge is the result of the search for “information” in order to be informed as to what is going on around them.

The laws of the state are resorted to in the event of serious conflict, taking the private or “domestic” matter to the courts. But when court verdicts do not lead to the restoration of social peace at local level, traditional mechanisms come into play to restore social order, rather than merely deal with it as an isolated case. This derives from the fact that, once activated, the conflict unleashes a process which goes beyond the individuals involved, and generally expands to include the family, social group or community.

The extended community referred to here is that group of neighbours who possess a relationship of solid links, within or outside the same ethnic background. The case of the “agreement” on jests between the Wamakonde and the Wayao of northern Mozambique is a case in point. It is a relationship traditionally referred to as *ovilo*, which allows certain liberties and flirtation between the two ethnic groups. It also implies that there is a principle of mutual aid, mainly on the occasion of funerals.

To restore peace in the community, the solution must also be all-encompassing. It is accepted that the traditional mechanisms are often strict, as is every education process, even in a symbolic fashion. An example of this is the occurrence, in urban areas, of the “eye for an eye” kind of justice, which is usually explained as resulting from the failures of formal state justice.

These mechanisms can be put into operation at the same time as the formal justice or after it, especially in the case of prolonged absence when a convicted individual is serving time in prison.

Traditional mechanisms operate according to a system of procedures that include meetings and discussions with the traditional elite, dialogue between intermediaries nominated by the offended parties, and culminate with the penalties determined and possible compensation to be paid, according to local custom. Some collective acts against the offender can form part of the punishment. This is the case of the songs of the Vacopi ethnic group, from Inhambane and Gaza provinces, where the collective sings about the evil committed so that the offender feels the weight of the collective sanction, and suffers a “heavy heart” because of this act.

Reconciliation is thus an intrinsic part of conflict resolution in the African socio-cultural universe. It is not a question of restoring an equality which does not even exist in the reigning social order, but of following the principle that one cannot leave the fire alight - “kutimela makala”, say the Vacopi - and also of putting out the fire and burying the ashes, symbolising the return to normality.

For the most serious offenses, even compensation might not overcome the problem. Two practices that have, over time, traditionally helped to put a seal on reconciliation among Mozambican communities have been:

- Matrimonial alliances - a strategy also used for traditional and modern political advantage. In marriage, two groups, rather than just the couple, enter into a long-lasting relationship and share something in common.
- Agreements on exchanges of produce - a practice still in fashion in rural areas and on the periphery of towns and cities. An agreement on the exchange of produce seals the principle that each side will have a share in what the other has produced, and this basis of solidarity is important in predominantly rural communities. Agreements on exchanging produce make links closer.

When the conflict is aggravated by a blood debt, essentially an offense that involved loss of life, special purification rituals are needed. These rituals took place when the demobilised soldiers began to come home at the end of the armed conflict. In these cases, it is purification that precedes de facto reconciliation and puts a final end to the conflict. Both in crimes which are regarded as public in nature, such as wars, and in crimes committed in the community, the ritual has three phases of reconciliation.

First comes the reconciliation with oneself, in which purification is necessary to cleanse one of the evil. This is a private ceremony which takes place in the presence of a spirit medium who is usually a traditional healer.

Second is the reconciliation with the collective, through the ancestors. A dialogue with the ancestors takes place through a spirit medium, to thank them for the protection provided, which enabled the individual to come out of the conflict alive. The same occasion lets everyone, the dead and the living, know that the individual is well, in the broad or symbolic sense. Thirdly, there is reconciliation with those who were injured or killed, through their relatives, where the victim is invoked by the officiant with a request for forgiveness. This final part of the ritual may imply a fine paid in money and the sacrifice of an animal. This is the moment of reconciliation with the victim to erase the stains of blood from the conflict. The moment of conflict-resolution normally culminates in a celebration in the community.

This traditional conflict resolution process through dialogue, sanctions, purification rituals, and celebration is a model that is almost ideal for dealing with conflict at community level. It is a functional series of principles for solving problems for the group.

This model of reconciliation between the individual and the collective and between two collectives is the usual practice in the post-conflict period, and it is responsible for the conciliatory behaviour in those spaces where, for instance, one no longer distinguishes

between people who fought on different sides in the armed conflict that ended in 1992. There, all are peasants, local producers, members of communities. But in the higher levels of political life, usually in the urban context, reconciliation in its true sense is yet to happen.

Reconciliation and the modern state: a complement or a hindrance?

Reconciliation in the African tradition in Mozambique is a phenomenon that the modern state has difficulty in acknowledging, because of its nature and its structure. This happens despite the state being the institution that sits at the apex of society. The state covers all other institutions in a given territory which houses a people with a variety of beliefs, and uses the political sphere of power to impose social order for the common good.

An offending act practised there is seen as a debt that has to be paid to society, and not to a specific community where the offended and the offender have known faces and names.

The state uses prisons rather than principles of reconciliation between individuals and groups as form of punishment for crimes.

Thus reconciliation between collectives (communities and social groups) and individuals is not viewed in a specific and localised environment in the legal framework when the state imposes penalties or sanctions for the offending act on the individual and/or on public or private institutions, or on the state itself.

The notion of reconciliation in word and deed has to be taken into account in the creation, consolidation and sustenance, over the long term, of the foundations for a new practice of governance in Mozambique.

With the introduction of political and administrative reforms, spaces have been opened for social expression, freedom of association and worship, and the affirmation of the personality of the local citizen; actions and decisions are decentralised; the basis of inclusion is expanded to accommodate new persons and new ideas in the government and administrative machinery, and in the country's political and social life.

But reconciliation in the modern state has been difficult to attain, because it is not a prerequisite either for the structuring and strengthening of important institutions such as courts, for the existence of civil, religious, political or socio-professional associations, or for the accumulation of profit, capital and other assets.

However, the political and administrative reforms seem to be opening windows for the presentation of ideas and participation of the people who advocate them in public, so that everyone may take part in the process of governance for the well-being of society and development.

But there are no appropriate prerequisites and mechanisms for reconciliation in this sphere. The very process of democratic reforms has sometimes been out of line with reconciliation. Spaces for participation are opened, but new social exclusions are created, where the affluent exclude the vulnerable and the poor.

It thus becomes imperative to nurture the culture of reconciliation and peace in the modern state and to transform it into a political culture, a way of life, so that dialogue and the acceptance of ideas can take place unhindered in both the public and private spheres.

Mismatch and the prospects for a match

Under colonial rule there was always conflict between local communities and the state. The conflict was triggered by the nature of the occupation which was based on land expropriation and exclusion of natives from social and political life, by denying them civil rights.

After independence, political choices shaped new exclusions and questionable development models led to conflicts of a different type which culminated in the war, with internal and external components to it. The conflict existed on political, economic, cultural and social levels.

The foundations for consolidating Mozambican social peace rest on reconciliation where it becomes necessary,

- to open spaces and latitudes to build individual and collective wealth; and
- to develop symbolic social capital more openly.

Thus, the issue of closer interaction between two worlds in the search for full reconciliation should not put emphasis on possible resistance in the countryside, or repression by the state, but should focus on studying, presenting and developing the bases for the match between the tradition-based social and productive capital at local level, and the productive system controlled by the modern state. This option will allow the dissemination of ideas and sharing of resources which are today used discretely and exclusively for the benefit of individuals, family or group, within the broader society.

In the current mismatch which makes reconciliation difficult, the main factors that play a role include:

- The incongruous nature of the judicial system, which fails to match the different perceptions of the relationship between a sanction and the offending act. The system is yet to build a bridge between two worlds that are sometimes antagonistic. This often makes the practice of justice a symbolic representation for the state, later revised and reshaped in order to make it functional and accepted at community level.
- The communities' difficulty in understanding and accessing the health, education and the public administration services, forcing them to search for alternative functional methods and institutions to serve their interest.

One then witnesses either the total absence of the state from community life, or a superficial presence, superimposed upon the prominent traditional structures. Where the state exists, it is not properly understood. These are two worlds and two paradigms that rarely meet, and when they do make contact, it is almost always tangential and circumstantial.

Principles for a meeting point between the two worlds could be:

- To acknowledge the potential benefits and accept the need to incorporate the concerns of the communities into the modern state and vice versa.
- To see the intricate links between the individual and the collective and devise ways to reconcile the members of the communities with the members of the modern state. These are essentially the same people and social groups living supposedly parallel existences.
- To accept the ongoing reforms, even though they may be dictated from outside, but adapt them, in a creative and functional manner, so that they serve the interests of society as a whole.

The mismatch between the structuring of the modern state and the rules of tradition goes beyond institutional barriers and becomes a latent conflict in the subconscious of the individual. It is a struggle between two worlds, and of the individual Mozambican, not yet reconciled. A synthesis of a possible solution would include: (i) a legal system accepted by all as a true repository of social order; (ii) an education system aimed at offering the basis for better integration into local life, society and the world as shaped by the modern state; and (iii)

a health system with resources to cure the physical and psychological needs of the individual and the collective being.

It is thus a case of matching the modern state and the communities that comprise it, in order to draw from the strength of the social capital accumulated in the communities which today structures the life of a functional community-based and tradition-driven system.

The world of the ordinary citizen co-exists with that of the modern state in the same territory and, at least from a legal standpoint, it constitutes its foundation. The communities mentioned above are mainly the rural or peri-urban groups who play a role in bringing rural culture into the cities and towns.

Another important factor is the mismatch between two worlds that reflect different socio-cultural universes and more than one paradigm. In this state of affairs, the knowledge of how the two worlds coexist and function in the same territory under the umbrella of the modern state is a pressing necessity. Research, debate and open discussion to rethink the nature of the state in the third millennium are necessary and urgent in order to have a deeper understanding of social dynamics.

Another pressing necessity which should also be studied is how the shift in the mind set towards a community-focussed development and a new way of analysing social concepts can be encouraged.

The main challenge is to find a common link without interfering in the dynamics of social capital due to its fragile nature and its tendency and ability to withdraw and hibernate until it becomes almost invisible when it feels encircled or threatened. This is a capacity developed over time for its very survival. It is this capital which operates at community level in the following contexts:

- In the economic arena - to produce and market following traditional norms for the circulation of goods. This include for example, marrying another wife using livestock and other goods that are useful for the individual and collective life in patrilineal societies, in order to legitimise the right to children born out of the marriage;
- In the symbolic, religious and administrative spheres - through land management methods, the rituals followed and the thoughts or ideas that structure these acts. This mismatch is evident in the countryside and the urban centres, and within the communities, towns and urban spaces. It rests on the inability of the elite of the modern state to adjust its private habits to its public image. This is proven by the existence of behaviour which, from a functional point of view, is justified in a rural economy, but not where one intends to follow the laws of the market. This is the case with polygamy in urban centres, and the kinship-based social welfare networks, which meet the needs that the modern state is unable to satisfy.

The challenge will always be how to integrate the two spheres. One possible response is to do away with prejudices of the modern state and tap into the huge social capital present in private life. This is theoretically possible since today we are living far from the inquisitive gazes of those who shaped their vision of the world through the lenses of the colonial framework.

The 21st century should bring into the development agenda the debate on the role of the modern state in the reality of Mozambican life.

Social peace, democratisation and decentralisation

The state inherited is at once external, centralised and fragile. External in that the process of forming the indigenous modern state did not cover the entire territory of Mozambique. Centralised because its commands emanated essentially from one central point, first in the

colonial metropolis, and later in the capital of the “overseas province”, as Lisbon renamed its colony. Fragile because, despite its strong statements, its real presence never extended over the entire country. Urban autonomy has always been limited since the mayors were all appointed by the central government, a practice that continued after independence.

The Portuguese municipal administration comprised Town Halls and Local Councils consisting essentially of European residents of the urbanised areas. The suburban zones, reserved for the native population, were headed by appointed administrators who discharged their duties on the basis of the civilian administration model in rural areas.

The Town Halls concerned themselves mainly with such urban matters as water and electricity supplies, sanitation, waste collection, town planning and later on, the development of master plans, and the management of markets. Their most important source of income was the granting of land titles for housing and industrial activities in the area that fell under the jurisdiction of cities.

With independence, two movements emerged. One was a centralising movement, driven by conceptual motives which included the need to preserve a unitary state. This movement led to the abolition of town hall autonomy, due to difficulties linked to budgetary and financial management and to skills shortages caused by the exodus of the settler population. Another reason was the shift to more participatory structures through the creation of organisational bodies at neighbourhood and block level.

These two movements did not function in a coordinated manner. The political and organisational discourse gravitated towards giving responsibilities to local communities through local structures and participation in the management of state assets. In reality, the local bodies ended up with a mere consultative role, without any power to make or implement decisions. They were restricted to presenting problems for the consideration of central bodies.

Therefore, these bodies exhausted themselves in successive meetings to identify problems and enunciate demands, without creating any corresponding capacity to solve them. The fact that their creation was to a great extent induced by Frelimo prevented them from evolving into acceptance as genuine community bodies, as they continued to be regarded as the ruling party's structures.

The Assemblies then created, in reality became sounding boards where community views on governance were expressed and deep-seated feelings externalised to the administrative machinery. To a certain extent this helped to moderate the excesses of the ruling class. On the positive side, the period also highlighted a capacity for mobilisation and a civic sense of participation that constitute a formidable reservoir of experience, once the mistakes that led to the diversions are corrected.

Economic liberalisation preceded political and administrative liberalisation in Mozambique. On the one hand, this happened because of the pressing nature of economic matters, and, on the other, it was perhaps out of fears that the country could disintegrate. These fears were reflected in the ambiguities of the new Constitution which enshrined the existence of hybrid structures, i.e. bodies that were of the state, but elected.

The movement for political and administrative decentralisation began to emerge in 1988 but gathered momentum during the 1990 constitutional debate.

On the eve of the multiparty parliamentary elections that sealed the peace process in 1994, a Law on Municipalities, which provided the basis for municipalisation in both urban and rural areas was passed. These would form municipalities with an elected mayor and an elected assembly. This law never took effect partly thanks to the primacy given to the presidential and parliamentary elections in the context of the peace process.

The constitutional amendment of 1997 clearly enshrined the existence of local power different from state power. This conceptual broadening which rested on a clearly enunciated autonomy of local bodies was accompanied by a significant limitation on the geographical coverage of decentralisation. The process was now deliberately urban-centred in character, limited to cities, towns and the small settlements that are the headquarters of administrative posts.

Box 3.4

When crime pays...

Because of the risk of being assaulted, robbed, killed, or made the victim of corrupt practices, crime affects one of the most cardinal rights of human beings: the right to live a life free of fear, to enjoy a decent standard of living and to feel oneself socially protected.

The impact of crime goes beyond human insecurity; crime has economic costs which translate not only into the property and lives that are lost, but into an escalation of transaction costs and a deterioration of a country's risk profile. These factors discourage investment and create obstacles to free initiative. They affect economic growth, and hence the chance of improving social well-being.

There is not much data on crime in Mozambique. The few figures that do exist are only valid as indicators of the scale of the problem, and not as a mirror of reality. Even so, the available statistics paint a bleak picture.

One of the indicators closest to the reality of crime is the report presented annually by the Attorney General's Office to the Mozambican parliament, the Assembly of the Republic. In the 1997 report, the Attorney General noted 13,993 assorted criminal cases countrywide. Unemployment emerges as the most important cause of crime, which is hardly surprising. An analysis presented by the Public Prosecution Service into the occupations of convicted persons shows that, out of 9,287 cases in the sample, 43.5% of those involved in criminal acts had one and the same professional category: unemployed.

The most common crimes are those against property, which accounted for 34.3% of the cases (5,854) recorded in Mozambique in 1997. The second category is occupied by offenses that directly affect individuals physically, namely murder and assault, which account for 11% of cases sent to court. In comparative terms, Maputo city seems to be the most dangerous area, as 32.3% of all cases recorded took place in the capital.

....Insecurity increases

Murder is linked to armed robbery, one of the most lethal of crimes. It is dictated both by the need to eliminate witnesses, and by the relative impunity of the attackers. There were a total of 179 cases of armed robbery, but prosecutions were brought in only 83 cases. The culprits in the other 96 cases remain at large.

Damage on a large scale results from economic crimes. The Attorney General estimates at 176.6 billion meticals (about 15 million US dollars) the losses caused by economic crimes in 1997.

One of the areas of increasing crime is vehicle theft. In 1997, 360 cases were recorded. They joined about 22,000 pending cases, which represent tens of millions of dollars in losses. Here too, Maputo city, which has by far the largest fleet of vehicles, holds the record, with 94.5% of all recorded cases.

The traffic and consumption of narcotics is another area of sharply increasing crime. As regards drug taking, in 1997 1,012 addicts were treated in Maputo Central Hospital alone, which was an increase of 141 when compared with the previous year.

Drug consumption is closely linked to drug trafficking. Mozambique is regarded as one of the most important corridors for drug trafficking. Dozens of tonnes of the drug hashish have been seized on various occasions in Mozambique, in transit to other countries, disguised as tea or cashew for export. There are estimates that over the last five years about 220 tonnes of hashish has transited through Mozambique.

The judicial authorities also acknowledge that Mozambique is one of the countries used for money laundering, whereby the income from illicit operations is invested in legal undertakings, such as retail shops and the import of goods for resale. Cannabis is one of the drugs which provides income used to acquire goods for resale, in order to legitimise the money obtained through the trade in this drug.

Main aspects of the law on local authorities

The law passed in 1997 stipulates that there are two types of local authorities: municipalities in cities and towns, and settlements (povoações) in the headquarters of administrative posts. The role of the local authorities includes, apart from the conventional ones such as the environment, basic sanitation and the quality of life, public supplies, urbanisation, construction and housing, and the municipal police, a new type of function in social sectors such as health, education, culture, leisure, entertainment and sport.

The perception that local welfare relies on development led to inclusion of economic and social development as one of the main roles of a local authority.

The main local authority bodies are the Mayor, the Municipal Assembly and the Municipal Council. The Mayor is an executive position and he/she is elected by direct suffrage at the same time as the Assembly, which puts him/her on the same footing as the Assembly. One of the corollaries is that the Municipal Council, consisting of councillors responsible for portfolios, is appointed by the Mayor. The only limiting proviso is that half of its members must also be elected councillors, so as to give it democratic legitimacy.

Aspiring councillors have to be nominated by political parties or coalitions, but require the express support of at least 1% of the registered electorate in the respective local authority.

The intervention of civil society led to a significant innovation in the local elections, which was the possibility of independent candidates proposed by the same number of voters (1% of the registered electorate) without requiring support from any political party. This clause withdrew the monopoly of political party which is enshrined in the Constitution for state bodies.

Local finance is one of the critical points in the current system. The choice of 33 municipalities for the first local elections was made out of political reasons, particularly the pressure from the opposition and the international community. The government had warned that its initial proposal for 23 local authorities already went beyond the limits of financial viability. Although ceilings have been set for expenditure on staff remuneration to avoid excesses and government has made a commitment to maintain the current level of budget allocations to avoid any decline in revenue, the theoretical viability of the new local authorities seems assured for the time being only in major cities, such as Maputo, Beira and Nampula, which have a significant tax base.

The foundations of decentralisation

Decentralisation in Mozambique can be viewed from various angles. From the political point of view it can help consolidate peace through social inclusion. From the point of view of the relations between the administration and the citizenry, it assists the drive for greater transparency and accountability.

These arguments need careful analysis to avoid turning decentralisation into a magic wand that will solve the general problems of the political system. The municipalities do not live in a vacuum: they reflect society's political practices and conceptions.

Many people regard decentralisation as an instrument for improving the management of urban services. It is expected that the legitimacy of the new municipal leaders will allow them to be rigorous in the management of public funds, less susceptible to corruption, and more competent.

Box 3.5

Social protection networks and human development

In the African conception, kinship based protection networks (KBPN) are mechanisms for survival in a harsh environment and with scarce resources. They are based on kinship. In the countryside the social network basically covers relatives. In urban areas it is expanded beyond blood ties to cover regions and ethnic groups, religious beliefs, and political preferences. The KBPN have a financial structure whereby each participant receives or offers aid in the form of food, education, health, clothing, shelter, employment, bride price, opportunities etc in accordance with his/her situation. For each status there are rights and duties which are transmitted by traditional means to the members of the various networks.

The obligations in the network are based on a set of rules and statutes which are disseminated through interaction. The basic norm is that parents should support their children. This network is expanded to the whole collateral mesh of relatives, so that it also covers uncles and nephews. This list flows to other generations in a vertical line that moves above and below, so that it brings in grandparents and grandchildren. Any blood tie or affinity brings with it a series of obligations and rights. But these have been expanded to cover local, regional, ethnic or other bonds.

Political and religious leaders deserve a specific mention. In this KBPN they receive the social status of fathers and the institution in question acquires the status of a family. In this case social protection networks are established between the members of the religious congregation or political party, with the unity of belief or of political colour functioning in ways similar to those of a Kinship Based Network.

The traditional social protection network provides health, education, etc... and channels resources to maintain a certain standard of living, a contribution which reduces the rate of mortality and illiteracy in providing health care and places in schools or a scholarship abroad. The strategy opens a space for the development of human capacities and personal growth that benefit the members within the network.

Its drawback is that it undermines the legitimacy of the state, weakening its already feeble institutions, as well as weakening the prospects of economic development.

From the human development perspective, it is a matter of establishing the best ways to channel efforts, ideas and policies and transform the practices over time, so as to benefit more individuals, social groups and geographical regions. Therefore, rather than imposing conventional principles, it is perhaps a matter of accepting that the KBPN are functional, since they carry out a social role which neither the state nor other sectors of public or private domain manage to undertake.

The quid pro quo for greater participation through decentralisation is heavier responsibilities placed on the shoulders of citizens - which also presupposes greater awareness that services will improve through their contributions, in ideas, work or taxes.

This is still one of the unknown variables since there is no tradition of paying municipal taxes, in part thanks to the paternalistic attitude of the first years of independence, which created the culture that public services were a right and was extended into the subsequent phase in the form of dependence on aid. The success of decentralisation depends on triggering the generation of more resources and the mobilisation of technical staff and in finding reservoirs of experience not yet sufficiently exploited.

In Europe, decentralisation evolved out of communities of neighbours who came together spontaneously to solve their problems.

In Mozambique, regardless of its participatory virtues, decentralisation is still being induced from above, as a corollary of the implantation of the modern state. This may in part deprive it

of the ability to seek in tradition the foundations for its insertion and indigenisation. This is the greatest challenge.

If, on the one hand, decentralisation can be regarded as a process that is to some extent external, is it legitimate to ignore participatory tradition of the Mozambicans? The survival of the social structures during periods of acute crisis points to the richness of participatory forms that are present in African society, and in the Mozambican society in particular.

Through informal associations, groups of residents, charitable groups caring for the needy, families in difficulty, the old and the sick, mutual aid associations, councils of elders - all solve social and family disputes, regardless of whether they are shaped as a formal traditional authority. This is how the Mozambican society has faced and solved its own management problems.

Sustainable decentralisation should be capable of drawing from this experience and the immense traditional social capital, methodologies, ideas and functional structures that will allow it to advance the public good.

Simplicity of procedures ensures that the municipality is in permanent contact with all social strata and knows their potential for contributing to the solution of urban problems. The provision of urban services, such as waste collection, road maintenance and sanitation can be undertaken through labour intensive methods based on community participation, with due rewards and without costly technology.

One answer to the resource crisis lies in acknowledging and formalising the informal. Decentralisation will not solve the problem of scarce resources, but it makes it possible to seek alternative solutions. In adopting less formal ways of operating such as the use of community methods in the provision of urban services, the formalisation of what is regarded as informal is also a resource that will help to discharge the classical functions of a municipality. This could perhaps be one of the greatest contribution of Mozambique's decentralisation process to meet one of major challenges facing Africa, i.e. the reconciliation between the modern state and the real social organisation, between society and the citizen.

Beyond municipalisation

Local elections are a supplementary step in the pacification of the country insofar as they broaden the participation of the various political forces. This is all the more important given the fact that the present system is essentially bipolar, with two large parties occupying 98% of the seats in parliament, while other political forces representing 13% of the electorate have no representation at all in public institution. The interests of stability seems to indicate that it would be useful for the political system to be more inclusive, accommodating a wider range of interests in the management of the public good.

Box 3.6

The media: Maputo speaks...the country listens

One of the basic requirements for a democracy is that society should be adequately informed. Access to information allows informed choices and establishes the links between those who govern and those who are governed - an essential requirement for participatory and transparent governance.

Considering the number of existing media, one might jump to the simplistic conclusion that Mozambique is a country "reasonably well served" with information. The country has more than 40 periodical publications, two television stations, and about 20 registered radio stations to serve about 16 million inhabitants.

But for the Mozambican media, "the devil is in the details": only two of the 40 publications are produced outside the capital, Maputo. There are two daily newspapers, one of which *Diário de Moçambique*, is produced outside Maputo, in Beira. Curiously the paper sells half of its relatively small print run in Maputo.

The aggregate circulation of the two dailies, *Notícias* and *Diário de Moçambique*, is only 36,000. The "conventional" dailies are complemented by daily newsheets distributed by fax. There are at least five faxed dailies. They each cover a slice of the market that in general does not exceed 400-500 subscribers, with levels of penetration estimated at between 5 and 10 readers per copy.

The aggregate print run (declared but not audited) of the six large circulation weeklies is about 64,000.

All the mass circulation weeklies are published in Maputo, which makes the implantation on a national scale still more difficult. The costs of sending them to the centre and north of the country are prohibitive: about 15 to 30% of their cover price per copy. This poses additional problems for publishers operating in a market densely populated with publications. The publications with the greatest circulation sell 70-80% of their production in Maputo, but many have a print-run below the minimum needed, and keep a symbolic presence in the provinces in the hope of better days.

The situation of the radio stations is saved only by Radio Mozambique. An analysis based simply on ownership would indicate that currently there are five large radio stations: Radio Mozambique, RTK, Miramar, Terra Verde, Nova Paz. But a detailed analysis would reveal, for example, that Radio Mozambique, apart from its national station, also has provincial stations, that are relatively autonomous and regional in their programming. It also has the Maputo city station, Radio Cidade, an External Service in English, and the Interprovincial station for Maputo and Gaza provinces.

In terms of diversity at least, it can be said that Radio Mozambique offers variety. What is perhaps debatable is whether the proliferation of publicly-owned channels also results in a pluralism of supply, differentiated in terms of programming and levels of editorial freedom. But even were the programming not to the liking of the public, alternatives are scarce. The three private stations that broadcast from Maputo have a radius of coverage that basically covers Maputo city and province.

The medium term future for radio broadcasting looks more promising. Most of the registered stations which have not yet begun broadcasting are located in the northern and central provinces.

The television stations have a different fate. The public company Mozambican Television (TVM) is gradually expanding to the north, and has been installed in the centre for 4-5 years. In the near future, TVM hopes to transmit by satellite.

The Maputo-centred nature of the media is obviously reflected in their content. In most cases, in the publicly and privately owned media alike, it is Maputo that speaks for the rest of the country.

Chapter 4 – Economic Transition: what implications for human development?

Transition: from the economy of want to economic security

This chapter deals with the second of the two major components of human security identified at the start of Part 2 of this report: freedom from fear and freedom from want.

Freedom from personal, political and community insecurity can only be lasting when it is supported by freedom from want. But while the former is expressed through social peace, as discussed in Chapter 3, freedom from want depends on a close and sustainable link between economic growth and human development.

In this context, the determining factor for the prosperity and human development of the Mozambican population is not so much the existence of vast and rich natural resources in their country. What is determinant and decisive is how such resources expand the well-being of individuals.

Over the last four or five years, Mozambique has not only achieved a climate of peace and political stability, but has also reversed the trend and direction of its economy. The Gross Domestic Product (GDP) grew in real terms by 4.4% in 1994, compared with the previous year. Graph 4.1 shows economic growth between 1980 and 1998. After a slowdown in 1995, when the GDP growth rate was just 1.3%, growth increased to 6.6% in 1996, and to 14.1% in 1997 (INE, 1998b; see statistical appendix).

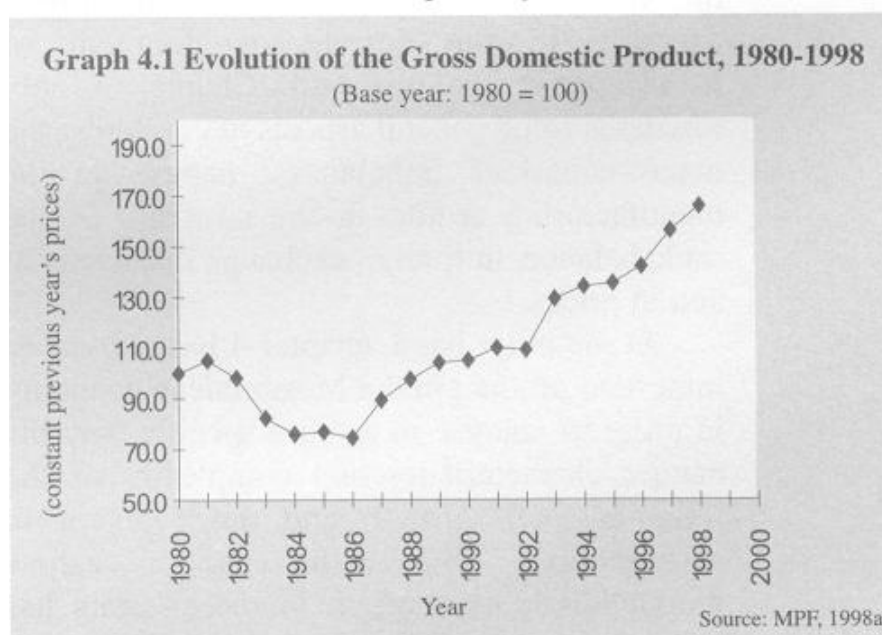
This recent economic recovery has led to hope among many business people and economic analysts, but has caused a certain apprehension and scepticism among many others.

The opportunities for local and foreign businesses are not the same. This is also true for the difficulties directly or indirectly linked to the productive process. But before speculating as to whether the recent economic recovery will

be sustainable, it is important to recognise that there is no rapid and sustainable human development without positive and sustainable economic growth.

After the deep economic crisis that Mozambique went through in the past two decades, its economy will still have to undergo a test of confidence in terms of dynamism, resilience, efficiency and sustainability.

Mozambique cannot be expected to ensure satisfactory and sustainable human development based on feeble and slow economic growth. The recovery, vitality and dynamism of the current Mozambican economy are promising, but so far insufficient to translate into a



reduction in poverty, protection of the environment, and real and sustainable human development.

Thus there are many questions, and so far few answers, few reliable certainties about the behaviour of, and the prospects for, the Mozambican economy.

To what extent will the economic growth currently noted in Mozambique contribute towards the human development of its own population? We are witnessing an economic growth of what, and for whom? What are the benefits and the costs of the current growth in terms of human development? Is economic recovery and revival accompanied by a reduction or an increase in poverty?

These and many other questions are related to, and indeed motivated by, the fundamental question chosen for this report on the relationship between economic growth and the human development of Mozambicans.

But it would be illusory to attempt an exhaustive discussion of the questions already posed, and the countless complex problems related to them. Certainly on future occasions it will be possible, for instance, to deepen the debate on poverty in Mozambique on the basis of the wealth of data recently made public by the INE (1997) and by the Planning and Finance Ministry (1998b).

For this first report, the most appropriate alternative is to discuss, in synthesis, the main characteristics and causes of the crisis which, in the 1980s and 1990s, made Mozambique figure in the statistics as one of the poorest countries in the world. This will be undertaken in the first sections of this chapter.

Chapter 4 then describes the efforts to re-establish economic growth in Mozambique between 1985 and 1997. Apart from the efforts to recover economic efficiency and overcome macro-economic imbalances, some initiatives were taken in order to strengthen the linkages between economic growth and human development. For example, at the start of the 1990s, the Economic Recovery Programme (PRE) was transformed into an Economic and Social Recovery Programme (PRES), with the aim of strengthening the links between economic reforms and their social implications.

Chapter 4 does not seek to describe the general situation of the national economy in an exhaustive fashion. More importantly, this report merely attempts to situate and promote the debate around a pertinent and urgent question in the current development of Mozambique. To this end, Chapter 4 only discusses some general aspects of correcting the macro-economic imbalances, namely in the manufacturing sector, in the structure of the trade balance, in foreign exchange management and in prices.

On the other hand, chapter 4 has chosen an important product in the Mozambican economy in order to analyse in a more specific way the nature, characteristics and complexity of the links between growth and development in Mozambique. This is the case of cashew production, a case which in recent years has given rise to fascinating controversies which illustrate the challenges faced in Mozambique's economic growth and development.

Cashew is not a unique case, but it is perhaps one of the most fascinating in the current Mozambican economy because it touches upon the main links between growth and development. The cashew question relates to agriculture, to industry, to domestic trade and to foreign trade. Secondly, the development of the cashew industry is also related to technological choices, to the influence of pricing policies on production and marketing, as well as to the development of infrastructure and human resources. Thirdly, cashew also relates to basic questions of poverty alleviation and ways to ensure freedom from want for the Mozambican population.

Thus, the cashew case is used in this report, not as something unique, but as a typical and relevant case which may be used to stimulate debate on similar cases in other sectors. Above all, this case seeks to illustrate, on the one hand, the importance of links between real economic growth and sustainable human development, and, on the other, the more general link between the two fundamental dimensions of human security:

- economic security,
- food security.

Box 4.1

Economic growth and human development: an indispensable link but not automatic
Economic growth and human development go together in the long term, but there is no automatic link between them - a simple, but frequently forgotten fact... The linkages between growth and human development have failed in too many countries, for too many people... but neither economic growth nor advances in human development are sustainable without the other.

... Economic growth, if not properly managed, can be growth without job creation, without the right to an opinion, inhuman, rootless and with no future, and thus prejudicial to human development. The quality of growth is thus just as important as its quantity - for poverty reduction, human development and sustainability.

... The links between economic growth and human development have to be deliberately forged and regularly strengthened by a skillful and intelligent management policy... But in order for this to happen, new patterns of growth will have to be developed and sustained in the 21st century, and new mechanisms must be built to integrate the weak and the vulnerable into the expanding world economy.

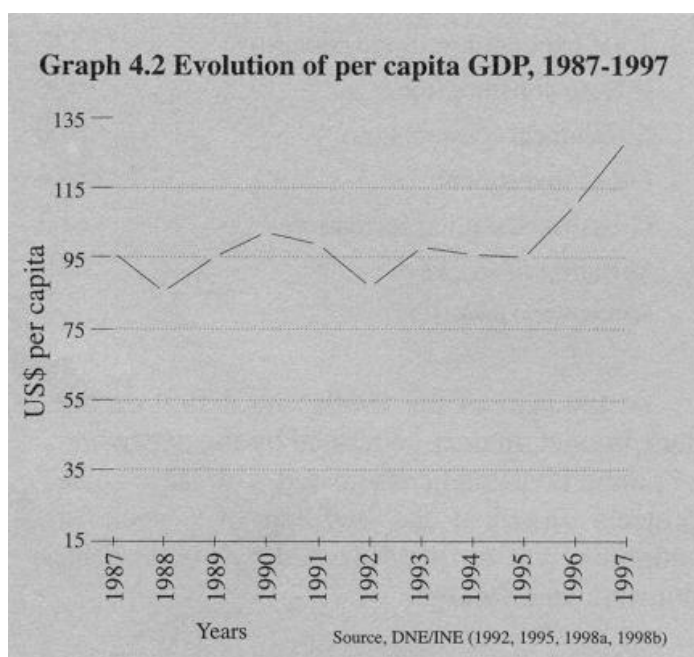
Source: HDR, 1996

Why one of the poorest countries on earth?

The behaviour of the Mozambican economy over the past two decades has been characterised by a succession of deep and radical crises, which, in the last ten years, led international organisations such as the World Bank and the United Nations to regard Mozambique as one of the poorest countries in the world.

Among other factors, this image derived from the extremely low per capita GDP in Mozambique in the mid-1980s. The official data on GDP and on population, published by the DNE (1992, 1995) and by the INE (1998a, 1998b) in their Statistical Yearbooks, allow us to note the evolution of per capita GDP between 1985 and 1997 (Graph 4.2).

It is estimated that in 1985 per capita GDP was about US\$ 28, and about US\$ 30 in 1986. This was about 4.4% of the average figure in sub-Saharan Africa, and 25% of the per capita GDP of Chad, the penultimate country in the classification made at the time by the World Bank.



It should be noted, however, that per capita consumption in the 1985-86 period is estimated at about US\$ 190 per year, or six times more than the 1985 level of per capita national income. Why this difference? It is explained by the role of foreign aid in national consumption.

In 1987, there was a sharp recovery of per capita GDP to US\$ 96. After a fall in the following year, per capita GDP rose to US\$ 102 in 1990, but fell back again in 1992 to US\$ 87. This was the worst year in the 1990s.

Finally, per capita GDP has risen in a speedier fashion from about US\$ 95 in 1994 to US\$ 110 in 1997.

Following macro-economic stabilisation, the continuation of the war, and the concomitant fall in national income, per capita consumption also dropped to about US\$ 84 in 1994. Which means that in the process of stabilisation, per capita private consumption came more into line with national income.

Characteristics and causes of the crisis

In the decade between 1970 and 1980/81, the Mozambican economy regressed in all aspects (see Table 4.1).

The effects of the crisis in the international markets (particularly the effects of the increase in the international price of oil and of manufactured goods in 1974), the decolonisation crisis (1974-1977), and the effect of the economic sanctions against what was then Southern Rhodesia (1976-1980) have been the main factors generally used to explain this regression in economic development.¹

However, it is not only the impact of particular exogenous factors that count towards the total effect on the economic development and human progress of a country, but also the response by governments to these external shocks.

These responses depend largely on the conditions of the economy when the shocks occur, including the nature of the economic and political system.

From 1980/81 the tendency of the economy to decline worsened, as can be seen from Table 4.2.

The war was undeniably one of the important factors in the deterioration of the economic and human situation of the country in this period. However, despite the adversity of external factors and of the war, not everything in the

Table 4.1
Basic indicators of economic growth
in Mozambique, 1960-1980

Item	Average annual growth (%)	
	1960-1970	1970-1980
Agriculture	2.1	-1.5
Mining	5.7	-0.8

Table 4.2
Economic growth indicators, 1980-1990

Items	Average annual growth (%)
1. Gross Domestic Product (market prices)	-4.3
Agriculture	-11.1
Industry	-8.4
Services	6.2
2. Balance of trade	
Exports of goods and services	-18.1
Imports of goods and services	-5.5
3. Total expenditure in the economy	-3.4
Private consumption	-0.9
Government consumption	-10.8
4. Gross investment	-23.1
Gross fixed capital formation	-23.1
Variation of stocks	0.0

Source: World Bank (1989)

development of the Mozambican economy in recent years can be reduced to these events. An important factor was the option for a centrally planned economy, and economic policy measures that were inappropriate to the economic and social conditions of the country.

For example, although on attaining independence in 1975, Mozambique was suffering the extremely negative effects of the international energy crisis, between 1976 and 1986 there were substantial cumulative gains in the terms of trade.

Mozambique's gains resulted mainly from the evolution of prices for primary agricultural produce and for marine produce, which as a result came to occupy a preponderant position in the country's export earnings as from the early 1980s.

The Mozambican authorities reacted to momentary progress by expanding public investment programmes. But these could not be accompanied by a realistic expansion of maintenance and operating budgets. On the contrary, both the financial effort of the war and that of expanding investment had the effect of reducing the capacity to finance recurrent operational and maintenance costs.

Furthermore, when the additional income deriving from variations in the terms of trade declined, public investment continued to grow. Given that production and national income had contracted, the additional resources needed to finance the expansion of public investment would necessarily have to come from government indebtedness, both to the domestic economy and to the rest of the world.

Thus in the period from 1979 to 1982, Mozambique entered upon a spiral of foreign debt, and the state undertook a series of measures to sustain its public investment and social subsidy programmes, the effect of which was to extract resources from the rest of the economy.

That was the case with the policy of prices set by government in industry and agriculture, which did not cover the costs of production. This pricing policy enabled the state to carry out a programme of supplying essential goods at low prices which artificially reduced the budgetary value of the effective subsidies offered to consumers.

At the start of the 1980s, the deficit on the state budget, mainly generated by the expansion of public investment associated with large-scale projects aimed at the building of a socialist economy, was mostly financed by public debt, domestic and foreign.

The public sector's net domestic debts to the banks rose from practically nothing at the end of the 1970s to about 10% of GDP between 1984 and 1986.

There were two opposing trends in the state's foreign indebtedness. From 1980 to 1982, the net entry of funds mobilised through the state's foreign indebtedness amounted to about 9% of GDP. But, as the creditors grew aware of the inability of the Mozambican economy to repay, and as the international debt crisis bit deep (starting with the Mexican moratorium in April 1982, which was followed by a rationing of credits to developing countries by their international creditors), the entry of new loans to Mozambique fell drastically to 1% of GDP in 1983.

Consequently, when the country came to the stage of honouring its contracts for paying the service on debts contracted in previous years, a net outflow of resources from the country began. In 1984 this outflow amounted to 1.5% of GDP. It declined in the following years because the country began to accumulate arrears in payments. This in turn led to a substantial increase in the debt stock.

As from this period, the country's indebtedness entered the phase of debt crisis, in which it was forced to contract new loans in order to honour old undertakings, or else it was obliged to allow debt to accumulate through added arrears and the recapitalisation of interest. This

generated a spiral of a loss of credibility in terms of credit-worthiness which isolated the country almost completely in the international markets.

This is the context in which one should seek to understand the impact of macro-economic stabilisation on human development and on poverty in Mozambique. The contraction of consumption to bring it more into line with the real capacities of the national economy, whose production and income were declining or growing at a rate inferior to population growth, had to result inevitably in a reduction in well-being, that is, in a deterioration in human development indicators.

Historical factors such as the heritage of Portuguese colonialism, less favourable conditions on international markets, and the politico-military instability in the region and its relationship with the cold war in part explain the failure of the Mozambican economy.

Since the mid-1980s changes have been undertaken in Mozambique's economic and political regime, in order to counter the negative results of past development policies, seeking to stimulate economic growth and the improvement of living conditions. These changes include the democratisation of political institutions and the introduction of a free market economy.

Structural adjustment and the re-establishment of economic growth: 1985-1997

Macro-economic stabilisation seeks to restore the internal and external balance of the economy, bringing private and public sector expenditure into line with national income and sustainable levels of aid and indebtedness. It therefore necessarily has costs in terms of consumption and well-being.

Structural adjustment aims to alter economic incentives to consumers and producers in order to promote efficiency in the economy. In the final analysis, adjustment has positive effects on economic growth, employment, consumption and well-being, in the long term. But must the stabilisation and adjustment measures inevitably have negative effects on social and human development factors in the short term?

The opinion of economists is divided on this. There are at least two main positions. On the one hand, economists such as Kuznets and Kaldos, as well as institutions such as the World Bank and the International Monetary Fund (IMF), believe that in the initial phases of economic growth, deterioration in income distribution is inevitable, because the benefits are only sufficient for the rich (HDR, 1996: 6). On the other hand, authors such as those who have been associated with the GHDRs reject the inevitability of conflict between growth and equity. For example, the 1996 HDR states:

"The traditional view that economic growth in the early stages is inevitably associated with deteriorating income distribution has been proved false... Well-developed human capabilities and well-distributed opportunities can ensure that growth is not lopsided and that its benefits are equitably shared. They can also help in getting the most growth" (HDR, 1996: 6).

This section undertakes a brief analysis of the social impacts (potential and verified) of stabilisation and structural adjustment in Mozambique, as well as a brief survey of the characteristics of the alleviation/mitigation measures introduced to deal with the social costs of these policies.

Reforms in the productive sector

Agriculture and development

The importance of agriculture is shown, above all, by the fact that it involves 80% of the population. Even though it only contributes about 25-30% of the volume of the GDP, about 70% of aggregate export revenue derives from agricultural produce and renewable natural resources. For at least half the rural population, agriculture is the main source for obtaining the

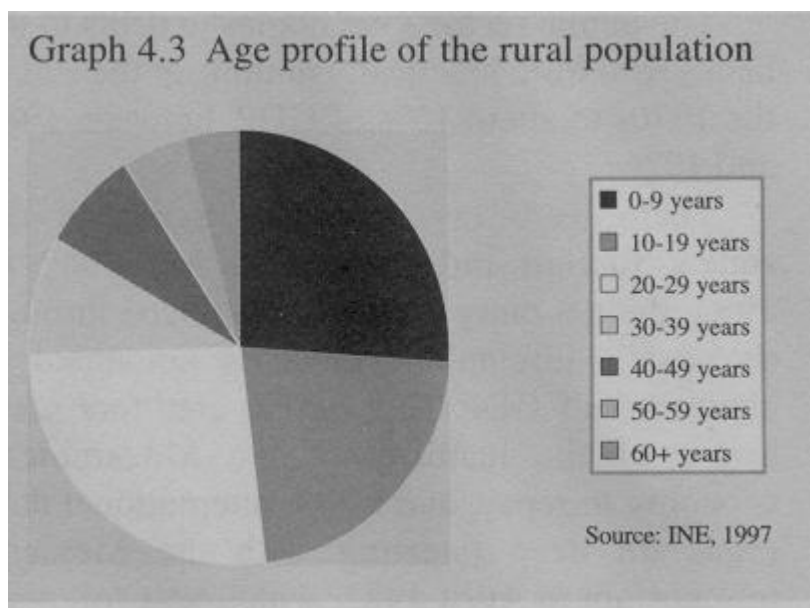
resources needed to ensure food, health care and education, and is therefore the main means whereby members of rural households participate in the economic and social development of the country.

Implications of agricultural policy

The development of the agricultural sector, particularly the production of family producers, is vital for the food security of the population. Furthermore, the link between industry and agriculture is key for the country's economic growth.

Mozambique inherited from colonialism a situation in which the development of the countryside, in terms of access to basic education and health services, and of infrastructure, was amongst the poorest, even by the standards of sub-Saharan Africa.

The policies followed after independence had a variety of different effects on the countryside. On the one hand, there was an effort to improve access to education and health services which won the recognition of the international community. On the other hand, an economic policy resting on the administration of all markets, and the attempt to impose ways of organising life and production out of line with tradition and existing capacities resulted in breakdown and a regression in the integration of the rural economy into the overall economy.



This situation became worse with the generalised insecurity caused by the war which led to a massive displacement of the rural population, both within the country and over the borders. The economic policy measures introduced under the structural adjustment programme in general had a positive impact on the rural economy, expressed in the gradual liberalisation of markets for produce, and a pricing policy that took the laws of the market into account.

The establishment of peace in 1992, and favourable weather conditions, assisted in normalising social and economic life, bringing new opportunities for rural development. The visible increase in agricultural production in recent years shows that the peasants, albeit in an incipient way, are responding to opportunities where they exist.

With the almost total elimination of the main external factors that were the most evident causes of constraints, the question of making economic policies appropriate to the goal of high rates of economic growth takes on greater relevance. Furthermore, it is important to analyse whether these policies are in line with the goal of an economic growth that promotes human development.

Although it is indisputable that increased competition in the market for agricultural produce, which results largely from the new macro-economic management policy framework, is contributing to stimulating agricultural production, it can also be conjectured that the boom of recent years may be linked to the combined effect of an increase in the area cultivated, caused by the end of insecurity and the return of displaced people to their home areas, plus favourable rainfall.

Analyses of agricultural production show that important constraints persist, which certainly cannot be eliminated or minimised merely by the effect of market forces. Among these, one should stress:

- The existence of important sectors of the rural population who are economically isolated; and
- The paradox of crises caused by increased production of essential products, because of the incapacity of the commercial system to absorb them, and because of the relative segmentation of the regional markets (essentially between the north and the south).

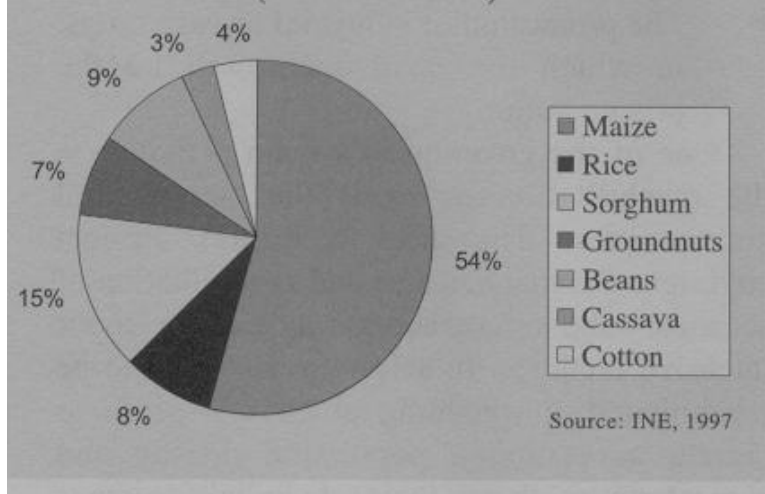
Economic isolation can be defined as a limited economic interaction between households - in terms of sales and purchases of goods and services - and the economy beyond the household and its immediate area. One important motive for economic isolation is unfavourable terms of trade: i.e. the prices that peasants pay for the goods they buy may be excessively high in comparison with the prices they receive for the goods and services they have to sell. This may result in lack of incentives for producing surplus crops for sale, and in adopting the strategy of producing for subsistence.

The current situation, in much of the rural economy, can be explained in these terms. The destruction of infrastructure - roads, bridges, shops etc. - contributed to this by making huge areas of the rural economy inaccessible. This increases the costs of traders, who react by passing on the costs to the producers, by buying their produce at low prices and selling industrial goods to them at high prices.

Apart from the role of infrastructure and transaction costs that affect the supply side of the market, one should also consider to what extent demand contributes to economic isolation. Indeed the size of the market in terms of the number of consumers and their purchasing power, and their geographical dispersion, has important implications for transaction costs and profitability.

The marketing of surplus peasant production is far and away the most important aspect of economic isolation, insofar as it forms the basis for generating resources for the expansion of

Graph 4.4 Structure of agricultural production (1995-96 season)



consumption beyond the limits of household production. Here transaction costs, which include transport, loading, unloading, sale etc., play an important role. The motivation for traders to visit a community to purchase agricultural produce depends on the number and volume of transactions that can potentially be undertaken with this community. Communities with small amounts of surplus may be ignored because of the high costs of transport.

It may thus be concluded that there are several motives that make marketing of agricultural produce difficult under the prevailing conditions in the Mozambican countryside. The small scale of family sector production, the geographical isolation of communities, and the size of rural communities as consumer markets, all contribute to increased transaction costs.

Clearly, looking into the structural nature of poverty and of rural vulnerability, that is, economic isolation, is critical from the point of view of economic and human development. Reducing economic isolation depends on factors such as: reducing transaction costs, reducing the peasants' production costs, increasing access to credit, increasing productivity, and increasing the potential volume of goods to be marketed. Infrastructure development - the roads and bridges - is evidently the first step in this direction. The development of new agricultural technologies, and publicising them through extension services, also helps, because it lowers production costs and increases the volume of production.

The government's response

The government has just launched its National Agricultural Development Programme, PROAGRI, which is defined as a programme for intervening in the sector through public investment, or a programming of public expenditure for the sector. Essentially, the programme seeks to attain the following objectives:

- Poverty alleviation;
- Food security;
- Job creation; and
- Improving the balance of payments.

The programme proposes to facilitate agricultural production and marketing, regarded as the main vector for gradually achieving poverty alleviation and food security. The family sector is mentioned as the main beneficiary of the programme. In centring its activities on the family sector, PROAGRI lays down that all efforts will be made so as to ensure that the private sector enjoys an economic environment necessary for the competitive development of commercial agriculture, stressing the role played by this sector in intensifying production and in stimulating internal and external marketing.

PROAGRI is adopting the strategy advocated in the Agricultural Policy and Implementation Strategies which seeks "to transform subsistence agriculture into an agriculture where production, distribution and processing are increasingly integrated, tending to produce family sector surpluses for the market, and also to develop an efficient and competitive business sector". In this context, the programme defines three main intervention strategies for the agricultural sector:

- Reform and institutional modernisation, paying particular attention to strengthening the capacity to draw up sectoral policies facilitating the country's agricultural development;
- Strengthening the development capacity of the public services supporting agriculture, livestock, forestry and wild life, with a view to expanding production and increasing agricultural productivity;

- Sustainable management of natural resources: land, forests, wild life and inland waters.

Under the strengthening of public agricultural services, PROAGRI establishes that research services are to seek technological development for family production systems, including support for the seed chain. Integrated research of all agricultural functions will allow the production and adoption of at least one technology per agro-ecological region during the five years of the programme.

There will be a state rural extension network, with limited coverage (about 36 districts), and an expanded extension network in partnership with the private sector, associations and NGOs. Partnerships with the private sector are already a fact as regards the cotton companies with concession areas, where they provide technological support both for cash crops and for food crops. Partnerships with NGOs will be better structured and organised through conventions and agreements to be signed during PROAGRI implementation.

To provide wide-ranging assistance to producers, extension services in agriculture, livestock and forestry will be integrated into a single system, so that the approach may be standardised with the potential for greater benefits. In coordination with other ministries and with INDER, the Ministry of Agriculture and Fisheries will lay the foundations for establishing rural development nuclei, giving priority to the regions with greatest agro-ecological potential.

In the framework of Support for Agricultural Production, activities will be undertaken seeking:

- The provision of high quality seeds and other essential inputs, involving the private sector, associations, extension services and rural traders;
- An early warning system alerting producers to environmental conditions damaging to agricultural activity;
- Prevention and control of pests and diseases;
- Promotion of post-harvest activities, by publicising the technology for conserving produce and for local processing, in coordination with research and extension;
- The promotion of industrial or cash crops, in which the main agent will be the private sector.

One of the government's main activities is the rehabilitation of roads that serve rural communities. The Access Routes Project envisages the maintenance and rehabilitation of secondary and tertiary access roads, using labour intensive methods. In selecting the roads to be rehabilitated, a weighting of 55% is given to current accessibility, population density and characteristics such as their role in links to zones that produce export crops.

It may be concluded that the main actions and measures needed to reduce the economic isolation to which a large number of rural communities are condemned, and thus establish the conditions to increase incomes and lift living standards through agricultural production and marketing, are to some extent covered by the government's policies and programmes. However, some observations would be appropriate as to their effectiveness, given the scale and magnitude of the problems.

Altering the conditions under which peasant production takes place requires strong public intervention, not only in the rehabilitation, construction and maintenance of infrastructure, such as roads and bridges, and in providing extension services, but also in facilitating the restoration of the ruined trading network, and even a sharper intervention in establishing and stabilising prices.

It thus seems appropriate to question the reduction of state intervention, bearing in mind the serious constraints in the countryside where solving or minimising them demands appropriate public sector intervention.

Recognising the existing limitations in terms of the government's institutional capacity to formulate and manage projects and programmes aimed at the countryside, the experience of NGOs should be valued, and their participation in rural development should be promoted in a systematic and institutionalised way. Above all, the NGOs could be of great use in establishing forms of peasant organisation, which is one of the major limitations on peasant access to services supporting production, as well as on strengthening their market position.

Eventually, the state in collaboration with donors might make financial resources available for NGOs to implement rural development projects, awarded through tender.

Production and incomes in the manufacturing sector

Given the fragility of the available statistical data, this analysis is subdivided into two periods, 1990-92 and 1992-96. For these periods, the factors investigated can be analysed with a minimum of consistency (at least in terms of trends).

Continuing the growth trends noted in industry since the start of the PRE, the real gross product of the sector showed a growth (economic recovery) in the order of 16% between the first quarter of 1990 and the last quarter of 1991 (24 months).

1991 was a year of still greater expansion of production, since production in the third quarter was 42% higher than in the first quarter, but dropped slightly in the fourth quarter. This declining trend continued in the following year. In the last quarter of 1992, the real gross production of manufactured goods was only 73% of the level achieved in 1990, and much lower when compared with the last quarters of the two previous years (1990 and 1991). In short, after an initial expansion facilitated by access to funds in foreign currency for the import and replacement of machinery, spare parts and stocks of raw materials, manufacturing production began to weaken as from 1992. In terms of employment, the performance of industry was still more disappointing.

The year 1990 saw the start of a period of decline in employment in manufacturing industry, from which the economy has not yet recovered. Between the first and the last quarter of this year, employment in this branch of the economy fell by 47%. Since that year industry has never suffered such a contraction in the workforce in just 12 months. In the period under consideration (first quarter of 1990 to the last quarter of 1992) the highest point of recovery came in the first quarter of 1991, when the level of employment was 86% when compared with the first quarter of the previous year. In the last quarter of 1992, the sector employed only 77% of the workforce of three years earlier.

These figures bear witness to crucial aspects of structural adjustment. The increase in real production in the first years of the PRE, together with a reduction in employment, suggest that there were substantial gains in productivity in manufacturing industry in this period. One of the characteristics of the previous economic regime was a guarantee of jobs over and above the financial capacity and productive needs of companies.

Performance of incomes

Nominal wages tripled between the first quarter of 1990 and the last quarter of 1992. However, in the last quarter of 1992 the real wages in terms of product (that is, the nominal wage corrected by the factory-gate industrial producer price index) was only 78% of the level reached in the first quarter of 1990. Because this wage is corrected by the producer price, it is a measure of the relative profitability of the company: in selling the product, the company

receives more per unit of cost with the same labour. On the other hand, real wages in terms of consumption (that is, the same nominal wage corrected by the consumer price index) rose by 55% between the first quarter of 1990 and the last quarter of 1992, which means that their wages now allowed the workers to buy more basic goods.

The picture that emerges from the analysis of these data is that both the workers who retained their jobs in the manufacturing industry and the employers made gains from adjustment in this period. This is also attested to by the fact that the share of the gross product between labour and capital/employers barely changed at all between 1990 and 1992, despite the relative fluctuation, and if one excludes from the analysis the readjustment downward of labour's share that took place between the first and second quarter of 1990 (followed by a gradual recovery, as production and productivity improved).

It would, however, be a mistake to take these results as a measure of the absolute success of adjustment in industry. What these figures suggest is that during this period there was a kind of collusion between labour/the trade unions and capital/the employers. Labour accepted unemployment, as long as those who remained at their jobs enjoyed better remuneration. The employers accommodated demands for wage rises to help workers maintain or even increase the level of their wage income in terms of real consumption. It would be necessary to consider the costs of the unemployment that was produced, in terms of well-being, in order to assess the net social effects.

In any case, one could argue that the social cost of this adjustment is excessively high. The social welfare system in Mozambique is not sufficiently developed, and nor does it have the resources, to guarantee assistance to the unemployed. Apart from this, in the absence of an effective system to mitigate the negative effects on those who suffer from this pattern of adjustment, it creates feelings of exclusion, demands and even violence, which could endanger or wipe out any positive achievements. Given the weakness of the government's economic power, and the state of war through which the economy was then living, one of the consequences of increased unemployment in manufacturing industry would have been a rise

Table 4.3

Indicators of the evolution of manufacturing industry in Mozambique between the first quarter of 1990 and the fourth quarter of 1992

(QI90 = 100)

	QI90	QII90	QIII90	QIV90	QI91	QII91	QIII91	QIV91	QI92	QII92	QIII92	QIV92
Gross production												
Nominal	100.00	146.63	170.78	157.48	138.60	170.25	211.45	233.27	196.16	275.87	267.00	248.55
Real	100.00	131.18	141.91	128.63	101.78	113.85	115.60	116.52	77.52	103.89	80.61	72.90
Employment	100.00	76.34	70.84	62.61	86.07	83.90	85.37	84.93	78.32	77.31	78.24	77.28
Wages												
Average nominal wage	100.00	112.62	121.81	139.67	126.75	153.77	173.32	199.29	228.57	231.23	232.48	306.89
Real wage in terms of product	100.00	100.75	101.22	114.08	93.08	102.83	94.75	99.55	90.33	87.08	70.18	78.62
Deflators												
Consumer price index	100.00	107.20	108.30	116.20	130.90	142.50	142.90	149.90	168.80	178.00	176.00	198.00
Producer price index (factory gate)	100.00	111.77	120.34	122.43	136.18	149.54	182.92	200.19	253.05	265.53	331.25	390.34
Income distribution indicators												
Real producer price: by the cPI	100.00	104.27	111.12	105.36	104.03	104.94	128.01	133.55	149.91	149.18	188.21	197.04
Real wage in terms of consumption	100.00	105.05	112.47	120.20	96.83	107.91	121.29	132.95	135.41	129.90	132.09	154.92
Share of labour in the gross product												
Ratio	0.57	0.33	0.29	0.32	0.45	0.43	0.40	0.41	0.52	0.37	0.39	0.48
Index	100.00	58.63	50.53	55.53	78.71	75.78	69.98	72.56	91.27	64.80	68.13	83.35
Exchange rates												
Bilateral official/in MT/US\$	866.00	933.30	942.90	974.10	1,048.70	1,393.80	1,521.80	1,773.60	1,933.00	2,318.40	2,743.60	2,736.30
Index:	100.00	107.77	108.88	112.48	121.10	121.10	160.95	204.80	223.21	267.71	316.81	315.97
Percentage variation	5.76	7.77	1.03	3.31	7.66	32.91	9.18	16.55	8.99	19.94	18.34	-27
Bilateral parallel/in MT/US\$	1,966.7	2,240.8	2,404.3	2,006.3	2,085.4	2,100.00	2,268.30	2,316.7	2,450.00	2,833.30	3,155.00	3,230.00
Index:	100.00	113.94	122.25	102.01	106.04	106.78	115.34	117.80	124.57	144.06	160.42	164.23
Percentage variation	3.06	13.94	7.30	-16.55	30.94	0.70	8.01	2.13	5.75	15.64	11.35	2.38
Interest rates for manufacturing industry												
Nominal average rate	20.50	21.20	21.10	30.40	30.30	30.30	33.20	36.10	36.10	41.00	41.00	41.00
Real average rate	-35.9	-20	-13.9	-7.8	-0.6	-2.6	1.30	7.00	7.10	16.10	17.90	8.90
International prices	100.00	102.20	104.00	106.40	108.60	110.80	112.80	115.10	117.00	119.40	121.00	

Source: Roberto J. Tibana, in Chapter 11: African economies in transition (Editor Berg), MacMillan Book Series (December 1997).

Based on a sample of 72 companies extracted from the records of the National Statistics Board.

Quarterly bulletin of the Bank of Mozambique (various issues, 1990-1993).

International Monetary Fund.

Despite the shortage of comparative data to extend the analysis to subsequent years, there are signs that the militant tendency in the labour force is continuing and that at least this group of Mozambican workers has to some extent managed to protect the real value of its wages, although this does not necessarily mean that per capita consumption has been equally protected.

First, an analysis of the available data, covering the period between the first quarter of 1992 and the first quarter of 1997, shows that real wages in terms of consumption have continued to rise. This is all the more significant if one takes into consideration that this increase in the purchasing power of the average wage occurred even in the years of explosive inflation, 1993 and 1994, and that only in the following years, with the slowdown in the general level of price rises was there also a slight adjustment downward in the level of real consumption wages.

Secondly, as from the second quarter of 1995, the average wage in manufacturing industry, which had been deteriorating in comparison with other sectors of the economy, recovered substantially, restoring the parity which had existed at least four years earlier.

Third, as from the second quarter of 1993, the average wage in manufacturing industry has tended to increase at a higher rate than the prices of some important inputs, notably petroleum products. The same trend can be noted in the general average wage in the economy, though in this latter case, there was a slight correction downward as from late 1995 (although this has also not restored the parity of three years ago).

This all reflects a loss of competitiveness of national industry, as a result of increased costs related to wages. Furthermore, it reflects a displacement in costs that favours the replacement of labour by machinery: theoretically, if the trend is for wages to grow faster than the cost of fuel, it becomes more attractive to replace the use of human force with the force of machines that use this fuel which is becoming relatively cheaper. What could be very serious for the Mozambican economy is that, if this trend persists for long periods, it could lead to investment patterns that are not appropriate to the relative availability of productive resources in the economy.

If taken as a fundamental indicator in investment decisions now being contemplated by the private sector, re-launching itself after the war, the trend brings the risk that the reconstruction of the economy will be based on distorted technological choices.

Correcting the macro-economic imbalances

The essence of the economic crisis and of the macro-economic imbalances can be summed up as follows: the Mozambican economy was producing less and less, but was consuming and investing more and more.

This is only possible with resort to indebtedness and foreign aid. But both these sources of funding excess expenditure cannot be maintained indefinitely. There comes a point where correcting the macro-economic imbalance is imperative in order to create the conditions for long term positive growth.

The Mozambican authorities became convinced of this fact and, as from 1984, embarked on a series of economic reforms seeking to correct the imbalances generated in previous years. In 1987, a series of reforms, that counted on the support of the World Bank and the IMF, known as the Economic Recovery Programme (PRE), was introduced. The programme was later transformed into the Economic and Social Recovery Programme (PRES), precisely in order to stress the recognition of social aspects in the implementation of structural adjustment.

The main impact of the PRE/PRES was the re-establishment of economic growth. GDP, which had declined by about 30% between 1980 and 1986, grew between 1986 and 1994 at an average annual rate of 6.3%, which allowed an annual growth in per capita income of around 4% over the same period.

In the macro-economic framework, the PRES concentrated on setting up an appropriate macro-economic environment, with a competitive exchange rate, sustainable budget deficits, and a low rate of inflation, favouring savings and private investment.

For the private sector, the effect of macro-economic stabilisation translated into a more favourable environment for private property. Thus, while in 1986 current consumption and private investment represented respectively 97.6% and 4.4% of total income, in 1987 these proportions had changed substantially to 83% for consumption and 7% for investment. This trend continued until 1993, when expenditure on private consumption represented 55% of the income of households and companies, while expenditure on capital investment represented 35.3%.

In short, the liberalisation of the economy and peace had a substantial impact in changing the consumption and accumulation patterns of the private sector of the Mozambican economy. They facilitated the replacement of the productive physical assets of the private sector, which had been dilapidated during the period of socialist orientation and war.

As for the public sector, macro-economic stabilisation followed two main lines. First, cutting expenditure to accommodate it to the government's net revenue; and second, facilitating the government's access to foreign assistance in the form of grants and soft loans, while at the same time it was forced to honour debt service obligations. The state was thus transformed into one of the channels through which donors transferred resources from abroad to finance the economy.

Thus the strategy of macro-economic stabilisation in Mozambique also sought to reverse the trends whereby the state used mechanisms to extract resources from the rest of the economy, expand its own influence and provoke negative accumulation in the private sector.

As from 1987 it was the state that had gradually to stop consuming more than the national economy could support, and re-orient resources towards financing private sector accumulation. Later this included privatisation.

There is a growing consensus that improving human well-being requires a stable macro-economic framework. Insofar as growth is viewed not as an end, but also as a means for greater productivity, a stable macro-economic environment is a basic requirement for encouraging accumulation and ensuring effective use of human capital.

Although disagreements may remain concerning the details, there is a consensus within development theories that a stable macro-economic environment includes:

- a low to moderate rate of inflation;
- a stable exchange rate and positive interest rates which realistically reflect the trade-off between present and future consumption.

These indicators of relative prices are associated, respectively, with a moderate monetary expansion, a current account deficit largely covered by flows of direct foreign investment, and a reduced and tolerable fiscal deficit.

The macro-economic framework in Mozambique can be regarded as "stable" on only one of these criteria: reduced inflation. Since 1995, the real exchange rate has been substantially overvalued, and real interest rates remain at unrealistic levels to such an extent that these relative prices are both distorted.

What causes these distortions? An unsustainable structural deficit on the current account, covered by massive flows of concessional foreign aid, and an equally massive structural budget deficit financed by the same flows of foreign aid.

It can be considered that the high levels of economic growth in Mozambique in recent years have been sustained artificially by massive flows of foreign aid.

The challenge for Mozambique's development is to keep up economic performance with a realistic level of foreign assistance.

The current discussion on the factors that help make the country's economic growth unsustainable intends to encourage neither optimism nor pessimism, but to stress the need for a greater dose of realism.

Box 4.2

Trade unions and structural adjustment

“...From the moment they were set up as a breakaway from the Organisation of Mozambican Workers (OTM), the strategy of the free unions has followed two phases. In a first stage, more or less until 1994, we negotiated increased wages and improved working conditions, without conditioning the results to maintaining the same number of jobs. There was therefore heavy loss of jobs in this period. But it's not because the unions weren't concerned about the unemployed. We were aware that during the socialist regime companies were obliged to keep an excessive number of workers on their books. There was a lot of idleness and absenteeism, and low productivity. And we knew that defending this would not advance the trade union struggle, and was not in the interest of the workers. We therefore accepted, to some extent, the sacrifice of unemployment in a phase which we regarded as transitory.

We know that the transition to a market economy has consequences in company and management restructuring. We prefer this so that we can gauge the exact level of employment and unemployment. We knew that to improve wages it was necessary to increase productivity. And we know that when productivity increases, the trade union struggle gains in strength and has a greater chance to improve the living standards of workers and their families. We want to negotiate with the employers without the obstacle of “exogenous” factors from the socialist past.

This process is also accompanied by privatisation. But it also happens that in many cases companies are being privatised to people who don't have the ability to invest and manage them better. Because it's also true that in the past good managers were not trained.

But in a second phase, apart from wage rises we are fighting to maintain and even increase the number of jobs. We think that in the past (and even in the present) the government made the mistake of not allowing the formation of a national capitalist class, and favoured foreign businesses. The programmes to support small and medium national businesses were almost nothing, or were not operational. And our strategy, as we thought of those who lost their jobs in the first phase, added a new element: putting pressure on the government, and suggesting that it create or activate those programmes in support of small and medium national business. We even suggested that funds raised from privatisation be used for this. It was thus that the trade unions, particularly the independent unions, persuaded the government to set up FARE. The government came along later and said that this fund ought to prioritise the rural areas. We know that this is partly an attempt to remove from the trade unions the ability to control what in fact is done with these funds. But we also think that if this goal is achieved, it will also meet our objectives, since many of our workers depend on support from their families who are often working in the rural economy, and they want good production and marketing.

It was like that in the past, and it's still a fact that Mozambican workers are linked to and dependent upon the rural economy of their families. When we negotiate we take into account not only the worker, but also his family. The war which caused the displacement of people into the cities, and the unemployment that has risen with the stabilisation and structural adjustment programmes, have raised the dependency rates. This increase in the number of dependents is also taken into consideration during negotiations. Hence it is not just wages and keeping existing jobs that concerns the free unions, but also the creation of new jobs. The other main reason why we insist on support for national business is because we believe this is the only way of creating a market economy with a national basis, which is more secure than when development depends solely on investment by foreigners...”

Source: Edited version of an interview with Jeremias Duzenta Timana, General Secretary of the National Union of Building, Timber and Mining Workers (SINTICIM).

Structural deficit on the trade balance

The Mozambican economy displays a severe external imbalance. Table 4.4 shows that despite a recovery in the volume of exports, which reached an annual average of US\$ 200 million in the 1995-1997 period, compared with an average of US\$ 119 million a year in the 1987-1991 period, imports are still three times higher than exports. There are various ways of financing this difference. The perspective most in fashion is to pay for the imports with flows of foreign investment. However, even if there is a substantial increase in foreign investment, this approach is not totally realistic.

Entries of direct foreign investment increase the visible deficit on the trade balance. This happens because the foreign investment is intended to finance imports for the investment projects, while the local capital costs are covered by credit in local currency.

In 1995-97, direct foreign investment came to about 2% of GDP. Even if there was an increase that multiplied this figure ten times, it is improbable that the resources from direct foreign investment would be sufficient to cover the import bill.

Furthermore, were foreign investment to grow to levels sufficient to finance the deficit on the trade balance, eliminating the need for flows of foreign aid, this would certainly have a destabilising effect on the economy, and would generate substantial social costs. One of the consequences would be a worsening of the overvaluation of the exchange rate, discouraging an export-based growth strategy.

The mega-projects financed by foreign investment either do not produce exportable products, or produce export goods but based on capital-intensive technology. Secondly, large amounts of foreign investment, associated with labour-intensive methods, will tend to crowd out national investors, particularly if interest rates remain high. Thirdly, the entry of foreign resources would be associated with high interest rates, insofar as these would be one of the few instruments at the disposal of the government to check the excess demand generated by the inflow of foreign capital.

Thus foreign investment is not a substitute for mobilising domestic financial resources (savings). On the contrary, such investment may provoke inflationary and exchange distortions, ensuring that prevailing market conditions will be unfavourable for mobilising domestic savings.

Exchange rate management: who is served by floating rates?

The growth of exports with a low incorporation of imported components should, in principle, be associated with an exchange rate that favours the use of local materials. Exchange rate management is crucial for export success. The exchange policy followed by the government is based on the system of floating exchange rates.

This tactical approach to exchange policy seems reasonable, in theoretical terms and is in conformity with the philosophy of the Bretton Woods institutions. In practice, this policy has been associated with an appreciation of the exchange rate in 12 out of the 16 quarters from the beginning of 1994 to the beginning of 1998. In the first quarter of 1998 the real exchange rate had undergone an overvaluation of 50% when compared with the third quarter of 1995. Had this result been due to a fixed exchange rate, it might have been described as mismanagement of the rate.

Economic development strategy should dictate exchange policy tactics. Clearly Mozambique needs an exchange rate that promotes exports produced through labour intensive methods, in order to reduce the deficit on the trade balance and increase the incomes of the urban and rural poor.

Table 4.4
Balance of trade, 1980-1997

	Current prices			Constant prices		Constant prices (US\$)	
	Exports	Imports	X-M	Exports	Imports	RLTC	(X-M) +RLTC
1980	281	720	-439	na	na	-15	-454
1981	281	721	-440	-9.9	-1.4	-40	-480
1982	229	752	-523	0	5.7	-54	-557
1983	132	573	-441	-22.1	-18.7	-70	-510
1984	96	486	-390	-20.0	-6.9	-60	-447
1985	77	381	-304	-7.0	-18.9	-66	-370
1986	79	488	-409	-9.0	-10.2	-85	-495
1987	97	578	-481	7.6	-4.4	-203	-684
1988	103	662	-559	9.8	- 8.2	-179	-738
1989	105	727	-662	9.1	- 3.9	-230	-852
1990	126	790	-664	11.6	0	-212	-875
1991	162	809	-647	27.5	- 1.9	-212	-859
1992	139	855	-716	-1.2	- 5.9	-258	-974
1993	132	955	-823	3.4	8.5	-262	-1085
1994	150	1019	-869	7.3	4.1	-280	-1149
1995	169	727	-553	15.8	-13.8	-317	-870
1996	226	783	-557	18.9	5.0	na	na
1997	234	779	-541	5.9	-1.1	na	na
Average							
1984-86	168	589	-421	-11.3	-5.0	-65	-443
1987-91	119	713	-594	13.1	3.7	-207	-802
1992-97	175	852	-677	8.4	-0.5	-287	-1033

Source: National Planning Commission, Bank of Mozambique
Compiled by John Weeks, Department of Development Studies, SOAS

The floating exchange rate may have produced the opposite result, discouraging labour-intensive exports, and working against efficient import substitution, thus reducing the income of the poor.

If this argument is accepted, the need for another strategy becomes obvious, with the aim of achieving a realistic exchange rate, appropriate to Mozambique's development strategy.

There are two sides to the problem of exchange management. First there is a distortion that results from the combination of a floating exchange rate, massive inflows of official development aid, and a liberalisation of the capital account. Resulting from the liberalisation of the capital account, a large (but undocumented) portion of the assistance for economic growth, together with foreign private capital, enters the private sector directly or indirectly. The supply of domestic currency has declined relative to foreign currency held internally, avoiding nominal devaluation.

The second side of the problem is the administrative nature of the determination of the trade in foreign currency. The exchange rate is regarded as determined by the market, if the flows of foreign currency that determine its level enter in response to market influences: the amount of foreign currency supplied and demanded responds to the exchange rate, and simultaneously determines its level.

But most of the flows of foreign currency into Mozambique have been determined administratively, and did not constitute a reaction to the needs of the market. Between 1990 and 1995, official aid to growth was on average three to four times greater than export revenue and net direct foreign investment combined. With this level of inflow of foreign currency, the appreciation of the real exchange rate is not surprising.

Even if most of the foreign currency flows had been determined by the market, the exchange rate would have continued being an administered price during this period, due to possible collusion by the private sector.

Most of the trade in foreign currency in Mozambique is currently controlled by six banks and eight foreign exchange bureaux, which operate a kind of oligopoly on the market. In this context of an appreciation of the exchange rate, a predominance of foreign currency flows not determined by the market, and the collusion of the private sector, an alternative to passive floating is needed. The policy choice is clear: will it be the government or the private sector that administers/determines the exchange rate?

The problem of capital flows dominated by official aid to growth has been exacerbated by the underdevelopment of the domestic capital market. For one thing, the monetary authorities have no instruments for effectively sterilising the flows of foreign currency. Such sterilisation requires that the government creates debt bonds to exchange with the commercial banks. These instruments were introduced in late 1997, and their impact on macro-economic management has not yet been felt.

There is room to argue that the floating exchange rate is not only inappropriate to the current conditions of Mozambique, but can even be a dangerous policy. Given the massive size of the trade deficit, the currency is supported by the degree of confidence economic agents have that the foreign aid inflows will continue for the foreseeable future. If the inflows are not sustained, the currency could suddenly go into free fall.

The government could opt for a competitive exchange rate, and later accumulate the reserves that would serve as a mechanism to broaden the confidence that would protect the country against speculative attacks on its currency. An exchange policy based on a gradual adjustment of the exchange rate could facilitate export promotion more than the current regime.

One of the lessons of the south-east Asian currency crisis is that GDP growth and price stability can be rapidly undermined if they are based on an overvalued currency, excessive current account deficits, and growing indebtedness. Decision makers in Mozambique cannot lose sight of the need to take precautions against the possibility of speculative attacks deriving from an overvalued currency which is in turn generated by a floating exchange rate.

Box 4.3

Donors: Containment agencies or interested parties?

Agencies of containment is a term referring to the series of institutions which, in a modern state, play the following roles:

1. protecting public sector assets against dilapidation;
2. watching over the rights of private property;
3. taking precautions against inflationary policies such as excessive budgetary deficits, and the printing of money to finance them;
4. taking precautions against corruption;
5. protecting the groups that produce useful social goods;
6. guaranteeing contract compliance.

Independence from political power is a basic premise for an agency to carry out these functions fully. The donors are part of this group. But they suffer from two defects: they are not participatory, and sometimes they become victims of conflicts of interest.

One of the typical examples of the relationship with the World Bank and the IMF in Mozambique comes from the liberalisation of the export of unprocessed cashew nuts discussed in detail elsewhere in this report.

The question at the root of the cashew issue is not the implicit short term benefits of liberalisation for the producers, but the fact that the government had apparently promised to protect the cashew processing industry through an export surtax on raw nuts. The processing companies alleged that, by liberalising the export of raw nuts, the government violated the terms of the contract.

The government made skillful use of pressure from the World Bank to justify the absence of a cashew strategy. But the World Bank eventually found a way out by remitting to the government the establishment of a policy for the sector.

Another situation that illustrated the fragility of the donors was the IMF's intervention when the minimum wage was increased in 1995. The head of the IMF mission that was then in the country assessing the government's performance in the fiscal and monetary area publicly opposed the increase, arguing that the government's retreat under trade union pressure could derail its programme with the IMF. It was thanks to the intervention of embassies and foreign aid agencies in Maputo that the IMF "pardoned" the government's lapse, and thus allowed the the programme with Mozambique to continue.

The donors' position was not gratuitous. Because of their role in financing the state budget, the donors end up becoming part of the implementation of the programmes, and of the problems inherent to them. For example, in the 1991-1995 period the deficit after grants was always higher than programmed with the IMF. In 1991 and 1992 the deficit after grants was higher than the programmed figure by 42% and 50%. But in 1991, the current deficit (before grants) was 77% less, and in 1992 it was only 11% more. It was in capital expenditure that there were deviations upwards (2.6% and 7.3% in 1991 and 1992 respectively). Thus in those years the total deficit before grants was higher than the programmed figure by about 2% and 7%. The origin of the slippages and the failure to meet targets lay in the fact that the disbursement of grants was lower than planned (12% and 1% less in 1991 and 1992).

In the 1991-1995 period, only in 1994 was grant disbursement higher - by 4.3% - than planned. The greatest deviation was in 1993, when disbursement was 15% less than planned. Even the sums promised for the transition to peace were affected, with the disbursement of grants only amounting to 30% of what had been promised. Only 67% of other support, with the exception of projects, was honoured.

When donors do not honour their promises, the government tends to increase its domestic and foreign indebtedness, including delays in debt service payments. Thus shocks to the budget flow into the monetary and external sectors, and express themselves through an acceleration of inflation, devaluation of the currency, and greater imbalances on the balance of payments.

Relative prices: who causes the distortions?

Current macro-economic orthodoxy also stresses price alignment. However, it tends to adopt the narrow point of view that distortions in the economy are caused by government interventions.

In the case of Mozambique, one can note distortions caused by the behaviour of the private sector and of the donors.

The introduction of the structural adjustment programme translated into a dramatic increase in inflation fed by the nominal devaluation of the currency. Excluding the hyper-inflation of 1997, the average for the 1988-1995 period was around 50% a year, much the same as the average nominal devaluation over the same period.

The years of high inflation were associated with a distortion in the real interest rate (the Central Bank rate), which dropped to negative levels of around 56% in 1987-1991. In 1994 the real interest rate became positive, and in the years 1995-96, it again became significantly distorted, reaching levels of more than 33% on average.

This extraordinary positive real interest rate hides the magnitude of the distortion, measured by the way in which the central bank's interest rate and the rates charged by the commercial banks are out of line. For example, in the first quarter of 1998 the average central bank rate was lower than 20%, while the rates that commercial banks charged on loans remained close to 30%.

Orthodox analysis has been reluctant to condemn the current high levels of real interest rates as a distortion. Instead, they are justified as the reflex of an understandable premium, made necessary by the recent experience of high inflation rates, and the costs derived from the risks involved. In other words, high real interest rates are not regarded as a distortion, but as a necessity to give credibility to the government's promise to control inflation (and are therefore a risk premium).

This argument is surprising, since economic theory lays down a well known rule for real interest rates: they should be equal to the long term growth rate of per capita consumption (the Golden Rule). Assuming that the sustainable economic growth rate would be 5%, and that the population growth rate is around 2% per annum, real interest rates should be around 3%. In 1995-97, the interest rates charged by the commercial banks were about 10 times higher than this.

Overvalued real interest rates tend to create fundamental distortions in the economy. First, what is, in reality, a punitive interest rate discourages investment, particularly for small scale businesses and the family sector. Although some argue that what is important is the availability of credit rather than its price, this argument is based on the incredible assertion that economic agents are insensitive to relative prices.

Secondly, high interest rates exert a discriminatory effect between domestic and foreign investors. Foreign investors can resort to foreign (off-shore) loans, while Mozambicans face severe restrictions in access to these resources.

A third aspect is the distortion caused by high real interest rates in investment decisions. They provide incentives for selecting projects that will give a rapid return. Finally, an economy is a system of general equilibrium, so that considerable distortions in one key relative price have an impact on the others, thus distorting the entire price system.

The interaction between interest rates and the exchange rate should make it possible to adopt an export-based growth strategy, with a stress on human development. It is indisputable that Mozambique needs positive interest rates. But, more than this, the country needs a stable and competitive exchange rate. This will not be possible under the current regime which has

produced punitive interest rates and an overvalued currency. These factors cannot be ignored when drawing up a strategy of organic and sustainable development for the country.

Growth and development in Mozambique: a strong, weak or unbalanced link?

A case study: the cashew controversy

The controversy over the development of cashew production provides us with an interesting case for understanding the linkages between growth and development in the current Mozambican economy.

Cashew nuts have been among the three most important products in terms of the volume of export earnings. But apart from its weight among the main sources of Mozambique's foreign exchange, cashew has become an important case because it brings together a range of issues that dramatise the problems and challenges of development in Mozambique.

At independence in 1975, Mozambique had 14 cashew processing plants, with a capacity to deal with 147,000 tonnes of raw nuts. After independence, government either nationalised or "intervened" in the factories.

Intervention was a less formal way of the state taking over companies and placing them under its administration, without formally nationalising them. It was used in the case of firms whose owners had simply abandoned the country.

Currently there are 16 companies scattered across the country, facing the challenges of liberalisation which is the theme of this analysis.

The debate on the cashew sector occupies an important place in the framework of ideas about the development path most appropriate to Mozambique's circumstances. It involves agriculture and industry, and raises questions of choice of technology, poverty alleviation, the role of marketing, the criteria on which infrastructural development might be prioritised, and the role of government policy. It also touches on privatisation policy. The relevance of the debate also lies in the fact that it can be extended to many other cash crops.

The debate has centred heavily on domestic Mozambican questions, but its terms have always been set by the principles favoured by the World Bank, and by the counter-arguments of the cashew processing industrialists. The debate has erred by neglecting to some extent the reality of international competition, and its implications for the sector. This does not mean that the storm raised by the cashew problem has been irrelevant or that the subject has been exhausted. There are still urgent questions linked to cashew policy that need careful examination and an imaginative response. They have not received the attention they deserve.

World market trends

The international trade in raw nuts has dominated the cashew debate in Mozambique. The major importer of this raw material is India, which is thus an alternative market to the Mozambican processing factories. There are operators who derive advantages from exporting raw nuts to India, since they can achieve higher profit margins from this business. These traders face opposition from the owners of recently privatised processing factories who want the trade in raw nuts with India cut back.

The World Bank argues that opening up exports to India is also an instrument of discipline because it should, in principle induce the necessary adjustment on the part of the processing

companies. The overall expectation was that liberalisation would push up farm gate prices, thus contributing directly to poverty reduction and faster growth.

The problem is that India's Eighth National Development Plan commits the country to the goal of supplying its own processing industry out of domestic production of raw cashews. It seems likely that the price of raw cashew will fall as India's domestic production rises, since there is no other country with the ability to consume the raw nuts currently imported by India.

The international trade in processed cashew kernels is a vibrant market. All the signs are that demand will continue to grow, particularly with economic expansion in Asia and in eastern Europe, adding to the already strong demand in north America and western Europe. But as production expands so does competition, with cashews now being supplied from regions such as east Asia. Paradoxically African countries have lost market share in an expanding market. Mozambique is the most dramatic case of this.

Models of perfect competition cannot describe the reality of the market for cashew nuts. The Indian processing industry, for example, benefits from a variety of government support and incentives. Export incentives for Indian processing companies include not charging them the usual 27% duty on their imports up to a sum equal to 50% of the export value.

Newcomers to processing, such as Vietnam, are also committed to building a competitive capacity.

Consequently the price ratios that are used to reveal the level of "effective protection" do not adequately indicate the range of factors that affect differentiation in production systems and international competition. To assess the differences in processing levels, one must, for example, examine: supply side policy differences, variations in the concentration of the raw cashew plantations (and hence the conditions and costs of supply), and differences in infrastructure and services.

The implications of this analysis can be summarised as follows: if Mozambique pursues a free trade policy in marketing raw nuts, within a short period it will cease to have a competitive processing industry. On the other hand, if the government assigns a strategic role to cashew processing, then it must adopt the necessary measures and policies to pursue this goal. These measures will have to take into account the prevailing trends and patterns in the international cashew industry, as well as the difficulties and opportunities within Mozambique.

Raw material: producers versus traders

Although Mozambique was once the world's number one producer of cashews, today its national orchard of cashew trees has undergone severe deterioration. Most of the trees have passed their productive peak, and many are diseased. This results in part from neglect of the trees during the years of war, and in part from failure to care for the trees, made worse by lack of knowledge about the best practices for harvesting the nuts, drying and storing them.

There is also a socio-economic aspect to be considered. Cashew is grown mainly by the family sector. There are also some "medium" sized cashew orchards, though it is hard to be precise about their number. For the peasants, cashew nuts are a windfall crop: although cashew yields far higher returns than staple food crops, it is not treated as a priority. The peasants regard their top priority as the food crops that ensure their subsistence. Moreover the same problems that affect staple food crop production also affect cashew farming. Very little attention has been paid to improving rapidly the stock of trees, in order to ensure the harvesting of good quality nuts.

Table 4.5

World trends in cashew nut production

	Ave 1969-71 Tonnes	%	Ave 1979-81 Tonnes	%	Ave 1989-91 Tonnes	%
Africa	319,000	78.3	157,500	40.4	114,800	24.4
Mozambique	174,000	42.7	87,500	22.4	25,000	5.3
Tanzania	116,000	28.5	48,500	12.4	21,000	4.3
Kenya	24,000	5.9	16,500	4.2	10,300	2.2
Other (1)	5,000	1.2	5,000	1.3	58,500	12.6
Asia	61,000	15.0	145,000	37.3	229,500	48.7
India	61,000	15.0	127,500	32.7	135,000	28.6
Other (2)	n.a.	n.a.	18,200	4.7	94,500	20.1
Latin America	27,500	6.7	87,000	22.3	127,000	26.9
Brazil	27,500	6.7	69,700	17.9	110,000	23.3
Other (3)	n.a.	n.a.	17,300	4.4	17,000	3.6
Total World	407,500	100.0	390,200	100.0	471,000	100.0

1. Including: Benin, Guinea-Bissau, Ivory Coast, Madagascar, Nigeria and Togo.

2. Including: China, Indonesia, Malaysia, Philippines, Thailand, Vietnam and Sri Lanka.

3. Including: Colombia, Costa Rica, Honduras, El Salvador, Guatemala, Panama and Venezuela.

Source: Nomisma (1997)

The explicit intention behind the World Bank's support for liberalising the cashew sector was to cause an increase in farm gate prices for raw nuts and thus induce increased income in the countryside. It was expected that this would have a huge multiplier effect domestically.

Prices paid for cashew nuts have generally risen, but this observation needs qualification. Firstly, the main beneficiaries of price liberalisation have been the traders, and not the farmers/harvesters. Secondly, there is no obvious sign that liberalisation has provoked a supply response, in terms of changing the proportion of available raw nut withheld for household consumption to that marketed, or in terms of planting new trees in the expectation of longer term price rises. Thirdly, the liberalisation is partial: the government still sets a "reference price", widely regarded as the floor price for cashew nuts. But since the start of changes in this sector, there has been much hesitation and uncertainty about the application of this policy. Often it is only towards the end of the marketing season that the producers feel any effect from the reference price. Furthermore, prices tend to be much lower earlier in the marketing season, and rise gradually as the season progresses. The small producers/harvesters are generally poor, and are thus forced to sell their nuts early in the season.

Finally, even in places where the peasants manage to sell their nuts at acceptable prices, this does not result in higher living standards or the much proclaimed multiplier effect, since prices for many standard consumer goods, such as cooking oil and soap, have also risen. This is especially the case where the supply of these goods is controlled by the same traders who are also buying up the cashew nuts.

In terms of market structure, there is no perfect competition amongst the traders. Certainly the number of traders participating in the sector has increased since the mid-1990s, which has increased competition. But there is also market control, imperfect information, and asymmetry of market relations in general. For example, in some areas the small

producers/harvesters are tied in debt bondage to small traders, who may themselves be similarly indentured to one of the large trading companies that dominate the market.

Processing: the mosaic of competition

Since the onset of privatisation and partial liberalisation in the sector, there has been an increase in the number of cashew processing plants, despite the complaints by cashew industrialists about the policy changes in the sector. While this can be viewed as an indication that processing can provide good returns, it is clear that not all the companies are viable over the long term, and some of them have already gone bankrupt.

It is important to bear in mind that the economic viability of the industry does not depend solely on the level of the export surtax, although this factor is important in the short and medium terms. In the long term, the constraints on processing go beyond anything that a protectionist measure can affect, regardless of the level it is set at.

The main participants in the debate argue that the role of the state should be restricted to defining supposedly market-friendly policies. Any more assertive state intervention is viewed as a threat to return to the policies of state control that were in place prior to structural adjustment.

The processing industry is differentiated in terms of ownership and technology. Some companies are owned by foreign interests. This is the case of the Mocita factory which belongs to the Anglo-American Corporation. There are also companies whose capital is mostly Mozambican, and there are those that fall in between these two forms of ownership, such as João Ferreira dos Santos, a mainly Portuguese company, but which has been implanted in Mozambique for 100 years.

Some of these companies have adopted a technology close to the Indian model, which is relatively labour intensive, but involves a degree of health risk to workers. Others have opted for capital intensive methods, such as the Oltramare impact cutter system.

A further feature of the processing industry is that it is not well established. Many plants are still not working at full capacity, or are undergoing rehabilitation. The processing industry is scattered across Mozambique, and has been left by the government to play the market.

This generates a competitive spirit among the companies, which may lead to efficiency and to other competitive behaviour designed to obtain and protect market share. But they are not operating on a level playing field. Some firms may have links with international retail groups, for instance, or may be located closer to orchards that can produce high quality raw material; or they may have more money to invest in plant, in human resources, in marketing, or other areas. Policy makers have not viewed any of this as a matter for concern.

If Mozambique is to capture higher returns from a greater degree of value added in cashew, then the industry will have to create competitive assets that will allow it to secure niches in the retail markets of South Africa, Europe, Asia and the Americas.

The processing firms can only maximise the gains from this potential if they put more work into brand promotion and development. But to achieve this goal, strategic alliances must be formed domestically between companies in order to face external competition. But a lot needs to be done before the Mozambican companies can be induced, by deliberate policies, to collude on standards and marketing, which requires mutual trust in quality and in guarantees of production reliability, as well as sharing of knowledge-based assets such as marketing skills. Here again the conventional wisdom is that the government has no role to play in this. The slow rise of the sector up the cashew value chain will happen as a natural function of

market dynamics. But reality shows that the government does have an important role to play, and one that should be taken very seriously.

The debate over cashew liberalisation: the World Bank, the government and the industrialists

Cashew processing was one of the priority targets for the privatisation programme that began in the early 1990s, as part of overall economic reform. The seven nationalised factories run by the state firm Caju de Moçambique were sold to private businesses.

But in 1995 the World Bank put out a working paper calling for rapid liberalisation of the sector. The bank's plan involved liberalising prices, and even more significant, scrapping the surtax on the export of raw nuts, that gave control over the supply of raw material to the processing companies (Hilmarsson, 1995).

The Bank's paper mentioned a series of constraints in the sector such as: the lack of extension services, the need for urgent replanting of trees, the lack of accessibility to most peasant producers, poor communications, and a fragile marketing network. All this added to the general uncertainty and indefiniteness of the cashew sector in Mozambique. Despite these factors, the report insisted that raw nut production of 90,000 tonnes a year would be achieved through inducing a supply response via liberalised farm gate prices.

The Bank admitted that liberalisation might lead to the decline, or even the collapse, of the processing industry, but argued that this was of little account: increased cashew production and multiplier effects resulting from increased peasant income would compensate for the loss of jobs in the industry.

The report also argued that the marginal or negative value added in the processing industry in the 1980s and early 1990s meant that "the value of processed kernels was less than the value of raw nuts had they been exported directly" (Hilmarsson, 1995: 4).

At the heart of the Bank's policy advice was a series of projections on the possible impact of price liberalisation. Competition among traders in a deregulated market would push prices up, so that the peasants would end up receiving 50-70% of the border price instead of the 15.5% of that price prevailing in the early 1990s.

Assuming what was deemed to be a conservative supply response, production, this study imagined, should reach 54,000 tonnes within the first five years, increasing to 100,000 tonnes per annum in 10 to 15 years. With a producer share of almost 70% of the border price, and moderate supply elasticities, it was projected that the medium term (within five years) supply response could be as much as 80,000 tonnes, rising to 190,000 tonnes within 10 to 15 years.

Hilmarsson recognised there were certain factors that might affect these projections: he assumed a steady development of trade and infrastructure facilities; a stable policy environment; producer confidence in the price reforms; availability of inputs for planting new trees, and basic extension support for small farmers. In other words, the supposed conservative supply elasticities adopted in the projections assumed that none of these factors would present the peasant farmers with any problems. Furthermore, these projections did not give due importance to the quality of the raw nuts sold by the peasants, and did not acknowledge the potential impact of reduced international demand for raw nuts which might result from increased domestic cashew production in India. There was also an insufficient empirical and conceptual basis for how the study calculated its supply elasticity basis.

But the government acted on the advice of the Bank; it reduced the surtax on the export of raw nuts and liberalised prices. Given the Indian demand for raw nuts, the processing

companies faced a sudden change in the competitive framework in which they were operating.

Table 4.6

Hypothetical supply response for raw cashew ^a

	Tonnes (thousands)	Export value (\$ millions)	Farmer income (\$ millions)
With producer price of \$0.3/kg: i.e. producer share = 40% of border price			
Short term ^b	43.2	32.4	12.9
Medium term	48.7	36.5	14.6
Long term	78.8	59.1	23.6
Producer price of \$0.375/kg: i.e. producer share = 50% of border price			
Short term	46.6	34.9	17.4
Medium term	54.3	40.7	20.3
Long term	96.7	72.5	36.2
Producer price of \$0.45/kg: i.e. producer share = 60% of border price			
Short term	49.9	37.4	22.4
Medium term	59.9	44.9	26.9
Long term	114.7	86.0	51.6
Producer price of \$0.525/kg: i.e. producer share = 70% of border price			
Short term	53.3	39.9	27.9
Medium term	65.5	49.1	34.4
Long term	132.6	99.4	69.6

^a The table assumes initial production of 35,000 tonnes of raw cashew.

^b Short term is one to two year supply response; medium term is within five years, and long term is 10-15 years.

Price elasticities in this scenario are assumed to be 0.15 (short term), 0.25 (medium term), and 0.80 (long term).

Source: World Bank, 1995

Cashew industrialists decided to resist this change in the rules of the game, and alleged that the government had breached the spirit of its contract as regards the competitive structure in which they expected to operate when they bought the factories. One firm argued that its contract with the government specified that the protective structure would be kept in place. Nonetheless, the export surtax was reduced, and there were plans to eliminate it altogether by the end of the decade.

Persistent pressure from the processing industry led to two results. First the government reached a compromise with the processors and with some representatives of the producers to

slow down the reduction in the export surtax, in spite of World Bank criticism. Secondly, the Bank ordered a new study of the sector, and showed, at least in principle, some commitment to the idea of a viable processing industry in Mozambique.² The Bank agreed to relax its pressure on the government for further reductions in the surtax, which then stood at 14%.

The new study, carried out by the management consultancy firm Deloitte and Touche Ltd, concentrated its attention on the reality of the protectionist environment shielding the Indian processing companies. This study also found that the optimism as to the hypothetical advantages accruing to small cashew cultivators from price liberalisation and deregulation was unfounded.

The report recommended that the government should keep the surtax at 14%, and lift the reference price for raw nuts to 42 US cents a kilo.

This policy sought to benefit both the processing industry and the producers. It was claimed that this would both make the processing industries viable, and provide the producers with the necessary incentive to make investments which would improve the quantity and quality of the cashews harvested. The underlying theme was that modest price interventions by the government were welcome, but should be kept within “market-friendly” limits.

The Bank agreed that liberalisation had not produced the desired results in terms of increasing real farm gate prices, but continued to argue that the principle of free market price signals should be adhered to. It was saying that two wrong prices do not make a right price signal.

The main assumption of the Deloitte report is that liberalisation is desirable, but that a policy should be adopted allowing a benign distortion of the minimum price. This would serve the interests both of the producers and the processors, since total liberalisation would not be beneficial to either group. The apparent contradiction of this conclusion was not explored very far. But the report repeatedly highlighted the severity of the constraints to be overcome before one could reach the successful results desired.

It is important to examine the posture and interest of the main protagonists in this policy debate. They have been the World Bank staff, Deloitte and Touche, the government, and interests represented by the Cashew Working Group, which is strongly influenced by the processors. Sometimes companies suggested it would be possible to operate on a competitive basis without the crutch of the export surtax, but representatives of one foreign firm have suggested that there is indeed need for a protective policy.

The government has erred by not taking a leading role on this issue. It has succumbed to the approaches of first this, then that interest within the sector, which has harmed its credibility. The government’s lack of a strategic attitude can also be noted from its technical relationship with the privatised companies. The government retains between 5% and 20% of the capital of the privatised firms, with a view to transferring this stake later to the workforce. In reality the government is just a sleeping partner in these firms, and has made no use of its stake to try to influence company behaviour.

The impact of policy changes

The Mozambican cashew sector is undergoing a major restructuring which covers ownership, prices, marketing and liberalisation. The government continues to set a reference price for raw nuts, but this policy has been implemented rather hesitantly.

Uncertainty in the countryside regarding the policy framework may be one factor inhibiting the full impact of policy changes. In the processing sector, uncertainty also affects investment and inhibits the normal evolution of business strategies. It should also be recognised that

whatever technology is adopted, there is a learning period before companies can be judged on their efficiency.

These factors suggest one should tread carefully when examining the impact of policy measures before making precipitate claims about their effectiveness, though the impact of policy uncertainty itself is difficult to measure. In weighing up the impact of policy changes, one should ask firstly how they affect prices, raw nut output, and peasant income and living conditions. Secondly, one should ask how the changes have affected overall export earnings from cashew, and the export earnings of the processing industry in particular.

The standard judgement is that liberalisation led to increases in farm gate prices for cashew, which in turn forced the processing industry to change its technology and adopt labour intensive systems. "Empirical evidence shows that competition in domestic trade is increasing. Since 1991/92, marketed cashew production has been picking up, except for the last cashew nut season which was reportedly 'a bad agro-climatic cashew season'. Other positive signs are increases in real farm gate prices, which are having a positive impact on the income of smallholder cashew growers... One can expect that... both farmers and processors will respond to price signals by carrying better current cashew tree stocks, adopting improved cashew tree varieties..." (World Bank, July 1997).

This would seem to confirm that the changes have brought about a socially inclusive, poverty reducing trend in the sector.

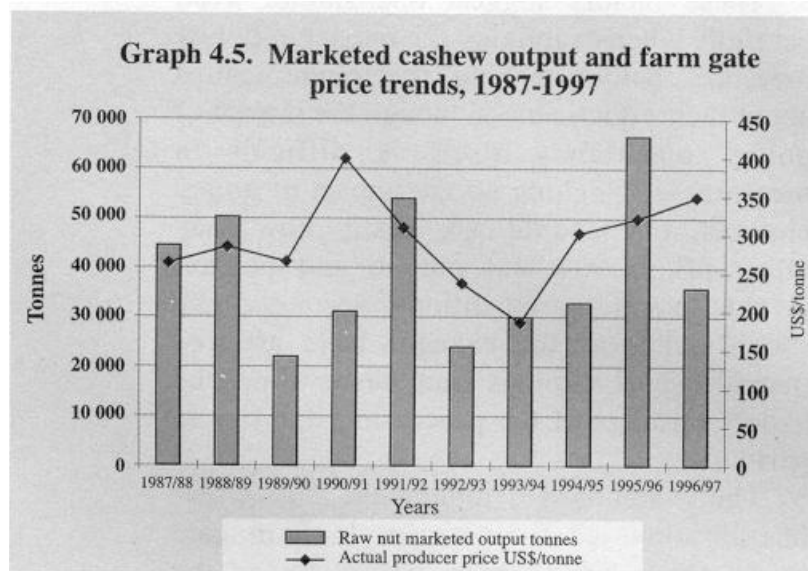
But it is recognised that, on the one hand, some processing firms are inefficient, and on the other, that overall cashew production suffered as a result of irregular rainfall in the 1996-97 season. It cannot be authoritatively stated that liberalisation is provoking a significant supply response, and it is far from evident that an appropriate structure for the processing industry can emerge from the current policy framework.

Price response action and poverty reduction

Prices have risen somewhat under the prevailing system, and output has appeared to respond relatively well, if the poor agro-climatic conditions in the 1996-97 season in the north are taken into account and a short time period is examined. But there are some serious qualifications to such a picture. The price-output relation, over a short period and revealing some inconsistency, is not enough to claim that price signals are sufficient to provoke the kind of supply shift the sector requires. For if it can be claimed that poor agro-climatic conditions account for the disappointing output in the 1996-1997 season, it is just as valid to suggest that good agro-climatic

conditions had a significant impact on the output gains of the previous three seasons, particularly when combined with the effects of people returning to their home areas and reviving cashew orchards that had been abandoned or minimally farmed during the war.

The price change itself needs to be decomposed. For the price has tended to be significantly higher towards the end of the season than



earlier. While this may look like an interesting testimony to the interplay of supply and demand, in reality it means that many of the smallholder farmers sell early on in the season at lower prices than they might have obtained had they been able to withhold their raw nuts. One implication of this is that those who benefit from end of season higher prices - that is, from a degree of market liberalisation - are the large farmers who have better market information, better storage facilities, and better capacities for overcoming the constraints on the agricultural environment.

Furthermore, given the shortage of raw nuts in relation to installed processing capacity, the price rise over the past few years has not been a dramatic signal to producers. Looked at over a longer period than just from the start of liberalisation, neither the US dollar equivalent price, nor the volume of marketed raw cashew nuts has performed remarkably since 1995. This suggests that the policy is relatively ineffective.

One possible reason for this is that, in spite of some increases in the nominal farm gate cashew price, prices have still not risen as far as they might, because of the fragile nature of the domestic trading system. There has been an expansion in the number of traders, but there are still relatively few of them, and they do not appear to constitute a competitive market, since there are vertical ties between smaller and larger traders which undermine competition.

There has also been a rise in the number of small informal traders buying cashew nuts, but evidence suggests widespread mistrust of this group.³ What amounts to debt bondage relations between some smaller traders and larger companies reduces their room for manoeuvre in the market, while the bargaining power of some peasant farmers is weakened by similar relationships with traders. Another reason for the mediocre trend in cashew output is that nominal prices have not translated into improvements in living standards for peasants with modest cashew orchards. This is because real prices have only been nudged up a little, and relative to the prices of manufactured goods demanded by peasant families, cashew farm gate prices have not risen significantly.

What research there has been suggests that many small cashew farmers are confused by the policy environment and price fluctuation. They recall encouragement to expand cashew production by the colonial state, and are surprised at the lack of support or promotional measures now.

There is reason to believe it will take more than inculcating a market culture among peasant farmers to elicit a major output response from them.

A further problem is that most of the cashews sold at the farm gate continue to be of poor quality. Indeed, data seems to indicate that the size distribution of kernels has shifted between 1994 and the mid-1990s, so that on average kernels are significantly smaller.

Little has been done to improve this, and the overall shortage of cashews for the processing industry means that there is still a market for poor quality nuts. It also seems that there has been no effort, especially among the million or so peasant farmers who account for some 90% of the national orchard, to invest in new tree planting and improved varieties, or to invest in yield improving practices for the existing stock, such as better cleaning around trees, prevention of tree burning, and better post-harvest care.

Poverty as a constraint

The biggest constraint on the processing sector is the availability of raw nuts. The majority of producers are poor peasants, scattered along the length of the country, mainly in the coastal strip. Infrastructural rehabilitation has been uncoordinated, with the benefits mostly accruing to the south of the country. But even in the south there is evidence that the fragility of the infrastructure is cramping the prospects for cashew revival.

The distribution of the cashew orchard among scattered smallholders makes it difficult to prioritise infrastructural investments according to either lower per capita costs or higher concentration of foreign exchange returns.

Nonetheless, the cashew orchard is not distributed evenly among a million more or less equally sized farms with identical access to infrastructure, credit and inputs. Thus the problems faced by the producers are not uniform. So far there has been little discussion of the possible implications of this unevenness. No attention has been paid to empirical unpacking of what may be a myth of homogeneous smallholder production.

Furthermore, the implications of the poverty of producers need to be addressed. For cashew is a windfall or bonus crop for poor smallholder farmers. In a context of extreme poverty and vulnerability, even though the higher returns from cashew are acknowledged, the most pressing concern is securing a sufficient harvest of subsistence crops. Under these circumstances, there is a disincentive to devoting scarce resources to caring for cashew trees, harvesting timing and methods, and post-harvest drying and storage.

The small producers do not have facilities for long term storage, and they have little financial room for manoeuvre in order to maximise market bargaining power. They have little information about market options, and have serious difficulties in transporting their crop to market. The opportunity cost of allocating resources to prioritising the cashew crop is thus relatively high for most producers.

It is not surprising that the modest and uneven gains from liberalisation are failing to induce a dramatic change of behaviour, such as large scale planting of improved trees. Additionally, there is no standard approach to farm gate grading of nuts, and hence differentiated pricing, a factor reinforced by the desperation of processing firms. This is tending to change in some areas, such as Gaza province, where automated cutter system processing imposes high quality requirements for raw nuts.

The requirements for a viable industry

If Mozambique wishes to maximise foreign exchange earnings through cashew processing, and particularly through climbing higher up the value chain towards branded retail packaging, it is urgent that the government take steps to ensure high standards of kernel quality.

One option would be to establish an agency to set standards and monitor them. The government need not be in exclusive control of such a body, but it must take the leading role. If necessary, the running of such an agency could be awarded by tender, in a timebound contract, to national or foreign institutions, adopting a variant on the experiment of contracting out Mozambican customs management to the British firm Crown Agents. This might help instill independence and probity. But to ensure that this works well, it must involve a strong training component linked to good salary packages for future managers.

It must be stressed that Mozambique will get nowhere if output quality does not improve dramatically.⁴ Meeting best quality standards is not yet within the reach of many companies. So the government could opt to give firms a target date for meeting those standards.

Policy makers should be aware that some firms might go bankrupt. There are two possible responses to this. One is to envisage that business stress might lead to a concentration of the industry in a smaller number of companies and to consider this an advantage. Concentration might increase the scope for intense rivalry on the basis of a common infrastructure, as distinct from the economist's sense of competition among many small players.⁵

The other response would be to accept that firms will need assistance if they are to meet the rigorous standards needed to secure a place in the international market. This support must be

bound to time and performance conditions. If companies do not take advantage of assistance to improve quality and increase exports, then there should be no hesitation about withdrawing the support after a given time. To prevent arbitrariness, this assistance should be government by clear contracts and rules.

Firms will be unable to make progress towards meeting quality and workplace standards, if every level of employee is underskilled. For foreign-owned firms this particularly affects lower skill levels and supervisory levels, since it is relatively easy for them to hire foreign managers. For other firms, including some with foreign owners or partners, the skills problem seeps higher up the staffing level.

The government and/or foreign donors could take responsibility by subsidising training directly or indirectly. Alternatively, negotiations with foreign investors could include clauses committing firms to taking on some of the responsibility for training, as a means of transferring some of the gains of foreign direct investment to the rest of the economy.

A commonly heard complaint among foreign business representatives in Mozambique concerns the shortage of properly trained accountants. Training in financial management related skills is hampered by an archaic system inherited from the colonial government. It is in dire need of reform and the government and its financial backers ought to attend to this urgently.

In the short to medium term, before a fully operational new structure for such training is in place, training initiatives may need to be combined with measures ensuring that trained Mozambicans do indeed take up positions in firms in key areas. For a related fact is that many of the most skilled Mozambicans refuse to work outside Maputo, although the major needs are scattered across the country, mainly in the cities and towns of the northern provinces, such as Nampula, which is the largest producer of cashew. Scholarships could be tied to postings in the provinces. Alternatively, special incentive packages could be subsidised in order to attract skilled people to regional production centres.

There are other constraints on firms' ability to improve performance to the levels required, and these too could be the target for government intervention. For firms belonging to Mozambicans, or those with a limited financial capacity, the prevailing high real interest rates are a severe problem, especially when it is difficult to sustain capacity utilisation because of lack of raw material. Here too the privilege of access to cheap credit could be offered against the leverage of performance criteria. But such a policy should only be pursued if there is a clear business plan relating to capacity to repay interest out of future earnings.

The Mozambican government should learn from the industry supports offered to, for example, Indian cashew processors, and should adopt similar measures. Mozambique cannot replicate the large domestic market which supports the Indian industry, but it can offer its processing firms export-related privileges, and can allow these to be passed on to others at a firm's own behest to ensure firms get flexible use of exporting privileges.

The cashew processing sector is not isolated from the rest of the economy. It has linkages - some of which function extremely poorly - to services such as vehicle importers, transport services, and manufacturers of inputs such as paint, gas, electrical gear, supply of weighing scales, galvanised fittings, spare parts etc. The processing sector is constrained by the poor functioning of some of these linkages. At the same time, the development of the processing sector may lead to the expansion or improvement of these activities (Hirschman, 1981).

There is a range of options for maximising the positive linkages. These could include: offering fiscal incentives or other privileges to firms that draw on Mozambican suppliers of input goods and services; offering incentives to Mozambican firms to prioritise rapid and quality supply of goods and services to cashew processing firms; penalising firms that do not

comply instantly with government duty exemption permits advanced to processing companies.

Firms thus face a range of constraints on meeting high standards. They can meet these standards and pay a decent factory gate price for good quality raw material if, and only if, they are assisted in overcoming non-price constraints. A simple alternative (offered in the Deloitte and Touche report) is to combine a reference price for raw nuts with a surtax on raw nut exports favouring domestic producers, or even with a subsidy for processing firms. But it is likely that this would only go some way towards achieving the desired ends, because an effective trade and industry policy, selectively geared to specific industries, requires policy makers to go further than straightforward pricing issues.

Shifting from backwards linkages to forward linkage possibilities, the main issue is the development of marketing and branding capabilities. In the first place, astute linking of branding to standards not only of product quality, but of working environment, could enable the Mozambican industry to capture consumer markets in Europe and North America that are favourable to produce from developing countries.⁶

The basic requirement is an improvement in export market information available to firms. Once that information base is developed - and given the fragmentation and differentiation within the processing sector, this is bound to involve some degree of government promotion - then further steps may be taken towards developing marketing strategies and branding exercises.

The purpose is to create product differentiation that can lever the Mozambican product into a secure position internationally. Different markets may require different strategies. For example, for the South African market Mozambique could capitalise on the image of a Mozambican idyll. The foundation for this sort of myth is the role of Maputo as a tourist centre for South Africans under colonial rule; the myth still prevails today thanks to the "pristine" coastal image of Mozambique and continued associations with features of Maputo such as the Polana Hotel.

Successful branding depends on a scale of output which means that more than one firm is involved. There are advantages to an industry-wide branding and marketing strategy, though this must exclude all firms failing to live up to production and quality standards.

Clearly the required skills are scarce but they do not necessarily require a huge amount of time to inculcate. Nor is there, in the short to medium term, a need for more than a handful of people with the relevant training and experience. Any donor can design a project of this sort, if the government and the industry can create an institutional set-up that can use such people effectively. Moreover, shifting up the value chain could involve industry collusion to present a unified price for quality branded output to the international market. This will not happen without government encouragement.

Indeed, firms with strong vertical integration links may have a disincentive to increase final product salted and packaged kernels beyond a certain threshold, if shareholder interest representing vertical integration includes large international wholesalers. This is the case, for instance, with Companhia de Caju Mocita, whose shareholders include E.D. and F. Man, who do much of the selling of white kernels to the "salters".

As for the technology used, policy should probably allow for a variety, subject to basic health and safety standards and output quality assurance. But there may yet be room for policy to encourage firms to adjust employment inputs. For example, in the more automated production processes, there is a range within which the labour intensity of certain functions can be varied, specifically with regard to peeling the pink skin left after high impact shelling. With lower risk (partly a function of moving towards full capacity of plant operation) and with

improvements in labour force skills, it becomes easier for a firm choosing this technology to opt for more labour intensive peeling. Whether this happens or not could be left to firms, or could be a target of government incentives.

The requirements of cashew cultivation policy

But none of the initiatives suggested here will secure a high enough return unless they are accompanied by a dramatic improvement in the supply of raw nuts. The Deloitte and Touche report suggests that 1.5 million cashew trees, amenable to modern methods of plant protection, need to be planted annually.

The first requirement is to acknowledge the constraints, risks and uncertainties associated with smallholder farmers investing in improved and expanded cashew cultivation and harvesting. The implication of this is that policies are required that should:

- offer incentives, chiefly price related;
- combine incentives with measures to absorb some of the risk;
- establish criteria on which a forceful case can be made for the prioritisation of infrastructure investments;
- put a price premium on better quality nuts;
- provoke a massive replanting exercise as well as the dissemination of modern methods of tree care, and improved harvest and storage practices.

Even though cashew is not a “new” crop in Mozambique, it has many of the properties associated with a new and high-value crop, and hence may need to draw on the kinds of policy experiences that have achieved proven successes in encouraging farmers to switch to cash crops. That is why we refer to the policies required in terms of “infant agriculture” policies.⁷

They are anathema to the proponents of free market ideals, but they have been extremely successful in other cases, especially when linked to processing. Such experiences range from asparagus and mushrooms for canning in Taiwan, to tomatoes for canning in Thailand, to the role of the Kenya Tea Development Authority.

There is no universal recipe for pursuing these objectives, but policy makers should at least commit themselves to exploring the range of possibilities rather than slavishly surrendering to the seductive elegance of the free market model.

There is abundant evidence that sub-Saharan African agriculture has not responded as hoped to price liberalisation and trade deregulation. Not only are price elasticities of supply unknown in Africa with any precision, but they are not functionally inherent properties of either given crops or individual peasant farmers as reducible economic entities (Sender and Smith, 1990; Jaeger, 1991; Jayne and Jones, 1997).

There is one effective strategy for pursuing the objectives listed above. That is to bet on the strong. For while it is blithely stated that more than 90% of Mozambican cashews are produced by the peasant sector, this gives a false impression of a homogeneous spread of farmers with equal size farms facing the same range of constraints. This is not true, of cashew or any other form of agriculture in Mozambique. At the very least, some producers are more equal than others, in terms of proximity to infrastructure and markets, for instance.

Informally, the majority of analysts accept this, but few are bothering to analyse the distribution of producers in terms of access to it, size of farms, and quality and proportion of total crop produced. Yet, in a differentiated production structure, larger farmers tend to have

better access to transport and to finance; they have better market information; they have better facilities for cashew drying and storage; they are better placed to bargain with traders for better prices. In short, they face less threatening constraints, and thus are better able to exploit incentives, and to have a lower perception of cashew production risks.

Furthermore, it would be possible to combine such an approach with a mapping of the areas of greatest concentration of the national orchard, and of potential for orchard expansion. This would provide a basis for establishing priorities for infrastructure investments, particularly since such an exercise is likely to provide a strong argument for allocating investment in northern provinces such as Nampula, with relatively high population densities and a large share of the total cashew orchard. This could also be a less risky route to poverty reduction than an even spread of initiatives across the whole zone of cashew production, regardless of distance from functioning roads and towns, and of the “absorptive capacity” of remote smallholders for a package of measures to transform their cashew farming.

This latter point is particularly significant, if it is acknowledged that poverty can be reduced not just through own production improvement, but through wage labour (Sender and Smith, 1990; Cramer and Pontara, 1998). For farmers with more than a minimal number of trees are more likely to employ wage labour, even if only seasonally. Immediate research should be undertaken in order to assess more precisely the distribution of the cashew orchard and the differentiation in characteristics of farmers.

Emerging agriculture policies and agro-industrial exports

A classic approach to securing a surge in high value crop production is to integrate production vertically with processing. This can be done by the state or it can be done by drawing on the corporate sector, particularly multinational companies with a higher degree of vertical integration into marketing and export. The advantage of such integration is that it can offload some of the risk associated with changing cropping patterns and practices from the shoulders of small and medium scale farmers, and hence help induce the desired response. The Deloitte and Touche report ruled out such strategies, rejecting the option of offering concessions to processors similar to those extended to cotton out-grower schemes such as the Lomaco scheme in Cabo Delgado province. But there was no justification for such an out-of-hand rejection.⁸

The option needs to be assessed against examples from elsewhere. These include the Lam Nam On project in Thailand. In 1986, the Thai government abandoned a general, traditional crop support programme in favour of supporting the private sector through the Agro-Production and Marketing Programme (APMP), whose staff acted as a catalyst between farmers and private sector firms, running demonstration plots, sharing agro-climatic information, soliciting visits by firms, at first teaching input usage and farming techniques but later offloading extension work onto the private firms.

The firms provided a package of incentives, including risk-sharing: if the crop failed through no fault of the farmer, credit and input loans were forgiven. Some producers were even offered payment during natural disasters, to encourage them to stay with the crop mix for the next season. The result was a surge in production of high value crops such as tomatoes for processing and fresh watermelon (Benziger, 1996). A further significant feature of the scheme was the role of access to international markets in enabling risk reduction measures to be taken.

Another example is mushroom and asparagus growing in Taiwan. These were relatively new crops in the 1950s, but spread rapidly to account for 18% of Taiwanese agricultural exports by the late 1960s. The beginning of the mushroom scheme relied on research efforts of the Joint Sino-American Commission on Rural Reconstruction (JCRR), in collaboration with the

Taiwan Agricultural Research Institute (TARI). In 1960, representatives of the JCRR, of the canners' association, and of the government visited Europe and the USA to study production and marketing issues, and later set up a pilot operation for exports of canned mushrooms. With the spread of the crop, inspection and grading were done at collection centres run by representatives of the local Farmers' Association plus the contracting cannery, working to standards set by the government. The government also inspected the product at canneries and regulated spawn houses.

Ongoing research continued to improve qualities and yields. By 1962, increased output was pushing down prices, and the government intervened by setting up a system of planned production and marketing. Each cannery was assigned a quota based on its share of the previous year's output, adjusted to projections of export demand. The canneries then contracted with their local Farmers' Association for the supply of raw material. Prices were determined by collective bargaining between canners and farmers, under government arbitration. Finally, the industry colluded to present a single price to the world market.

Behind this system was a government decision that it was more important to ensure that the Taiwanese product was established internationally, and was a stable source of guaranteed foreign exchange, than to let canners and growers increase production blindly.

Similar developments occurred with other crops. For example, asparagus had not been managed by the public sector, even though its initial expansion was stimulated by joint JCRR-TARI experiments and information dissemination. But when cannery competition began driving the export price down in 1970, the government placed asparagus farmers and canneries under the planned production and marketing system as well. It is important to stress that there were inefficiencies in these systems, but that Taiwan dominated the world canned asparagus for some 20 years, and was also for a long period the largest single exporter of canned mushrooms (Benziger, 1996).

The point of both these examples, and others could be cited, such as the development of sugar cane production in Kenya, or the Kenya Tea Development Authority (KTDA), is that short-run price flexibility was sacrificed in the interests of rapid expansion of output and improvement in quality, linked to risk reduction measures and vertical integration with processors and foreign markets. In both cases, though in a limited way, the state took a decisive role.⁹

An alternative approach would be to set up a producers' association in which the government might take a significant role as buyer. Such an association would seek to ensure that a competitive bidder offered strong prices, but also to insist on quality related price differentiation. It could also be in a position to disseminate information on best practices, and help farmers secure access to inputs. It could be modelled, for example, on the early successes of the Kenya Tea Development Authority.

The World Bank is nervous of any policy that might entail inefficiencies. But policy makers have to judge whether a degree of inefficiency in the short to medium term might be justified, if it secures the raw nut supply improvement that is drastically needed, as well as making an impact on poverty reduction.

The important thing about any model is that it should not be a government monolith, but should involve producer representatives, and should allow for institutional change over time as circumstances develop.

While we would urge policy makers to look carefully at a range of institutional and policy arrangements, including those mentioned above, the precise form that an effective policy and institutional framework for cashew should take in Mozambique would have to have unique features.

The debate over the cashew sector in recent years presents an opportunity to build a base to choose a future direction. The privatised producers have been forced by policy change to link up to some degree with producers and traders, in order to reach what is claimed to be a representative compromise. This may be just the kind of experience and relationship to provide the foundation for an evolving Mozambican institution.

Mozambique's chances: again the cashew example

Mozambique's chances for success in exporting processed cashew kernels led to the analysis in this report. It is true that Mozambique is competing on an unequal footing with the established exporters such as India and Brazil, and risks being pushed out of the market by emerging processors such as Vietnam.

But Mozambique is still not out of the international race. There are examples of vertical integration and regional and European market links via multinationals like the Anglo-American corporation, the owner of the Mocita factory in Xai-Xai, which could be built upon. There are opportunities to move up the value chain towards salting and packaging and the retail of branded packs of cashew.

One approach might be to develop a national branding capacity, but this is unlikely to appeal to leading firms who do not want to be associated with others whom they regard as producing lesser quality kernels and with poorer health and safety standards.

A related constraint is the disincentive to competitive collusion among firms where the ownership structure, and the related degree of financial, technological and market information links, is highly uneven. This presents a challenge to government: whether to take a clearer policy approach towards shepherding the firms in the direction of joint standards and branding; or leave the production sector alone and simply hope for potential gains from shifting up the value chain to be maximised "naturally" in time.

Implications of the cashew debate for other sectors

The cashew debate in Mozambique in recent years has had the merit of focusing attention on the need for radical change within the sector: in so doing, it has highlighted a number of constraints relevant to much of the Mozambican economy.

The debate around policy has pitched particular sectoral interests within Mozambique against influential observers whose contributions have been useful, but confined within very narrow analytical limits.

The policy debate needs to go beyond market driven prices, and indeed beyond mild price "distortions". The insistence on "market friendly" policy is irrelevant where the real focus should be on production and processing-friendly policies.

Policy should not start from the supposedly higher principle of free market efficiency. Rather it should begin with an analysis of the opportunities and constraints, including a realistic assessment of what it takes to compete successfully in the world market for processed cashews in the light of competitive advantages developed elsewhere. On this basis policy makers should identify needs and design measures to meet them. This is going to entail both infant industry policies and infant agriculture policies.

Clearly this strategy requires commitment from the government: it is a high risk strategy given that the government has little record of truly successful intervention in the economy in the past. The success of the strategy depends on government keeping objectives in mind rather than being waylaid by sectional interests and stagnant analysis in the face of changing circumstances.

Success would also depend on recognising that this is a case of selective intervention with time and conditional limits. For there is incontrovertible evidence that selective, well-managed interventions are critical to successful industrialisation, in Africa and in every other developing region. Furthermore, if there is to be any industrial enrichment of the development process in Mozambique between primary commodity production on the one hand and mining and service activities on the other, cashew processing can claim to offer particularly appealing opportunities.

Chapter 5 – For a strategy of rapid human development

Three options - only one leads to rapid poverty alleviation

Frequently it is assumed, implicitly or explicitly, that economic growth in itself leads to an improvement in human development.

This is linked to another idea, habitually applied to low income countries such as Mozambique: the idea that, at the start of economic revival, redistribution of wealth is of limited relevance because there will always be very little to distribute among the population (HDR, 1996: 6).

If these two ideas are right, then it is also true that the effect of redistributing the benefits of economic growth, the famous “trickle down” effect, would have an equally limited effect in reducing poverty (Gaiha, 1993: 11ff).

This discovery can be best illustrated through a simple hypothetical example. In Table 5.1 it is assumed that the Mozambican population is divided into three parts: the poor, the middle income group, and the rich. The average incomes of the three groups are US\$ 50, US\$ 100 and US\$ 150 a year respectively, which are regarded as falling within the normal distribution of income. A further starting point is that the economy is growing at 5% per annum, and the strategic objective is to double the income of the poorest third of the population.

If the status quo holds, and if economic growth is distributed equally, then 14.2 years would be needed to achieve the above goal: to double the income of the poorest third of the population.

This result, like others, in which the incomes of the poor grow at a less rapid rate than the economy, are possible results of an economic strategy based purely on market forces for the allocation of factors of production, and for promoting capital accumulation.

In reality, more than this can be done, through different policy strategies. To illustrate this, consider the possibility of deliberately choosing mechanisms that promote an increase in the incomes of the poor at a rate double the growth rates for the incomes of the other groups. In this case, as Table 5.1 shows, the target of doubling the income of the poor could be reached in less than a decade.

Growth that furthers an improvement in the living standards of the poor does not necessarily run counter to a market economy, to efficiency in the allocation of resources, to promoting the private sector, and to minimising arbitrary intervention in markets.

But herein lies the difference between a strategy in which economic growth is viewed as an end in itself, and one in which it is seen as a means for human development.

The elements for a human development strategy are what packages the argument in Chapter 4 of this report. The general principle behind the analysis provided in this work is that human development, and reducing poverty levels in particular, requires policies deliberately designed for this end.

Table 5.1.
Example of a hypothetical distribution of the
results of economic expansion*

Income groups	Initial income (\$ per capita)	Growth rate of income (%)	Goal: Income of poor = \$ 100	After how many years
Poorest third	50	5.00	100	14.2
Middle-income third	100	5.00	200	
Richest third	150	5.00	300	
Poorest third	50	7.50	100	9.6
Middle-income third	100	3.75	142	
Richest third	150	3.75	213	
Poorest third	50	10.00	100	7.3
Middle-income third	100	2.50	127	
Richest third	150	2.50	190	

Note: initial per capita income is taken as US\$ 100, distributed equitably
 * Assuming a 5% growth rate

In the preface to the 1996 HDR, Speth drew attention to “the limits of trickle-down economics” (HDR, 1996: iii). The 1996 HDR supplies convincing evidence to refute the empirical validity, both of the automatic link between growth and development, and the idea of an inevitable deterioration in income distribution:

“These hypotheses have been disproved by the recent evidence of a positive correlation between economic growth and income equality (as represented by the share of the poorest 60% of the population). Japan and East Asia pioneered this form of equitable development and China, Malaysia and Mauritius have been following a similar route more recently” (HDR, 1996: 6).

Box 5.1**The country of the billion-dollar projects**

Right now Mozambique is one of the top destinations for investments in Africa. The Investment Promotion Centre (CPI) has an investment portfolio valued at more than 6 billion US dollars.

Some of the projects in this portfolio are under study, others are being implemented. Four of the projects involve investment sums of more than a billion dollars each. The list below refers to just some of the more promising mega-projects.

The greatest undertaking of all, in terms of investment volume, is the Maputo Iron and Steel Project, which is budgeted at 1.6 billion US dollars. The project is aimed at producing 3.5 million tonnes of steel slabs for export per year. The main ingredients are iron ore imported from Phalaborwa in South Africa, the natural gas of Pande, in Inhambane province, which will be exploited by the US multinational Enron, and electricity and water imported from South Africa. The project will be implemented over three and a half years.

The Mozal aluminium smelter has been under construction since July 1998, and it should be completed in the year 2000. This is a project costed at 1.3 billion dollars. The shareholders are Gencor/Billiton and the Industrial Development Corporation (IDC) of South Africa, Mitsubishi of Japan, and the Mozambican government. The smelter's initial capacity will be 245,000 tonnes of aluminium a year, with the possibility of doubling this capacity.

The Maputo Development Corridor project involves upgrading the road from Maputo to Johannesburg, the economic capital of south Africa, and rehabilitating the port of Maputo. The project is estimated at 1.4 billion US dollars, but it may generate projects to the value of 5 billion dollars in both Mozambique and South Africa. The conclusion of the upgraded toll road is forecast for the year 2001.

A study on reviving coal production at the Moatize mines in Tete province, is being undertaken jointly by the companies Austral Coal of Australia and JCI of South Africa. Preliminary estimates indicate that the initial investment will be around 500 million dollars with the possibility of rising to 1.3 billion dollars.

The possibility of building an iron ore reduction plant in central Mozambique is being investigated by the South African company JCI. Investment in this undertaking, known as the Beira Iron Project, is estimated at 620 million dollars. The project will use the natural gas fields at Temane and Buzi. Four partners have signed a production sharing agreement for the gas. They are ARCO of the United States, SASOL of South Africa, Zazara of the United Arab Emirates, and the Mozambican government. They have formed a partnership with an investment of about 60 million dollars. Billiton/Gencor of South Africa is also interested in investing in a project to exploit heavy sands in the central province of Zambezia. The project is costed at 500 million dollars.

Obstacles and opportunities

Does liberalisation automatically wipe out poverty?

The hypothetical benefits of the rapid liberalisation of the trade in cashew nuts were discussed in Chapter 4.

The argument behind such an expectation was that liberalisation would cause an increase in farm-gate prices, thus sparking off an increase in supply from small scale producers.

Export earnings deriving from the increase in production would be significant, while one of the beneficial effects of the policy would be its potential for eradicating rural poverty. Clearly,

the possibility of being able to combine increased export earnings with the eradication of poverty led to great expectations, since other sectors with major export earning potential do not have the same direct effects on the elimination of poverty. But is this straightforward equation between export earnings and poverty eradication valid?

The difficulty lies in the fact that liberalisation starts from the assumption that complete exposure to international competition, even if this implies the demise of most of the processing plants, is the best, if not the only, way to eliminate poverty.

But there is no empirical evidence that liberalisation in itself contributes to the eradication of poverty; nor that its multiplier effects on the economy can be regarded as a given.

There are other areas that can be exploited. Cashew kernels are a product of considerable value because of the large international demand for this snack.

Experience shows that diversifying vertically from primary products to derived, processed commodities captures higher returns, and is therefore advantageous. For example UNCTAD (1996) compares East Asian efforts to shift up the value chain in processing of goods derived from steel and timber with Latin American producers getting stuck lower down the value chain.

The evidence shows that processed products bring greater stability in earnings, since their prices are more stable than those of primary products (Yeats, 1991).

A competitive processing industry could not only lead to the reduction of rural poverty, but also provide some industrial employment.

If the cashew processing industry is genuinely driven forward, it may have both forward and backward linkage effects. Such linkages could result in beneficial multiplier effects for other sectors and serve as an inducement to develop internationally competitive marketing and branding skills. For example, a solidly-based local industry could have an immediate interest in research and development geared towards a rapid increase in disease resistant cashew trees. Linkages with foreign markets can establish market infrastructure that may be useful later on in the development of other export products. It is clear that such linkages have to be deliberately created and strengthened, since the market will not do this on its own.

Some African successes in processing primary products

One of the factors explaining sub-Saharan Africa's economic underdevelopment is the inability to develop a competitive manufacturing base. But there have been examples of African countries shifting successfully into processing, including Ivory Coast and Senegal (canned tuna exports), and Cameroon, Congo, Ivory Coast and Ghana (exports of processed wood) (UNCTAD, 1995; Yeats, 1991).

Nevertheless, the constraints are very pressing, and not much can be done to remove them since in many cases they are structurally embedded in the relative factor endowments of low income countries.

The Mozambican experience confirms that lack of skills in the workforce is a major constraint in access to earnings from exporting processed agricultural produce. UNCTAD (1995) sets out the main types of constraint facing sub-Saharan African processing of commodities as: process-related factors, tariff escalation in export markets, and barriers arising from vertically integrated industry structures.

Process-related obstacles include the need for high inputs of technology and market information, and skilled labour for production, management and processing. There are often also large economies of scale which means that successful processing depends on significant

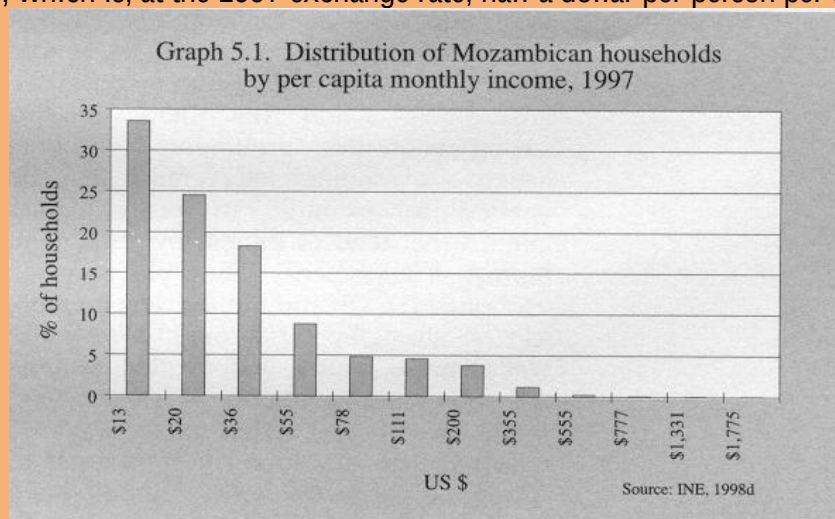
output levels, so that a viable domestic (or regional) market may be a critical step to export success.

Box 5.2

Poverty in Mozambique... a reality that must be faced

Poverty, understood as the absence of the conditions for a long life, education and a decent standard of living, affects the overwhelming majority of the Mozambican population.

Graph 5.1 shows the distribution of monthly income in US\$ per capita: about 60% of the population has a monthly income equal to or lower than 225,500 meticaïs, or US\$ 20. The national poverty line, adjusted for differences in the cost of living in various parts of the country, is 5,433 meticaïs per person per day, based on the national average prices prevailing in April 1997; which is, at the 1997 exchange rate, half a dollar per person per day.



At national level, the incidence of poverty (headcount index) is 69.4%, indicating that in 1996-97 more than two-thirds of the Mozambican population, or 10.9 million people, were living in a state of absolute poverty. The poverty gap index and the square poverty gap index are also high, at 29.3 and 15.6% respectively.

On average, the poor and the non-poor have the same number of productive adult members in their households. But the poor households have about twice as many dependents (mainly children) as the non-poor households.

The poor have more children than the non-poor and begin to have children earlier. The women who have their first child when they are less than 16 years old tend to live in poor households. At the time of this survey, poor women tended to have two children who had already died.

The poor and the non-poor have about the same amount of land per household: an average of 0.4 hectare per capita for the former, and an average of 0.6 hectare per capita for the latter. Maize is the most common crop grown by poor and non-poor alike. It is cultivated by about 75% of all households.

The data suggests a reduction in poverty in the provincial capitals from 72.6% in 1992-93 to 65.2% in 1996-97. But the analysts warn "...one cannot draw definite conclusions for the time being" (MPF, 1998b: 18).

There are also signs of modest gains in poverty reduction resulting from recent economic growth. But these signs rest on the improbable hypothesis that the standard of living has grown at the same rate as real per capita GDP, and assumes that inequalities have not worsened.

Sources: INE (1997), National Household Inquiry into Living Conditions 1996-97
Planning and Finance Ministry (1998b) Poverty in Mozambique: Profile, Determinants and Policy Implications

Exports of processed fruit, vegetables and fishery products are often constrained by stringent quality and sanitary requirements in major importing markets, and by the fact that new entrants compete unequally with already established firms with information networks and brand names.

Import tariffs can limit exports of processed products, but there is plenty of evidence of developing countries successfully finding practical solutions to this challenge. Sub-Saharan African countries have generally enjoyed trade preferences on exports to the European Union, preferences that have been greater, the higher the degree of processing.

New entrants to processed commodity markets may also be constrained by the presence of large, vertically integrated firms with considerable market power. These constraints can be tackled in various ways, including developing close links with multinational companies, or taking effective measures to ensure a regular supply of good quality raw material as an inducement to further processing, and this will involve some careful pricing policies to ensure viability.

Clearly the most pressing constraints are internal rather than external. They can be addressed through policies aimed at ensuring adequate infrastructure, sharpening incentives to promote technological, managerial and marketing skills, ensuring raw material supply, promoting product quality and production sanitation standards, and providing market information.

If the potential gains from processing are acknowledged, it is ridiculous to make assumptions about level playing fields and the optimality of unregulated market conditions. International markets for the production and trade of processed commodities are rich in imperfections, and the challenge for any country is to promote those market imperfections that work to its advantage.

Box 5.3

Linkages that lead from growth to human development

The chain towards human development has two main sets of links - the influence of household activity and spending on human development and the influence of government policies and expenditures...

Household activities, though mostly unpaid and therefore largely invisible in national accounts, contribute greatly to human development.... Human development has great intrinsic value and thus in itself warrants supportive government action. But there are also strong economic arguments for such action. Government intervention may be needed, for example, to rectify market failures that tend to inhibit investments in human development... The links between economic growth and human development can be strengthened through a series of well-directed policy actions that address the unequal distribution of private and public resources.... The many ways in which human development contributes to economic growth have often been emphasised... A basic fact: Healthy, well-educated people make an economy more productive. But this does not mean that the only purpose of investments in health and education is to improve productivity or that one should not make investments that do not improve productivity. No one would seriously suggest abandoning investments in health and education even if economic analysis found that such investments had low economic returns. The development of human capabilities is an end in itself.

Source: HDR, 1996: 67-68, 70, 75

For a strategy of rapid human development

Strengthening the linkages between growth and development

There may be many development strategies in a country, and they may be altered for various reasons: but the only strategy which is really committed to human development is that which genuinely leads to an expansion of people's choices.

This means that the determinant factor for the prosperity of a nation is not the existence of resources in themselves. Equally, the prosperity of a nation is not inherited, "nor does it emerge from the abundance of natural resources or of cheap labour, or from its interest rates, or from the value of its currency" (Porter, 1995: 135).

The availability of abundant natural resources only becomes of benefit for the population of a country when these resources enrich the lives of most people, allowing them to live longer, healthier, more educated and creative lives, as well as to enjoy a decent standard of living, freedom, dignity, self respect, and respect for others (HDR, 1996: 1-10; 1997: 15).

In the perspective of human development used publicly since 1990, Mozambique is currently classified as a country of low human development and with a weak and slow pace of economic growth. In a specific reference to Mozambique, in the context of political recommendations to countries with weak linkages, the 1996 HDR stated:

"At the rates of progress that prevailed between 1970 and 1993, these countries will not achieve the HDI of industrial countries for nearly 65 years. At the rates prevailing during the same period in a country such as Mozambique or Niger, it would take more than two centuries to reach the HDI level of industrial countries" (HDR, 1996: 83).

This worrying prognosis illustrates the gigantic effort that Mozambique needs to make in order to provide positive and rapid human development to its population.

From the purely economic point of view, a country which wishes to obtain real growth in per capita income, that is, a rate of economic growth that is higher than the population growth rate, needs two basic things:

- a vision which expresses the destiny of the country in terms of human development; and
- a strategy which lists the initiatives and activities necessary to attain the goals that inform the vision.

A national development strategy, or indeed any strategy, contains three basic elements: the overall objectives (the expected results), the policies (including the resources necessary to achieve the desired objectives), and the monitoring (continuous assessment of performance and consequent adjustment when necessary).

Development strategies involve several levels of intervention, which means they do not necessarily require a sophisticated level of planning or intervention. The scale and form of intervention vary from sector to sector and obey pragmatic criteria.

But the important aspect to bear in mind from this report is that economic growth needs to be defined around a strategy for the human development of the population. This definition requires what the 1996 HDR called a "skillful and intelligent" management policy, that is a policy that deliberately builds and regularly strengthens the linkages between economic growth and human development.

In the case of Mozambique, the need for such a skillful and intelligent policy, acknowledged and applied by all the actors in the development process, is even more pressing because of the

high indices of poverty. Poverty alleviation and eradication can only be achieved by increasing the income, equity and social stability of the population.

There is no finished formula for how to achieve these goals, and there is not even a universal framework applicable to all countries. What does exist is the conviction that it is indispensable to reduce to the minimum the number of people who are poor in any society.

Poverty exists in specific social contexts. The economic reforms implemented over the past decade have led to the opening of the Mozambican economy to the world economy, and the transfer of wealth creating mechanisms to the private sector. These reforms are indispensable for reviving economic growth, but they are not sufficient for an effective linkage between growth and human development. This was certainly the motivation, as explained in chapter 4, for transforming the PRE into the PRES - Economic and Social Recovery Programme.

Political and administrative reform, the decentralisation and privatisation of public assets, institutional and legislative reform, monetary and fiscal stabilisation, and the policy of attracting foreign investment, have sought to ensure short term economic stabilisation.

But reforms with short term goals have to rest on a long term development vision. Such a strategic, long term vision always emerges when we ask, for example, what is the objective behind the efficient allocation of resources. And whatever the reply may be, it cannot be limited to clichés about “accelerated growth”, since the question that immediately arises is: rapid growth for what and for whom?

The search for effective replies to this sort of question points to the need for a listening culture, one that takes collective needs and social judgements into account as part of the search for an inclusive and participatory strategy. Such a strategy is required because of the fact that market mechanisms may induce or guarantee economic growth, but are not sufficient to ensure the elimination of human deprivation.

On the other hand, collective judgements and consensus are not always easy to achieve. Social generations characterised by different kinds of participation generate different judgements and these influence the drawing up of socio-economic policies.

In any case, each society produces, implicitly or explicitly, a collective vision of what constitutes economic, political and social justice. The absence of a consensual vision always results in conflicts which lead to instability. When the collective vision is inconsistent with the results of economic growth, governments lose confidence and credibility among their people.

The data currently available about the performance of the Mozambican economy suggest that it is becoming integrated into the world economy, through an accelerated revival of the domestic private sector, and the correction of macro-economic imbalances.

But the great challenge facing Mozambique in the immediate future is to achieve a rapid increase in its human development, resting on economic growth that is also rapid.

“The rapid growth in the 1960s in some African countries with weak links was short-lived because it was based on a commodity price boom and undiversified economies. These countries need to accelerate their economic growth to initiate and sustain improvements in human development. Although many have achieved significant improvements in human development with modest growth, the pace of improvement slackens with economic decline” (HDR, 1996: 82).

To some extent, as shown in Chapter 2, this happened in Mozambique over the past two decades.

A coherent human development strategy in a country like Mozambique, with weak linkages between the pace of growth and development, needs a major effort to generate and accelerate the former through investments in the latter, and vice-versa. That is, economic growth is necessary to support progress in human capacities, but these capacities are in turn necessary so that positive and rapid growth may be sustainable (HDR, 1996: 82-83). The need for a human development strategy is becoming ever more urgent because the level of economic growth, although significant in relative terms, is extremely fragile, and cannot be sustained under the current conditions of scattered policy interventions.

The need for massive investment in human resource development

The shortage of trained staff is one of the characteristics of weak and unbalanced human development. It limits the number of strategies that can be outlined and implemented successfully. However, this structural fragility does not obviate the need for a strategy. The challenge is to find the policies that create the necessary space and incentives to free the creative potential of available resources, through participation in the search for solutions to social problems, because every human being is a resource. This point has to be clear for all members of a society.

“Experience suggests that no country undergoes a structural transformation of the economy without raising basic education levels. The well-known links between female education and fertility, between education and productivity, and between mothers’ education and children’s educational attainment all explain why this is so... Accelerating the pace of progress calls for policy change and a long term commitment by the leaders and the people to pursue universal education, literacy and minimum standards of health. National, regional, local, community and family goals must be set” (HDR, 1996: 82-83).

So that Mozambique may enter a new stage of development, that is, to pass from a phase of positive and rapid economic growth to a phase of rapid human development, it will be necessary to carry through a coherent poverty reduction strategy, relying on making use of human potential and economic growth woven together in a matrix of objectives, tools of intervention, and assessment and monitoring of progress.

The first step in drawing up such a strategy is to identify the general objectives, through national debates the purpose of which is to awaken the creative potential of the population. This step is already, in itself, an integral part of the chosen strategy.

Once the general objectives are identified, the means for achieving them can be selected on the basis of their relevance/potential, and on the real capacity of the government and of society to use them as mechanisms for broadening social well-being.

The next step is the establishment of mechanisms to monitor the results. Like the setting of objectives, this could also be a participatory process, but without excluding the technical covering which is always a key component since it is on this component that the capacity for implementing the development project depends.

The role of the state and other institutions

The state plays an important role in the development process. Its intervention is optimised or made difficult according to whether or not there exist participatory mechanisms which allow all social forces to make their views felt about the actions of the state and of market forces, and to influence the shaping of development policies most appropriate to the circumstances and characteristics of each country.

Whether societies are just is also measured by the way in which institutions accommodate the interests of all actors in the process of wealth creation. The state thus takes on the role of

mediator between the interests of the comfortably off classes, who are interested only in expanding still further the power of markets, and those of vulnerable groups who need markets that are more sensitive to their condition in order to improve the quality of their lives.

The state therefore establishes an equilibrium between the interests of these two groups (which are sometimes diametrically opposed) and in promulgating policies which assist in the reduction or elimination of deprivation and injustice.

What prospects for the future?

This first National Report on Human Development in Mozambique stresses four important aspects;

- First, the nature and causes of the country's low level of human development.
- Second, the extent to which the economic crisis has blocked Mozambicans' human progress.
- Third, the enormous effort that the country needs to make so that the recent economic recovery is not compromised by constraints in other human dimensions.
- And fourth, the need to create and strengthen effective links between economic growth and human development.

In the last half of the 1990s, the economy has revived in an encouraging way. This will certainly be increasingly reflected in the HDI, because the HDI is a national aggregate that expresses figures in an undifferentiated way. Whatever the way in which growing wealth is distributed, there is no doubt that Mozambique needs strong and rapid economic growth. This is true, both in the event that growth benefits only a minority, but above all if it improves the conditions of the general population.

This National Report will be extremely useful for the debate about development in Mozambique, if it is transformed into the first of many others motivated by the same spirit which has inspired its authors. Many of the questions raised here have not been discussed exhaustively. Many of the opinions presented here are certainly not shared by all readers, or even by all the authors who participated.

But that is why the Report was written around a question and not an answer. If the question posed and discussed here motivates debate and more research by other bodies, the main objective of this publication will have been achieved.

Box 5.4

The chances for a domestically geared economy

Special Contribution

Globalisation is better known for its economic and technological expressions, and for its environmental concerns, than as an international division of labour, which has been pursued and imposed successfully for more than five centuries. It has been a notable success for those who began this process, since it has brought them unimaginable power and wealth, at the same time as maintaining a growing and absolute mastery over the rest of the world for a remarkable period of time. Escape from this control has only been possible for short periods (for instance, while the Soviet bloc existed).

...When we refer to globalisation, we must make a clear distinction between what this means for the CENTRE, and how it is experienced on the PERIPHERY.

Definitions of globalisation evolve, from the most restrictive, which limit it just to international trade and investment, to the broadest, in which globalisation is understood as a globalised economy, in which national economies decompose in favour of an articulation carried out on the basis of an international system of transactions and procedures. As a result, the Nation-States are losing their political strength to influence national economies and, instead of national bodies, regional or urban bodies are rising as points of support for articulation with supra-national bodies.

...In the global economy there clearly exists a Centre formed by the G-7 and other industrial countries, and a Periphery. If we like, we can consider a third category, the SEMI-PERIPHERY, a term characterising some countries who have managed to escape from the international division of labour imposed by the Centre.

The Semi-Periphery would consist of the newly industrialising countries, both the first generation (Taiwan, South Korea, Singapore and Hong Kong), and the second generation (Malaysia, Thailand, Indonesia, China and some Latin American countries).

The Periphery is identified with sub-Saharan Africa, south and central Asia, part of south and central America, and very possibly Russia and South Africa.

The economy has never been so global as it is now, because in the past there were parallel systems. Indeed, prior to colonial domination, that is, up until the 18th century, India, China and other Asiatic countries were autonomous systems. Their relations with Europe were not Centre-Periphery ones. More recently the communist bloc also constituted an autonomous system.

...Faced with a situation as dramatic as that of the African countries, and since it is not possible to repeat the Asian experiences, at least not in all its contours, one may ask: what is to be done ?

1. Resist globalisation and the consequences that flow from this ?
2. Look for our own model ?

Others have already tried to establish their own mode of production, without success. And resisting globalisation, as in the case of Albania, means isolation from the rest of the world, with dramatic and negative consequences.

The Bretton Woods institutions are apologists for an export-oriented model, dismissing internal demand. It's natural that they take this line, because part of the IMF's mission is to promote equilibrium on the balance of payments, through the promotion of exports at the expense of domestic consumption: hence restrictive fiscal and monetary policies, and the systematic devaluation of the national currency.

But contempt for domestic demand may lead to the ruin of sustained economic and social development. This is not a matter of stimulating domestic demand artificially, but of investing massively so as to increase the production and, above all, the productivity of thousands of producers, as was done in all the Asian countries.

It means creating a national economy that is not so dependent on the outside, vulnerable to international shocks, a national economy in which increasing domestic demand is just as, or more, important than exports.

A process of this sort needs a different state, a state that wants to serve the population instead of controlling it, a state that also wants to transfer resources, and not merely collect taxes.

Mozambique has the opportunity to create an economy turned inward, because it still has resources such as land to distribute to the population, and it can re-orient part of the international aid it receives to infrastructure supporting the rural world.

A study undertaken by the economist Reginald Green shows that an investment of US\$ 5,000 would allow a peasant family to double its production, while the creation of just one job through a mega-project costs US\$ 400,000. It is true that the funds spent on mega-projects cannot be diverted to other projects, but mega-projects do not solve the problem of generalised poverty and social exclusion. They should therefore not blind us so that we fail to see that the future of Mozambique lies in its people who are fortunately still mostly living in the countryside.

Source: "Globalisation and Peripheral Economies"

Extracts from a paper presented at the Social Sciences Congress

Maputo, September 1998

Referências e Bibliografia

References & Bibliography

- Amsden, Alice. 1997. 'Editorial: Bringing Production Back in Understanding Government's Economic Role in Late Industrialisation. *World Development*, Vol. 25, No.4, pp. 469-480.
- Amsden, Alice. 1998. 'Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialisation'. New York: Oxford University Press.
- Bourdieu, Pierre. 1977. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge University Press.
- Bourdieu, Pierre and Claude Passeron. 1977. *Reproduction in Education, Society and Culture*. London and Beverly Hills.
- Bruck, Tilman, 1997. *Macroeconomic Effects of the War in Mozambique*. Queen Elizabeth House Working Paper 11 (Oxford:QEH)
- Buendia, Miguel Gomez. 1993. *A Educação Moçambicana. A História de um Processo, 1962-1984*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 1993.
- Buendia, Miguel. 1995. 'Cidadania e Escola', in *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, ed. Mazula, Brazão. Maputo: InterAfrica Group, pp. 344-374.
- Chang, Ha-Joon. 1994. *The Political Economy of Industrial Policy in South Korea*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Chissano, Joaquim Alberto. 1997. "Discurso de Abertura. Seminário Nacional sobre Expansão do Ensino Superior". Chimoio, Dezembro, 1997.
- Cramer, Christopher and Nichola Pontara. 1998. 'Rural Poverty and Poverty Alleviation in Mozambique: What's Missing from the Debate? *Journal of Modern African Studies* (forthcoming).
- Deloitte and Touche ILA. 1997. *África Deloitte and Touche Tohmatsu Sisteconta, "Cashew Marketing Liberalisation Impact Study"*. Maputo: Ministry of Tourism, Trade and Industry.
- Direcção Nacional de Estatística. 1992. *Anuário Estatístico 1992*. Maputo: Comissão Nacional do Plano.
- Direcção Nacional de Estatística. 1995. "Moçambique: Panorama Demográfico e Sócio-Económico". Maputo: Ministério do Plano e Finanças.
- Dzvimbo, Kuzvinetsa. 1995. 'The status, constraints and potential of primary teacher education reform for basic education in Mozambique'. *Perspectives*, XVI,1, pp. 5-32.
- Fátima, Maria de and Dzvimbo, Kuzvinetsa. 1998. "Teacher education reform project proposal: process, content and structure of the 10+1+1 model". Maputo: Mined (mimeo).
- Fine, Ben. 1997. "All You Wanted to Know About Effective Protection Rates But Were Too Scared to Ask - With an Application to South Africa", School of Oriental and African Studies, Dept of Economics (mimeo).

- Fournou-Tchuigoua, Bernard. 1996. 'Africa Confronted with the Ravages of Neo-liberalism', in *Africa Development*, XXI,22,3: 5-24.
- Gaiha, R.1993. 'Design of Poverty Alleviation Strategy in Rural Areas', *FAO Economic and Social Development Paper* 115, Rome.
- Glover, D and K. Kusterer (1990). *Small Farmers, Big Business Contract Farming and Rural Development* London: Macmillan Press.
- Golias, Manuel: 'Democracia e educação', in *Eleições, Democracia e Desenvolvimento*, ed. Mazula, Brazão. Maputo: InterAfrica Group.
- Hilmarsson, Hilmar T. 1995. 'Cashew Pricing and Marketing in Mozambique: Second Draft'. *World Bank Working Paper*.
- Hirschman, Albert O. 1981. 'A generalised linkage approach to development, with special reference to staples', in *Essays in Trespassing*. Cambridge: Cambridge University Press.
- INE (Instituto Nacional de Estatística). 1997. *Anuário Estatístico 1996*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. 1997. *II Recenseamento Geral da População e Habitação 1997 - Resultados Preliminares*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. 1998a. *Estimativas e Projecções Anuais da População, País, Províncias e Distritos: 1990-2000 (projecções provisórias)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. 1998b. *Anuário Estatístico 1997*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE. 1998c. "Inquérito Demográfico e de Saúde 1997". Maputo: Instituto Nacional de Estatística e Macro Internacional Inc.
- INE. 1998d. "Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre as Condições de Vida, (IAF). Relatório dos Resultados Gerais". Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Jaeger, William K. 1991. 'The Effects of Economic Policies on African Agriculture', *World Bank Discussion Papers, África Technical Department Series* (Washington).
- Jayne, T.S. and S. Jones. 1997. 'Food Marketing and Pricing Policy in Eastern and Southern África: A Survey', *World Development*, Vol.25, No.9 (September 1997), pp.1505-1527.
- Lundin, Iraê Baptista et al. 1997. 'O Impacto da Desmobilização em Moçambique'. A ser publicado pelo Bonn International Center for Conversion na República Federal da Alemanha.
- Lundin, Iraê Baptista. 1992. "Conceitos, Descrição de que Realidade?". In *Mensal CEEI-ISRI* -No. 2.
- Lundin, Irae Baptista. 1997. 'A Transição como Processo, e a Acção de Identificação do Processo de Mudanças: Reconciliação e Usos dos Recursos Libertos com a Paz'. Estudo Commissionado pela Southern African Research and Documentation Centre. Maputo: SARDC and Poverty Alleviation Unit;
- Machili, Carlos. 1997. 'VII Cerimónia de graduação'. Discurso do Reitor, Maputo, UP, p.12.
- Mayer, Jorg. 1997. 'Is Having a Rich Natural-Resource Endowment Detrimental to Export Diversification?', *UNCTAD Discussion Paper* No. 124 (Geneva: March 1997).
- Mazula, Brazão. 1996. *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique, 1975-1985*, Porto: Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa/ Afrontamento.

- Ministério do Plano e Finanças. 1995. "Programa do Governo. República de Moçambique". Maputo: Ministério do Plano e Finanças.
- Ministério do Plano e Finanças. 1998a. "Plano Económico para 1998. Maputo: Ministério do Plano".
- Ministério do Plano e Finanças. 1998b. "Pobreza em Moçambique: perfil, determinantes e implicações para as políticas". Maputo: Direcção Nacional de Plano e Orçamento.
- Nomisma, 1994. *The World Cashew Economy*. Bologna: Edizioni L'inchiestroblu.
- Obanya, Pai. 1994. 'Major trends of educational reform in post-colonial Africa', Contributed paper, Pan-African colloquium: Educational innovation in post-colonial Africa (Praesa), Cape Town, 1994, 22pp (mimeo).
- Owens, Trudy and A. Wood. 1997. 'Export-Oriented Industrialisation Through Primary Processing?', *World Development*, Vol.25, No.9, pp.1453-1470.
- Porter, M. 1991, *The 'Competitive Advantage of Nations'*. Harvard Business School Press
- Ranger, Terence. 1983. 'The Invention of Tradition in Colonial Africa'. In *The Invention of Tradition*. (eds.) Hobsbawm & Ranger. Cambridge University Press.
- Sender, John and Sheila Smith. 1990. "Poverty, Class and Gender in Rural África: A Tanzanian Case Study". London: Routledge.
- Sjoberg, Gideon. 1986. 'Comunidade (Community)'. In *Dicionário de Ciências Sociais*. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.
- Solomon, Hussein & Jakkie Cilliers. 1996. "Sources of Southern Africa Insecurity and the Quest for Regional Integration". In *People, Poverty and Peace: Human Security in Southern Africa*. (eds.) Solomon & Cilliers. IDP Monograph Series No. 4.
- Spiegel, Andrew & P.A. McAllister. 1991. 'Tradition and Transition in Southern Africa'. *African Studies Fiftieth Anniversary*. Vol. 50. Nos. 1-2. Johannesburg: Witswatersrand University Press.
- Speth, James Gustave. 1996. 'Prefácio', in *Human Development Report 1996*. UNDP (United Nations Development Programme). New York: Oxford University Press, pp iii-iv.
- UNCTAD. 1996. *Trade and Development Report, 1996*, New York and Geneva.
- UNCTAD. 1995. "Recent Developments in the Diversification of Developing Countries' Commodity Exports". New York and Geneva.
- UNDP (United Nations Development Programme). 1990. *Human Development Report 1990*. New York: Oxford University Press.
- UNDP. 1991. *Human Development Report 1991*. New York: Oxford University Press.
- UNDP. 1992. *Human Development Report 1992*. New York: Oxford University Press.
- UNDP. 1993. *Human Development Report 1993*. New York: Oxford University Press.
- UNDP. 1994. *Human Development Report 1994*. New York: Oxford University Press.
- UNDP. 1995. *Human Development Report 1995*. New York: Oxford University Press.
- UNDP. 1996. *Human Development Report 1996*. New York: Oxford University Press.
- UNDP. 1997. *Human Development Report 1997*. New York: Oxford University Press.
- UNDP. 1998. *Human Development Report 1998*. New York: Oxford University Press.

- Wade, Robert. 1990. *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialisation*. New Jersey: Princeton University Press.
- World Bank. 1998. *World Development Report: Knowledge for Development*. New York: Oxford University Press.
- World Bank. 1997. "Vital Statistics: A Publication of the World Bank's Mozambique Resident Mission", Vol.4, No.2. Maputo: World Bank.
- Yeats, Alexander J. 1991. 'Do Natural Resource-Based Industrialisation Strategies Convey Important (Unrecognised) Price Benefits for Commodity-Exporting Developing Countries?', World Bank, Policy Research and External Affairs Working Paper, Washington.

Perfil demográfico

Demographic profile

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

* Tables may not add up the total because of rounding

QUADRO 1. ESTIMATIVA E PROECÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL, 1990-2000

TABLE 1. ESTIMATE AND PROJECTIONS FOR TOTAL POPULATION, 1990 - 2000

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Homens/Men	6,866,474	6,996,624	7,129,242	7,264,373	7,402,065	7,542,368	7,685,330	7,831,001	7,979,434	8,130,680	8,284,793
Mulheres/Women	7,284,958	7,473,497	7,666,916	7,865,341	8,068,901	8,277,729	8,491,962	8,711,739	8,937,204	9,168,505	9,405,791
Total	14,151,432	14,470,122	14,796,158	15,129,714	15,470,966	15,820,097	16,177,291	16,542,740	16,916,638	17,299,184	17,690,584

Fonte: Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais .1998. Estimativas e Projecções Anuais da População. País, Províncias e Distritos: 1990-2000 (Projecções Provisórias)

Source: Directorate of Demographic, Vital and Social Statistics, 1998. Estimates and Annual Projections of the Population: Country, Provinces and Districts: 1990-2000 (Provisional Projections)

Perfil demográfico

Demographic profile

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

* Tables may not add up the total because of rounding

QUADRO 2. ESTIMATIVA E PROECÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO SEXO E IDADE, 1990-2000

TABLE 2. ESTIMATE AND PROJECTIONS FOR THE TOTAL POPULATION, BY GENDER AND AGE, 1990-2000

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Homens/Men											
0-4	1.260.122	1.284.849	1.313.655	1.350.434	1.388.738	1.424.139	1.455.837	1.482.014	1.494.852	1.505.275	1.514.640
5-9	1.085.788	1.104.540	1.115.914	1.123.047	1.129.014	1.138.603	1.153.724	1.176.432	1.210.553	1.246.833	1.282.460
10-14	873.475	909.420	942.348	968.730	992.540	1.013.716	1.022.229	1.029.468	1.039.085	1.047.669	1.059.016
15-19	731.757	746.730	762.662	776.693	791.327	808.388	837.006	865.010	892.524	917.890	940.308
20-24	555.906	562.925	582.938	608.889	631.626	652.823	672.195	690.085	706.574	724.801	743.941
25-29	465.206	455.517	449.607	453.136	463.855	479.964	501.119	527.056	552.198	576.333	598.600
30-34	419.527	421.676	420.747	418.549	413.688	410.467	408.600	407.981	412.024	422.957	438.932
35-39	360.351	368.671	374.807	376.822	378.973	379.974	379.902	378.662	377.905	374.863	372.869
40-44	294.548	302.544	309.628	314.904	319.926	324.710	329.168	333.393	336.269	339.327	341.179
45-49	238.946	244.835	249.673	253.600	257.926	262.266	266.784	271.629	276.602	281.688	286.675
50-54	188.914	193.377	197.228	200.716	204.656	208.336	211.781	215.125	218.567	222.211	226.219
55-59	144.947	148.609	151.534	154.073	157.024	159.683	162.226	164.772	167.565	170.595	173.800
60-64	102.548	105.483	108.303	111.299	114.591	117.186	119.213	120.981	122.743	124.679	126.794
65-69	68.924	70.402	71.611	73.117	75.232	77.142	78.947	80.752	82.596	84.429	86.207
70-74	40.847	41.723	42.648	43.784	45.247	46.358	47.207	47.899	48.663	49.601	50.747
75-79	21.920	22.161	22.359	22.677	23.312	23.830	24.275	24.721	25.181	25.726	26.277
80 +	12.747	13.163	13.580	13.903	14.390	14.784	15.116	15.018	15.535	15.802	16.129
Total	6 866 474	6 996 624	7 129 242	7 264 373	7 402 065	7 542 368	7 685 330	7 831 001	7 979 434	8 130 680	8 284 793

Fonte: Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais .1998. Estimativas e Projecções Anuais da População. País, Províncias e Distritos: 1990-2000 (Projecções Provisórias)

Source: Directorate of Demographic, Vital and Social Statistics, 1998. Estimates and Annual Projections of the Population: Country, Provinces and Districts: 1990-2000 (Provisional Projections)

Perfil demográfico

Demographic profile

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

* Tables may not add up the total because of rounding

QUADRO 3. ESTIMATIVA E PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO SEXO E IDADE, 1990-2000

TABLE 3. ESTIMATE AND PROJECTIONS FOR THE TOTAL POPULATION, BY GENDER AND AGE, 1990-2000

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Mulheres/Women											
0-4	1,257,449	1,282,762	1,317,186	1,364,578	1,414,135	1,461,989	1,507,036	1,546,907	1,573,218	1,596,686	1,624,653
5-9	1,090,431	1,110,528	1,127,057	1,142,687	1,156,782	1,175,186	1,199,988	1,233,262	1,279,216	1,328,275	1,382,229
10-14	889,888	924,569	960,805	994,086	1,025,183	1,053,485	1,071,241	1,087,705	1,106,659	1,124,587	1,149,536
15-19	777,147	797,270	813,127	825,709	840,379	859,587	890,490	923,869	958,004	992,026	1,026,450
20-24	637,836	658,397	680,426	701,979	722,796	742,392	760,042	775,029	789,309	805,938	796,387
25-29	533,279	547,518	561,952	576,426	592,214	609,288	627,673	647,944	669,464	691,096	714,194
30-34	448,888	460,424	472,178	483,890	496,199	508,772	521,641	535,094	549,468	565,269	584,699
35-39	378,159	387,984	397,502	406,704	416,484	426,542	437,057	448,020	459,533	471,608	485,996
40-44	311,991	320,493	329,353	338,251	347,466	356,524	365,417	374,292	383,374	392,908	404,407
45-49	259,323	265,664	271,810	277,835	284,514	291,632	299,256	307,367	315,909	324,747	334,889
50-54	210,007	215,630	221,400	227,183	233,159	238,904	244,463	249,991	255,702	261,977	269,850
55-59	166,256	170,450	174,542	178,768	183,469	188,239	193,158	198,245	203,484	208,818	214,978
60-64	125,014	128,157	131,459	134,951	138,784	142,491	146,112	149,680	153,403	157,389	162,266
65-69	89,282	91,280	93,223	95,179	97,523	100,029	102,691	105,506	108,459	111,558	115,157
70-74	57,297	58,512	59,847	61,129	62,620	64,163	65,770	67,379	69,064	70,929	73,257
75-79	32,487	33,032	33,573	34,045	34,684	35,399	36,198	37,108	38,062	39,182	40,515
80 +	20,225	20,827	21,475	21,941	22,511	23,106	23,730	24,341	24,877	25,511	26,329
Total	7,284,958	7,473,497	7,666,916	7,865,341	8,068,901	8,277,729	8,491,962	8,711,739	8,937,204	9,168,505	9,405,791

Fonte: Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais .1998. Estimativas e Projeções Anuais da População. País, Províncias e Distritos: 1990-2000 (Projeções Provisórias)

Source: Directorate of Demographic, Vital and Social Statistics, 1998. Estimates and Annual Projections of the Population: Country, Provinces and Districts: 1990-2000 (Provisional Projections)

Perfil demográfico

Demographic profile

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

* Tables may not add up to the total because of rounding

QUADRO 4. ESTIMATIVA E PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL SEGUNDO SEXO E IDADE, 1990-2000

TABLE 4. ESTIMATE AND PROJECTIONS FOR THE TOTAL POPULATION, BY GENDER AND AGE, 1990-2000

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ambos os sexos/Both sexes											
0-4	2.517.571	2.570.810	2.636.372	2.720.313	2.807.520	2.892.766	2.972.010	3.039.781	3.080.685	3.116.348	3.155.864
5-9	2.176.219	2.217.237	2.247.354	2.270.818	2.290.360	2.318.385	2.358.958	2.416.412	2.497.816	2.584.564	2.675.784
10-14	1.763.363	1.834.559	1.904.599	1.964.016	2.019.319	2.070.751	2.099.165	2.124.586	2.154.459	2.181.956	2.219.314
15-19	1.508.905	1.543.395	1.574.627	1.601.124	1.629.611	1.664.898	1.724.608	1.787.208	1.850.883	1.912.835	1.972.474
20-24	1.193.743	1.221.380	1.262.907	1.310.106	1.354.108	1.394.600	1.430.567	1.462.126	1.491.555	1.525.418	1.533.394
25-29	998.485	1.003.619	1.012.485	1.030.289	1.056.193	1.088.719	1.127.613	1.173.039	1.218.710	1.263.232	1.307.066
30-34	868.415	882.261	893.381	902.982	910.474	920.072	931.286	943.952	961.742	987.444	1.021.515
35-39	738.510	756.388	771.893	783.671	795.822	806.404	816.407	826.071	837.123	846.655	859.487
40-44	606.539	622.377	637.830	652.730	668.201	682.318	695.314	707.856	719.024	730.768	743.446
45-49	498.269	509.545	519.759	530.153	541.873	553.236	565.055	577.819	591.225	605.024	620.176
50-54	398.921	408.092	416.976	426.269	436.588	445.831	454.282	462.602	471.226	480.710	492.333
55-59	311.203	317.907	324.035	330.699	338.450	345.607	352.651	359.852	367.371	375.122	383.896
60-64	227.562	232.957	238.410	244.506	251.313	256.996	261.875	266.542	271.538	277.135	283.859
65-69	158.206	160.960	163.558	166.820	171.116	175.245	179.370	183.481	187.540	191.571	195.936
70-74	98.144	99.877	101.763	103.815	106.572	108.863	110.861	112.803	115.023	117.685	120.943
75-79	54.407	54.956	55.491	56.071	57.191	58.305	59.373	60.480	61.556	62.802	64.254
80 +	32.972	33.801	34.718	35.333	36.255	37.100	37.897	38.130	39.162	39.915	40.843
Total	14,151,432	14,470,122	14,796,158	15,129,714	15,470,966	15,820,097	16,177,291	16,542,740	16,916,638	17,299,184	17,690,584

Fonte: Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais .1998. Estimativas e Projeções Anuais da População. País, Províncias e Distritos: 1990-2000 (Projeções Provisórias)

Source: Directorate of Demographic, Vital and Social Statistics, 1998. Estimates and Annual Projections of the Population: Country, Provinces and Districts: 1990-2000 (Provisional Projections)

Perfil demográfico

Demographic profile

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

* Tables may not add up the total because of rounding

QUADRO 5. ESTIMATIVA E PROECÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL POR PROVÍNCIAS, 1990-2000

TABLE 5. ESTIMATE AND PROJECTIONS FOR THE TOTAL POPULATION, BY PROVINCE, 1990-2000

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Homens/Women											
Niassa	330,004	337,856	345,887	354,101	362,502	371,094	379,882	388,870	398,062	407,463	417,077
Cabo Delgado	570,851	581,343	592,028	602,909	613,989	625,273	636,765	648,467	660,384	672,520	684,879
Nampula	1,414,001	1,437,802	1,461,997	1,486,592	1,511,595	1,537,011	1,562,848	1,589,112	1,615,810	1,642,949	1,670,537
Zambézia	1,388,237	1,419,056	1,450,544	1,482,716	1,515,587	1,549,171	1,583,483	1,618,540	1,654,357	1,690,950	1,728,336
Tete	332,478	363,626	395,836	429,136	463,556	499,127	535,879	573,846	613,059	653,553	695,362
Manica	293,369	318,201	343,868	370,395	397,803	426,117	455,362	485,562	516,744	548,933	582,156
Sofala	623,131	628,480	633,807	639,110	644,387	649,634	654,849	660,028	665,168	670,266	675,318
Inhambane	550,843	546,027	540,830	535,241	529,245	522,829	515,980	508,684	500,926	492,690	483,963
Gaza	515,015	509,504	503,598	497,286	490,553	483,386	475,772	467,695	459,141	450,095	440,541
Maputo Província	422,384	419,479	416,311	412,873	409,155	405,148	400,842	396,227	391,293	386,030	380,426
Maputo Cidade	426,159	435,251	444,535	454,014	463,693	473,576	483,667	493,970	504,490	515,231	526,199
Total	6,866,474	6,996,624	7,129,242	7,264,373	7,402,065	7,542,368	7,685,330	7,831,001	7,979,434	8,130,680	8,284,793

Fonte: Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais .1998. Estimativas e Projeções Anuais da População. País, Províncias e Distritos: 1990-2000 (Projeções Provisórias)

Source: Directorate of Demographic, Vital and Social Statistics, 1998. Estimates and Annual Projections of the Population: Country, Provinces and Districts: 1990-2000 (Provisional Projections)

Perfil demográfico

Demographic profile

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

* Tables may not add up the total because of rounding

QUADRO 6. ESTIMATIVA E PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL POR PROVÍNCIAS, 1990-2000

TABLE 6. ESTIMATE AND PROJECTIONS FOR THE TOTAL POPULATION, BY PROVINCE, 1990-2000

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Mulheres/Women											
Niassa	350,237	358,721	367,409	376,307	385,419	394,751	404,307	414,094	424,117	434,381	444,892
Cabo Delgado	619,969	631,066	642,322	653,739	665,316	677,054	688,954	701,017	713,243	725,632	738,184
Nampula	1,421,756	1,450,217	1,479,200	1,508,711	1,538,759	1,569,351	1,600,497	1,632,203	1,664,479	1,697,331	1,730,770
Zambézia	1,427,971	1,469,722	1,512,677	1,556,872	1,602,341	1,649,120	1,697,248	1,746,762	1,797,702	1,850,109	1,904,025
Tete	352,242	387,403	424,149	462,537	502,628	544,484	588,170	633,753	681,301	730,886	782,581
Manica	310,472	339,082	368,964	400,167	432,737	466,725	502,183	539,163	577,721	617,914	659,800
Sofala	646,003	664,907	684,356	704,367	724,955	746,138	767,931	790,352	813,419	837,152	861,567
Inhambane	675,027	674,457	673,405	671,847	669,757	667,109	663,876	660,028	655,536	650,370	644,498
Gaza	588,168	593,056	597,803	602,399	606,832	611,091	615,164	619,039	622,702	626,140	629,339
Maputo Provincia	459,554	459,741	459,629	459,203	458,448	457,346	455,880	454,032	451,783	449,113	446,002
Maputo Cidade	433,559	445,126	457,001	469,192	481,709	494,559	507,752	521,296	535,201	549,477	564,133
Total	7,284,958	7,473,497	7,666,916	7,865,341	8,068,901	8,277,729	8,491,962	8,711,739	8,937,204	9,168,505	9,405,791

Fonte: Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais .1998. Estimativas e Projeções Anuais da População. País, Províncias e Distritos: 1990-2000 (Projeções Provisórias)

Source: Directorate of Demographic, Vital and Social Statistics, 1998. Estimates and Annual Projections of the Population: Country, Provinces and Districts: 1990-2000 (Provisional Projections)

Perfil demográfico

Demographic profile

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

* Tables may not add up the total because of rounding

QUADRO 7. ESTIMATIVA E PROECÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL POR PROVÍNCIAS, 1990-2000

TABLE 7. ESTIMATE AND PROJECTIONS FOR THE TOTAL POPULATION, BY PROVINCE, 1990-2000

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ambos os sexos/Both sexes											
Niassa	680,241	696,577	713,296	730,408	747,921	765,845	784,189	802,964	822,179	841,843	861,969
Cabo Delgado	1,190,820	1,212,409	1,234,350	1,256,647	1,279,305	1,302,327	1,325,719	1,349,484	1,373,627	1,398,152	1,423,063
Nampula	2,835,757	2,888,019	2,941,196	2,995,303	3,050,353	3,106,362	3,163,345	3,221,315	3,280,289	3,340,281	3,401,307
Zambézia	2,816,208	2,888,778	2,963,222	3,039,588	3,117,927	3,198,291	3,280,731	3,365,302	3,452,059	3,541,059	3,632,361
Tete	684,720	751,030	819,985	891,673	966,184	1,043,611	1,124,050	1,207,599	1,294,361	1,384,439	1,477,943
Manica	603,841	657,282	712,833	770,561	830,540	892,842	957,545	1,024,725	1,094,465	1,166,846	1,241,956
Sofala	1,269,134	1,293,386	1,318,163	1,343,478	1,369,343	1,395,772	1,422,780	1,450,380	1,478,587	1,507,417	1,536,885
Inhambane	1,225,870	1,220,484	1,214,235	1,207,088	1,199,002	1,189,939	1,179,856	1,168,712	1,156,462	1,143,061	1,128,461
Gaza	1,103,183	1,102,560	1,101,401	1,099,685	1,097,385	1,094,478	1,090,936	1,086,734	1,081,843	1,076,235	1,069,880
Maputo Provincia	881,938	879,219	875,940	872,077	867,604	862,494	856,722	850,259	843,076	835,143	826,429
Maputo Cidade	859,718	880,377	901,536	923,207	945,402	968,135	991,419	1,015,266	1,039,691	1,064,708	1,090,332
Total	14,151,432	14,470,122	14,796,158	15,129,714	15,470,966	15,820,097	16,177,291	16,542,740	16,916,638	17,299,184	17,690,584

Fonte: Direcção de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais .1998. Estimativas e Projecções Anuais da População. País, Províncias e Distritos: 1990-2000 (Projecções Provisórias)

Source: Directorate of Demographic, Vital and Social Statistics, 1998. Estimates and Annual Projections of the Population: Country, Provinces and Districts: 1990-2000 (Provisional Projections)

Perfil demográfico

Demographic profile

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

* Tables may not add up the total because of rounding.

Quadro 8. Habitação e Agregados Familiares por Províncias, 1997

Table 8. Housing/Households per Province, 1997

Província Province	Habitação (em milhares) Housing (Thousands)	Agreg. Famil. (em milhares) Households (thousands)	Tamanho médio de Agreg. famil. <i>Average size of household</i>
Total	3,624	3,753	4.2
Niassa	188	195	3.9
Cabo Delgado	332	345	3.7
Nampula	810	819	3.7
Zambézia	779	787	4.1
Tete	264	277	4.1
Manica	184	203	4.8
Sofala	257	278	5.0
Inhambane	240	260	4.3
Gaza	225	226	4.6
Maputo Província	176	182	4.4
Maputo Cidade	168	181	5.3

Source: INE (1997) - II Recenseamento Geral de População e Habitação de 1997

Source: INE (1997) – 2nd General Population and Housing Census, 1997

Perfil demográfico

Demographic profile

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Quadro 9. Taxa Global de Fecundidade TGF) and Gravidez, por Características Sociodemográficas

Table 9. Total Fertility Rate (TGF), and Pregnancy, by Socio-Demographic Characteristics

Características seleccionadas	Taxa Global de Fecundidade (TGF)	de % de mulheres actualmente grávidas	Parturição Nascidos por mulheres (40-49 anos)
Selected Characteristics	Total Fertility Rate (TGF)	% of currently pregnant Women	Births per woman (40-49 years)
Área de residência / Area of residence			
Urbano / Urban	4.61	10.01	5.92
Rural / Rural	5.33	13.46	5.79
Províncias / Provinces			
Niassa	5.39	10.14	6.24
Cabo Delgado	4.51	11.1	4.81
Nampula	5.15	12.82	5.28
Zambézia	5	18.73	5.64
Tete	6.63	13.94	6.9
Manica	7.48	14.6	6.74
Sofala	4.91	14.51	6.53
Inhamitanga	5.28	7.52	5.55
Gaza	5.84	13.59	6.15
Manhiça	4.52	5.64	6.08
Cidade de Manhiça / City	3.69	8.55	5.27
Nível de Escolaridade / Level of education			
Sem instrução / No education	5.11	13.07	5.84
Primário / Primary	5.41	13.02	5.78
Secundário e mais / Secondary and above	3.48	3.85	5
Religião / Religion			

Católica / Catholic	5 07	12 86	5 93
Protestante / Protestant	5 65	11 19	6 36
Muçulmana / Moslem	4 53	12 3	5 07
Outra / Other	5 88	13 09	5 8
Sem religião / No religion	5 08	14 34	5 68
Sem informação / No information	5 06	11 84	6 7
Etnicidade (1ª língua) / Ethnicity / Mother tongue			
Xitsonga e similares / Xitsonga and similar	5 01	11 73	5 96
Emakua e similares / Emakua and similar	4 99	13 05	5 35
Cisena e similares / Cisena and similar	5 72	15 25	6 52
Flomue e Emarenio / Flomue and Emarenio	5 2	14 98	6 06
Xitswa e similares / Xitswa and similar	5 2	7 16	5 58
Português / Portuguese	4 26	3	3 39
Outras / Others	4 26	18 16	4 87
Sem informação / No information	6 18	11 72	9 64
TOTAL	5 17	12 64	5 81

Source: INE/DHS- Moçambique: Inquérito Demográfico e de Saúde 1997

Source: INE/DHS – Mozambique: Mozambique: Demographic and Health Survey, 1997

Condições, capacidades e oportunidades sociais**Conditions, capacities and social opportunities**

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

* Tables may not add up the total because of rounding

QUADRO 10. CARACTERÍSTICAS DAS HABITAÇÕES, DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE AGREGADOS FAMILIARES POR CARACTERÍSTICAS DA HABITAÇÃO, SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA, IDS 1997

TABLE 10. CHARACTERISTICS OF HOUSING, PERCENTAGE DISTRIBUTION OF HOUSEHOLDS BY CHARACTERISTICS OF HOUSING, ACCORDING TO AREA OF RESIDENCE, IDS 1997

Característica da Habitação Characteristics of Housing	Area de residência/Area of Residence		
	Urbana Urban	Rural Rural	Total Total
Com electricidade/With electricity	25.1	2.1	6.5
Fonte de água potável/Source of potable water			
AGUA CANALIZADA/PIPED WATER SUPPLY	70.1	8.1	19.7
Dentro de casa própria/In own house	23.6	0.6	4.9
Casa do vizinho/Neighbour's house	22.9	1.2	5.3
Rede pública/Public standpipe	23.6	6.3	9.6
AGUA DO POÇO/WELL WATER	28.0	54.3	49.4
No quintal próprio/Well in own yard	5.9	2.8	3.4
No quintal do vizinho/Well in neighbour's yard	15.8	4.1	6.3
Poço público/Public well	6.4	47.4	39.7
AGUA DE SUPERFÍCIE/SURFACE WATER	1.4	36.5	29.9
Riacho/Stream	0.2	17.7	14.4
Rio/River	1.3	15.9	13.2

Lago/Lake	0.0	2.6	2.1
Barragem/Dam	0.0	0.2	0.2
AGUA DA CHUVA/RAIN WATER	0.2	0.5	0.5
Sem informacao/No information	0.0	0.0	0.0
Total	100.0	100.0	100.0
Tempo para a fonte de água/Time to water source			
Dentro de 15 minutos/Within 15 minutes	73.9	31.5	39.5
Tempo médio/Average time	4.7	19.6	14.9
Tipo de facilidade sanitária/Type of sanitation			
Casa de banho própria/Private toilet	11.2	0.1	2.2
Casa de banho colectiva/Communal toilet	1	0	0.2
Fossa séptica/Septic pit	2.5	0.3	0.7
Latrina/Latrine	53.6	25.6	30.9
Sem nenhuma facilidade/mato/No facility/bush	31	73.2	65.2
Outra/Other	0.1	0	0
Sem informação/No information	0.7	0.8	0.7
Total	100	100	100
Material predominante no piso/Predominant floor material			
CHAO NATURAL/Terra batida/NATURAL FLOOR/Flattened earth	38.1	89.5	79.9
CHAO RUDIMENTAR/RUDIMENTARY FLOOR	1.9	3.2	2.9
Madeira rudimentar/Rudimentary timber	0.5	0	0.1
Adobe/Mud brick	1.4	3.1	2.8

CHAO ACABADO/FINISHED FLOOR	59.2	6.4	16.4
Parquet/madeira encerada/Parquet/floorboards	6.3	0	1.2
Ladrilho/tijolo/Tiles	0.6	0	0.1
Cimento/Cement	52.3	6.4	15
OUTRO/OTHER	0.2	0.2	0.2
DESCONHECIDO/UNKNOWN	0.5	0.7	0.6
TOTAL	100.0	100.0	100.0
Pessoas por quarto/divisao/No. of people per room/division			
1-2	58.9	58.3	58.5
3-4	32	29.2	29.7
5-6	4.7	9.2	8.3
7+	2.2	2.1	2.1
Sem informação/No information	1.8	1.3	1.4
Total	100	100	100
Média/Average	2.7	2.6	2.6
Número de agregados familiares/No.of households	1748.9	7533.1	9282

Fonte: INE/DHS - Moçambique: Inquérito Demográfico e de Saúde 1997

Source: INE/DHS - Mozambique: Demographic and Health Survey, 1997

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

* Tables may not add up the total because of rounding

QUADRO 11. SERVIÇOS PRESTADOS, 1993 - 1997

TABLE 11. SERVICES OFFERED, 1993 - 1997

Descrição <i>Description</i>	DCO's <i>OBD's</i>	Partos <i>Births</i>	Vacinação <i>Vaccination</i>	Contactos S. Mat.Inf. <i>Mother Child H.</i>	Consulta externa <i>Outpatient</i>
Mozambique	1993 1 004 230	144 302	3 729 708	2 051 013	4 601 295
	1994 2 024 273	166 435	4 476 731	3 484 368	5 108 466
	1995 2 099 918	164 806	4 611 915	4 017 224	5 670 260
	1996 2 981 655	240 498	6 364 181	6 023 350	8 375 547
	1997 2 628 292	251 757	6 423 221	6 631 661	9 274 782
Niassa	1993 57 540	8 250	135 676	124 657	157 374
	1994 60 264	9 133	216 877	177 241	179 804
	1995 76 734	9 774	215 668	217 119	258 745
	1996 118 650	15 781	369 933	377 270	390 450
	1997 116 607	17 663	298 678	420 940	492 599
Cabo Delgado	1993 101 016	7 967	265 313	149 176	243 549
	1994 101 726	8 200	275 777	170 503	275 207
	1995 88 575	8 141	302 597	194 945	294 358
	1996 161 275	12 593	424 561	316 372	491 436
	1997 106 075	13 738	435 112	374 317	536 031
Namunda	1993 281 884	23 028	793 759	574 391	716 574
	1994 320 279	25 620	823 732	731 292	792 615
	1995 314 045	24 909	796 878	792 489	851 738
	1996 379 970	40 557	1 261 700	1 268 908	1 201 704
	1997 276 126	41 149	1 160 466	1 300 895	1 261 994
Zambezia	1993 191 641	17 208	603 354	316 990	589 238
	1994 210 221	19 160	772 663	415 479	669 256
	1995 213 263	19 202	814 864	520 459	715 226
	1996 309 124	26 300	1 013 161	774 279	1 156 254
	1997 156 264	31 365	1 154 461	952 367	1 228 123
Tete	1993 117 765	7 562	246 914	182 988	264 709
	1994 109 078	9 751	311 293	246 397	409 579
	1995 121 093	9 431	363 804	259 058	447 265
	1996 183 023	14 506	443 169	364 848	639 468
	1997 195 497	16 682	468 957	408 678	675 018
Manica	1993 159 639	9 651	253 194	221 232	314 244
	1994 110 771	11 125	354 137	245 116	336 991
	1995 120 640	11 723	401 192	289 543	396 077
	1996 151 573	16 334	523 527	430 631	542 931
	1997 162 247	18 882	516 971	460 604	584 267
Sofala	1993 229 278	16 094	349 567	243 731	416 103
	1994 244 718	17 180	431 216	259 499	480 349
	1995 290 785	16 692	418 985	331 432	645 879

	1996	392 661	26 699	503 060	438 852	911 663
	1997	346 434	21 894	524 732	430 759	928 170
Inhamitanga	1993	154 654	11 030	314 279	301 318	309 829
	1994	147 250	13 886	367 890	286 668	323 806
	1995	139 538	12 763	370 323	372 291	360 548
	1996	197 637	17 333	492 987	586 727	565 059
	1997	193 905	19 283	502 964	628 753	676 036
Gaza	1993	159 236	13 194	280 620	240 480	383 070
	1994	177 446	16 598	386 437	316 625	361 800
	1995	182 271	16 849	392 777	373 645	364 645
	1996	273 694	22 579	585 380	543 166	611 457
	1997	297 995	23 836	618 482	668 119	743 555
Manhiça Prov	1993	115 645	6 393	170 945	219 136	314 078
	1994	129 582	7 951	232 786	239 941	381 125
	1995	131 055	8 019	214 317	261 584	387 091
	1996	191 617	11 301	291 270	377 247	615 810
	1997	169 278	12 081	302 537	416 622	782 090
Manhiça C. I. City	1993	425 941	24 015	316 087	376 914	892 527
	1994	412 938	27 831	303 923	395 607	897 934
	1995	421 919	27 303	320 510	404 659	948 688
	1996	622 431	36 515	455 433	545 050	1 249 315
	1997	607 864	35 184	439 861	569 607	1 366 899

DCO's = Dias-camas ocupados SMI = Saúde Materno Infantil

OBD's = Occupied Bed-day

MCH = Mother and Child Health

Fonte: INE, Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.3.1

Source: INE Statistical Yearbook 1997 Table 2.3.1

Veículos	1995	718		27		107	105	91	130	72	74	52	60
Vehicles	1996	380	23	32	40	34	30	34	68	25	22	23	49
	1997	391	26	32	38	38	31	29	68	32	23	25	49
Geladeiras	1995	525		47		79	79	68	58	67	62	46	19
Freezers	1996	664	55	47	86	98	79	68	56	52	62	41	20
	1997	848	61	73	102	106	95	107	60	78	78	41	47
Personal / Personnel													
Total	1995	7 277	382	437	852	756	499	416	868	531	572	550	1 414
	1996	7 361	440	510	853	806	511	416	847	562	560	442	1 414
	1997	7 700	368	535	1 050	802	515	453	847	634	581	362	1 553
Superior	1995	446	15	17	28	26	21	17	52	15	17	24	214
Higher	1996	458	15	20	29	25	24	17	49	24	21	20	214
	1997	477	11	28	45	25	27	24	49	13	23	20	212
Médios	1995	1 211	33	53	142	126	96	70	123	75	144	99	250
Medium	1996	1 318	59	84	142	119	95	70	153	117	133	96	250
	1997	1 603	48	114	198	155	98	99	153	133	158	73	374
Básicos	1995	4 067	216	237	425	451	240	211	549	261	305	298	874
Basic	1996	4 005	227	284	425	439	236	211	507	255	306	241	874
	1997	4 064	185	288	488	452	246	225	507	279	301	189	904
Elementar	1995	1 553	118	130	257	153	142	118	144	180	106	129	76
Elementary	1996	1 580	139	122	257	223	156	118	138	166	100	85	76
	1997	1 556	124	105	319	170	144	105	138	209	99	80	63

a/ Inclui hospitais centrais, psiquiátricos, provinciais, gerais, rurais a/ Central, psychiatric, general, provincial, and rural hospital are included

Fonte: INE, Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.3.2

Source: INE, 1997 Statistical Yearbook, Table 2.3.2

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

* Tables may not add up the total because of rounding

QUADRO 13. DISPONIBILIDADE E UTILIZAÇÃO DE RECURSOS POR PROVÍNCIAS, SETEMBRO, 1996

TABLE 13. AVAILABILITY AND UTILIZATION OF RESOURCES BY PROVINCE, SEPTEMBER 1996

Províncias Provinces	Camas / 10 000 hab. Beds / 10 000 inhab.	Camas matern/10 000 MIF Mat. bed/10 000 WCBA	Medicamentos / hab Medicine / inhab. (MT)	Hab./ Pessoal téc. Inhab./Tech.perso n.	Fundos / hab. Funds / Inhab. (MT)
Média do País/Country Average	7.7	9.3	18 085	2 450	9 195
Niassa	6.2	7.3	9 567	2 268	10 366
Cabo Delgado	5.9	6.9	7 284	2 780	6 774
Nampula	6.1	6.1	5 923	3 910	8 086
Zambezia	3.5	4.8	2 926	4 548	5 394
Tete	8.3	9.5	7 955	2 323	15 222
Manica	9.1	14.6	16 562	1 952	7 542
Sofala	10.8	9.3	38 408	1 800	7 798

Inhambane	8.4	13.4	16 944	2 578	7 791
Gaza	7.6	12.4	10 499	2 863	6 925
Província de Maputo	9.6	13.1	17 265	2 138	6 707
Cidade de Maputo	21.4	22.3	124 697	775	31
					311

MIF = Mulheres em Idade Fertil (15-49 anos)

WCBA = Women in Child Bearing Age (15-49 years old)

Fonte: INE, 1998. *Anuário Estatístico 1997*, Quadro 2.3.3

Source: INE; 1998, Statistical Yearbook 1997, Table 2.3.3

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

* Tables may not add up the total because of rounding

QUADRO 14. NÚMERO DE CONSULTAS PRÉ-NATAIS, 1996-1997

TABLE 14. NUMBER OF PRENATAL APPOINTMENTS, 1996 - 1997

Província/Province	1996			1997		
	Grupo alvo	Consultas realizadas	Taxa de cobertura	Grupo alvo	Consultas realizadas	Taxa de cobertura
	Target group	Appointments	Coverage rate	Target group	Appointments	Coverage rate
Total	811 449	235 235	29.0	880 445	251 787	28.2
Niassa	44 960	15 781	35.1	46 360	17 663	38.1
Cabo Delgado	63 672	12 416	19.5	65 109	13 738	21.1
Nampula	150 135	39 936	26.6	154 116	41 149	26.7
Zambezia	165 163	27 417	16.6	169 541	31 365	18.5
Tete	53 363	14 248	26.7	55 056	16 682	30.3
Manica	36 541	16 334	44.7	37 689	18 882	50.1
Sofala	68 558	21 116	30.8	70 626	21 894	31.0
Inhambane	65 156	17 592	27.0	66 723	19 283	28.9
Gaza	72 137	22 579	31.3	73 796	23 836	32.3
Maputo Província	42 485	11 301	26.6	43 614	12 081	27.7

Maputo Cidade	49 278	36 515	74.1	97 817	35 214	36.0

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.3.4

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.3.4

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

* Tables may not add up the total because of rounding

QUADRO 15. NÚMERO DE PARTOS INSTITUCIONAIS POR PROVÍNCIAS, 1996 - 1997

TABLE 15. NUMBER OF PRENATAL APPOINTMENTS, BY PROVINCE 1996 - 1997

Província/Province	1996			1997		
	Grupo alvo	Consultas realizadas	Taxa de cobertura	Grupo alvo	Consultas realizadas	Taxa de cobertura
	<i>Target group</i>	<i>Appointments</i>	<i>Coverage rate</i>	<i>Target group</i>	<i>Appointments</i>	<i>Coverage rate</i>
Total	3 117 914	1 178 631	37.8	3 204 895	1 265 213	39.5
Niassa	172 756	66 684	38.6	178 159	76 074	42.7
Cabo Delgado	244 597	72 156	29.5	250 505	71 895	28.7
Nampula	576 403	287 625	49.9	592 676	285 077	48.1
Zambezia	633 557	178 663	28.2	651 477	229 320	35.2
Tete	205 422	72 514	35.3	211 607	80 199	37.9
Manica	140 420	78 916	56.2	144 909	79 700	55.0
Sofala	263 914	55 422	21.0	271 368	52 374	19.3
Inhambane	250 593	130 058	51.9	256 894	123 566	48.1
Gaza	277 382	93 755	33.8	283 432	106 287	37.5
Maputo Província	163 282	61 884	37.9	167 998	79 631	47.4
Maputo Cidade	189 588	80 954	42.7	195 870	81 090	41.4

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.3.5

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.3.5

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

* Tables may not add up the total because of rounding

QUADRO 16. NÚMERO DE CONSULTAS PARA CONTROLE DA CRIANÇA DE 0 - 4 ANOS POR PROVÍNCIAS, 1996 - 1997

TABLE 16. NUMBER OF APPOINTMENTS FOR EXAMINATION OF CHILDREN FROM 0 - 4 YEARS OLD BY PROVINCE, 1996 - 1997

Província / Province	1996			1997		
	Grupo alvo	Consultas realizadas	Taxa de cobertura	Grupo alvo	Consultas realizadas	Taxa de cobertura
	Target group	Appointments	Coverage rate	Target group	Appointments	Coverage rate
Total	2 953 495	1 046 039	35.4	3 117 914	1 178 631	37.8
Niassa	141 795	46 330	32.7	172 756	66 684	38.6
Cabo Delgado	244 936	56 170	22.9	244 597	72 156	29.5
Nampula	553 499	249 761	45.1	576 403	287 625	49.9
Zambezia	574 687	164 849	28.7	633 557	178 663	28.2
Tete	162 323	76 249	47.0	205 422	72 514	35.3
Manica	139 098	68 661	49.4	140 420	78 916	56.2
Sofala	264 515	58 775	22.2	263 914	55 422	21.0
Inhambane	258 367	106 720	41.3	250 593	130 058	51.9
Gaza	227 069	82 868	36.5	277 382	93 755	33.8
Maputo Província	185 616	62 168	33.5	163 282	61 884	37.9
Maputo Cidade	201 590	73 488	36.5	189 588	80 954	42.7

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.3.6

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.3.6

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 17. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CASOS SEGUNDO AS DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA, 1992 - 1997

TABLE 17. OBLIGATORY NOTIFICATION DISEASES - NUMBER OF CASES, 1992-1997

Descrição <i>Description</i>	Anos / <i>Years</i>						Variação (%) / <i>Percent change</i>				
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1993/92	1994/93	1995/94	1996/95	1997/96
Sarampo / <i>Measles</i>	3092	5799	8689	11099	8448	13 482	87.5	49.8	27.7	-23.9	59.6
< 9 meses / <i>< 9 months</i>	362	695	1163	1606	1436	1 656	92.0	67.3	38.1	-10.6	15.3
9-23 meses vacin./ <i>9-23 months vaccinated</i>	277	579	952	1267	1136	1 674	109.0	64.4	33.1	-10.3	47.4
9-23 m. não vacinado/ <i>9-23 m. non vaccinated</i>	1044	1710	1962	3995	2476	3 827	63.8	14.7	103.6	-38.0	54.6
>= 24 meses / <i>>= 24 months</i>	1409	2815	4612	4231	3400	6 325	99.8	63.8	-8.3	-19.6	86.0
Tétano / <i>Tetanus</i>	101	81	81	58	38	64	-19.8	0.0	-28.4	-34.5	68.4
Neonatal / <i>Neo - natal</i>	45	45	47	35	25	48	0.0	4.4	-25.5	-28.6	92.0
Outras idades / <i>Other ages</i>	56	36	34	23	13	16	-35.7	-5.6	-32.4	-43.5	23.1
Tosse convulsa / <i>Whooping cough</i>	564	964	211	309	252	367	70.9	-78.1	46.4	-18.4	45.6
Poliomielite / <i>Poliomyelitis</i>	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tripanosomiase	26	8	15	8	7	7	-69.2	87.5	-46.7	-12.5	0.0
Raiva / <i>Rabies</i>	42	9	7	17	17	28	-78.6	-22.2	142.9	-	64.7
Meningite / <i>Meningitis</i>	241	198	353	2585	...	824	-17.8	78.3	632.3	-	-
Meningocócica	63	40	52	2321	...	...	-36.5	30.0	4363.5	-	-
Outras formas / <i>Other forms</i>	178	158	301	264	...	...	-11.2	90.5	-12.3	-	-
Diarreia / <i>Diarrhoea</i>	280251	289760	275788	249073	267128	284 599	3.4	-4.8	-9.7	7.2	6.5
0 - 4 anos / <i>0 - 4 years</i>	161396	149616	153771	148082	157427	175 032	-7.3	2.8	-3.7	6.3	11.2
5 - 14 anos / <i>5 - 14 years</i>	42146	43857	38835	30888	30956	32 447	4.1	-11.5	-20.5	0.2	4.8
15 anos ou mais / <i>15 years and more</i>	76709	96287	83182	70103	78745	77 120	25.5	-13.6	-15.7	12.3	-2.1
Disenteria / <i>Disintery</i>	...	46096	77557	52793	54235	52 041	-	68.3	-31.9	2.7	-4.0
Peste / <i>Pest</i>	-	-	-	-	-	776	-	-	-	-	-

Cólera / Cholera	25070	19193	692	-	1	8 535	-23.4	-96.4	-	-	-

Fonte: INE, 1998. *Anuário Estatístico 1997*, Quadro 2.3.7

Source: INE, 1998. *Statistical Yearbook 1997*, Table 2.3.7

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 18. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ÓBITOS SEGUNDO AS DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA, 1992 - 1997

TABLE 18. OBLIGATORY NOTIFICATION DISEASES - NUMBER OF DEATHS, 1992-1997

Descrição <i>Description</i>	Anos / <i>Years</i>						Variação (%) / <i>Percent change</i>				
	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1993/92	1994/93	1995/94	1996/95	1997/96
Sarampo / <i>Measles</i>	131	147	111	123	83	142	12.2	-24.5	10.8	-32.5	71.1
< 9 meses / <i>< 9 months</i>	18	9	10	26	12	22	-50.0	11.1	160.0	-53.8	83.3
9-23 meses vacin./ <i>9-23 months vaccinated</i>	8	21	5	10	7	17	162.5	-76.2	100.0	-30.0	142.9
9-23 m. não vacinado/ <i>9-23 m. non vaccinated</i>	44	54	53	63	27	60	22.7	-1.9	18.9	-57.1	122.2
>= 24 meses / <i>>= 24 months</i>	61	63	43	24	37	43	3.3	-31.7	-44.2	54.2	16.2
Tétano / <i>Tetanus</i>	45	33	43	21	12	17	-26.7	30.3	-51.2	-42.9	41.7
Neonatal / <i>Neo - natal</i>	25	21	24	15	9	11	-16.0	14.3	-37.5	-40.0	22.2
Outras idades / <i>Other ages</i>	20	12	19	6	3	6	-40.0	58.3	-68.4	-50.0	100.0
Tosse convulsa / <i>Whooping cough</i>	11	7	-	-	1	-	-36.4	-	-	-	-
Poliomielite / <i>Poliomyelitis</i>	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tripanosomíase	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Raiva / <i>Rabies</i>	42	9	7	17	17	28	-78.6	-22.2	142.9	-	-
Meningite / <i>Meningitis</i>	69	68	119	272	...	82	-1.4	75.0	128.6	-	-
Meningocócica	16	20	14	168	...	82	25.0	-30.0	1100.0	-	-
Outras formas / <i>Other forms</i>	53	48	105	104	...	-	-9.4	118.8	-1.0	-	-
Diarreia / <i>Diarrhoea</i>	577	766	637	359	425	239	32.8	-16.8	-43.6	18.4	-43.8
0 - 4 anos / <i>0 - 4 years</i>	323	361	414	250	257	184	11.8	14.7	-39.6	2.8	-28.4
5 - 14 anos / <i>5 - 14 years</i>	63	108	47	30	16	20	71.4	-56.5	-36.2	-46.7	25.0
15 anos ou mais / <i>15 years and more</i>	191	297	176	79	152	35	55.5	-40.7	-55.1	92.4	-77.0

Disenteria / <i>Disintery</i>	...	127	180	98	52	17	-	41.7	-45.6	-46.9	-67.3
Peste / <i>Pest</i>	-	-	-	-	-	18	-	-	-	-	-
Cólera / <i>Cholera</i>	701	498	27	-	-	256	-29.0	-94.6	-	-	-

Fonte: INE, 1998. *Anuário Estatístico 1997*, Quadro 2..3.8

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.3.8

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 19. TAXA DE LETALIDADE DAS DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA, 1992 - 1997

TABLE 19 - MORTALITY RATE OF OBLIGATORY NOTIFICATION DISEASES, 1992 - 1997

Descrição Description	Anos / Years					
	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Sarampo / Measles	4.2	2.5	1.3	1.1	1.0	1.1
< 9 meses / < 9 months	5.0	1.3	0.9	1.6	0.8	1.3
9-23 meses vacin./ 9-23 months vaccinated	2.9	3.6	0.5	0.8	0.6	1.0
9-23 meses não vacinado/9-23 months non vaccinated	4.2	3.2	2.7	1.6	1.1	1.6
>= 24 meses / >= 24 months	4.3	2.2	0.9	0.6	1.1	0.7
Tétano / Tetanus	44.6	40.7	53.1	36.2	31.6	26.6
Neonatal / Neo - natal	55.6	46.7	51.1	42.9	36.0	22.9
Outras idades / Other ages	35.7	33.3	55.9	26.1	23.1	37.5
Tosse convulsa / Whooping cough	2.0	0.7	-	-	-	-
Poliomielite / Poliomyelitis	-	-	-	-	-	-
Tripanosomíase	-	12.5	6.7	-	-	-
Raiva / Rabies	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Meningite / Meningitis	-	34.3	33.7	10.5	-	-
Meningocócica	-	50.0	26.9	7.2	-	-
Outras formas / Other forms	-	30.4	34.9	39.4	-	-
Diarreia / Diarrhoea	0.2	0.3	0.2	0.1	0.2	0.1

0 - 4 anos / 0 - 4 years	0.2	0.2	0.3	0.2	0.2	0.1
5 - 14 anos / 5 - 14 years	0.1	0.2	0.1	0.1	0.1	0.1
15 anos ou mais / 15 years and more	0.2	0.3	0.2	0.1	0.2	0.0
Disenteria / Disentery	-	0.3	0.2	0.2	0.1	0.0
Peste / Pest	-	-	-	-	-	2.3
Cólera / Cholera	2.8	2.6	3.9	-	-	3.0

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.3.9

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.3.9

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 20. TAXA DE BAIXO PESO À NASCENÇA, 1994 - 1997

TABLE 20. LOW BIRTH WEIGHT RATES, 1994 - 1997

Descrição / Description	Número de nados vivos				Nados vivos com menos de 2500 grs.				Taxas de baixo peso a nascença (%)			
	Live Births				Live births with weight less than 2500 grs				Low birth weight rates			
	1994	1995	1996	1997	1994	1995	1996	1997	1993	1994	1995	1997
País / Country	220 877	215 530	230 298	245 525	29 722	28 120	29 079	29 626	13.5	13.0	12.6	12.1
Norte / Northern Region	53 035	54 788	65 665	69 712	7 454	8 035	9 040	9 412	14.1	14.7	13.8	13.5
Niassa	12 090	13 448	15 337	16 853	1 529	1 838	1 949	2 154	12.6	13.7	12.7	12.8
Cabo Delgado	10 218	9 624	11 618	13 185	1 655	1 457	1 730	1 830	16.2	15.1	14.9	13.9
Nampula	30 727	31 716	38 710	39 674	4 270	4 740	5 361	5 428	13.9	14.9	13.8	13.7
Centro / Central Region	76 222	74 133	77 579	83 169	10 693	11 181	11 049	10 993	14.0	15.1	14.2	13.2
Zambezia	24 338	24 075	26 443	30 220	3 600	3 648	3 940	4 532	14.8	15.2	14.9	15.0
Tete	13 444	12 395	14 147	16 255	1 813	1 649	1 928	2 162	13.5	13.3	13.6	13.3
Manica	15 703	15 493	16 086	18 763	1 776	2 096	1 716	1 917	11.3	13.5	10.7	10.2
Sofala	22 737	22 170	20 903	17 931	3 504	3 788	3 465	2 382	15.4	17.1	16.6	13.3

Sul / Southern Region	91 620	86 609	87 054	92 644	11 575	8 904	8 990	9 221	12.6	10.3	10.3	10.0
Inhambane	21 948	16 764	16 900	18 890	1 653	1 313	1 243	1 220	7.5	7.8	7.4	6.5
Gaza	21 990	22 635	22 493	23 698	2 159	2 302	2 243	2 414	9.8	10.2	10.0	10.2
Maputo Província	10 605	10 974	12 653	12 447	1 201	994	1 161	1 214	11.3	9.1	9.2	9.8
Maputo Cidade	37 077	36 236	35 008	37 609	6 562	4 295	4 343	4 373	17.7	11.9	12.4	11.6

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.3.10

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.3.10

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 21. EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE COBERTURA DA SAÚDE MATERNO INFANTIL, 1990 - 1997

TABLE 21. MOTHER AND CHILD HEALTH - COVERAGE RATES, 1990 - 1997

(%)

Programa / Program	Anos / Years							
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Consultas prenatais / Prenatal appointments	56	57	58	57	63	64	73	77
Partos institucionais / Institutional births	31	31	30	27	29	28	29	28
Controle da criança (0-4 anos) / Exam. children from 0-4 years old	31	30	31	36	32	35	37	40

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.3.11

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.3.11

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 22. POPULAÇÃO VACINADA SEGUNDO TIPOS DE VACINAS, 1992 - 1997

TABLE 22. VACCINATED PERSONS BY KIND OF VACCINE, 1992 - 1997

Vacina / Vaccine	População Vacinada / Vaccinated Population					
	Anos / Years					
	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Sarampo / Measles (dose única/ single)	314 028	370 700	412 237	437 906	440 892	478 451
BCG (dose única / single dose)	388 386	426 300	531 385	553 760	591 811	624 781
DPT (I dose)	561 000	388 800	470 250	493 659	501 829	534 257
(III dose)	281 000	293 200	347 572	380 103	386 890	420 351
Pólio (I dose)	561 000	346 700	470 250	492 885	501 381	548 977
(III dose)	281 000	292 900	347 572	375 170	387 098	434 343
Tetano / Tetanus						
Grávidas / Pregnant (I dose)	313 900	315 200	374 939	425 071	448 456	451 114
Grávidas / Pregnant (II dose)	228 600	192 900	258 810	289 797	315 123	321 494
Mulheres / Women (15-49) (I dose)	...	...	...	...	254 571	239 342
Mulheres / Women (15-49) (II dose)	...	...	...	...	162 857	164 576
Crianças nas escolas / Pupils (I dose)	179 500	189 800	...	273 904	284 199	246 227
Crianças nas escolas / Pupils (II dose)	113 100	99 400	...	142 326	163 089	146 071
Trabalhadores / Workers (I dose)	...	...	...	43 466	45 201	42 795
Trabalhadores / Workers (II dose)	...	...	...	12 215	14 935	15 023

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.3.12

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.3.12

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 23. EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE COBERTURA DO PROGRAMA ALARGADO DE VACINAÇÕES, 1992-1997

TABLE 23. VACCINATION PROGRAM - COVERAGE RATE, 1992 - 1997

(%)

Vacina / Vaccine	População vacinada / Vaccinated persons					
	Anos / Year					
	1992	1993	1994	1995	1996	1997
BCG	64.6	65.3	77.8	77.2	82.1	84.3
ANTI-PÓLIO (III dose)	50.5	48.8	55.0	56.5	58.0	63.4
ANTI-SARAMPO Measles	56.4	61.6	65.3	66.0	66.1	69.8
DPT (III dose)	50.5	48.8	55.0	57.3	58.0	61.3

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.3.13

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.3.13

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 24. CASOS DE SIDA DIAGNOSTICADOS SEGUNDO ANO E SEXO

TABLE 24. AIDS CASES REPORTED BY YEAR AND SEX

Descrição / <i>Description</i>	Total	Anos / <i>Years</i>								
		Antes / <i>Prior</i>		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
		1990	1990							
Total	10689	64	98	178	322	164	534	1380	2086	5863
Sexo / Sex										
Masculino / <i>Male</i>	5197	23	44	71	154	72	120	625	1044	3044
Feminino / <i>Female</i>	5229	41	54	107	168	92	151	755	1042	2819
Desconhecido / <i>Unknown</i>	263	-	-	-	-	-	263	-	-	-

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.3.14

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.3.14

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 25. CASOS DE SIDA DIAGNOSTICADOS SEGUNDO ANO E REGIÃO

TABLE 25. AIDS CASES REPORTED BY YEAR AND REGION

Descrição / <i>Description</i>	Total	Anos / <i>Years</i>								
		Antes / <i>Prior</i>		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
		1990	1990							
Total	6 126	64	98	178	322	164	534	1 380	2 086	1 300
Norte / <i>Northern region</i>	174	10	8	17	27	9	-	58	45	...
Niassa	35	1	2	2	5	-	-	21	4	...
Cabo Delgado	27	6	2	3	10	2	-	4	-	...
Nampula	112	3	4	12	12	7	-	33	41	...
Centro / <i>Central region</i>	1451	16	45	84	158	70	262	505	311	...
Zambezia	243	2	6	5	21	9	-	80	120	...
Tete	568	10	4	21	66	-	262	194	11	...
Manica	475	3	30	34	34	15	-	179	180	...
Sofala	165	1	5	24	37	46	-	52	-	...
Sul / <i>Southern</i>	3201	38	45	77	137	85	272	817	1 730	...

<i>region</i>										
Inhambane	140	-	-	2	8	3	-	44	83	...
Gaza	114	-	3	7	8	3	-	81	12	...
Maputo P. / Province	90	2	9	16	34	3	-	4	22	...
Maputo C. / City	2857	36	33	52	87	76	272	688	1 613	...

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.3.15

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.3.15

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 26. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO NÚMERO DE CASOS DE SIDA POR GRUPO ETÁRIO E SEXO

TABLE 26. PERCENTUAL DISTRIBUTION AIDS CASES BY AGE GROUP AND SEX

(%)

Grupo Etário / <i>Age group</i>	Total	Masculino / <i>Male</i>	Feminino / <i>Female</i>	Desconhecido / <i>Unknown</i>
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
0 - 04	9.4	9.9	9.9	-
05 - 14	2.1	2.5	1.9	-
15 - 19	4.3	3.8	5.4	-
20 - 29	31.5	32.5	34.0	-
30 - 39	32.8	33.1	36.2	-
40 - 49	8.3	11.9	5.4	-
50 - 59	2.2	2.5	2.3	-
60 +	1.2	0.9	1.7	-
Desconhecido / <i>Unknown</i>	8.1	2.8	3.4	100.0

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.3.16

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.3.16

Condições, capacidades e oportunidades sociais

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Conditions, capacities and social opportunities

QUADRO 27. ADOÇÃO E ORFANDADE - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS CRIANÇAS MENORES DE 15 ANOS, POR SOBREVIVÊNCIA E RESIDÊNCIA DOS PAIS, SEGUNDO IDADE DA CRIANÇA, SEXO, ÁREA DE RESIDÊNCIA, IDS 1997

TABLE 27. ADOPTION AND ORPHANAGE - PERCENTAGE DISTRIBUTION OF CHILDREN AGED 15 AND ABOVE BY MEANS OF SURVIVAL, RESIDENCE OF PARENTS, CHILDREN'S AGE, GENDER AND RESIDENTIAL AREA, IDS 1997

Característica Characteristic	Vive / Live / com pais with parents	Vive só com a mae / Lives with mother		Vive só com o pai / Lives with father		Nao vive com nenhum dos pais / Does not live with any parent				Sem informacao No information pai/mae vivos father/mother alive	Total	Número Number
		Pai	Pai	Mae	Mae	Ambos	Pai	Mae	Ambos			
		Father	Father	Mother	Mother	Both	Father	Mother	Both			
		vivo alive	falecido deceased	viva alive	falecida deceased	vivos alive	vivo alive	viva alive	falecidos deceased			
Idade dos membros / Age groups												
0-2	76.4	16.9	2.5	0.7	0.4	1.4	0.4	0.1	0.1	1.2	100	4039
3-5	67.2	14.7	3.6	3.5	1.1	7.4	0.7	0.4	0.3	1.2	100	4145
6-9	58.1	13.5	5.2	4.2	3	10	1.9	1.5	0.5	1.9	100	5115
10-14	45.2	13.1	8	3.9	4.3	12.8	3.4	3.2	2.5	3.7	100	6191
Sexo / Gender												
Homens / Men	60.7	14.7	5.5	3.4	2.2	7.3	1.7	1.7	1.2	1.6	100	9696
Mulheres / Women	58.8	14	4.9	3	2.8	9.8	1.9	1.3	0.9	2.7	100	9793
Area de residência / Area of residence												

Urbana / Urban	56.4	15.9	4.2	4.4	3	9.6	1.3	1.8	0.9	2.5	100	4215
Rural	60.7	13.9	5.5	2.9	2.4	8.2	1.9	1.4	1	2.1	100	15275
Províncias / Provinces												
Niassa	58.2	15.8	3.3	0.8	2.6	9.6	3.8	1	0.4	4.6	100	1074
Cabo Delgado	51.7	21.5	2.5	2.4	3.5	8	3.8	1.8	0.9	3.9	100	1219
Nampula	57	18	4.3	3.2	1	12	1.3	1.3	0.7	1.2	100	3187
Zambézia	65.7	12.2	6.6	2.1	2.7	5.3	2.2	0.9	0.9	1.5	100	3223
Tete	63.6	12	5.4	1	2.3	7	3	2.2	1	2.4	100	935
Manica	65.6	14.4	7.3	1.4	1.8	4.5	1.5	1.2	1	1.3	100	1212
Sofala	73.2	5	4.1	5	5.2	2	0.4	0.8	1.7	2.8	100	2626
Inhambane	46	16.4	4.8	7.6	3.8	13	2.2	2.8	1.1	2.5	100	1749
Gaza	61.7	11.1	8	1.9	1.6	9.4	1.9	2	1.4	1.1	100	1975
Maputo	42.2	22.5	4.9	3.3	0.2	19.7	0.9	2.7	1.1	2.5	100	1284
Cidade de Maputo	57.6	18.6	4.8	4.8	1.7	7.3	0.8	1.1	0.5	2.9	100	1005
TOTAL	59.7	14.3	5.2	3.2	2.5	8.5	1.8	1.5	1	2.2	100	19489

Fonte: Inquérito Demográfico e de Saúde, 1997

Source: Demographic and Health Survey, 1997

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 28. POPULAÇÃO QUE SABE FALAR POR GRANDES GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO SEXO E DOMÍNIO DO PORTUGUÊS (AMOSTRA)

TABLE 28. POPULATION THAT SPEAK PORTUGUESE BY AGE GROUPS, GENDER AND FLUENCY IN PORTUGUESE (SAMPLE)

		Grandes grupos de idade / Age Groups										
Anos / Years		2-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-49	50-64	65 *
País / Country	39489	3771	6518	6214	4672	3428	2849	2304	2137	3039	3314	1243
Fala portugues / Speak Portuguese	19459	963	2312	3386	3046	2188	1737	1482	1254	1544	1198	349
Nao fala portugues / Do not speak Portuguese	20030	2808	4206	2828	1626	1240	1112	822	883	1495	2116	894
Homens / Men	19024	1867	3247	3137	2346	1469	1228	1044	953	1528	1531	674
Fala portugues / Speak Portuguese	11083	488	1183	1809	1641	1145	957	869	781	1081	850	279
Nao fala portugues / Do not speak Portuguese	7941	1379	2064	1328	705	324	271	175	172	447	681	395
Mulheres / Women	20465	1904	3271	3077	2326	1959	1621	1260	1184	1511	1783	569
Fala portugues / Speak Portuguese	8376	475	1129	1577	1405	1043	780	613	473	463	348	70
Nao fala portugues / Do not speak Portuguese	12089	1429	2142	1500	921	916	841	647	711	1048	1435	499

Fonte: INE, Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida, 1997

Source: INE, National Household Survey on Living Conditions, 1997

Condições, capacidades e oportunidades sociais**Conditions, capacities and social opportunities**

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 28. POPULAÇÃO QUE SABE FALAR POR GRANDES GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO SEXO E DOMÍNIO DO PORTUGUÊS (AMOSTRA)**TABLE 28. POPULATION THAT SPEAK PORTUGUESE BY AGE GROUPS, GENDER AND FLUENCY IN PORTUGUESE (SAMPLE)**

		Grandes grupos de idade / Age Groups										
Anos / Years		2-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-49	50-64	65 *
País / Country	39489	3771	6518	6214	4672	3428	2849	2304	2137	3039	3314	1243
Fala portugues / Speak Portuguese	19459	963	2312	3386	3046	2188	1737	1482	1254	1544	1198	349
Nao fala portugues / Do not speak Portuguese	20030	2808	4206	2828	1626	1240	1112	822	883	1495	2116	894
Homens / Men	19024	1867	3247	3137	2346	1469	1228	1044	953	1528	1531	674
Fala portugues / Speak Portuguese	11083	488	1183	1809	1641	1145	957	869	781	1081	850	279
Nao fala portugues / Do not speak Portuguese	7941	1379	2064	1328	705	324	271	175	172	447	681	395
Mulheres / Women	20465	1904	3271	3077	2326	1959	1621	1260	1184	1511	1783	569
Fala portugues / Speak Portuguese	8376	475	1129	1577	1405	1043	780	613	473	463	348	70
Nao fala portugues / Do not speak Portuguese	12089	1429	2142	1500	921	916	841	647	711	1048	1435	499

Fonte: INE, Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida, 1997

Source: INE, National Household Survey on Living Conditions, 1997



Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 29. POPULAÇÃO COM DOMÍNIO DO PORTUGUÊS SEGUNDO SEXO E LÍNGUA EM QUE APRENDEU A FALAR (AMOSTRA)

TABLE 29. POPULATION FLUENT IN PORTUGUESE BY GENDER AND MOTHER TONGUE (SAMPLE)

Língua em que aprendeu a falar Mother tongue	Sabe português Speak Portuguese								Nao sabe portugues Do not speak Portuguese					
	%	Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total	%	Homens	%	Mulheres	%	Total
				Men		Women				Men		Women		
	3948	100	19459	49.28	11083	28.07	8376	21.20	20030	50.63	7941	20.07	12089	30.55
	9													
Magao	20	0.05	9	0.02	8	0.02	1	0.00	11	0.03	4	0.01	7	0.02
Swahili	34	0.09	12	0.03	10	0.03	2	0.01	22	0.06	7	0.02	15	0.04
Mwami	103	0.26	36	0.09	25	0.06	11	0.03	67	0.17	25	0.06	42	0.11
Ajawa	101	0.26	28	0.07	18	0.05	10	0.03	73	0.18	28	0.07	45	0.11
Jawa	172	0.44	69	0.17	40	0.10	29	0.07	103	0.26	46	0.12	57	0.14
Maviha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Yao	673	1.70	203	0.51	132	0.33	71	0.18	470	1.19	186	0.47	284	0.72
Maconde	659	1.67	170	0.43	112	0.28	58	0.15	489	1.24	203	0.51	286	0.72
Makwe	106	0.27	12	0.03	9	0.02	3	0.01	94	0.24	39	0.10	55	0.14
Maramba	1	0.00	1	0.00	1	0.00	-	-	-	-	-	-	-	-
Ndondo	23	0.06	2	0.01	2	0.01	-	-	21	-	9	-	12	-

Macua	6438	16.30	2258	5.72	1538	3.89	720	1.82	4180	10.59	1713	4.34	2467	6.25
Medu	37	0.09	8	0.02	6	0.02	2	0.01	29	0.07	8	0.02	21	0.05
Meto	543	1.38	151	0.38	116	0.29	35	0.09	392	0.99	160	0.41	232	0.59
Xirima	3	0.01	2	0.01	2	0.01	-		1		1	-		
Xitswa	2410	6.10	1089	2.76	631	1.60	458	1.16	1321	3.35	523	1.32	798	2.02
Lomwe	1725	4.37	793	2.01	480	1.22	313	0.79	932	2.36	358	0.91	574	1.45
Chaka	39	0.10	7	0.02	6	0.02	1	0.00	32	0.08	9	0.02	23	0.06
Ngulo	4	0.01	2	0.01	-		2		2		1		1	
Koti	127	0.32	51	0.13	33	0.08	18	0.05	76	0.19	30	0.08	46	0.12
Sangaji	-		-		-		-		-		-		-	
Chuabo	1078	2.73	717	1.82	457	1.16	260	0.66	361	0.91	121	0.31	240	0.61
Mateuji	1	0.00	1	0.00	-		1	-		-		-		
Cewa	666	1.69	94	0.24	53	0.13	41	0.10	572	1.45	252	0.64	320	0.81
Maganja	103	0.26	34	0.09	19	0.05	15	0.04	69	0.17	27	0.07	42	0.11
Niassa	-		-		-		-		-		-		-	
Nyanja	587	1.49	172	0.44	110	0.28	62	0.16	415	1.05	179	0.45	236	0.60
Kunda	105	0.27	37	0.09	21	0.05	16	0.04	68	0.17	38	0.10	30	0.08
Maravi	-		-		-		-		-		-		-	
Zumbo	2	0.01	2	0.01	2	0.01	-		-		-		-	
Nsenga	8	0.02	3	0.01	3	0.01	-		5		2		3	
Nhungwe	1234	3.12	655	1.66	364	0.92	291	0.74	579	1.47	230	0.58	349	0.88
Tete	1	0.00	1	0.00	-		1	-		-		-		

[illegible]

Bila	129	0.33	102	0.26	50	0.13	52	0.13	27	0.07	6	0.02	21	0.05
Changane	6022	15.25	3102	7.86	1552	3.93	1550	3.93	2920	7.39	1028	2.60	1892	4.79
Jonga	1	0.00	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-
Konde	1	0.00	1	0.00	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Thonga	6	0.02	3	0.01	2	0.01	1	0.00	3	0.01	-	-	3	-
Tsonga	53	0.13	40	0.10	25	0.06	15	0.04	13	0.03	6	0.02	7	0.02
Ronga	2934	7.43	2369	6.00	1128	2.86	1241	3.14	565	1.43	204	0.52	361	0.91
Chope	1283	3.25	774	1.96	426	1.08	348	0.88	509	1.29	196	0.50	313	0.79
Lenge	3	0.01	3	0.01	1	0.00	2	0.01	-	-	-	-	-	-
Bitonga	1129	2.86	866	2.19	461	1.17	405	1.03	263	0.67	93	0.24	170	0.43
Xengue	9	0.02	9	0.02	2	0.01	7	0.02	-	-	-	-	-	-
Zulu	20	0.05	11	0.03	2	0.01	9	0.02	9	0.02	2	0.01	7	0.02
Swasi	36	0.09	7	0.02	2	0.01	5	0.01	29	0.07	11	0.03	18	0.05
Portugues	2282	5.78	2279	5.77	1181	2.99	1098	2.78	3	0.01	3	0.01	-	-
Ingles	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Frances	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espanhol	11	0.03	11	0.03	6	0.02	5	0.01	-	-	-	-	-	-
Outras linguas	1599	4.05	480	1.22	305	0.77	175	0.44	1119	2.83	506	1.28	613	1.55

Fonte: INE, Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida, 1997

Source: INE, National Household Survey on Living Conditions, 1997

Condições, capacidades e oportunidades sociais
Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 30. NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO FEMININA DE 6 ANOS E MAIS POR NÍVEL DE ENSINO ALCANÇADO SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, IDS 1997

TABLE 30. EDUCATION OF FEMALES AGED 6 AND ABOVE BY ATTAINED LEVEL AND SELECTED CHARACTERISTICS, IDS 1997

Características Characteristics	Nível de escolaridade / Education level				Total	Número de Mulheres Number of women	Média de anos de estudo Average years in school
	Sem Instrução No education	Primário Primary	Secundário Secondary	Desconhecido Unknown			
Idade / Age							
6-9	51.5	45.6	0	2.9	100	2529	0
10-14	28.5	68.4	0.6	2.6	100	2974	0.6
15-19	31.3	62	4.4	2.4	100	1957	1.5
20-24	40.9	50.2	5.1	3.8	100	1826	0.9
25-29	37	55.9	5.6	1.5	100	1752	1
30-34	35.2	59.7	3.1	2	100	1154	0.8
35-39	58.1	34.2	4.4	3.3	100	1166	0
40-44	61.7	35.2	1.1	2	100	811	0
45-49	67.9	30.1	0.6	1.3	100	721	0
50-54	79	17.3	0.2	3.5	100	774	0
55-59	79.7	15.2	0.3	4.8	100	437	0
60-64	82.2	10.8	0	7.1	100	442	0

65+	88.3	8.4	0.2	3.1	100	709	0
Desc.	53.4	22.4	0.2	23.9	100	47	0
Area de residência / Area of residence							
Urbana	21.3	65.6	8.2	4.9	100	3873	2
Rural	55	42.2	0.6	2.3	100	13426	0
Províncias / Provinces							
Niassa	50.8	45.4	1.1	2.7	100	875	0
Cabo Delgado	62.6	33.4	0.4	3.6	100	1126	0
Nampula	61	37.8	0.6	0.5	100	2653	0
Zambézia	46	50.9	1.2	1.9	100	2856	0
Tete	54.4	41.6	1.2	2.8	100	717	0
Manica	54.2	43.2	1.6	1	100	943	0
Sofala	51.6	40.8	1.5	6.1	100	2083	0
Inhambane	37.9	58.9	1.6	1.6	100	1703	0.3
Gaza	46.2	48.9	1.9	2.9	100	1952	0
Maputo	30.8	57	8.1	4.1	100	1377	1.1
Cidade de Maputo	17.4	66.2	10.1	6.3	100	1014	2.9
TOTAL	47.4	47.4	2.3	2.8	100	17299	0

Fonte: Inquérito Demográfico e de Saúde, 1997

Source: Demographic and Health Survey, 1997

Condições, capacidades e oportunidades sociais
Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 31. NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO MASCULINA DE 6 ANOS E MAIS POR NÍVEL DE ENSINO ALCANÇADO SEGUNDO CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS, IDS 1997

TABLE 30. EDUCATION OF MALES AGED 6 AND ABOVE BY ATTAINED LEVEL AND SELECTED CHARACTERISTICS, IDS 1997

Características Characteristics	Nível de escolaridade / Education level				Total	Número de Mulheres Number of women	Média de anos de estudo Average years in school
	Sem	Primário	Secundário	Desconhecido			
	Instrução						
	No education	Primary	Secondary	Unknown			
Idade / Age							
6-9	43.2	52.6	0	4.2	100	2430	0
10-14	15.2	82	0.6	2.1	100	3023	1.2
15-19	12.3	79.4	7	1.3	100	1867	3.4
20-24	17.9	63.9	11.8	6.3	100	1189	3.2
25-29	20.8	61.8	11.3	6.1	100	1218	3
30-34	16.9	63.5	11.7	7.9	100	961	3.4
35-39	17	65.6	11.6	5.8	100	906	3.1
40-44	20.2	63.4	8.2	8.2	100	708	2.6
45-49	36.1	53.1	3.3	7.5	100	597	0.6
50-54	38.1	47.9	2.5	11.5	100	456	0
55-59	39	55.1	2.6	3.3	100	432	1.2
60-64	45.1	45.6	1.2	8.1	100	360	0

65+	64.8	30.3	2.1	2.8	100	839	0
Desc.	26.7	21.4	2.8	49.1	100	110	0
Area de residência / Area of residence							
Urbana	10.2	65.7	16.5	7.6	100	3735	3.6
Rural	31.5	63.1	1.4	4.1	100	11361	0.5
Províncias / Provinces							
Niassa	32.8	56.5	4.1	6.6	100	768	0.4
Cabo Delgado	39.1	55.7	1.3	3.9	100	1056	0
Nampula	33.5	60.8	2.2	3.5	100	2749	0.2
Zambézia	25.3	68.9	2.9	2.9	100	2686	1.7
Tete	35.6	57.6	3.6	3.2	100	664	0.1
Manica	26.7	64.7	4.7	3.9	100	811	1.3
Sofala	23.3	59.2	8.1	9.4	100	1886	0.7
Inhambane	21.6	73.3	2.3	2.8	100	1297	1.5
Gaza	22.2	68.6	4.7	4.5	100	1237	1.1
Maputo	17.9	63	12	7.1	100	999	2.6
Cidade de Maputo	7	66.3	17.5	9.3	100	942	3.7
TOTAL	26.2	63.7	5.1	4.9	100	15096	1.2

Fonte: Inquérito Demográfico e de Saúde, 1997

Source: Demographic and Health Survey, 1997

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 32. ESCOLAS EXISTENTES SEGUNDO O NÍVEL DE ENSINO PÚBLICO, 1980 - 1997 a/

TABLE 32. SCHOOLS BY LEVEL OF PUBLIC EDUCATION, 1980 - 1997

Ano / Year	Nível de instrução / Level of education							
	Primário / Primary		Secundário / Secondary		Técnico / Technical education			Superior
	1º Grau 1 - 5	2º Grau 6 - 7	1º Ciclo 8 - 10	2º Ciclo 11 - 12	Elementar Elementary	Básico Basic	Médio Middle	
1980	5 730	99	19	2	13	19	3	1
1981	5 709	99	21	2	12	23	3	1
1982	5 722	111	24	2	11	23	3	1
1983	5 886	128	33	5	10	23	4	1
1984	4 990	137	36	4	9	23	4	1
1985	4 616	156	41	5	10	24	4	1
1986	4 430	161	39	5		25	4	3
1987	3 927	154	39	5	2	24	4	3
1988	3 647	163	39	5	2	24	4	3
1989	3 496	168	39	5	1	24	4	3
1990	3 441	169	39	5	1	24	6	3
1991	3 547	169	41	6	1	24	6	3
1992	3 381	175	42	6	1	24	6	3

1993	3 401	181	42	7	1	24	6	3
1994	3 765	188	44	7	1	24	6	3
1995	4 241	234	50	10	2	23	11	3
1996	5 165	283	54	12	2	23	...	3
1997 b/	5 689	336	63	12	2	23	7	3

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.2.1

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.2.1

a/ A classificação utilizada para os diferentes níveis de ensino corresponde ao actual Sistema Nacional de Educação / Classification used by the National System of Education

b/ Dados provisórios b/ Provisional data

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 33. ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEIS DE ENSINO PÚBLICO, 1980 - 1997 a/

TABLE 33. ENROLMENT BY LEVEL OF PUBLIC EDUCATION, 1980 - 1997

Ano / Year	Nível de instrução / Level of education							
	Primário / Primary		Secundário / Secondary		Técnico / Technical education			Superior
	1º Grau 1 - 5	2º Grau 6 - 7	1º Ciclo 8 - 10	2º Ciclo 11 - 12	Elementar Elementary	Básico Basic	Médio Middle	
1980	1 387 192	79 899	9 729	413	2 807	9 897	1 047	836
1981	1 376 865	78 215	10 748	872	2 183	10 327	1 268	1 104
1982	1 333 050	80 746	12 478	1 187	2 018	10 015	1 401	1 112
1983	1 220 139	91 044	14 351	1 580	1 893	10 151	1 657	1 106
1984	1 303 650	103 970	17 461	1 967	1 515	9 723	1 598	1 151
1985	1 311 014	111 283	21 623	2 162	747	9 334	1 562	1 442
1986	1 305 582	113 948	23 847	2 220	744	8 439	1 302	1 630
1987	1 286 961	75 877	25 362	2 083	183	7 590	1 293	1 862
1988	1 199 669	78 380	26 201	2 499	128	7 713	1 795	2 562
1989	1 210 671	96 907	25 244	2 801	97	8 250	1 794	3 194
1990	1 260 218	116 718	25 280	3 343	98	7 987	1 847	3 715
1991	1 217 364	118 775	26 195	3 439	108	7 556	1 733	4 090
1992	1 199 847	114 504	26 667	3 500	110	8 240	1 425	4 654

1993	1 222 814	114 158	28 020	3 441	304	10 936	...	4 919
1994	1 301 833	116 648	30 381	3 654	102	11 676	2 038	6 055
1995	1 415 428	127 294	34 464	4 110	158	11 968	2 404	6 055
1996	1 573 957	136 773	39 816	5 158	119	11 300 c/	...	6 689
1997 b/	1 745 049	154 482	45 211	6 343	253	11 748	2 611	...

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.2.2

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.2.2

a/ A classificação utilizada para os diferentes níveis de ensino corresponde ao actual Sistema Nacional de Educação / *Classification used by the National System of Education*

b/ Dados provisórios b/ *Provisional data*

c/ Inclui só o turno diurno c/ *Day students only*

Condições, capacidades e oportunidades sociais

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Conditions, capacities and social opportunities

QUADRO 34. PROFESSORES EXISTENTES POR NÍVEL DE ENSINO PÚBLICO, 1980 - 1997 a/

TABLE 34. TEACHING STAFF BY LEVEL OF PUBLIC EDUCATION, 1980 - 1997

Ano / Year	Nível de instrução / Level of education							
	Primário / Primary		Secundário / Secondary		Técnico / Technical education			Superior
	1º Grau 1 - 5	2º Grau 6 - 7	1º Ciclo 8 - 10	2º Ciclo 11 - 12	Elementar Elementary	Básico Basic	Médio Middle	

1980	17 030	2 087	...	...	152	528	64	244
1981	18 751	2 211	...	...	158	641	108	308
1982	20 584	2 361	...	...	140	663	109	308
1983	20 769	1 751	484	80	138	635	109	352
1984	21 903	2 290	577	111	112	701	136	351
1985	20 286	2 411	717	119	79	728	154	323
1986	20 756	2 446	859	117	49	667	149	348
1987	20 884	2 161	883	119	23	691	138	368
1988	21 410	2 452	838	132	18	708	242	457
1989	21 039	2 377	992	138	11	613	143	...
1990	23 107	...	...	...	11	716	169	422
1991	22 236	2 890	884	114	9	640	197	542
1992	22 132	2 744	743	127	10	650	...	557
1993	22 396	2 843	951	131	11	670	...	677
							c/	
1994	22 544	2 853	883	153	11	657	158	594 c/
1995	24 575	3 053	1 135	188	14	682	257	795 d/
1996	26 503	3 577	1 146	155	11	612	...	890 d/
1997 b/	28 705	3 965	1 292	263	23	542	319	...

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.2.3

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.2.3

- a/ A classificação utilizada para os diferentes níveis de ensino corresponde ao actual Sistema Nacional de Educação / *Classification used by the National System of Education*
 - b/ Dados provisórios / *Provisional data*
 - c/ Inclui só os professores da UEM / *Only teaching staff from Eduardo Mondlane University*
 - d/ Inclui os professores da UEM e da UP / *Only teaching staff from UEM and UP*
-

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 35. RELAÇÃO MÉDIA ALUNO POR PROFESSOR POR NÍVEIS DE ENSINO PÚBLICO, 1980 - 1997 a/

TABLE 35. STUDENT/TEACHER RATIO BY LEVEL OF PUBLIC EDUCATION, 1980 - 1997

Ano / Year	Nível de instrução / Level of education							
	Primário / Primary		Secundário / Secondary		Técnico / Technical education			Superior
	1º Grau 1 - 5	2º Grau 6 - 7	1º Ciclo 8 - 10	2º Ciclo 11 - 12	Elementar Elementary	Básico Basic	Médio Middle	
1980	81.5	38.3	...	...	18.5	18.7	16.4	3.4
1981	73.4	35.4	...	...	13.8	16.1	11.7	3.6
1982	64.8	34.2	...	...	14.4	15.1	12.9	3.6
1983	58.7	52.0	29.7	19.8	13.7	16.0	15.2	3.1
1984	59.5	45.4	30.3	17.7	13.5	13.9	11.8	3.3
1985	64.6	46.2	30.2	18.2	9.5	12.8	10.1	4.5
1986	62.9	46.6	27.8	19.0	15.2	12.7	8.7	4.7
1987	61.6	35.1	28.7	17.5	8.0	11.0	9.4	5.1
1988	56.0	32.0	31.3	18.9	7.1	10.9	7.4	5.6
1989	57.5	40.8	25.4	20.3	8.8	13.5	12.5	...
1990	54.5	...	...	...	8.9	11.2	10.9	8.8
1991	54.7	41.1	29.6	30.2	12.0	11.8	8.8	7.5
1992	54.2	41.7	35.9	27.6	11.0	12.7	...	8.4

1993	54.6	40.2	29.5	26.3	27.6	16.3	...	7.3
1994	57.7	40.9	34.4	23.9	9.3	17.8	12.9	10.2
1995	57.6	41.7	30.4	21.9	11.3	17.5	9.4	7.6
1996	59.4	38.2	34.7	33.3	10.8	18.5	...	7.5
1997 b/	60.8	39.0	35.0	24.1	11.0	21.7	8.2	...

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.2.4

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.2.4

a/ A classificação utilizada para os diferentes níveis de ensino corresponde ao actual Sistema Nacional de Educação / *Classification used by the National System of Education*

b/ Dados provisórios / *Provisional data*

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Quadro 36. Escolas, Alunos Matriculados e Professores Existentes por Nível de Ensino Público, 1997

TABLE 36. SCHOOLS, REGISTERED STUDENTS AND TEACHING STAFF BY LEVEL OF PUBLIC EDUCATION, 1997

Ensino primário por província

Primary schools by province

Província Province	1997							
	1º Grau (1 - 5)				2º Grau (6 - 7)			
	Escolas Schools	Alunos Students	Professores Teach. staff	Relação média Aluno / Prof. Student/teacher ratio	Escolas Schools	Alunos Students	Professores Teach. staff	Relação média Aluno / Prof. Student/teacher ratio
Total	5 689	1 745 049	28 705	60.8	336	154 482	3 965	39.0
Niassa	439	79 818	1 737	46.0	14	5 735	211	27.2
Cabo Delgado	557	121 972	2 230	54.7	22	6 657	205	32.5
Nampula	1 061	269 747	5 109	52.8	48	15 143	460	32.9
Zambezia	1 317	330 253	5 051	65.4	34	15 628	387	40.4
Tete	459	124 304	2 517	49.4	23	9 748	360	27.1
Manica	283	101 004	1 707	59.2	22	11 136	234	47.6
Sofala	303	111 179	1 980	56.2	19	12 127	316	38.4
Inhambane	465	159 838	2 340	68.3	44	16 567	352	47.1
Gaza	497	173 737	2 198	79.0	53	14 995	298	50.3
Maputo Prov. / Province	220	130 344	1 576	82.7	19	14 786	361	41.0
Maputo Cidade / City	88	142 853	2 260	63.2	38	31 960	781	40.9

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro

Quadro 36. Escolas, Alunos Matriculados e Professores Existentes por Nível de Ensino Público, 1997

TABLE 36. SCHOOLS, REGISTERED STUDENTS AND TEACHING STAFF BY LEVEL OF PUBLIC EDUCATION, 1997

2.2.6

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table

2.2.6

Quadro 36. Escolas, Alunos Matriculados e Professores Existentes por Nível de Ensino Público, 1997

TABLE 36. SCHOOLS, REGISTERED STUDENTS AND TEACHING STAFF BY LEVEL OF PUBLIC EDUCATION, 1997

Ensino secundario geral por província

Secondary schools by province

Província Province	1997							
	1º Grau (1 - 5)				2º Grau (6 - 7)			
	Escolas Schools	Alunos Students	Professores Teach. staff	Relação média Aluno / Prof. Student/teacher ratio	Escolas Schools	Alunos Students	Professores Teach. staff	Relação média Aluno / Prof. Student/teacher ratio
Total	63	45 211	1 292	35.0	12	6 343	263	24.1
Niassa	4	1 694	85	19.9	1	334	16	20.9
Cabo Delgado	5	2 522	90	28.0	1	309	23	13.4
Nampula	7	4 159	142	29.3	1	583	35	16.7
Zambezia	5	3 748	76	49.3	1	382	15	25.5
Tete	6	3 124	87	35.9	1	341	18	18.9
Manica	3	2 392	80	29.9	1	201	16	12.6
Sofala	7	3 814	140	27.2	1	574	19	30.2
Inhambane	5	3 262	121	27.0	1	220	18	12.2
Gaza	6	3 940	92	42.8	1	284	16	17.8
Maputo Província	8	4 328	157	27.6	1	426	17	25.1
Maputo Cidade	7	12 228	222	55.1	2	2 689	70	38.4

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.2.6

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table

Quadro 36. Escolas, Alunos Matriculados e Professores Existentes por Nível de Ensino Público, 1997

TABLE 36. SCHOOLS, REGISTERED STUDENTS AND TEACHING STAFF BY LEVEL OF PUBLIC EDUCATION, 1997

2.2.6

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Quadro 37. Ensino Privado – Evolução dos Effectivos Escolares, 1993 – 1997

Quadro 37. Private education - Number of students, 1993 - 1997

	Ensino Primário / <i>Primary School</i>		Ensino Secundário Geral / <i>Secondary school</i>	
	Ano / <i>Year</i>		1º Ciclo	2º Ciclo
	1º Grau (1-5)	2º Grau (6-7)		
1993	15 073	7 522	1 732	
1994	16 288	8 644	1 567	
1995	21 763	12 127	6 124	
1996	19 996	11 270	6 021	
1997	36 816	11 036	6 948	1 459

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.2.7

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.2.7

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Quadro 38. Unidades Existentes e Observadas, Alfabetizandos Existentes por Sexo e Repetentes, 1996

Quadro 38. Existing and Surveyed Schools, and Number of Students and Repeaters by Gender, 1996

Provincia Province	Unidades			Alfabetizandos / Students											
	Existentes Total	Observadas Surveyed	Cobertura Coverage	Total			1 ano			2 ano			3 ano		
				HM Men & Women	M Women	Repet. (HM) Repeaters	HM Men & Women	M Women	Repet. (HM) Repeaters	HM Men & Women	M Women	Repet. (HM) Repeaters	HM Men & Women	M Women	Repet. (HM) Repeaters
Total	245	157	64.1	21285	9608	2896	9419	4620	1272	6839	2953	1006	5027	2035	618
Niassa	23	12	52.2	1205	492	65	507	250	26	425	170	17	273	72	22
C. Delgado	6	5	83.3	292	170	32	133	96	19	103	53	11	56	21	2
Nampula	22	15	68.2	1304	613	256	503	247	102	345	159	70	456	207	84
Zambezia	22	5	22.7	558	180	79	334	119	45	131	41	8	93	20	26
Tete	28	18	64.3	1646	687	299	547	256	106	549	228	138	550	203	55
Manica	35	22	62.9	2088	870	317	1048	511	101	588	234	110	452	125	106
Inhambane	68	50	73.5	11055	5009	1456	5150	2482	729	3660	1551	502	2245	976	225
Gaza	18	11	61.1	519	282	40	261	157	15	143	70	15	115	55	10
C. Maputo	23	19	82.6	2618	1305	352	936	502	129	895	447	135	787	356	88

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.2.12

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.2.12

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 39. ESTRUTURA (%) DAS UNIDADES EXISTENTES E OBSERVADAS, ALFABETIZANDOS POR SEXO E REPETENTES, 1996

TABLE 39. STRUCTURE OF TOTAL AND SURVEYED UNITS (SCHOOLS), STUDENTS AND REPEATERS BY GENDER, 1996

Provincia Province	Unidades		Alfabetizandos											
			Total			1º ano / 1 st year			2º ano / 2 nd year			3º ano / 3 rd year		
	Existentes Total	Observadas Surveyed	HM Men & Women	M Women	Repet. (HM) Repeaters	HM Men & Women	M Women	Repet. (HM) Repeaters	HM Men & Women	M Women	Repet. (HM) Men & Women	HM Men & Women	M Women	Repet. (HM) Men & Women
Total	100.0	3.1	59125.0	240200.0	32177.8	40952.2	115500.0	127200.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Niassa	9.4	0.2	5.7	12300.0	722.2	2204.3	6250.0	2600.0	6.2	5.8	1.7	5.4	3.5	3.6
C. Delgado	2.4	0.1	811.1	4250.0	355.6	578.3	2400.0	1900.0	1.5	1.8	1.1	1.1	1.0	0.3
Nampula	9.0	0.3	3622.2	15325.0	2844.4	2187.0	6175.0	10200.0	5.0	5.4	7.0	9.1	10.2	13.6
Zambezia	9.0	0.1	1550.0	4500.0	877.8	1452.2	2975.0	4500.0	1.9	1.4	0.8	1.9	1.0	4.2
Tete	11.4	0.4	4572.2	17175.0	3322.2	2378.3	6400.0	10600.0	8.0	7.7	13.7	10.9	10.0	8.9
Manica	14.3	0.4	5800.0	21750.0	3522.2	4556.5	12775.0	10100.0	8.6	7.9	10.9	9.0	6.1	17.2
Inhambane	27.8	1.0	30708.3	125225.0	16177.8	22391.3	62050.0	72900.0	53.5	52.5	49.9	44.7	48.0	36.4
Gaza	7.3	0.2	1441.7	7050.0	444.4	1134.8	3925.0	1500.0	2.1	2.4	1.5	2.3	2.7	1.6
C. Maputo	9.4	0.4	7272.2	32625.0	3911.1	4069.6	12550.0	12900.0	13.1	15.1	13.4	15.7	17.5	14.2

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.2.13

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.2.13

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Quadro 40. Número de Membros do Conselho de Ministros Segundo os Cargos e o Sexo

Table 40. Members of the Council of Ministers by Responsibility and Gender

(31 de Dezembro de 1997)

Descrição / <i>Description</i>	Sexo / <i>Gender</i>				Total	
	H	(%)	M	(%)	HM	(%)
	Men		Women		Men & Women	
Total	33	100.0	5	100.0	38	100.0
Presidente da República / <i>The President</i>	1	3.0	-	-	1	2.6
Primeiro - Ministro / <i>Prime Minister</i>	1	3.0	-	-	1	2.6
Ministros / <i>Ministers</i>	18	54.5	-	-	18	47.4
Vice - Ministros / <i>Vice Ministers</i>	13	39.4	5	100.0	18	47.4

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 6.1.3

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 6.1.3

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 41. NÚMERO DE DEPUTADOS POR BANCADA E SEXO

TABLE 41. NUMBER OF REPRESENTATIVES BY PARTY AND SEX

(1 de Janeiro de 1997)

Bancada / Parties	Sexo / Sex				Total	
	H Men	(%)	M Women	(%)	HM Men & Women	(%)
Total	181	72.4	69	27.6	250	100.0
FRELIMO	74	57.4	55	42.6	129	100.0
RENAMO	99	88.4	13	11.6	112	100.0
UD	8	88.9	1	11.1	9	100.0

Fonte: INE, Anuário Estatístico 1997, Quadro 6.2.1

Source: INE, Statistical Yearbook 1997, Table 6.2.1

Condições, capacidades e oportunidades sociais

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Conditions, capacities and social opportunities

QUADRO 42. REDE DE ESTRADAS POR PROVÍNCIAS, 1996 a/

TABLE 42. ROAD NETWORK BY PROVINCE, 1996

(KM)													
Rede de estradas <i>Road net</i>	País <i>Country</i>	Niassa	C.Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhaca	Gaza	Maputo	(%)	
Total		29 207	3 137	2 609	3 903	5 161	3 081	2 205	2 505	2 572	2 507	1 527	100.0
Estradas classificadas <i>Classified roads</i>		26 211	2 242	2 609	3 707	4 477	2 838	2 007	2 447	2 359	2 039	1 486	89.7
Principais / <i>Main roads</i>		4 310	193	167	734	724	270	501	567	559	166	429	14.8
Secundárias / <i>Secondary roads</i>		8 124	1 001	991	954	1 380	1 084	392	883	259	787	393	27.8
Terceárias / <i>Tertiary roads</i>		13 777	1 048	1 451	2 019	2 373	1 484	1 114	997	1 541	1 086	664	47.2
Estradas não classificadas <i>Unclassified roads</i>		2 996	895		196	684	243	198	58	213	468	41	10.3

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 3.7.9

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 3.7.9

a/ Dados provisórios / Provisional data

Condições, capacidades e oportunidades sociais

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Conditions, capacities and social opportunities

QUADRO 43. TIPOS DE SUPERFÍCIES DAS ESTRADAS CLASSIFICADAS POR PROVÍNCIAS, 1996 a/

TABLE 43. TYPE OF SURFACE FOR CLASSIFIED ROADS BY PROVINCE, 1996

(KM)

Tipo de superfície <i>Surface feature</i>	País <i>Country</i>	Niassa	C.Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhaca	Gaza	Maputo	(%)
Total	26 193	2 242	2 591	3 707	4 477	2 838	2 007	2 447	2 359	2 039	1 486	100.0
Revestidas / <i>Paved</i>	5 339	190	633	540	538	881	578	437	625	482	434	20.4
Terraplenadas / <i>Gravel</i>	6 935	710	586	1 449	874	215	993	178	431	1 126	373	26.5
De terra natural / <i>Dirt</i>	13 876	1 341	1 372	1 718	3 065	1 742	435	1 829	1 303	431	640	53.0
Outras / <i>Others</i> b/	42							3			39	0.2

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 3.7.10

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 3.7.10

a/ Dados provisórios / *Provisional data*

b/ Planificada, batelão / *Planned, ferry*

Condições, capacidades e oportunidades sociais

Conditions, capacities and social opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 44. VEÍCULOS EXISTENTES POR PROVÍNCIA, 1990-1996

TABLE 44. REGISTERED VEHICLES BY PROVINCE, 1990 - 1996

Província / <i>Province</i>	Período / <i>Period</i>						
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996 a/
Total	37 121	40 141	46 453	47 659	50 889	53 268	49 766
Niassa	-	-	-	-	627	699	...
Cabo Delgado	-	-	-	-	1 119	1 152	...
Nampula	-	-	-	-	3 879	4 249	3 606
Zambézia	-	-	-	-	786	735	800
Tete	-	-	-	-	2 639	2 345	2 192
Manica	-	-	-	-	2 123	2 117	2 349
Sofala	-	-	-	-	7 638	9 801	10 231

Inhambane	-	-	-	-	1 293	838	2 909
Gaza	-	-	-	-	2 301	2 564	2 321
Maputo Prov.	-	-	-	-	5 777	1 480	1 915
Maputo Cidade	-	-	-	-	22 707	27 288	23 443

Fonte: INE, 1998. *Anuário Estatístico 1997*, Quadro 3.7.6

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 997, Table 3.7.6

a/ Dados provisórios a/ Provisional data

Condições, capacidades e oportunidades económicas

Conditions, capacities and economic opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 45. ESTIMATIVAS DA FORÇA DE TRABALHO, 1980 - 2000

TABLE 45. ESTIMATED LABOUR FORCE, 1980 - 2000

Sexo / Sex	Força de trabalho (Milhares) <i>Labour force (thousands)</i>				Taxa média de crescimento <i>Average growth rate (%)</i>		
	1980	1991	1995	2000	1980-1991	1991-1995	1995-2000
Total	5672	6090	8469	9751	0.1	8.6	2.9
Homens / <i>Men</i>	2698	2986	4025	4660	0.1	7.8	2.9
Mulheres / <i>Women</i>	2974	3104	4444	5091	0.0	9.4	2.8

Fonte: INE, Inquérito Demográfico Nacional, Força de trabalho e a sua utilização em Moçambique, Maputo, 1991

Source: INE, National Demographic Inquiry, The Work Force and its utilization in Mozambique, 1991

Condições, capacidades e oportunidades económicas

Conditions, capacities and economic opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 46. DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO E ACTIVIDADE
TABLE 46. EMPLOYED POPULATION - PERCENTAGE DISTRIBUTION BY SEX AND ACTIVITY

(%)

Actividade / Activity	1980			1991		
	Total	H Men	M Women	Total	H Men	M Women
Total	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Agricultura, silvic.e pesca <i>Agriculture, forestry and fishing</i>	85.30	71.94	97.20	77.63	63.02	91.76
Recursos minerais <i>Mineral resources</i>	1.38	2.90	0.02	1.92	3.67	0.21
Indústria manufacturera <i>Manufacturing industry</i>	4.82	9.38	0.76	3.07	5.60	0.62
Energia <i>Energy</i>	0.16	0.33	0.01	0.27	0.52	0.03
Construção <i>Construction</i>	0.78	1.64	0.02	1.20	2.33	0.09
Transportes e Comunicação <i>Transport & Communication</i>	1.40	2.89	0.07	1.87	3.61	0.19
Comércio <i>Trade</i>	2.04	3.50	0.74	3.32	4.49	2.20
Serviços financeiros <i>Financial services</i>	2.15	3.92	0.57	0.02	0.03	0.01
Serviços de Administ. Estatal <i>Public services</i>	1.97	3.50	0.61	10.70	16.72	4.86

Fonte: INE, Inquérito Demográfico Nacional, Força de trabalho e a sua utilização em Moçambique, Maputo, 1994

Source: INE, National Demographic Inquiry, The Work Force and its utilization in Mozambique, 1994



Condições, capacidades e oportunidades económicas

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Conditions, capacities and economic opportunities

QUADRO 47. TRABALHADORES E REMUNERAÇÕES DE UMA AMOSTA DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO ACTIVIDADE, 1996

TABLE 47. EMPLOYED PERSONS AND REMUNERATION FROM A SELECTION OF ESTABLISHMENTS BY ECONOMIC ACTIVITY, 1996

Ramo de actividade	Número de Estabelecimentos	Número médio de Trabalhadores	Remuneração média mensal por trabalhador (1000 MT)
<i>Economical Activity</i>	<i>Number of Establishments</i>	<i>Average number of workers</i>	<i>Monthly average remuneration by workers (1000 MT)</i>
Total	205	434	803
Agricultura e pecuária / <i>Agriculture and livestock</i>	4	197	331
Pesca / <i>Fisheries</i>	2	580	5 411
Recursos minerais / <i>Mineral resources</i>	7	530	470
Indústria / <i>Industry</i>	99	316	626
Alimentos, bebidas e tabacos / <i>Food, beverages and tobacco</i>	26	500	513
Texteis, vestuário e couro / <i>Textile, clothing and leather</i>	14	386	412
Madeira e cortiça / <i>Wood and wood products incl.furnitures</i>	12	282	446
Papel, artes gráf. e publicaç. / <i>Paper and prod, printing, publishing</i>	10	185	733
Ind. química e derivados de petróleo e carvão / <i>Chemical industry</i>	13	225	1 372
Minerais não metálicos / <i>Non-metallic mineral products</i>	7	180	1 115
Indústria metalúrgica de base / <i>Basic metal industry</i>	4	251	869
Prod.metalicos, equip.e mat.de transp./ <i>Metal products, machinery</i>	13	189	625

Outras indústrias transformadoras / <i>Other manufacturing industries</i>	..	..	..
Energia eléctrica e água / <i>Electricity and water</i>	8	414	917
Construção / <i>Construction</i>	33	395	577
Comercio, restaurantes e hotéis / <i>Trade, restaurants, hotels</i>	17	209	1 193
Transporte e comunicações / <i>Transport and communications</i>	26	1 100	761
Serviços financeiros e seguros / <i>Financial services and insurance</i>	6	430	2 292
Outros serviços / <i>Other services</i>	3	335	1 129

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 2.6.3

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 2.6.3

Condições, capacidades e oportunidades económicas

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Conditions, capacities and economic opportunities

QUADRO 48. TRABALHADORES POR CATEGORIA E SEXO DE UMA AMOSTRA DE ESTABELECIMENTOS POR ACTIVIDADE, 1996

TABLE 48. EMPLOYED PERSONS FROM SELECTED ESTABLISHMENTS BY OCCUPATIONAL CATEGORY, SEX AND ECONOMIC ACTIVITY, 1996

Categoria <i>Occupational category</i>	Sexo <i>Sex</i>	Agricultura <i>Agriculture</i>	Pesca <i>Fisheries</i>	Rec. Minerais <i>Mineral res.</i>	Indústria <i>Industry</i>	Energia <i>Energy</i>	Construção <i>Construction</i>	Comércio <i>Trade</i>	Transporte <i>Transport</i>	Serv. Financ. <i>Financ. Serv.</i>	Outros Serv. <i>Other serv.</i>
Dirigentes <i>Manager</i>	H	12	2	19	645	87	185	58	663	106	23
	M	6	..	2	72	8	32	12	52	44	4
	HM	18	2	21	717	95	217	70	715	150	27
Técnicos superiores <i>Technician (High educat. level)</i>	H	..	..	3	56	15	36	6	101	77	20
	M	1	..	..	3	2	3	1	12	20	2
	HM	1	..	3	59	17	39	7	113	97	22
Técnicos médios <i>Technician (Medium educ.)</i>	H	14	30	41	213	54	90	103	258	135	125
	M	3	5	5	62	2	13	33	72	141	7
	HM	17	35	46	275	56	103	136	330	276	132
Outros técnicos <i>Other Technicians</i>	H	9	57	79	595	248	170	237	1334	579	331
	M	2	3	5	83	32	12	92	142	522	11
	HM	11	60	84	678	280	182	329	1476	1101	342
Empregados administrativos <i>Administrative staff</i>	H	61	96	589	4230	563	927	989	3922	578	218
	M	22	14	48	1003	110	196	291	1040	173	89
	HM	83	109	637	5233	673	1123	1280	4962	751	307
Operários	H	241	733	930	15874	1459	8023	1251	9863	98	120

<i>Craftsman</i>	M	36	6	24	3631	3	27	89	112	..	..
	HM	276	739	954	19505	1462	8050	1340	9975	98	120
<i>Eventuais</i>	H	358	142	4863	4636	564	3072	325	10601	34	22
<i>Casual employees</i>	M	..	..	..	1501	9	242	76	83	13	7
	HM	358	142	4863	6137	573	3314	401	10684	47	29
<i>Pessoal não remunerado</i>	H	..	..	..	51	..	15	1	..	2	18
<i>Non-remunerated personnel</i>	M	..	..	..	6	..	..	..	4	..	6
	HM	..	..	..	57	..	15	1	4	2	24
<i>Pessoal nacional</i>	H	695	1059	6523	26298	2990	12517	2969	26741	1608	876
<i>National personnel</i>	M	70	27	84	6362	165	524	594	1516	911	126
	HM	765	1086	6607	32660	3155	13041	3563	28257	2519	1002
<i>Pessoal estrangeiro a/</i>	H	6	73	9	157	170	113	62	54	8	1
<i>Foreign personnel</i>	M	4	..	..	18	32	7	9	9	5	1
	HM	10	73	9	175	202	120	71	63	13	2

Fonte : INE - Inquérito trimestral à força de trabalho e salários

Note: H - Man

Source: INE - Quarterly Survey of the labour force and wages

a/ O pessoal estrangeiro não está incluído nas categorias acima

M - Woman

a/ Foreign personnel are not included in the above described categories

HM - TOTAL (Man and Woman)

Condições, capacidades e oportunidades económicas

Conditions, capacities and economic opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 49. ESTRUTURA PERCENTUAL DOS TRABALHADORES SEGUNDO A CATEGORIA E O SEXO POR ACTIVIDADE, 1996

TABLE 49. PERCENTAGE DISTRIBUTION OF EMPLOYED PERSONS BY OCCUPATIONAL CATEGORY AND ECONOMIC ACTIVITY, 1996

Categoria Occupational category	Sexo Sex	Agricultura Agriculture	Pesca Fisheries	Rec. Minerais Mineral res.	Indústria Industry	Energia Energy	Construção Construction	Comércio Trade	Transporte Transport	Serv. Financ. Financ. Serv.	Outros Serv. Other serv.
Dirigentes <i>Manager</i>	H	1.66	0.19	0.29	2.45	2.92	1.48	1.94	2.48	6.57	2.57
	M	10.47	..	2.39	1.13	4.85	6.11	2.02	3.43	4.83	3.17
	HM	2.40	0.18	0.31	2.19	3.02	1.66	1.95	2.53	5.94	2.69
Técnicos superiores <i>Technician (High educat. Level)</i>	H	..	..	0.04	0.21	0.51	0.28	0.20	0.38	4.81	2.25
	M	1.78	..	..	0.05	0.91	0.52	0.17	0.79	2.14	1.58
	HM	0.13	..	0.04	0.18	0.53	0.30	0.20	0.40	3.84	2.17
Técnicos médios <i>Technician (medium level)</i>	H	2.02	2.83	0.63	0.81	1.81	0.72	3.47	0.96	8.38	14.27
	M	4.45	18.52	5.97	0.97	1.21	2.43	5.60	4.73	15.45	5.74
	HM	2.20	3.22	0.70	0.84	1.78	0.79	3.82	1.17	10.94	13.20
Outros técnicos <i>Other Technicians</i>	H	1.33	5.36	1.21	2.26	8.29	1.36	7.98	4.99	36.00	37.73
	M	4.01	9.26	5.97	1.31	19.09	2.24	15.54	9.38	57.23	8.71
	HM	1.47	5.52	1.27	2.08	8.88	1.39	9.24	5.22	43.71	34.08
Empregados administrativos <i>Administrative staff</i>	H	8.74	9.02	9.03	16.09	18.83	7.41	33.31	14.66	35.92	24.83
	M	39.64	50.00	57.01	15.77	66.82	37.45	48.97	68.57	18.93	70.69
	HM	11.05	10.04	9.63	16.02	21.34	8.61	35.92	17.56	29.81	30.61
Operários <i>Craftsman</i>	H	34.68	69.20	14.26	60.36	48.79	64.10	42.13	36.88	6.06	13.74
	M	51.43	22.22	28.66	57.08	1.67	5.06	14.91	7.39	..	..

	HM	36.21	68.03	14.45	59.72	46.34	61.73	37.61	35.30	3.87	12.01
Eventuais	H	51.56	13.41	74.55	17.63	18.86	24.54	10.95	39.64	2.11	2.51
Casual employees	M	..	..	..	23.59	5.45	46.18	12.80	5.47	1.43	5.54
	HM	47.71	13.07	73.61	18.79	18.16	25.41	11.26	37.81	1.87	2.89
Pessoal não remunerado	H	..	..	..	0.19	..	0.12	0.02	..	0.14	2.08
Non-remunerated personnel	M	..	..	..	0.10	..	..	..	0.23	..	4.55
	HM	..	..	..	0.17	..	0.12	0.01	0.01	0.09	2.39
Pessoal nacional	H	99.14	93.55	99.86	99.41	94.62	99.11	97.95	99.80	99.48	99.91
National personnel	M	94.59	100.00	100.00	99.72	83.65	98.68	98.47	99.39	99.45	99.21
	HM	98.71	93.70	99.86	99.47	93.98	99.09	98.03	99.77	99.48	99.80
Pessoal estrangeiro a/	H	0.86	6.45	0.14	0.59	5.38	0.89	2.05	0.20	0.52	0.09
Foreign personnel	M	5.41	..	..	0.28	16.35	1.32	1.53	0.61	0.55	0.79
	HM	1.29	6.30	0.14	0.53	6.02	0.91	1.97	0.22	0.52	0.20
Pessoal nacional e estrangeiro	H	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
National and foreign person.	M	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
	HM	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte : INE - Inquérito trimestral à força de trabalho e salários

Source: INE - Quarterly Survey of the labour force and wages

Condições, capacidades e oportunidades económicas

Conditions, capacities and economic opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 50. REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL POR TRABALHADOR SEGUNDO A CATEGORIA E SEXO POR ACTIVIDADE, 1996

TABLE 50. MONTHLY AVERAGE REMUNERATION BY OCCUPATIONAL CATEGORY, SEX AND ECONOMIC ACTIVITY BRANCH, 1996

(1000 MT)

Categoria Occupational category	Sexo Sex	Agricultura Agriculture	Pesca Fisheries	Rec. Minerais Mineral res.	Indústria Industry	Energia Energy	Construção Construction	Comércio Trade	Transporte Transport	Serv. Financ. Financ. Serv.	Outros Serv. Other serv.
Dirigentes Manager	H	1 086	11 001	3 503	2 927	2 555	1 564	3 322	2 605	8 461	5 127
	M	546	..	1 642	1 665	2 048	1 707	4 088	2 286	5 554	2 762
	HM	1 021	11 001	3 323	2 812	2 419	1 280	3 429	2 416	7 606	4 682
Técnicos superiores Technician (High educat. level)	H	..	..	3 073	3 392	3 008	2 099	2 212	3 848	5 556	3 656
	M	1 033	..	..	3 022	3 991	1 202	2 318	3 137	6 861	2 022
	HM	1 033	..	3 073	3 344	3 096	1 995	2 227	3 773	5 819	3 506
Técnicos médios Technician (medium level)	H	446	5 460	1 324	3 236	2 293	2 151	1 414	3 124	4 294	1 154
	M	355	4 293	747	1 622	2 261	1 771	635	1 312	3 705	2 198
	HM	433	5 293	1 261	2 873	2 291	2 103	1 188	3 264	3 993	1 211
Outros técnicos Other Technicians	H	524	2 227	481	1 078	1 216	1 536	1 286	2 116	1 852	1 082
	M	428	1 565	592	874	1 029	1 790	1 278	2 804	1 838	909
	HM	505	2 199	489	1 056	1 198	1 555	1 283	2 183	1 846	1 077
Empregados administrativos Administrative staff	H	360	1 441	472	806	922	893	943	556	1 079	792
	M	313	1 806	461	653	916	683	829	547	1 407	781
	HM	348	1 486	471	776	921	856	917	554	1 155	788

Operários	H	272	676	274	489	766	523	957	876	1 005	1 081
Craftsman	M	151	992	181	343	847	281	635	691	..	..
	HM	256	679	271	462	766	523	936	874	1 005	1 081
Eventuais	H	155	179	212	230	429	258	653	419	354	873
Casual employees	M	..	..	..	187	554	173	497	373	303	1 106
	HM	102	159	212	216	431	181	567	341	271	929
Pessoal nac.remunerado	H	235	918	239	618	865	511	1 026	665	2 238	1 150
Remunerated national workers	M	274	1 606	391	396	1 061	541	967	932	2 337	949
	HM	238	945	241	574	874	512	1 016	680	2 266	1 125
Pessoal estrangeiro pago pela empresa	H	12 440	71 905	2 806	8 756	1 352	4 590	10 761	5 494	8 415	6 095
	M	858	..	..	3 299	1 185	1 559	5 708	2 751	4 933	1 380
Foreign worked paid by the enterprise	HM	7 688	71 905	2 806	8 209	1 327	4 413	10 100	5 093	7 022	2 975

Fonte : INE - Inquérito trimestral à força de trabalho e salários

Source: INE - Quarterly Survey of the labour force and wages

Condições, capacidades e oportunidades económicas

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Conditions, capacities and economic opportunities

QUADRO 51. SITUAÇÃO NA ÚLTIMA SEMANA DA POPULAÇÃO DE 7 ANOS E MAIS POR GRANDES GRUPOS DE IDADE SEGUNDO PROVÍNCIAS, SEXO E SITUAÇÃO DE ACTIVIDADE

TABLE 51. CONDITIONS OF THE POPULATION AGED 7 AND ABOVE BY AGE GROUP, PROVINCE, GENDER AND NATURE OF ACTIVITY

[illegible]

Esteve só a estudar	2713733	714657	502120	84726	11544	2666	1809	992	688	142	341	
Was studying		1394048										
Foi doméstico	1080194	159897	189196	205954	160183	96760	72778	54293	28401	27778	66034	18920
Domestic												
Esteve no serviço militar	2348	-	-	-	301	-	289	1327	-	431	-	-
Served in the army												
Foi inválido	101760	12215	16211	12234	9797	10039	5094	3181	2837	2410	13665	14077
Disable												
Outra situação	1170014	578477	279600	64319	41468	27216	18374	19727	14696	9499	54625	62013
Other situation												
Homens	6512533	779793	1301178	901950	608706	506910	466572	394528	321261	318876	637227	275532
Men												
Trabalhou	3238873	26348	120904	218388	366717	397225	410195	349307	282389	291896	554952	220552
Employed												
Nao trabal. mas tinha emprego	53195	-	2945	2739	5177	9598	7039	3620	4673	2805	11435	3164
Unemployed but has worked before												
Ajudou familiar sem pagamento	638759	50444	167327	212003	86953	51956	14190	11549	10020	5416	22561	6340
Assisted relatives without remuneration												
Procurou emprego perdeu anterior	15425	-	-	1635	1848	2309	782	4144	2797	494	1416	-
Looked for a job after loosing previous one												
Procurou emprego pela 1ª vez	28747	-	684	10467	9707	3955	1560	1264	-	1110	-	-
Looked for a job for the first time												
Esteve desemp. nao procurou empr.	54236	-	1178	13951	14329	5485	8230	4311	1978	1337	3209	228
Never worked, never looked for a job												
Foi reformado	27642	630	354	612	-	-	215	-	1310	1874	10243	12404
Retired												
Esteve só a estudar	1567750	367420	801568	329379	62260	6071	253	661	138	-	-	-

Foi doméstico	785628	95203	111913	137813	125646	85570	64349	49110	22280	21859	57413	14472
Domestic												
Esteve no serviço militar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Served in the army												
Foi inválido	52624	9974	7776	5306	3429	2442	1133	2341	1345	962	7148	10768
Disable												
Outra situação	628158	310461	159100	26612	20959	15692	6945	7405	4353	3353	36352	36926
Other situation												

Fonte: INE, Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida, 1997

Source: INE, National Household Survey on Living Conditions, 1997

Condições, capacidades e oportunidades económicas

Conditions, capacities and economic opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 52. TOTAL DE AGREGADOS FAMILIARES COM RECEITA POR PROVÍNCIAS SEGUNDO INTERVALOS DE RECEITA MENSAL

TABLE 52. MONTHLY INCOME OF HOUSEHOLDS BY PROVINCE

Intervalos de	Total de	Provincia										
receita mensal	agregad	s										
(Meticais)	os	Cabo	Maputo									
	c/receit	Niassa	Delgado	Nampul	Zambéz	Tete	Manica	Sofala	Inhamba	Gaza	Provínci	Cidade
	a			a	ia				ne		a	

País	3.621.505	189.321	338.162	746.77	766.026	238.629	188.431	312.664	231.989	233.724	183.225	192.564
Menos que 150.000	540.934	61.24	118.497	104.451	46.227	15.056	12.371	92.967	32.68	20.719	24.679	12.047
150.000-299.999	536.245	30.621	63.554	98.151	163.999	29.704	18.643	53.735	30.548	20.281	24.186	2.823
300.000-499.999	648.374	27.574	35.974	162.931	204.367	43.949	26.318	55.321	31.41	23.739	23.832	12.959
500.000-749.999	628.874	30.814	52.749	132.507	151.909	59.674	29.131	36.875	44.73	32.617	30.605	27.263
750.000-999.999	384.677	14.792	19.551	93.559	97.46	36.073	20.837	21.176	29.168	23.124	12.191	16.746
1.000.000-1.499.999	397.935	10.823	21.766	71.599	59.402	28.879	38.697	26.807	31.694	42.198	25.997	40.073
1.500.000-2.999.999	325.743	11.24	20.351	51.483	37.329	19.57	24.175	20.303	21.076	50.069	25.527	44.62

3.000.000-4.999.999	98.332	1.527	4.943	21.833	3.804	3.506	11.788	4.124	4.861	11.7	9.017	21.229
5.000.000-7.499.999	36.222	499	-	4.656	1.529	1.179	5.092	1.115	3.767	6.199	4.178	8.008
7.500.000-9.999.999	11.207	191	494	3.425	-	378	484	-	1.404	1.386	1.245	2.2
10.000.000-19.999.999	10.608	-	121	2.175	-	363	764	241	583	1.692	1.385	3.284
20.000.000 e mais	2.354	-	162	-	-	298	131	-	68	-	383	1.312

Fonte: INE, Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida, 1997

Source: INE, National Household Survey on Living Conditions, 1997

Condições, capacidades e oportunidades económicas

Conditions, capacities and economic opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 53. TOTAL DE AGREGADOS FAMILIARES COM RECEITA POR PROVÍNCIAS SEGUNDO INTERVALOS DE RECEITA MENSAL PER CAPITA

TABLE 53. MONTHLY PER CAPITA INCOME OF HOUSEHOLDS BY PROVINCE TOTAL HOUSEHOLDS

Intervalos de receita	Total de	Províncias /Provincas										
mensal per capita (Meticais)	agregados c/receita											
Monthly income in Meticais	Total households	Niassa	Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Província	Maputo
Total Nacional	3.621.505	189.321	338.162	746.77	766.026	238.629	188.431	312.664	231.989	233.724	183.225	192.564
Total National												
Menos que 150.000	1.216.346	101.339	167.655	230.158	219.124	59.557	49.115	178.024	76.465	51.079	58.569	25.261
150.000-299.999	888.232	38.949	59.163	195.116	258.745	75.155	36.168	54.669	58.883	34.757	38.703	37.924
300.000-499.999	663.586	16.394	44.723	149.051	156.566	52.479	34.3	43.305	42.745	52.221	29.709	42.093
500.000-749.999	319.133	14.444	25.578	59.128	51.233	20.705	23.781	15.41	24.763	37.657	19.209	27.225
750.000-999.999	173.993	5.892	14.462	34.6	39.171	11.186	13.213	7.533	6.705	15.167	9.817	16.247
1.000.000-1.499.999	165.773	3.713	15.956	34.296	21.323	11.084	10.79	7.413	9.804	18.875	13.43	19.089

1.500.000-2.999.999	136.964	7.94	8.12	29.123	17.308	5.832	13.957	5.012	9.418	18.518	7.65	14.086
3.000.000-4.999.999	42.504	392	2.101	11.493	2.556	1.97	5.594	1.002	2.28	4.194	4.928	5.994
5.000.000-7.499.999	8.831	127	121	1.964	-	363	1.127	296	657	652	640	2.884
7.500.000-9.999.999	2.81	131	-	1.841	-	-	213	-	201	-	-	424
10.000.000-19.999.999	1.863	-	-	162	-	-	173	-	68	604	256	600
20.000.000 e mais	1.47	-	-	121	-	-	298	-	-	-	314	737

Fonte: INE, Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida, 1997

Source: INE, National Household Survey on Living Conditions, 1997

Condições, capacidades e oportunidades económicas

Conditions, capacities and economic opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 54. ESTRUTURA DO TOTAL DE AGREGADOS FAMILIARES COM RECEITA POR PROVÍNCIAS SEGUNDO INTERVALOS DE RECEITA MENSAL PER CAPITA

TABLE 54. STRUCTURE OF THE TOTAL MONTHLY PER CAPITA INCOME OF HOUSEHOLDS BY PROVINCE

Intervalos de receita	Total de	Províncias /Provincas										
mensal per capita (Meticais)	agregados c/receita											
Monthly income in Meticais	Total households	Niassa	Delgado	Nampula	Zambézia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Província	Maputo
Total Nacional	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total National												
Menos que 150.000	33.59	53.53	49.58	30.82	28.61	24.96	26.07	56.94	32.96	21.85	31.97	13.12
150.000-299.999	24.53	20.57	17.5	26.13	33.78	31.49	19.19	17.48	25.38	14.87	21.12	19.69
300.000-499.999	18.32	8.66	13.23	19.96	20.44	21.99	18.2	13.85	18.43	22.34	16.21	21.86
500.000-749.999	8.81	7.63	7.56	7.92	6.69	8.68	12.62	4.93	10.67	16.11	10.48	14.14
750.000-999.999	4.8	3.11	4.28	4.63	5.11	4.69	7.01	2.41	2.89	6.49	5.36	8.44
1.000.000-1.499.999	4.58	1.96	4.72	4.59	2.78	4.64	5.73	2.37	4.23	8.08	7.33	9.91
1.500.000-2.999.999	3.78	4.19	2.4	3.9	2.26	2.44	7.41	1.6	4.06	7.92	4.18	7.31

3.000.000-4.999.999	1.17	0.21	0.62	1.54	0.33	0.83	2.97	0.32	0.98	1.79	2.69	3.11
5.000.000-7.499.999	0.24	0.07	0.04	0.26	-	0.15	0.6	0.09	0.28	0.28	0.35	1.5
7.500.000-9.999.999	0.08	0.07	-	0.25	-	-	0.11	-	0.09	-	-	0.22
10.000.000-19.999.999	0.05	-	0.05	-	-	-	0.09	-	0.03	0.26	0.14	0.31
20.000.000 e mais	0.04	-	0.04	-	-	0.12	-	-	- -		0.17	0.38

Fonte: INE, Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Condições de Vida, 1997

Source: INE, National Household Survey on Living Conditions, 1997

Condições, capacidades e oportunidades económicas

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Conditions, capacities and economic opportunities

QUADRO 55. SUPERFÍCIE TOTAL CULTIVADA POR PROVÍNCIA

TABLE 55. TOTAL CROPLAND BY PROVINCE

Província <i>Province</i>	Campanha <i>Season</i>	Total	S. empresarial a/ <i>Enterprise sector</i>	Sector familiar / Household sector			Estrutura Percentual / Percent structure		
				Total	Normal	Emergência / <i>Emergency</i>	Total	S. empresarial <i>Enterprise s.</i>	Sec. familiar <i>Family sector</i>
Moçambique	1993/94	3253686	113894	3139792	2764421	375371	100.00	3.50	96.50
	1994/95	3595315	115284	3480031	3155141	324890	100.00	3.21	96.79
	1995/96	...	...	...	...	...	...	...	...
Niassa	1993/94	238676	930	237746	219785	17961	100.00	0.39	99.61
	1994/95	256740	703	256037	206934	49103	100.00	0.27	99.73
	1995/96	...	...	...	...	...	...	...	...
Cabo Delgado	1993/94	335027	6086	328941	325072	3869	100.00	1.82	98.18
	1994/95	353486	6986	346500	345212	1288	100.00	1.98	98.02
	1995/96	...	...	...	...	...	...	...	...
Nampula	1993/94	872240	10436	861804	839057	22747	100.00	1.20	98.80
	1994/95	922305	10168	912137	879875	32262	100.00	1.10	98.90
	1995/96	...	...	...	...	...	...	...	...
Zambezia	1993/94	604588	55470	549118	491527	57591	100.00	9.17	90.83
	1994/95	703838	48131	655707	621086	34621	100.00	6.84	93.16
	1995/96	...	...	...	...	...	...	...	...
Tete	1993/94	171197	1527	169670	27639	142031	100.00	0.89	99.11
	1994/95	195977	1925	194052	69613	124439	100.00	0.98	99.02
	1995/96	...	...	...	...	...	...	...	...
Manica	1993/94	160030	7671	152359	134404	17955	100.00	4.79	95.21
	1994/95	178304	7032	171272	141555	29717	100.00	3.94	96.06
	1995/96	...	...	...	...	...	...	...	...
Sofala	1993/94	206927	9459	197468	140138	57330	100.00	4.57	95.43
	1994/95	239989	10699	229290	204725	24565	100.00	4.46	95.54
	1995/96	...	...	...	...	...	...	...	...
Inhambane	1993/94	356464	344	356120	339012	17108	100.00	0.10	99.90
	1994/95	393453	288	393165	385995	7170	100.00	0.07	99.93
	1995/96	...	...	...	...	...	...	...	...
Gaza	1993/94	205653	12789	192864	164173	28691	100.00	6.22	93.78

	1994/95	229702	14780	214922	202417	12505	100.00	6.43	93.57
	1995/96	...	...	...	...	...	...	...	...
Maputo	1993/94	102884	9182	93702	83614	10088	100.00	8.92	91.08
	1994/95	121521	14572	106949	97729	9220	100.00	11.99	88.01
	1995/96	...	...	...	...	...	...	...	...

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 3.1.4

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 3.1.4

a/ Estatal, cooperativo, privado e misto / State, Cooperative, Private and Mixed

Condições, capacidades e oportunidades económicas

Conditions, capacities and economic opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 56. SALDOS MONETÁRIOS NO FIM DO PERÍODO, 1991 - 1997

QUADRO 56. MONETARY BALANCE AT END OF PERIODS, 1991 - 1997

(10⁹ MT)

Descrição Description	Anos / Year						
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Reservas Internacionais / International reserves	227.5	453.5	709.2	1147.4	2486.1	4485.9	9152.8
Activos Externos / Foreign assets	512.7	1055.1	1968.2	2835.6	5413.2	7368.0	6240.1
Passivos de curto prazo / Short-term foreign liabilities	285.2	601.6	1259.0	1688.2	2927.1	2882.1	-2912.7
Crédito do FMI (SAF, ESAF) / IMF loans	217.0	478.4	991.9	1389.3	2175.1	2044.6	-2181.9
Outros Passivos de Curto Prazo / Other short-term liabilities	68.2	123.2	267.1	298.9	752.0	837.5	-730.8
Crédito Interno / Domestic Credit	653.2	904.8	1134.5	1624.7	2217.0	2793.8	3904.8
Crédito líquido ao Estado / Claims on government	-5.0	6.5	39.0	-86.6	-319.5	-758.9	-1387.3
Crédito / Credit	266.7	316.5	552.4	579.3	664.6	568.9	474.0
Obrigações / Liabilities to central government	271.7	310.0	513.7	665.9	984.1	1327.9	-1861.3
Crédito a economia / Claims on economy	658.2	898.3	1095.5	1711.3	2536.5	3552.8	5292.1
Com recursos internos / Domestic currency	511.7	697.4	539.5	626.8	2408.6	2911.1	3865.6
Com recursos externos / Foreign currency	229.1	317.3	691.2	1226.2	127.9	641.6	1426.5
Menos: Div. Assun. Governo / Less: Debt assumed by Government	82.6	116.4	135.2	141.8	-	-	-
Meios toais de pagamento / Money and quasi-money	709.0	1129.2	2018.6	3180.8	4919.9	5982.6	-7384.6
Meios imediatos de pagamentos / Money	660.3	1023.8	1795.8	2895.0	4493.0	5261.7	-6123.1
Moeda em circulação / Notes and coins in circulation	173.3	257.5	469.4	762.4	1130.2	1405.5	-1544.1

Depósitos a ordem / <i>Demand deposits</i>	487.0	766.3	1326.4	2132.6	3362.8	3856.3	-4579.0
Meios quase-imediatos de pagamento / <i>Quasi-money</i>	48.7	105.4	222.8	285.8	427.0	720.9	-1261.5
Responsabilidades externas de médio e curto prazo							
<i>Medium-and long-term foreign liabilities</i>	2011.9	2647.1	5386.0	4293.9	6004.9	6113.7	-7060.5
Fundos consignados / <i>Government earmarket Funds</i>	211.4	491.4	933.6	1058.4	1493.2	-2514.0	-3276.8
Flutuação de valores / <i>Valuation adjustment</i>	-1083.9	-1946.8	4990.6	4888.9	7103.8	7156.6	7089.6
Outros activos e passivos líquidos							
<i>Other liquid assets and liabilities</i>	-968.0	-962.5	-1504.4	-872.2	611.1	118.1	487.3
Contas de capital / <i>Capital account</i>	421.5	648.5	1289.9	1667.2	-2385.4	-3135.9	-3989.0
Outras contas activo/passivo / <i>Other assets and liabilities</i>	-1182.0	-1408.0	-3676.3	-3154.3	1499.7	1578.1	2654.7
Contas de ajustamento / <i>Adjustment account</i>	-207.5	-203.0	882.0	615.0	327.6	207.0	176.7
Diferencias / <i>Difference</i>	...	...	...	...	1169.2	1468.9	1644.9

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 5.1.1

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 5.1.1

a/ Dados provisórios

a/ Provisional data

Condições, capacidades e oportunidades económicas

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Conditions, capacities and economic opportunities

QUADRO 57. INDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR 1995-1997 - CIDADE DE MAPUTO

TABLE 57. CONSUMER PRICE INDEX, 1995 - 1997 - MAPUTO CITY

Base: Dez. de 1994 = 100

Ano Year	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez

1995	104.4	103.5	107.3	110.5	113.2	117.7	121.0	122.7	126.7	136.1	143.9	156.9
1996	163.4	180.4	183.3	184.4	178.0	178.3	179.0	179.2	179.2	179.7	182.5	182.5
1997	190.0	196.4	195.1	192.9	189.7	189.2	188.4	187.9	186.8	187.6	190.0	193.2

Inflação Mensal (%) a/

Monthly inflation (%) a/

1995	4.4	-0.9	3.7	3.0	2.4	4.0	2.8	1.4	3.3	7.4	5.7	9.0
1996	4.1	10.4	1.6	0.6	-3.5	0.2	0.4	0.1	0.0	0.3	1.6	0.0
1997	4.1	3.4	-0.7	-1.1	-1.7	-0.3	-0.4	-0.3	-0.6	0.4	1.3	1.7

Inflação Tendencial Anual (%) b/

Annual inflation (%) b/

1995	51.8	46.0	43.4	46.6	50.3	53.1	50.9	45.6	45.0	52.8	57.1	56.9
1996	56.5	74.3	70.8	66.9	57.2	51.5	47.9	46.0	41.4	32.0	26.8	16.3
1997	16.3	8.9	6.4	4.6	6.6	6.1	5.3	4.9	4.2	4.4	4.1	5.9

Inflação Acumulada (%) c/

Cummulative inflation (%) c/

1995	4.4	3.5	7.3	10.5	13.2	17.7	21.0	22.7	26.7	36.1	43.9	56.9
1996	4.1	15.0	16.8	17.5	13.4	13.6	14.1	14.2	14.2	14.5	16.3	16.3
1997	4.1	7.6	6.9	5.7	3.9	3.7	3.2	3.0	2.4	2.8	4.1	5.9

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 5.3.1

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 5.3.1

a/ Variação face ao período anterior / *Percent change from the prevoius period*

b/ Variação face ao mesmo período do ano anterior / *Percent change from the same period of prevoius year*

c/ Taxa de crescimento entre Dezembro do ano anterior e o mês referenciado / *Rate between December of previous year and referenced month*



Condições, capacidades e oportunidades económicas

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Conditions, capacities and economic opportunities

QUADRO 58. BALANÇA DE PAGAMENTOS, 1995 - 1997

TABLE 58. BALANCE OF PAYMENTS, 1995 - 1997

(10⁶ US\$)

Descrição / Description	1995	1996	1997
Saldo da balança comercial / Trade balance	-552.7	-556.5	-539.0
Exportações (FOB) / Exports (f.o.b.)	174.3	226.1	221.0
Importações (CIF) / Imports (c.i.f.)	-727.0	-782.6	-760.0
 Saldo da balança de serviços / Service balance	 -127.3	 -85.3	 -74.6
Receitas / Receipts	291.7	314.2	342.3
Transportes / Transportation	50.2	59.1	62.8
Remessas de trabalhadores / Workers remittances	59.1	61.0	63.6
Outras receitas / Other receipts	182.4	194.1	215.9
 Despesas / Expenditure	 -419.0	 -399.6	 -416.9
Juros / Interest	-147.4	-143.0	-141.3
Transportes / Transportation	-35.0	-33.5	-30.2
Remessas de trabalhadores / Workers remittances	-20.6	-15.7	-22.9
Serviços de investimento / Investment services	-78.8	-68.7	-75.2
Outras despesas / Other	-137.2	-138.6	-147.2
 Saldo da balança de trans. correntes (Exc.transf.unilat.)	 -680.0	 -641.9	 -613.6

Current account without unrequited transfers

Transferências unilaterais oficiais / Unrequited official transfers	339.2	282.9	354.6

Saldo da balança de trans. correntes (Inc.transf.unilat.)	-340.8	-358.9	-259.0

Current account with unrequited transfers

Saldo da balança de capitais / Capital account	57.6	238.6	184.5

Empréstimos externos (Entradas) /	282.3	347.4	317.4

Loan receipts (Inflow)			

Amortização (Saídas) / Loan repayment (Outflow)	-269.7	-181.3	-197.3

Investimento directo estrangeiro /	45.0	72.5	64.4

Foreign Direct investment			

Erros e omissões / Errors and omissions	27.1	57.8	-5.7

Saldo da balança global / Overall balance	-256.1	-62.5	-80.2

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 4.2.5

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 4.2.5

Condições, capacidades e oportunidades económicas

Conditions, capacities and economic opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 59. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO - RECEITAS COBRADAS, 1995 - 1997

TABLE 59. IMPLEMENTATION OF GOVERNMENT BUDGET - REVENUES, 1995 - 1997

(10⁹ MT)

Descrição / Description	Receitas Revenue			Variação (%) Percent change		Estrutura (%) Percent structure		
	1995	1996	1997	1996/95	1997/96	1995	1996	1997
Receitas totais / Total revenues	2 412.7	3 478.9	4 585.8	44.2	31.8			
Receitas fiscais / Tax revenues	2 201.7	3 193.2	4 234.2	45.0	32.6	100.0	100.0	100.0
Imp.s/ rendimento/Taxes on income & profits	400.0	633.0	878.6	58.3	38.8	18.2	19.8	20.8
Contribuição industrial / Industrial taxes	184.0	277.7	388.0	50.9	39.7	8.4	8.7	9.2
Outros / Other	216.0	355.3	490.6	64.5	38.1	9.8	11.1	11.6
Imp.s/ Bens e Serv./Taxes on Goods & Serv.	1 151.6	1 731.9	2 388.1	50.4	37.9	52.3	54.2	56.4
Imposto de circulação / Taxes on sales	677.4	993.2	1 329.6	46.6	33.9	30.8	31.1	31.4
Imposto de consumo / Excise Taxes	279.4	404.2	431.3	44.7	6.7	12.7	12.7	10.2
- Cerveja / Beer	103.8	180.8	200.6	74.1	11.0	4.7	5.7	4.7
- Tabaco / Tobacco	19.7	32.0	31.1	62.1	-2.8	0.9	1.0	0.7
- Outros produtos / Other products	27.3	36.5	20.8	33.5	-42.9	1.2	1.1	0.5
- Produtos importados / Imported products	128.6	155.0	178.8	20.6	15.3	5.8	4.9	4.2
Taxas sobre os petroleos / Taxes on oils	194.8	334.4	627.2	71.7	87.5	8.8	10.5	14.8
Taxas S/ Direitos Aduan. / Customs duties	579.7	688.3	812.2	18.7	18.0	26.3	21.6	19.2
Direitos de importação / Import duty	415.6	480.3	...	15.6	..	18.9	15.0	..
Direitos de exportação / Export duty	0.5	3.4	...	621.5	..	0.0	0.1	..

Emolumentos gerais / <i>Geral emolument</i>	163.7	204.7	...	25.0	..	7.4	6.4	..
Outras taxas / <i>Other taxes</i>	70.3	140.0	155.3	99.1	10.9	3.2	4.4	3.7
Imposto de selo / <i>Stamp duty</i>	37.0	58.0	70.7	56.8	21.8	1.7	1.8	1.7
Imposto de Reconstrução Nac. / <i>Nat. reconst.duty</i>	.9	3.4	5.5	293.6	63.8	0.0	0.1	0.1
Outros / <i>Others</i>	32.5	78.6	79.1	142.1	0.6	1.5	2.5	1.9
Receitas não fiscais / <i>Nontax revenues</i>	211.0	285.7	351.6	35.4	23.1	100.0	100.0	100.0
Rendas de casa / <i>Rent</i>	61.1	93.7	109.2	53.3	16.5	29.0	32.8	31.1
Taxas prest. serviços / <i>Tax on service rendered</i>	29.0	36.2	36.3	24.7	0.3	13.8	12.7	10.3
Contrib.p/previdência social / <i>Social welfare contrib.</i>	33.3	50.2	85.4	50.6	70.1	15.8	17.6	24.3
Licenças de pesca / <i>Licence to fish</i>	54.7	65.8	68.0	20.2	3.3	25.9	23.0	19.3
Diversos / <i>Various</i>	32.8	39.8	52.7	21.5	32.4	15.5	13.9	15.0

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 5.2.1

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 5.2.1

Condições, capacidades e oportunidades económicas

Conditions, capacities and economic opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 60. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO - DESPESAS, 1995 - 1997

TABLE 60. IMPLEMENTATION OF GOVERNMENT BUDGET - EXPENDITURE , 1995 - 1997

(10⁹ MT)

Descrição / Description	Despesas Expenditure			Variação (%) Percent change		Estrutura (%) Percent structure		
	1995	1996	1997	1996/95	1997/96	1995	1996	1997
Despesas totais / Total expenditures	5 052.5	6 771.8	9 104.2	34.0	34.4	100.0	100.0	100.0
Despesas correntes / Current expenditures								
Ano civil / Civil year	2 189.5	3 076.8	4 272.2	40.5	38.9	43.3	45.4	46.9
Ano orçamental / Budget year	2 267.5	3 084.8	4 361.2	36.0	41.4	44.9	45.6	47.9
Defesa e Segurança / Defense and Security	521.5	704.2	837.0	35.0	18.9	10.3	10.4	9.2
Salário do Pessoal Civil / Salary for civil servants	495.0	726.4	943.0	46.7	29.8	9.8	10.7	10.4
Bens e Serviços / Goods and Services	617.0	769.3	999.0	24.7	29.9	12.2	11.4	11.0
Juros / Interest	345.0	473.0	530.2	37.1	12.1	6.8	7.0	5.8
Subsídios aos preços / Price subsidies	3.0	3.0	4.0	0.0	33.3	0.1	0.0	0.0
Subsídios as Empresas / Enterprise subsidies	28.0	31.0	43.0	10.7	38.7	0.6	0.5	0.5
Despesas Sociais / Social expenditures	156.0	47.0	44.0	-69.9	-6.4	3.1	0.7	0.5
Despesas Especiais / Special expenditures	102.0	331.0	692.0	224.5	109.1	2.0	4.9	7.6
Outras Despesas / Other expenditures			269.0					
Ajustamentos período complementar / Adjustments	- 78.0	- 8.0	- 89.0	-89.8	1013.8	-1.5	-0.1	-1.0
Saldo orçamental corrente (ano civil) / Current budget balance (civil year)	223.2	402.1	313.6	80.2	-22.0	4.4	5.9	3.4
Despesas de investimento / Investment expenditures								
Ano civil / Civil year	2 863.0	3 695.0	4 832.0	29.1	30.8	56.7	54.6	53.1
Ano orçamental / Budget year	3 040.0	3 952.0	3 699.0	30.0	-6.4	60.2	58.4	40.6
Donativo Externo p/Projecto / Ext. grant for project	1 393.0	1 330.0	...	-4.5	..	27.6	19.6	..
Empréstimo Externo p/ Proj./ Ext. project loans	847.0	1 700.0	...	100.7	..	16.8	25.1	..
Financiamento Local / Local financing	595.0	778.0	731.0	30.8	-6.0	11.8	11.5	8.0
Investimento c/fundos de apoio as importações /	205.0	144.0	16.0	..	-88.9	4.1	2.1	0.2

<i>Investment with import support funds</i>								
Ajustamentos período complementar / <i>Adjustments</i>	- 177.0	- 257.0	1 133.0	45.2	-540.9	-3.5	-3.8	12.4
Amortização da Dívida / <i>Debt amortization</i>		478.7	568.4	..	18.7	..	7.1	6.2
Interna / <i>Internal</i>		109.3	145.5	..	33.1	..	1.6	1.6
External / <i>External</i>		369.4	422.9	..	14.5	..	5.5	4.6

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 5.2.2

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 5.2.2

Condições, capacidades e oportunidades económicas

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Conditions, capacities and economic opportunities

QUADRO 61. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO - DÉFICIT E FINANCIAMENTO, 1995 - 1997

TABLE 61. IMPLEMENTATION OF GOVERNMENT BUDGET - DEFICIT AND FINANCING, 1995 - 1997

(10⁹ MT)

Descrição / <i>Description</i>	Déficit e financiamento <i>Deficit and financing</i>			Variação (%) <i>Percent change</i>		Estrutura (%) <i>Percent</i>		
	1995	1996	1997	1996/95	1997/96	1995	1996	1997
Receitas totais / <i>Total revenues</i>	2 412.7	3 478.9	4 585.8	44.2	31.8			
Despesas totais / <i>Total expenditures</i>	5 052.5	6 771.8	9 104.2	34.0	34.4			
Empréstimos (-) reembolsos / <i>Lending (-) repayments</i>	106.0	-	-	..	..			
Déficit (antes donativo) / <i>Deficit (before grant)</i>	-2 745.8	-3 292.9	-4 518.4	19.9	37.2	100.0	100.0	100.0
Donativos recebidos / <i>Grants received</i>	2 090.0	2 290.0	3 211.0	9.6	40.2	- 76.1	- 69.5	- 71.1
Para Projectos / <i>For projects</i>	1 306.0	1 346.0	1 962.0	3.1	45.8	- 47.6	- 40.9	- 43.4
Outros / <i>Other</i>	784.0	944.0	1 249.0	20.4	32.3	- 28.6	- 28.7	- 27.6
Déficit (apos donativo) / <i>Deficit (after grant)</i>	- 655.8	-1 002.9	-1 307.4	52.9	30.4	23.9	30.5	28.9
Financiamento / <i>Financing</i>	656.0	1 002.0	1 328.0	52.7	32.5	100.0	100.0	100.0

Externo (líquido) / <i>External financing(net)</i>	816.0	1 377.0	1 888.0	68.8	37.1	124.4	137.4	142.2
Empréstimos / <i>Disbursements</i>	1 097.0	1 745.0	2 311.0	59.1	32.4	167.2	174.2	174.0
Para Projectos / <i>For projects</i>	794.0	1 479.0	1 897.0	86.3	28.3	121.0	147.6	142.8
Outros / <i>Others</i>	303.0	266.0	414.0	- 12.2	55.6	46.2	26.5	31.2
Amortizações / <i>Amortization</i>	281.0	368.0	423.0	31.0	14.9	42.8	36.7	31.9
Interno (líquido) / <i>Domestic financing (net)</i>	- 160.0	- 375.0	- 560.0	134.4	49.3	- 24.4	- 37.4	- 42.2
Sistema Bancário / <i>Bank financing</i>	- 155.0	- 266.0	-	71.6	..	- 23.6	- 26.5	..
Amortização de dívida interna / <i>Ext. debt amort.</i>	- 5.0	- 109.0	-	2 080.0	..	- .8	- 10.9	..
Outros / <i>Others</i>	-	-	-	..	..	..	..	..

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 5.2.3

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 5.2.3

Condições, capacidades e oportunidades económicas

Conditions, capacities and economic opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 62. PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) POR TIPO DE DESPESA, 1995 - 1997

TABLE 62. GROSS DOMESTIC PRODUCT (GDP) BY EXPENDITURE, 1995 - 1997

Descrição / Description	Valores à pr.correntes (109 MT) Values current prices (109 MT)			Taxas de crescimento de volume / Growth rate (Volume)		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997
Consumo Total / Total consumption	9593	13883	16067	-8.1	2.9	6.7
Consumo Privado / Private consumption	7936	11565	12774	2.0	3.4	3.2
do qual: Autoconsumo / Autoconsumption	4346	6689	7263	6.2	7.8	5.0
Consumo Público / Public consumption	1657	2318	3293	-38.0	0.7	23.9
Formação Bruta de Capital Fixo / Gross fixed capital formation	8200	11257	13170	-8.0	4.0	12.5
Procura interna / Domestic demand	17793	25140	29237	-8.1	3.4	9.3
Exportações de Bens e Serviços / Export of goods and services	3617	5413	5769	15.8	18.9	3.2
Procura global / Overall demand	21411	30554	35007	-4.8	6.0	8.2
Importações de Bens e Serviços / Import of goods and services	7994	10782	10823	-13.8	5.0	-2.5
Balança de Bens e Serviços / Balance of goods and services	4377	5369	5054	-28.7	-6.5	-8.3
PIB (pm) / GDP (mp)	13417	19771	24183	1.3	6.6	14.1

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 5.4.2

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 5.4.2

Condições, capacidades e oportunidades económicas

Conditions, capacities and economic opportunities

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

QUADRO 63. DESPESA INTERNA - TAXA DE CRESCIMENTO DOS DEFLACTORES, 1995 - 1997

TABLE 63. DOMESTIC EXPENDITURE - DEFLATOR GROWTH RATES, 1995 -1997

Descrição / Description	Taxas de crescimento (%) Growth rates (%)		
	1995	1996	1997
Consumo Total / Total consumption	50.9	40.6	8.5
Consumo Privado / Private consumption	50.4	41.0	7.0
do qual: Autoconsumo / Autoconsumption	50.4	42.7	3.4
Consumo Público / Public consumption	53.6	38.9	14.7
Formação Bruta de Capital Fixo / Gross fixed capital formation	51.3	32.0	4.0
Procura interna / Domestic demand	51.1	36.6	6.4
Exportações de Bens e Serviços / Export of goods and services	55.0	25.9	3.3
Procura global / Overall demand	51.7	34.6	5.9
Importações de Bens e Serviços / Import of goods and services	54.0	28.5	3.0
PIB (pm) / GDP (mp)	50.4	38.2	7.2

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 5.4.3

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 5.4.3

Condições, capacidades e oportunidades económicas

* Por razões de arredondamento os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Conditions, capacities and economic opportunities

QUADRO 64. INDICADORES MACROECONÓMICOS, 1990 - 1997

TABLE 64. MACRO-ECONOMIC INDICATORS, 1990 - 1997

Descrição / Description	Unidade Units	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Produto Interno Bruto e População									
Gross Domestic Product and Population									
PIB pm (preços correntes) / GDP mp (current prices)	10 ⁹ MT	1340.7	2056.3	3125.8	5463.4	8652.1	13417.0	19771.0	24183.0
Taxa de crescimento em volume / Growth rate (volume)	%				18.8	4.4	1.3	6.6	14.1
População / Population a/	10 ⁶ .	14.2	14.5	14.8	15.1	15.5	15.8	16.18	16.54
PIBpm/per capita (preços corr.) / GDP mp / per capita	10 ³ MT	94.7	142.1	211.3	361.1	559.2	848.1	1222.1	1461.8
PIBpm/ per capita (preços corr.) / GDP mp / per capita	US\$	102.0	99.1	86.9	97.0	94.5	95.4	109.7	128.3
Investimento / Investment									
Investimento / Investment	10 ⁹ MT	791.3	1249.8	2016.1	3579.1	5892.0	8200.0	11257.0	13170.0
Investimento / PIB / Investment / GDP	%	59.0	60.8	64.5	65.5	68.1	61.1	56.9	54.5
Finanças públicas / Public finance									
Receita corrente / PIB / Current income / GDP	%	22.2	21.7	21.1	20.0	17.6	18.3	17.6	19.0
Receita Fiscal / PIB / Tax revenue / GDP	%	19.9	18.5	18.4	18.2	16.1	16.7	16.2	17.5
Despesa Pública / PIB / Current expenditure / GDP	%	51.7	46.6	47.9	42.2	47.3	38.3	34.3	37.6
Saldo Orçamental (s/inc.donativos) / PIB	%	-29.4	-24.9	-26.7	-22.2	-29.7	-20.8	-16.7	-18.8
Saldo Orçamental (inc.donativos) / PIB	%	-12.6	-6.3	-5.9	-5.1	-8.2	-4.9	-5.1	-5.5
Posição externa / External trade									
Export.Bens e Serviços / PIB	%	15.9	21.6	23.6	21.3	23.3	27.7	27.9	23.9
Export of Goods & Serv./ GDP									
Import.Bens e Serviços / PIB	%	65.7	69.8	75.5	73.8	79.0	65.0	56.7	44.8

Import of Goods & Serv./ GDP									
Saldo Balança Transações Correntes	10 ⁶ US\$	-766.2	-738.4	-738.6	-824.7	-894.2	-680.0	-641.8	-613.6
Current account balance									
S. BI.Transac. Correntes (excl/donativos) / PIB	%	-53.1	-51.8	-57.5	-56.2	-61.2	-45.1	-36.2	-28.9
Current Account balance (exclusive of donations) / GDP									
S. BI.Transac. Correntes (inclu/donativos)/ PIB	%	-22.0	-29.1	-18.6	-21.9	-22.5	-23.0	-21.5	-12.4
Current Account balance (including of donations) / GDP									
Evolução câmbial / Exchange rate									
Taxa de câmbio (média compra-venda BM)	MT/US\$	929.1	1434.5	2432.4	3724.4	5918.1	8890.0	11140.0	11395.0
Exchange rate (average buy/sell at BM)									
Taxa de crescimento (+ desval.)	%	24.7	54.4	69.6	53.1	58.9	50.2	25.3	2.3
Rate of increase (+ depreciation)									
Preços / Prices									
Deflator do Consumo Privado (T.cresc.)	%	32.8	50.1	58.8	49.8	52.5	50.4	41.0	7.0
Privat consumption deflator (Rate of increase)									
Salários / Wages									
Salário Mínimo Mensal (Empregados) / Monthly minimum wage	10 ³ MT	25.1	31.5	44.7	63.7	98.0	170.2	244.9	301.6
Taxa de crescimento / Growth rate	%	24.7	25.6	41.8	42.5	53.7	73.8	43.9	23.2

Fonte: INE, 1998. Anuário Estatístico 1997, Quadro 5.4.1

Source: INE, 1998. Statistical Yearbook 1997, Table 5.4.1

a/ INE: Projeções Anuais da População, 1997/ Annual Projections of Population, 1997

